

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
NÍVEL MESTRADO

Alexei Padilla Herrera

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

**A MÍDIA RELIGIOSA E A ESFERA PÚBLICA EM CUBA:  
O papel desempenhado pela revista católica *Espacio Laical***

BELO HORIZONTE  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
UFMG  
MARÇO 2016

**ALEXEI PADILLA HERRERA**

**A MÍDIA RELIGIOSA E A ESFERA PÚBLICA EM CUBA:**

**O papel desempenhado pela revista católica *Espacio Laical***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

**BELO HORIZONTE**

**MARÇO 2016**

301.16 Padilla, Alexei Herrera  
H565m A mídia religiosa e a esfera pública em Cuba  
2016 [manuscrito]: o papel desempenhado pela revista católica  
Espacio Laical / Alexei Padilla Herrera. - 2016.  
238 f.: il.  
Orientadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1. Comunicação – Teses. 2. Igreja Católica – Cuba – Teses. 3. Espacio Laical (Revista) – Teses 4. Tecnologia da informação – Teses . I. Marques, Ângela Cristina. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

“A MÍDIA RELIGIOSA NA ESFERA PÚBLICA EM CUBA: o papel desempenhado  
pela revista católica Espacio Laical”

**Alexei Padilla Herrera**

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva  
(UFMG)



Prof. Dr. Luis Mauro Sá Martino  
(FACASPER)



Profa. Dra. Angela Cristina Salgueiro Marques  
Orientadora - (UFMG)



Prof. Dr. Armando Chaguaceda Noriega  
(Universidad de Guanajuato)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, 18 de março de 2016.

## AGRADECIMENTOS

A concretização desta pesquisa tem sido resultado da cumplicidade, o acompanhamento, a paciência e a solidariedade de inúmeras pessoas. Em primeiro lugar, preciso agradecer o apoio incondicional da minha família: meus pais Silvina Herrera Corona e Eulises Padilla Leonard, meu irmão Vladimir Padilla Herrera, sua esposa Zaneke Laurencio, bem como meus tios e primos. A todos ustedes, muchas gracias por el cariño, el apoyo y por soportar los efectos directos y colaterales de la distancia y el tiempo.

Às minhas amigas e colegas María Karla Cárdenas e Sandra M. Paul, pelas dicas e orientações durante a criação do projeto original. Aos professores e amigos, Maximiliano Trujillo e José Luis Rojas pelas gestões burocráticas na Universidade de Havana e por serem exemplos de heterodoxia e valentia. À jovem colega Jessica Chacón, por compartilhar seus conhecimentos sobre o pensamento social católico e a suas publicações em Cuba.

A meus companheiros e amigos do Instituto Cubano de Amizade com os Povos (ICAP), pelos quatro anos de aprendizado, a possibilidade de conhecer pessoas do mundo, e claro, pelo acesso a esse mundo maravilhoso que é o ciberespaço.

A Guillermo Golcman e Yarisleidis Pérez, por todas, todas as coisas, inclusive, a Internet em casa. A Idania Hernández Andarcio, Manuel Sardiñas e à Secretaria Provincial de Cultura de Havana. Ao pessoal da Embaixada e o Consulado do Brasil em Cuba, especialmente, a senhora Olga Fernández.

A todos meus amigos de infância e todos aqueles que foram se incorporando durante o percurso da vida. As minhas amigas queridíssimas, Alyse Ardell Spiegel (New York City) e Arassay Quintana (Miami), pela ajuda no momento mais urgente.

À minha família ampliada em Porto Rico, especialmente, às minhas tias Milagros Rivera e Carmem Virginia López. A meu irmão Rafael Solá, que se tornou meu bibliotecário particular. A Rosemary no Reino Unido.

Agradeço eternamente à minha orientadora, Ângela Cristina Salgueiro Marques, por ter aceitado me acompanhar nessa travessia acadêmica e pelas maiores mostras de carinho, preocupação, paciência, e, sobretudo, por ter me ensinado a olhar para mundo através de múltiplas dimensões.

A meus queridos amigos e amigas do Brasil todo: Gustavo e Cristiano (em Brasília); Telma Araújo, Maria José da Silva, Margarete Costa, José Vieira e esposa;

Larissa Vieira, Tatiane Martins, Jussara Lane e Tovar, Tamires e Cristiano; Bruno, Gabriella, Gober e Julián. MUITÍSSIMO obrigado a Juliana de Paula Sales pela trabalho de revisão e correção do texto final.

À comunidade cubana em Belo Horizonte, especialmente, Elisa e Michel. Às amigas da UNICAMP, Mariana Sabença e Amanda Contrim. A meu querido amigo gaúcho, André Fabris.

Essa dissertação não teria sido possível sem o amor e apoio da minha companheira Marinela Herrera Sarmiento. Gracias por infinita paciência, por tu sabiduría y por haberme enseñado a vivir fuera de Cuba. A meu enteado Mateus Herrera, por ter me aceitado, sendo eu quase um desconhecido.

Ao professor e também amigo, Armando Chaguaceda. A Lenier González y Roberto Veiga, por abrirem as portas para que eu entrasse. Aos professores, Francesco Cavatorta, Malte Rolf e Margaret Crahan, por terem compartilhado seus livros com um simples aprendiz.

Quero expressar a minha gratidão ao PEC-PG, ao CNPq, pelo financiamento durante a realização do mestrado. A todos os professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG. A André Brasil, ex-coordenador do PPGCom e a Elton Antunes, o atual. Às secretárias Elaine e Tatiane.

A todos os entrevistados, pelas confissões e pela contribuição ao debate público em Cuba.

A Deus. A Cuba (com suas virtudes, defeitos e excessos), por fazer-nos acreditar que um mundo melhor é possível.

## A mídia religiosa e a esfera pública em Cuba: o papel desempenhado pela revista católica *Espacio Laical*

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o papel desempenhado pela revista católica *Espacio Laical*, de janeiro de 2008 até maio de 2014, na configuração de uma rede de esferas públicas capaz de fomentar, de forma inclusiva e pluralista entre diferentes atores sociais, o intercâmbio de ideias e a discussão coletiva acerca do processo de reformas políticas e econômicas em Cuba. Para tanto, buscou-se compreender as potenciais contribuições e dificuldades enfrentadas pela revista nesse processo, tendo como base um referencial teórico que parte de conceitos como a sociedade civil, esfera pública, a democracia e o pluralismo. Para tanto, primeiro investigou-se como a revista promove, em seu próprio espaço editorial (sobretudo online), uma interlocução efetiva entre atores de vários setores sociais residentes dentro e fora da Ilha. Em seguida, analisou-se uma amostra de textos com conteúdo político publicados na revista entre janeiro de 2008 e junho de 2014. Verificou-se como esses textos dialogam com os discursos oficiais pronunciados pelo presidente Raul Castro e o vice-presidente José R. Machado Ventura. Além disso, foram apontadas as repercussões que as ações comunicativas de *Espacio Laical* poderiam ter gerado em outros cenários discursivos, entre eles, blogs afins aos setores mais ortodoxos do Partido Comunista e veículos configurados pelos interesses da direita cubana no exílio. Por fim, entrevistou-se gestores, colaboradores e leitores da supracitada publicação de modo a captar suas visões e interpretações sobre a revista. Pode-se concluir, com base no diálogo e tensionamento dos dados empíricos obtidos, que a revista *Espacio Laical*, no período assinalado, é um dos principais articuladores do debate público pluralista em Cuba.

**Palavras-chave:** Esfera pública; publicações católicas cubanas; pluralismo; *Espacio Laical*, reformas políticas em Cuba.

## **Media religiosa y esfera pública en Cuba: rol desempeñado por la revista católica *Espacio Laical***

### **RESUMEN**

El objetivo de este trabajo es analizar el rol desempeñado por la revista católica cubana *Espacio Laical*, de enero de 2008 a mayo de 2014, en la configuración de una red de esferas públicas capaz de fomentar, de forma inclusiva y pluralista, el intercambio de ideas entre diferentes actores sociales acerca del proceso de reformas económicas y políticas en Cuba. Se buscó comprender las potenciales contribuciones y dificultades enfrentadas por la revista en ese proceso, con base en un referencial teórico que parte de parte de conceptos como sociedad civil, esfera pública y democracia agonística. En primer lugar, se investigó como la revista promueve, desde su propio espacio editorial una interlocución efectiva entre actores de varios sectores sociales residentes dentro y fuera de la Isla. Seguidamente, se analizó cómo esos textos dialogan como los discursos oficiales pronunciados por el presidente Raúl Castro y el vicepresidente José R. Machado Ventura. Fueron apuntadas además, las repercusiones que las acciones comunicativas de *Espacio Laical* podrían haber generado en otras arenas discursivas, entre ellas, blogs afines a los sectores más ortodoxos del Partido Comunista y vehículos mediáticos configurados por los intereses de la derecha cubana en el exilio. Finalmente, se entrevistaron gestores, colaboradores y lectores de la citada publicación para captar sus puntos de vista e interpretaciones sobre la revista. Concluyese, a partir del diálogo y el contraste de los datos empíricos obtenidos, que la revista *Espacio Laical*, durante el periodo señalado, fue uno de los principales articuladores del debate público pluralista en Cuba.

**Palabras clave:** Esfera pública; publicaciones religiosas cubanas; pluralismo; *Espacio Laical*, reformas políticas en Cuba.

## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice 1 -Textos de *Espacio Laical* selecionados para a análise de conteúdo

Apêndice 2- Roteiro de entrevista a Lenier González, ex-vice-editor de *Espacio Laical*

Apêndice 3- Roteiro de entrevista a Roberto Veiga, ex-editor de *Espacio Laical*

Apêndice 4- Roteiro de entrevista aos colaboradores.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1- ENTRE REVOLUÇÃO E REFORMA: UMA APROXIMAÇÃO ÀS RELAÇÕES IGREJA CATÓLICA-ESTADO CUBANO</b> .....	6
1.1 <i>Espacio Laical</i> : gênese e desenvolvimento.....	6
1.2. Crônica de um reencontro: as relações Igreja – Estado no contexto cubano .....	18
<b>CAPÍTULO 2- SOCIEDADE CIVIL E ESFERA PÚBLICA</b> .....	24
2.1. Sociedade civil: o ponto de partida.....	24
2.2. Tensões: a sociedade civil segundo Gramsci e Habermas .....	27
2.3 O conceito de esfera pública e seus limites normativos.....	39
2.4. A esfera pública no socialismo de Estado.....	45
2.5. O discurso religioso na esfera pública .....	57
2.6 O ópio dos povos: abordagem da religião pelo marxismo .....	65
2.7. O dissenso gramsciano .....	68
2.8. Discurso religioso no espaço público em Cuba.....	70
2.9. Mídia e religião.....	79
<b>CAPÍTULO 3 - OS CONCEITOS EM CONTEXTO: SOCIEDADE CIVIL E ESFERA PÚBLICA EM CUBA</b> .....	83
3.1 Existe uma sociedade civil em Cuba?.....	83
3.2 O confronto entre perspectivas .....	89
3.3 A mediação das TIC.....	100
3.4. Cuba: Falando em esfera pública.....	106
3.4.1 O ofício de cartógrafo: atlas das esferas públicas em Cuba .....	114
3.5. Socialismo e democracia: uma articulação necessária.....	118
3.5.1 O ideal da Casa Cuba: mais que uma metáfora .....	128
<b>CAPÍTULO 4- OS ESCABROSOS CAMINHOS DO DIÁLOGO</b> .....	131
4.1. Roteiro metodológico.....	131
4.2 O debate público promovido pela <i>Espacio Laical</i> : articulação, tensões e polêmicas.....	134
4.3. O processo de politização de <i>Espacio Laical</i> .....	135
4.4 <i>Espacio Laical</i> e as disputas no espaço público .....	144
4.4.1. A ofensiva contra <i>Espacio Laical</i> .....	154

4.5 Possíveis repercussões de <i>Espacio Laical</i> na esfera pública oficial.....	163
4.6. Espacio Laical na imprensa oficial .....	172
4.7. Viagem à semente .....	175
4.8. Encerramento de um ciclo.....	185
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>190</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>197</b>

## Introdução

Em 17 de dezembro de 2014 os presidentes Raúl Castro (Cuba) e Barack Obama (Estados Unidos) deram os primeiros passos para o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, uma vez que estavam interrompidas desde 1961. A notícia ocupou as capas dos principais jornais do Brasil e do mundo. Dias antes, a Rede Globo havia apresentado uma matéria sobre Cuba (que, por carências de informação, dificultava a compreensão do público brasileiro) em torno do processo de reformas econômicas e as sutis mudanças políticas que estavam acontecendo na maior ilha do Caribe.

Tais anúncios não só contribuíram para moderar o discurso da imprensa brasileira (e de uma parte da classe política) sobre a participação do Brasil na construção do porto de Mariel em Cuba, mas também deixaram claro o papel desempenhado pelo Papa Francisco na aproximação entre as duas nações vizinhas, o que evidenciou, por um lado, a emergência da Igreja católica cubana de um ator dentro da sociedade civil cubana e, de outro lado, a capacidade dessa instituição para fomentar o diálogo entre entes, até então, aparentemente irreconciliáveis. Mas para entender como em um país socialista e unipartidário a Igreja ganhou certo protagonismo político, é preciso traçar e percorrer um breve percurso histórico.

O fracasso do paradigma euro-soviético não apenas provocou a pior crise da economia cubana, mas promoveu fortes questionamentos ideológicos sobre o tipo de socialismo que queriam os cubanos. Nesse contexto se multiplicaram velhas e novas vozes que advogam pela adoção de um socialismo não centrado no Estado, ou seja, feito de baixo para cima, pluralista e participativo, no qual os dirigentes e a sociedade civil trabalhassem como parceiros e não sob relações de subordinação. Junto a essas chamadas à democratização do sistema socialista coexistiam aquelas que pensavam que o futuro da nação devia construir-se a partir dos postulados do liberalismo ou da democracia-cristã.

Não obstante, a expressão dessa diversidade tem estado limitada (às vezes reprimida), pois até hoje são poucos os espaços de debate público que se constituem no encontro entre as conversações cotidianas, as discussões institucionais e a circulação e troca de pontos de vista no ambiente midiático. Os meios de comunicação do Estado, dirigidos pelo Departamento Ideológico do Comitê Central do Partido Comunista de

Cuba, se caracterizam pela escassez de programas e matérias que representem as opiniões do heterogêneo espectro político cubano, além da parcialidade e o espírito pouco crítico das abordagens das questões nacionais e internacionais. Embora vagarosa, a socialização do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) está contribuindo para uma maior circulação dos discursos gerados nas arenas comunicativas localizadas na periferia do sistema político, diminuindo o poder do monopólio informativo estatal (CHAGUACEDA, 2011; HOFFMAN, 2011; MARREIRO, 2014).

Um dos agentes que tem apoiado a visibilidade das novas formas de pensar o futuro da nação cubana são as publicações religiosas. Desde a década de 1980, as religiões estavam fazendo uso de suas próprias publicações para introduzir discursos alternativos aos discursos oficiais, incluindo críticas às políticas e programas estatais e buscando tensionar a predominância de interesses que se impunham de maneira vertical (CRAHAM, 2013). A consolidação da imprensa católica<sup>1</sup>, que acompanhamos desde 1990, coincide com o renascimento da religiosidade entre os cubanos e as melhorias nas relações do Estado com as religiões em geral, e com a Igreja católica em particular (JÍMENEZ, 2012, p. 2).<sup>2</sup>

*Espacio Laical*, revista trimestral fundada em janeiro de 2005 por laicos católicos em Havana, foi – entre várias – o veículo escolhido para compor nosso corpus de análise, por ser considerada a publicação religiosa que mais influência possui hoje nos debates políticos e públicos em Cuba (CHAGUCEDA, 2014). Suas características serão detalhadas mais adiante.

Diferentemente de outras publicações católicas (como *Vitral* e *Palabra Nueva*), *Espacio Laical* não assume um discurso oposicionista, porém coloca a defesa da soberania do país no centro de seu discurso político. Tampouco ignora as contribuições da Revolução cubana nas áreas da educação, a saúde, o esporte e a cultura, bem como rejeita o embargo econômico dos Estados Unidos contra Cuba. Porém, em sintonia com

---

<sup>1</sup>Fontes citadas pela agência Inter Press Service declararam que, no ano de 2010, 46 boletins e revistas, doze sítios da web e sete boletins eletrônicos (todos católicos) chegavam direta ou indiretamente a mais de 250 mil pessoas.

<sup>2</sup>É pertinente destacar que contrariamente ao observado no resto da América Latina, em Cuba a influência da Igreja católica na sociedade foi historicamente menor por vários fatores que serão abordados na pesquisa. Sua presença na vida pública diminuiu após do conflito que gerou os desacordos com a hierarquia eclesial após a radicalização do processo revolucionário, iniciado em 1959.

as revistas antes mencionadas, defende abertamente o reconhecimento da pluralidade política existente na Ilha e pela democratização do atual sistema político. Esse discurso que a coloca no centro de espectro político, pode ter motivado a desconfiança e a rejeição de setores da hierarquia eclesiástica, do Governo cubano, da oposição interna e do exílio.

O presente trabalho pretende estudar as interfaces que *Espacio Laical* tem criado com outras esferas públicas em Cuba e mostrar a sua capacidade para configurar esferas públicas de debate a partir dos temas e discursos veiculados tanto pela revista propriamente, quanto pelos debates face a face organizados pelos editores, em constante articulação com as demais esferas aqui mencionadas, evidenciando um intenso fluxo de atores e temas entre esferas culturais, comunicacionais, religiosas e institucionais.

Partimos do pressuposto de que publicações como *Espacio Laical* desempenham hoje papel central na configuração de uma rede de esferas públicas em Cuba – especialmente, no âmbito intelectual, mas com repercussões em outras arenas discursivas –, ativando o aparecimento de interfaces entre mídia, política e religião.

Autores europeus e latino-americanos serão acionados para nos auxiliar a entender essas interfaces e a lançar luz sobre o atual processo de negociação e diálogo estabelecido entre os múltiplos atores (políticos, religiosos e cívicos) que hoje compõem a esfera pública política em Cuba.

Portanto, o objetivo geral desse estudo é analisar o papel desempenhado pela revista católica *Espacio Laical*, considerando suas potenciais contribuições e dificuldades na configuração de uma rede de esferas públicas capaz de fomentar o intercâmbio de ideias e a discussão coletiva entre diferentes atores sociais acerca do processo de reformas econômicas e sociais em Cuba, a partir de uma perspectiva pluralista não isenta de exclusões.

Para o desenvolvimento da pesquisa consideramos essencial revelar o contexto sócio-político e histórico onde aparece e se desenvolve o trabalho da *Espacio Laical*, as disputas políticas que o perpassam, bem como relacionar as ações comunicativas da revista com as mudanças políticas vinculadas ao processo de reforma econômica e o estreitamento dos vínculos Igreja-Estado cubano. Pretendemos também caracterizar as relações de colaboração que a revista estabelece com os atores que participam em outras esferas públicas de discussão política, identificando focos de repercussão das ações da revista *Espacio Laical* em outras arenas que potencialmente se articulam à esfera pública política.

O primeiro capítulo da dissertação apresenta a revista *Espacio Laical*, destacando suas origens e suas diferentes etapas de desenvolvimento. Logo depois, realizaremos um percurso pela evolução das relações entre Igreja católica e Estado cubano, em diferentes etapas do processo revolucionário cubano. Em seguida, no segundo capítulo, refletimos sobre os conceitos de sociedade civil e esfera pública em regimes socialistas de Estado ou de partido único, e nos aproximamos da discussão em torno do status da religião numa esfera pública globalizada e pluralista.

No capítulo três focaremos nosso olhar no contexto cubano para descrever alguns dos principais aspectos da sociedade civil, articulando-a com as dimensões da esfera pública e da religião. Uma vez traçado esse panorama, nos dedicamos a pensar acerca da sociedade civil e da esfera pública em Cuba, procurando evidenciar o papel desempenhado pelos meios de comunicação e, especificamente, as possibilidades que tem fomentado a socialização das TIC. Em outro momento, aproximamo-nos do ponto de vista de autores que se dedicaram a refletir sobre a sociedade civil e a esfera pública em Cuba. Além disso, de demonstrar a participação de setores ligados à Igreja na promoção do debate público, outra das contribuições desse estudo é a proposta de um mapeamento das esferas públicas na Ilha. Encerramos o capítulo promovendo uma discussão sobre a importância da pluralidade se expressar, inclusive nos regimes de socialismo de Estado como contribuição para o aprofundamento da democracia, e tentamos identificar pontos comuns do modelo democracia agonista e os postulados que guiam o trabalho de *Espacio Laical*.

Por fim, o capítulo quatro apresenta os dados empíricos e análises da constituição da *Espacio Laical* como esfera pública, ator político e nó de conexão de uma rede de debates que visam mudanças políticas, sociais e culturais em Cuba.

O estudo será orientado por um enfoque qualitativo, escolha metodológica que pondera a interpretação e a explicação mais aprofundadas do objeto de análise, e permite a flexibilidade metodológica, a adaptabilidade ao contexto e às mudanças inesperadas que nele podem acontecer.

A pesquisa começou com a revisão bibliográfica para identificar os fundamentos teórico-conceituais que sustentarão o desenvolvimento da reflexão proposta. Interessava-nos localizar novos textos que aprofundam as reflexões em torno da esfera pública nos antigos países socialistas, na União Soviética e em Cuba. Realizamos uma análise do Compêndio da Doutrina Social de Igreja para conhecer os pressupostos que justificam a intervenção da Igreja e seus meios de comunicação na esfera pública

secularizada. Dispõe-se da bibliografia necessária para descrever o contexto cubano atual, no qual a *Espacio Laical* tem se desenvolvido.

Tal como expressa o objetivo geral, nosso percurso analítico será guiado pela pergunta de pesquisa, tendo em vista explorar as contribuições da revista *Espacio Laical* (juntamente com as dificuldades que se apresentam) para o intercâmbio de ideias na discussão coletiva entre diferentes atores sociais, sobre o processo de reformas em Cuba, a partir de uma perspectiva pluralista.

O desenho metodológico e analítico da pesquisa, tratado no capítulo 5, se define em três etapas: em um primeiro momento, deseja-se identificar como a revista busca promover, em seu próprio espaço editorial (sobretudo online) uma interlocução efetiva entre representantes de vários setores sociais, políticos e intelectuais cubanos. Num segundo momento, pretende-se apontar as repercussões que os textos veiculados em *Espacio Laical* (principalmente os textos extraídos das editoriais *Tema Polémico*, *La polémica*, *En diálogo*, *Dossier* e *Búsqueda*) geraram em outras arenas deliberativas, entre janeiro de 2008 e junho de 2014, através da análise dos materiais com conteúdo político publicados na revista e de como estes dialogam com os discursos oficiais pronunciados pelo presidente Raúl Castro e o vice-presidente José Ramón Machado Ventura nesse período. Repercussões em outros espaços midiáticos também integrarão este segundo movimento e, para tanto, avaliaremos o entrelaçamento do conteúdo de artigos em outros veículos comunicacionais disponíveis no ciberespaço.

Num terceiro momento, serão também realizadas entrevistas de modo a captar os pontos de vista de gestores, colaboradores e leitores da *Espacio Laical*. O objetivo das entrevistas é melhor compreender a lógica operacional e comunicacional da Revista, de modo a obter dados que possam nos auxiliar a produzir uma leitura fundamentada e reflexiva da atuação política da revista na esfera pública política cubana.

Durante o percurso da investigação nos aproximamos dos entrecruzamentos de tensões, disputas de protagonismo e poder que caracterizam o atual contexto político cubano, questões essas que vão para além do conteúdo veiculado em *Espacio Laical*.

## Capítulo 1- Entre revolução e reforma: uma aproximação às relações Igreja católica-Estado cubano

### 1.1 *Espacio Laical*: gênese e desenvolvimento

Em março de 2003, as autoridades cubanas colocaram 75 pessoas na cadeia acusadas de terem cometido crimes contra a independência e a soberania do país. Entre os presos, se encontravam integrantes de organizações opositoras e jornalistas independentes que recebiam pagamento do governo dos Estados Unidos para derrubar a Revolução. A imprensa internacional denominou esse acontecimento como a “Primavera Negra”.

Num clima ainda marcado pela suspeita, em 2005 o Cardeal Jaime Ortega, arcebispo de Havana, precisou fazer mudanças urgentes na revista *Espacios*<sup>3</sup> devido ao fato de que os vínculos dessa publicação com embaixadas de países estrangeiros críticos do regime socialista cubano poderiam ser considerados como delitos e comprometer tanto a liberdade dos gestores da revista, quanto o processo de melhoria das relações entre a Igreja e o Estado. Para evitar fechamento abrupto da revista, Ortega mudou o perfil editorial e substituiu todos os atores que trabalhavam nela<sup>4</sup>. O novo veículo que surgiu deveria acompanhar a realidade cubana a partir do pensamento católico e teria como paradigma o magazine *Trenta Giorni*<sup>5</sup>, voz da democracia-cristã na Itália (GONZÁLEZ, 2014 *apud* CORCHO, 2014, p. 139).

No primeiro trimestre de 2005, começou a circular a nova revista rebatizada como *Espacio Laical*, sob a responsabilidade direta do Conselho de Laicos do Arcebispado de Havana. A publicação conservou a frequência trimestral com uma versão impressa de até 96 páginas. Só a capa e contracapa são coloridas. Além das seções tradicionais (temas nacionais, internacionais, religião, cultura e economia), identificam-se também as seguintes: *Tema Polémico*, *La polémica*, *En diálogo*, *Dossier* e *Búsqueda*. Nessas rubricas foi publicada a maioria dos textos com conteúdo político que serão objeto de análise nessa pesquisa.

---

<sup>3</sup>Ver: ZENIT. «Espacios», revista de la archidiócesis de La Habana desembarca en Internet. Disponível em <<http://goo.gl/7gJ1i6>>. Acesso em 03/05/2014.

<sup>4</sup>Ver: MARTÍ NOTICIAS. Aclara el Arzobispado de La Habana que la revista *Espacios* no ha sido cerrada. Disponível em <<http://goo.gl/fmqulQ>>. Acesso em 03/05/2014.

<sup>5</sup>30 Giorni é uma revista mensal italiana sobre geopolítica eclesial, fundada em março de 1988. Tem edições em alemão, francês, espanhol, inglês, italiano e português. Embora seja considerada uma publicação independente, a revista divulga os pontos de vista institucionais do Vaticano.

Segundo o modo como se apresenta em seu site, a revista procura oferecer “uma leitura cristã da sociedade, dialogando com outras visões, mediante uma metodologia do encontro, escuta e compreensão”. Pretende “criar um espaço para os diferentes âmbitos da atividade social, política, econômica e cultural, com o propósito de contribuir para a criação de uma sociedade mais próspera e fraternal”. Acredita que a união do diverso pode ser “um símbolo da possibilidade de harmonizar o aparentemente contraditório”<sup>6</sup>.

Embora seja uma revista católico-laica, baseada no evangelho e dirigida por pessoas vinculadas estreitamente com o Cardeal Ortega, não se trata de uma revista religiosa (VEIGA, 2011 *apud* ICHIKAWA, 2011) tradicional. Embora algumas editoriais divulgassem eventos eclesiais, o conteúdo da maioria das matérias publicadas (sobretudo daquelas publicadas a partir de 2008) não abordava temas doutrinários. Não obstante, o perfil editorial não esvazia totalmente o caráter religioso de *Espacio Laical* quando considerado que a religião, segundo Croce (*s/f apud* GRAMSCI, 1986 p. 121), é uma concepção da realidade que gera uma moral que se corresponde com esse modo de entender o mundo e os fenômenos que nele acontecem.

Lenier González afirma que na gênese do projeto optou-se por “abrir um lugar para que uma pluralidade política dentro do país pudesse se expressar”. No meio de um contexto muito polarizado politicamente, o projeto abriu um espaço para aqueles que desejassem participar, mas sem aniquilamentos ou ataques pessoais, em decorrência de diferentes formas de pensamento (CORCHO, 2014, p. 139).

Consideramos que si bien es muy importante la expresión de toda la pluralidad de criterios de la nación, lo más apremiante hoy es facilitar la divulgación de las opiniones que sean capaces de manifestarse de forma positiva y procuren el encuentro y el diálogo con quienes piensan de manera diferente. (VEIGA, 2011 *apud* ICHIKAWA, 2011).

Entre 2008 e 2010 é possível perceber uma maior politização do discurso da revista (CORCHO, 2014; CRAHAM, 2013).<sup>7</sup> Em diferentes artigos e editoriais

---

<sup>6</sup>Disponível em: <[http://www.espaciolaical.org/contens/ind\\_qs.htm](http://www.espaciolaical.org/contens/ind_qs.htm)>. Acesso em 03/05/2014. Com a mudança de diretoria logo após da saída de Roberto Veiga e Lenier González (no segundo semestre de 2014), os objetivos de *Espacio Laical* experimentaram algumas modificações em relação a etapa anterior que é a que abrange a presente pesquisa. A linha editorial atual está disponível em <<http://bit.ly/1PdFWGV>>. Acesso em: 01/11/2015.

<sup>7</sup>Em 2010 foram publicados quatro mil exemplares de cada número, os quais, segundo a estimativa dos editores, eram lidos por aproximadamente 20.000 e 28.000 pessoas. Seus artigos eram reproduzidos em

publicados até 2014 advogava-se abertamente não só pelo aprofundamento das mudanças econômicas iniciadas pelo presidente Raúl Castro, mas também por transformações nas instituições políticas que possibilitassem aos atores cívicos e aos cidadãos uma participação mais ampla na construção de seu próprio futuro.

Em 2013, já foram publicados 4500 exemplares da Revista. Dentre eles, 3000 circulavam na Arquidiocese de Havana. As últimas 1500 eram distribuídas nas restantes arquidioceses da Ilha, pela Conferência de Bispos Católicos (GONZÁLEZ, 2014 *apud* CORCHO, 2014).

Apesar dos organizadores não participarem na distribuição, eram os emissores de um boletim enviado via correio eletrônico os coordenadores dos eventos convocados pela revista e os responsáveis pelos conteúdos para atualizar o site <sup>8</sup> (<http://www.espaciolaical.org/>), que em 2013 recebia em torno de 20 000 visitas mensais (GONZÁLEZ, 2014 *apud* CORCHO, 2014). Desde abril de 2006, vem sendo elaborado e publicado um suplemento digital que mantém ativa a produção comunicativa sobre os fatos que acontecem no intervalo de tempo entre a saída de um número e outro. A revista também tem perfis nas redes sociais Facebook<sup>9</sup> e Twitter<sup>10</sup>, mas geralmente permaneciam desatualizados.

É importante agregar que o financiamento para a edição e publicação da revista é providenciado pela entidade da Igreja católica alemã *Kirche in Not*<sup>11</sup> (CORCHO, 2014).

---

outros meios, distribuídos muitas vezes de mão em mão, pois a revista ainda não estava cadastrada oficialmente como publicação periódica, e só podia circular entre as instituições eclesiais (CRAHAM, 2010).

<sup>8</sup> O site tem uma aparência sóbria e nele é possível baixar todos os números da Revista e os suplementos digitais em formato de PDF. A possibilidade de os usuários interagirem é praticamente nula e não apresenta elementos multimídia nem hipertextuais nos conteúdos. Não obstante, aparecem as informações gerais sobre a publicação e os e-mails dos contatos. Segundo González (2015, entrevista), o site era elaborado com pouco dinheiro. A hospedagem no domínio [org] custava uns 16 dólares por ano. O informático encarregado da administração recebia entre 30 e 40 dólares mensais. A falta de recursos impediu a migração para o formato html. Nessas condições, se tornava mais fácil editar os textos em PDF e baixá-los no site. Posteriormente, a Conferência de Bispos pagou um *hosting* no domínio [net] e a maioria dos sites de Igreja católica, inclusive *Espacio Laical*, foram alojados no mesmo servidor.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/IxHK1y>>. Acesso em: 15/04/2014.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/4LEsOh>>. Acesso em: 15/04/2014.

<sup>11</sup> *Kirche in Not* (Ajuda à Igreja Que Sofrem) é uma organização pontifícia fundada em 1947 para ajudar as igrejas em dificuldades. Os fundos provêm de mais de 600 mil benfeitores de 17 países e servem para apoiar mais de cinco mil projetos multiplicadores por mais de 130 países.

Na revisão dos números disponíveis na Internet notamos que, entre 2006 e 2013, o organograma da revista tem experimentado algumas mudanças. Entre os gestores da publicação são mencionados o diretor, os editores, o assessor eclesial e o conselho editorial. Não obstante, “a linha política da *Espacio Laical* era decidida entre três pessoas: Roberto Veiga (editor), Lenier González (vice-editor), e o Cardeal Jaime Ortega” (CORCHO, 2014, p. 69).

Até aproximadamente 2011, os conteúdos a serem publicados eram decididos coletivamente. As ideias eram discutidas pelos integrantes do conselho editorial e, por consenso, decidia-se o que seria publicado em cada número, afirmou Lenier González. Roberto Veiga apontou que ainda se debatia acerca das pautas, mas não nesse nível. Também os conselheiros e alguns colaboradores participam na organização, procurando novos autores e influenciam no âmbito acadêmico e político, e na coordenação de eventos (CORCHO, 2014).

Estos nexos han reforzado la posición de la revista en el ámbito público frente a posibles intromisiones de la jerarquía católica y la burocracia estatal, pero también han sido indispensables para convertir a la publicación en el fenómeno *sui generis*. (CORCHO, 2014, p. 101).

Ambos os editores pareciam defender uma relação horizontal entre os gestores da Revista (afirmação que contrasta com a exposta anteriormente sobre a maior influência do Cardeal Ortega e dos dois editores na linha política da publicação). Veiga explica que existia, ao mesmo tempo, uma tensão e uma luta entre os membros que desejavam obter uma influência maior nas opiniões, exercer a censura e a colocação de um diretor com poder real a quem recorrer se houvesse a produção de uma decisão que incomodasse alguém. Outros questionamentos estavam relacionados com o papel da Revista: alguns achavam que era muito politizada, outros que devia ser mais contestadora, e ainda os que defendiam a linha que seguia naquele momento (CORCHO, 2014).

Em janeiro de 2012, a *Espacio Laical* deixa de ser o órgão do Conselho de Laicos e tornou-se um Projeto de Comunicação Social do Centro Cultural Félix Varela (CCFV)<sup>12</sup>. Apesar das razões da mudança não terem sido explicadas publicamente, seus

---

<sup>12</sup>O Centro Cultural Félix Varela (CCFV), inaugurado pelo Cardeal Jaime Ortega em setembro de 2011, foi uma iniciativa do Pontifício Conselho para a Cultura. De nas palavras de abertura, o Cardeal explicou que a nova instituição sediará um Centro de Estudos Eclesiástico e um museu. Ortega o definiu como

motivos poderiam estar relacionados com as tensões mencionadas anteriormente. Em nota<sup>13</sup> se informou que o presbítero Yosvany Carvajal Sureda, reitor do CCFV, havia sido nomeado diretor; Veiga e González foram ratificados pelo Cardeal como os editores da revista, e informados sobre a renovação do conselho editorial com a inclusão de novos membros, católicos e não católicos.

Na mensagem aos leitores, a Revista reafirmou o compromisso com o diálogo e o consenso entre cubanos com posições diversas; o acompanhamento crítico e construtivo do atual processo de reformas econômicas e sociais; advogando por um ajustamento político que facilite o fluxo de toda a pluralidade política da nação; auspiciando palestras, painéis e eventos sobre temas importantes para o presente e o futuro de Cuba. O texto afirma que continuaria em voga a “política de portas abertas”<sup>14</sup> nos eventos, a publicação em formato digital e impressão das opiniões expressas nos debates, “caracterizados sempre pela livre expressão de cubanos das mais diversas tendências políticas, da Ilha e da diáspora” (ESPACIO LAICAL, 2012a, tradução nossa). O vínculo com o CCFV pode ter dado mais independência para os editores. Nesta nova etapa, a Revista reafirma uma dinâmica que vai mais além da publicação de textos.

Em março de 2012, *Espacio Laical* anunciou a criação do *Laboratório Casa Cuba* (LCC)<sup>15</sup>. O LCC estava integrado por um grupo de pesquisa social e jurídica que visava dar continuidade ao diálogo entre cubanos, que a Revista havia promovido desde que foi fundada (ESPACIO LAICAL, 2012b).

Um ano depois, o LCC tornou público o documento *Cuba soñada – Cuba posible Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato* (Cuba sonhada – Cuba possível – Cuba futura: propostas para um futuro imediato)<sup>16</sup>. Na prática, tratava-se de um manifesto assinado por atores sociais que representam a diversidade presente na sociedade civil cubana. O texto é propositivo e aborda, entre outras questões: a democratização do acesso à informação e à Internet; a liberdade de associação; Estado e

---

“um lugar de encontro, troca ideias e para pensarmos o futuro de Cuba, em clima caracterizado pelo diálogo (ACI, 2011)

<sup>13</sup> *Espacio Laical*. Nota de prensa. Perfil em Facebook. Enero de 2012. Disponível em <<http://goo.gl/ADM2eK>>. Acesso em 03/05/2015.

<sup>14</sup> Sobre o acesso limitado à esfera pública falaremos nos capítulos a seguir.

<sup>15</sup> Ver: La revista Espacio Laical crea el Laboratorio Casa Cuba. Espacio Laical, marzo de 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1oDGKZo>> Acesso em 03/05/2015

<sup>16</sup> Ver: Cuba soñada – Cuba posible – Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato. Suplemento digital 226, marzo 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/rkPNq4>>. Acesso em 03/05/2015.

suas instituições sob controle da cidadania, independência dos três poderes clássicos mais o poder eleitoral; eleições locais e nacionais diretas; autonomia universitária e acadêmica. O manifesto teve um importante impacto em outras esferas públicas (questão que será abordada mais à frente). Nele convergiam marxistas críticos, socialistas republicanos, anarquistas e católicos. A maioria deles já tinha publicado textos ou participado em eventos convocados pela Revista.

Os assinantes realizariam pesquisas sociais e jurídicas para “estudar a institucionalidade cubana e fazer sugestões para melhorá-la e socializar o estudo e o debate sobre esses temas”. (OBSERVATÓRIO CRÍTICO, 2012).

Em abril de 2012, foi publicada a chamada da quarta edição do Concurso de Ensaio Casa Cuba (a primeira chamada do Concurso de Ensaio Casa Cuba aconteceu em 2009). Os participantes deviam abordar qualquer aspecto da realidade cubana, a partir de uma perspectiva de futuridade, diálogo e busca do consenso. Os ganhadores do primeiro lugar e da menção honorífica receberiam um prêmio em dinheiro e seus ensaios seriam publicados na Revista. Essa iniciativa chamou a atenção de muitos dos intelectuais, sobretudo de jovens à procura de um espaço onde publicar, que se tornariam colaboradores assíduos de *Espacio Laical* (ESPACIO LAICAL, 2009a).

Nessa ocasião, além do presbítero Ariel Suárez (vice-reitor do Seminário San Carlos y San Ambrosio) e de Roberto Veiga González (editor de *Espacio Laical*), integrou o júri Dmitri Prieto Samsónov, jurista, antropólogo, ensaísta de filiação anarquista e membro da *Red Protagónica Observatorio Crítico*<sup>17</sup>. O júri concedeu o prêmio ao texto *Diálogo, reconciliación y democratización: caminos paralelos*, e entregou uma menção para *Casa Cuba: por una República en la que quepamos todos*, enviados pelos marxistas críticos [do Governo], Pedro Campos e Félix Sautié, respectivamente.<sup>18</sup>

Em junho do mesmo ano, o LCC convocou ao curso *Constitución cubana: pasado, presente y futuro*<sup>19</sup>. A matrícula do curso estava aberta para todas as pessoas

---

<sup>17</sup>Ver: Observatorio Crítico: red de proyectos y colectivos para la reflexión y transformación social en Cuba. Disponível em: <<http://goo.gl/X7dY9D>> Acesso em 09/05/2013.

<sup>18</sup>Campos e Sautié são duas vozes conhecidas dentro da chamada nova esquerda cubana. Ambos os ativistas poderiam ser identificados como socialistas críticos, já que partem do fato de que o socialismo verdadeiro tem que ser participativo e democrático. Essa visão se contrapõe ao liberalismo econômico e ao atual modelo de socialismo de Estado vigente em Cuba.

<sup>19</sup>Espacio Laical. El Laboratorio Casa Cuba convoca al curso *Constitución cubana: pasado, presente y futuro*. Suplemento, no. 190, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/bIQq9d>>. Acesso em 03/05/2015.

interessadas. As aulas seriam ministradas por professores universitários e pesquisadores. Foi uma iniciativa que visava melhorar a cultura jurídica da população.

Graças à boa acolhida dos artigos publicados, ao acompanhamento das iniciativas organizadas pelos seus gestores e ao modo como eles poderiam estar influenciando os debates políticos que se configuram em Cuba, *Espacio Laical* tem se configurado como um dos principais veículos comunicativos para a discussão e divulgação do pensamento político, econômico e social em Cuba. Mas o que mais chama a atenção, dentro e fora da Ilha, tem sido a “política de portas abertas” adotada durante os eventos e debates presenciais auspiciados pela revista no Centro Cultural Félix Varela.

No dia 29 de outubro de 2011, aconteceu um desses primeiros eventos, no qual várias figuras da heterogênea sociedade civil cubana se encontraram face a face. O motivo do encontro foi a palestra *Dialogar, Dialogar*; ministrada por Alfredo Guevara, importante intelectual vinculado ao governo revolucionário desde 1959, fundador do Instituto Cubano da Indústria e Arte Cinematográficas e presidente do Festival de Novo Cinema Latino-americano. O tema central da conferência foram os atuais desafios de Cuba e Guevara falou sobre os ajustes econômicos, criticou a burocracia [das instituições estatais] e advogou pela diversidade e a tolerância [políticas]. Como exemplo dessa diversidade que defende *Espacio Laical*, no auditório reservado ao debate esteve presente o Cardeal Ortega, líderes laicos de organizações religiosas, destacados intelectuais como o cientista político Esteban Morales, opositores e ex-presos políticos, como o economista Oscar Espinosa Chepe (EFE, 2011). Após a fala do palestrante, os integrantes do auditório trocaram com ele opiniões e dúvidas. Apesar dos desencontros ideológicos, o diálogo aconteceu em um clima de civilidade e respeito (ESPACIO LAICAL, 2011a).

Em 30 de março de 2012, *Espacio Laical* promoveu a palestra *Cuba y su diáspora*, proferida no Centro Cultural Félix Varela pelo empresário cubano exilado nos Estados Unidos, Carlos Saladrigas. Pela primeira vez um exilado cubano, antigo ativista anti-castrista, falava em um evento dessa natureza. No inusitado encontro<sup>20</sup> participaram militantes do Partido Comunista, sacerdotes, leigos, representantes de grupos da pequena oposição radical interna, reconhecidos intelectuais, diplomatas e jornalistas da

---

<sup>20</sup>O debate aconteceu em 30 de março no Centro Cultural Félix Varela, localizado no antigo Seminário de San Carlos, em Havana, após a palestra *Cuba y su diáspora*, apresentada por Carlos Saladrigas, empresário cubano exilado nos Estados Unidos.

imprensa estrangeira (RAVSBERG, 2012). Muñoz (2012) destacou que também se encontravam no evento os marxistas críticos Félix Sautié e Pedro Campos; Esteban Morales, o polêmico sacerdote José Conrado e Monsenhor Carlos Manuel de Céspedes, prestigiado intelectual católico e uma dessas pontes entre a Igreja e o Estado, desde os tempos dos maiores confrontos.

El acceso era libre. En la abarrotada sala se dieron cita cerca de 200 personas. Usted podía ver a blogueros alternativos como Yoani Sánchez o Miriam Celaya. Periodistas independientes al estilo de Reinaldo Escobar y Miriam Leiva; economistas al margen del Estado como Oscar Espinosa Chepe; activistas por la integración racial como Juan Antonio Madrazo y Leonardo Calvo, y una nueva generación de disidentes, como Eliécer Ávila o Antonio Rodiles (MÚÑOZ, 2012).

No final das contas, os múltiplos sujeitos e ideologias que convergem tanto nas páginas quanto nas outras ações organizadas pela revista *Espacio Laical* constituem uma prova da possibilidade de um debate público que não apague as diferenças, revelando que existe a possibilidade de discutir civilizadamente entre atores com filiações políticas e posturas ideológicas antagônicas, além de contribuir para a visibilidade e a importância de se reconhecer a legitimidade do dissenso dentro de uma sociedade cada vez mais plural.

Considerando o que foi dito até aqui, podemos pensar que *Espacio Laical* produz novos sentidos em torno à relação entre os cubanos que manifestam ideologias e posições político-partidárias conflituosas. Já não identifica como inimigos, mas como adversários aqueles que, desde perspectivas diferentes e às vezes dissonantes entre si, pensam o futuro baseado no bem comum. Dessa forma, defende-se a necessidade do diálogo e o reconhecimento do outro como um interlocutor legítimo como um passo imprescindível para a reconciliação entre todos os cubanos.

Mas com tudo isso emerge uma questão fundamental: qual é o ponto em comum que tem permitido essa união do diverso ao redor de *Espacio Laical*?

O pesquisador cubano David Corcho (2014) considera que as diferentes tendências políticas presentes na revista católica estão perpassadas por um denominador comum: o nacionalismo. A través dele, *Espacio Laical* compartilha um campo discursivo comum com o Estado cubano e com as pessoas que seguem essa ideologia

dentro e fora de Cuba. Esse nacionalismo tem como matrizes<sup>21</sup> o respeito pela soberania; a reconciliação nacional; a institucionalidade republicana e democrática; a prosperidade econômica, e a dignidade humana. O autor observa que nessa espécie de Babel discursiva conformada por socialistas, anarquistas, social-cristãos e liberais, são os últimos os mais predominantes.

Segundo González (2013 *apud* CORCHO, 2014), *Espacio Laical* aceitava a participação daqueles que tinham a disposição de escutar ao próximo. Mas, ao mesmo tempo, não tinham entrada os que defendiam a ideia da absorção de Cuba pelos Estados Unidos, os apoiadores do bloqueio/embargo estadunidense contra a Ilha e os que desejavam um modelo de desenvolvimento controlado pelo mercado. Tampouco tinham espaço os que acreditavam que o partido único (como acontece em Cuba com o governante Partido Comunista) apresenta uma “visão natural das coisas” (p. 145).

González, contudo, não conseguiu explicar porque outros atores dentro da chamada oposição moderada nunca foram chamados para participar nas atividades da revista. Além das questões relacionadas com a linha editorial, trata-se de uma estratégia [de preservação] para não comprometer a existência da revista, a segurança de seus gestores e a posição de Igreja, devido a conteúdos que o governo poderia não tolerar.

É pertinente lembrar que, em junho de 2007, o Cardeal Ortega recebeu críticas dentro e fora de Cuba por causa do suposto papel desempenhado por ele na censura da Igreja sobre a revista católica *Vitral* e a demissão do seu diretor, o ativista Dagoberto Valdés. Sob a diretoria de Valdés, a revista publicou artigos que criticavam diretamente ao governo cubano. Tanto foi assim que o pesquisador David Ramírez (2005) afirmou, depois de fazer uma análise do discurso da publicação, que se tratava de uma revista contrarrevolucionária.

Segundo o site *Martí Noticias*(2007), Orlando Márquez, porta-voz do Arcebispado de Havana, negou as acusações feitas sobre o Cardeal, mas confirmou que *Vitral*<sup>22</sup> havia gerado algumas reclamações, como já havia reconhecido o bispo de Pinar del Río, a cidade de origem da publicação. Márquez afirmou que, além da citada revista, tanto *Espacio Laical* quanto *Palabra Nueva* (esta última dirigida por ele) também tinham sido alvo de críticas, mas as reclamações nunca se transformaram em um pedido

---

<sup>21</sup>Consultar: CORCHO, D. Visiones sobre el bien común. Análisis del discurso público de la revista *Espacio Laical*. Universidad de La Habana - Cuba, Facultad de Comunicación, 201, p. 103.

<sup>22</sup>*Vitral* continua circulando com uma nova diretoria e apresenta-se mais focada na divulgação de temas religiosos e atividades da Igreja em Pinar del Río.

de fechamento. No seu depoimento, o laico cubano oferece dois elementos reveladores: o papel dos bispos na defesa das publicações da Igreja diante das autoridades governamentais cubanas, e o acordo estabelecido em 2007, pela Conferência de Bispos Católicos de Cuba, para não cadastrar as revistas no registro nacional de publicações, entendida como controlada pelo Partido Comunista. Os bispos, afirmou, decidiram não inscrevê-las para evitar o risco de um fechamento oficial. Dentre as revistas católicas editadas em Cuba só três aparecem inscritas *Bioética* (2000), *ECOS* (1998) e *Viña Joven* (1999)<sup>23</sup>, o que contrasta com as mais de trinta correspondentes a outras congregações. A esse respeito, Lenier González (2016) comentou via correio eletrônico que os bispos decidiram inscrever as “menos complicadas” e deixar sem inscrever as mais “sociais”, ou seja, aquelas que, por estarem dirigidas a consagrados e paroquianos, se distribuíam dentro dos templos (GONZÁLEZ, 2016, comunicação pessoal).

A pesquisadora Sonia Jiménez (2015), especialista em temas religiosos, afirma que o Cardeal Ortega tem recebido solicitações para que as revistas sejam registradas legalmente, mas até hoje, a maioria delas poderia ser considerada clandestina ou ilegal. No entanto, Jiménez comenta que essa não é uma questão que compete à Igreja, pois o governo não permite a venda de publicações religiosas nas bancas de jornal ou livrarias estatais. As publicações, acrescenta, devem ser adquiridas nos templos.

Não obstante, podemos nos indagar se a postura nacionalista que, segundo Corcho (2014), caracteriza esta revista e a prudência para não irritar o Governo seriam as únicas condições que lhe garantiram sucesso e a tolerância do governo cubano? Além das questões conjunturais (que serão analisadas mais adiante), Chaguaceda (2011, 2014, entrevista) explica que, embora a Igreja católica se encontre entre as instituições mais conservadoras, ao mesmo tempo compartilha semelhanças com o Partido Comunista de Cuba, pois ambos funcionam sob uma liderança personalizada, os dois têm um dogma oficial, uma disciplina interna rigorosa e uma estrutura hierárquica. Essas similaridades permitem um melhor entendimento entre a Igreja e o Partido, cuja estrutura e funcionamento também são centralizados e verticais. Trata-se de uma organização que abrange o âmbito nacional com oito dioceses e três arquidioceses<sup>24</sup> que abarcam todas as

---

<sup>23</sup> Fonte: Dirección de Publicaciones Periódicas, Registro Nacional de Publicaciones Seriadas. Instituciones Fraternal y Religiosas (2013). Disponível em: <<http://www.seriadascubanas.com/>>. Acesso em: 11/11/2015.

<sup>24</sup> A informação encontra-se no site oficial da Conferência de Bispos de Cuba e pode ser consultado no site: <<http://www.iglesiacubana.net/index.php/diocesis>>.

províncias. Além dos naturais vínculos com o Vaticano, a Igreja cubana conta com múltiplos canais de influência internacional.

Em Cuba, a Igreja conta com um sistema de comunicação institucional. Segundo dados divulgados por fontes católicas, em 2010 existiam 46 boletins e revistas, 12 sites em Internet e sete boletins distribuídos pelo correio eletrônico que chegavam direta ou indiretamente a mais de 250 mil pessoas (GROGG, 2010). Outro meio de informação importante é o site da Conferência de Bispos Católicos. As publicações católicas coexistem com o universo de periódicos registrados oficialmente, formado por 888 publicações (impressas e digitais) de diversas temáticas<sup>25</sup>. Dentre elas 144 são informativas<sup>26</sup>; 222 de Ciências Sociais e 175 sobre cultura e literatura.

Levando em conta as peculiaridades do contexto cubano e o modo como as mídias se estruturam e funcionam nesse ambiente, publicações católicas – como a que tem ocupado nossa atenção – constituem exemplos de meios de comunicação alternativa. Para Trujillo (2013a), conceitualmente elas são meios alternativos em contraposição ao que habitualmente definimos como meios oficiais, devido ao fato de que as publicações alternativas possuem linhas editoriais diferentes às dos meios de imprensa das diversas organizações do sistema político e civil cubano. E isso não só pelo que é publicado, mas também pela abordagem a partir da qual o conteúdo é publicado.

No contexto cubano, a característica de “alternatividade” está dada pela inserção desses meios dentro de um universo de relações sociais e políticas que os confronta com a mídia dominante em Cuba. “Esse confronto não se limita às questões discursivas, mas propõe novas formas de organização e gestão, estrutura e programação. (...) Tudo isso gera uma “comunidade gestora, baseada em laços de solidariedade e compromisso mútuos” (HERNÁNDEZ; CHAGUACEDA 2013, tradução nossa).

O aspecto diferente nesse tipo de veículos está precisamente no tipo de comunicação que eles oferecem, na sua forma de produção e na finalidade; na integração dos cidadãos que participam horizontalmente na produção social de comunicação. Chaguaceda (2011), acredita que os processos que constituem a

---

<sup>25</sup>Os dados são de 2015 e foram fornecidos pela Dirección Nacional de Publicaciones Seriadas de Cuba, por meio de um e-mail enviado por Patricia George de Armas, diretora dessa entidade, em 05/01/2016.

<sup>26</sup>Dentre elas destacam-se os jornais *Granma*, órgão oficial do Comité Central do Partido Comunista de Cuba; *Juventud Rebelde*, editado pela União dos Jovens Comunistas e o semanário *Trabajadores*, da Central dos Trabalhadores de Cuba.

comunicação alternativa organizada poderiam contribuir para a constituição de relações e práticas sociais que fomentam espaços sociais não alienados pelos regimes e meios dominantes, algo que talvez a Revista tenha logrado, ainda que parcialmente.

O estudioso Armando Chaguaceda (2015, entrevista) afirmou que, apesar de ter um estrito vínculo com a Igreja, o projeto histórico de *Espacio Laical* foi alternativo devido a seus conteúdos. Para ele não é possível falar de forma direta sobre o pensamento social cubano entre 2005 e 2014, sem considerar a contribuição dessa revista. Também argumentou que

La única deuda que quedó, es la publicación en sus páginas de intelectuales de la oposición, sobre todo la oposición liberal y demócrata-cristiana. Pero publicó un espectro de posiciones críticas de la izquierda, de la Iglesia, de intelectuales de diáspora vetados en otros medios. Creo que ese es un mérito que hay que reconocer (CHAGUACEDA, 2015, entrevista).

Não obstante, considerando todos os elementos apresentados acima, podemos assumir o risco de afirmar que um projeto como *Espacio Laical* é mais do que uma revista alternativa. Concordamos com Corcho (2014) quando afirma que a intencionalidade política dos gestores ultrapassa as funções de uma simples publicação. Para ele, *Espacio Laical* é uma instituição política, porque tem representado setores da sociedade com vontade de examinar aspetos controversos sobre o atual processo de reformas que não são abordados nos debates públicos promovidos pela oficialidade. Ao mesmo tempo, a revista se aproxima – ainda que seja uma afirmação precoce – dos chamados *think tanks*. Resumindo: mais do que informar ou ser uma plataforma de expressão de opiniões, *Espacio Laical* procurava e ainda procura influir na conformação da opinião pública (CORCHO, 2014).

Entretanto, cientes dos riscos que poderiam aparecer durante um caminho tão difícil, é pertinente trazer aqui as palavras dos integrantes do Laboratório Casa Cuba:

No pretendemos que nuestro conjunto de criterios compita con otras visiones y se imponga. No aspiramos a monopolizar el debate nacional sobre el tema. No deseamos ser los guías de dicho proceso de discusión pública. Solo ambicionamos aportar y servir. En tal sentido, no somos un partido político, ni un movimiento social, ni una plataforma programática. Pero tampoco somos un hermético cenáculo, aislado de nuestra convivencia cotidiana entre tantos

cubanos y cubanas que buscan respuestas para mejorar sus circunstancias actuales (LABORATORIO CASA CUBA, 2013).

Podemos, então, argumentar que, desde a década de 1990, a Igreja católica trabalha para obter uma presença maior na esfera pública nacional e influir nas decisões do Governo e na conformação da opinião pública. Impedido de aceder aos meios de comunicação estatais, o clero tem criado veículos comunicativos próprios, como a revista *Espacio Laical*. Nesse sentido, a Igreja católica cubana se insere dentro da diversidade de organizações que conformam a sociedade civil cubana (tema que será abordado em um próximo capítulo), e talvez seja uma das poucas instituições verdadeiramente independentes em relação ao Estado, mas não desconectada dele.

### **1.2. Crônica de um reencontro: as relações Igreja – Estado no contexto cubano**

De acordo com Trujillo (2012), nas primeiras décadas do século passado, a maior parte do clero era de origem espanhola e caracterizou-se pelo a intolerância, o desconhecimento da realidade nacional, o conservadorismo das concepções litúrgicas e pedagógicas. Durante o período republicano (1902-1958), o trabalho pastoral foi forte nos bairros das classes altas e médias, porém deficiente onde moravam as classes mais populares. Aliás, a presença entre os setores mais humildes de práticas religiosas caracterizadas pelo sincretismo de elementos do catolicismo com os das religiões de matriz africana e o espiritismo, ademais do incremento das ações evangelizadoras de congregações protestantes, também limitaram a consolidação de um catolicismo praticante. Portanto, a base social da Igreja Católica cubana estava conformada, fundamentalmente, pelos grupos sociais que resultariam mais prejudicados pelas medidas adotadas pelo processo revolucionário iniciado em 1959.

As razões do confronto entre a Igreja católica e o Estado cubano após a revolução de 1959<sup>27</sup> podem ser analisadas por uma dimensão sócio-classista e ideológica<sup>28</sup>. Apesar ter apoiado algumas das medidas de benefício populares adotadas, importantes figuras alta hierarquia eclesiástica expressaram publicamente sua preocupação por causa do

---

<sup>27</sup>Em 1º de janeiro de 1959 as forças rebeldes lideradas por Fidel Castro derrubam a ditadura militar de Fulgencio Batista e foi instaurado um governo provisório, integrado por representantes das diferentes organizações que participaram na luta insurrecional.

<sup>28</sup>Nessa análise consideremos a Igreja um sujeito político, mas levando em conta que a posição assumida pelo Episcopado diante do processo revolucionário não foi compartilhada pela totalidade do clero nem por todos os laicos católicos.

rumo comunista que o Governo parecia estar tomando. A rápida radicalização do processo revolucionário atingiu os interesses tanto dos grupos que conformavam sua base social como os da própria Igreja<sup>29</sup>, situação que a envolveu num conflito (luta) entre classes.

A partir de 1960, por causa do êxodo de membros de comunidades religiosas, muitas das revistas editadas por eles desaparecem (RAMÍREZ; JIMÉNEZ, 2000). Entre 1960 e 1967 são fechados e/ ou são nacionalizados os meios de comunicação privados que até então tinham sido os principais veículos utilizados pela Igreja para se dirigir à população. Em maio de 1960 deixa de circular *El Diario de La Marina* e a revista *Bohemia* foi nacionalizada. Em 7 de agosto, por meio da *Carta Colectiva del Episcopado Cubano*, a Igreja assume publicamente sua oposição à tendência política e ideológica do Governo. Coincidentemente ou não, no dia posterior à publicação da carta, todos os meios de comunicação que ainda eram particulares ficaram sob controle dos revolucionários (TRUJILLO, 2011). Por conseguinte, saíram do ar os programas religiosos das redes *CMQ Televisión* e *Telemundo*, assim como os espaços radiais católicos locais que eram transmitidos em várias cidades do país (CASTRO A, 2012). Em março de 1961, os padres franciscanos decidiram fechar *La Quincena*, a única revista católica que circulava nesse período (MÁRQUEZ, 2013). O discurso contrarrevolucionário que adotaram os novos editores após da saída do padre Ignácio Biaín, considerado um apoiador do Governo, foi rejeitado pelos leitores que se sentiam beneficiados com medidas revolucionárias (TRUJILLO, 2013b).

Em 1961, uma série de acontecimentos definiu o rumo que tomou o processo revolucionário. Em janeiro os Estados Unidos rompem relações diplomáticas com Cuba<sup>30</sup>. O confronto entre defensores e detratores da Revolução tornou-se mais intenso. Em abril, véspera da infrutuosa invasão da Bahia dos Porcos, Fidel Castro declarou o caráter socialista da Revolução, decisão que marcaria uma maior aproximação política, econômica e ideológica com a União Soviética. Em junho foi aprovada a lei que

---

<sup>29</sup>Por exemplo, a Lei 11/ 1959 estabelecia o não-reconhecimento dos títulos das universidades privadas do país que continuaram funcionando entre 1956 e 1958. Nesse período o ditador Batista fechou todas as duas universidades públicas que existiam em Cuba por motivos políticos. Posteriormente, a lei foi modificada, considerando o papel que muitos dos estudantes desses centros de ensino superior desempenharam durante a luta contra a ditadura (TRUJILLO, 2011, pp. 61-62, notas 77; 82).

<sup>30</sup>Iniciou-se uma política de confronto direto que inclui o embargo econômico, o financiamento das organizações contrarrevolucionárias para que a forma violenta derrubasse o regime, e a ameaça de uma intervenção militar direta.

nacionalizou todas as instituições de ensino privadas, estabelecendo o acesso universal e gratuito à educação. Com essa medida, as congregações (incluindo as protestantes) não só perderam um importantíssimo espaço de influência social, mas uma de suas principais fontes de ingressos econômicos. O acontecimento que marcou o clímax do confronto foi a deportação, em setembro de 1961, de mais de 130 sacerdotes e religiosos, entre eles o bispo Eduardo Boza Masvidal.

Nas duas décadas seguintes (1970 e 1980) o Governo e a Igreja começam um processo de reaproximação. Um exemplo que ilustra essa nova etapa foi o Encontro Nacional Eclesial Cubano (ENEC) celebrado em fevereiro de 1986. No ENEC as autoridades católicas reconheceram alguns dos erros cometidos no passado, a aceitação da continuidade do caráter socialista da Revolução, as conquistas sociais alcançadas até então e afirmou-se que o governo revolucionário dava sinais de compreensão em torno do valor e vigência da Igreja. (TRUJILLO, 2012). Esse evento iniciou uma nova etapa para o catolicismo em Cuba.

É justo reconhecer que o Estado cubano foi responsável pelas políticas discriminatórias e excludentes que atingiam os religiosos. O ateísmo foi oficializado, fomentando preconceitos, dogmas e uma evidente aversão por todas as religiões (TRUJILLO, 2012), incluídas as protestantes e as de origem africana (HERNÁNDEZ, 2013).

Ese ateísmo se manifestó en diversas formas, y afectó a diferentes Iglesias cristianas. La discriminación religiosa, que impedía acceder a determinados puestos profesionales o al estudio de algunas carreras universitarias, unido a la presión social sobre las familias para persuadirles y mantenerlos alejados de los templos, continuó acelerando la disminución de los feligreses que vivían su fe (SAN PEDRO, 2009).

Em outubro de 1991, os delegados do IV Congresso do Partido Comunista de Cuba aprovam que as crenças religiosas não impediriam o ingresso dos revolucionários nessa organização. Em 1992 a Constituição promulgada é reformada e o Estado foi definido como laico (não ateu) e se proíbe explicitamente a discriminação por motivos religiosos. O diálogo iniciado entre a Igreja católica e Estado trouxe importantes resultados, sendo a visita do papa João Paulo II em março de 1998 o mais

significativo.<sup>31</sup>O Papa pediu que se abrisse ao mundo para que conseqüentemente o mundo se abrisse para Cuba e solicitou mais espaços sociais e acesso aos meios de comunicação para que a Igreja pudesse ampliar sua missão pastoral (JOÃO PAULO II, 1998 *apud* VIZENT; AZNARES, 1998). Aliás, orientou os bispos a trabalharem por um diálogo construtivo e reconciliador.

No mês de setembro de 2003, os bispos publicaram uma mensagem na qual criticavam duramente o Governo por não ter começado um “processo de revisão”, o que desfavorecia os desejos de pluralismo, tolerância e abertura. Também criticaram as políticas econômicas que atingiam o desenvolvimento da pequena empresa privada e condenaram a aplicação da pena de morte a três cidadãos que sequestraram uma balsa em Havana para tentar chegar aos Estados Unidos, bem como o encarceramento de 75 integrantes de diferentes grupos opositores. Os prelados ratificaram a independência da Igreja e anunciaram que continuariam trabalhando pelo diálogo e a reconciliação (CONFERENCIA DE OBISPOS CATÓLICOS DE CUBA, 2003).

Em 2006, Raúl Castro assumiu provisoriamente a presidência do país depois do afastamento de Fidel Castro por causa de uma doença intestinal grave. Durante a gestão de Raúl, as relações entre Igreja e Estado têm alcançado o melhor momento. Em 2008, o Presidente participou na cerimônia de beatificação do frei cubano José Olayo Valdés (1820-1889). A presença do presidente cubano nesse evento, junto a outros representantes do Governo, constituiria uma evidência das boas relações Igreja-Estado (CUBAENCUENTRO, 2008a). Em 2010, Raúl acompanhou a hierarquia eclesial na inauguração da nova sede do Seminário Interdiocesano San Carlos y San Ambrosio (BARRIO, 2010). Em agosto desse ano o Governo autorizou a peregrinação da *Virgen de la Caridad del Cobre*, padroeira de Cuba, pelo país todo pela primeira vez depois de 1959. A imagem da Virgem percorreu quase 30 mil quilômetros durante 16 meses.

Em 2010 a hierarquia católica e o Governo da Espanha protagonizaram a mediação que conseguiu a libertação de um grupo de presos por motivos políticos e para deter os atos de repressão contra o coletivo opositor “Damas de Blanco” integrado por mulheres que marchavam em Havana para reclamar a libertação dos prisioneiros políticos. O Papa Bento XVI visita a Ilha em março de 2012, e ratificou a

---

<sup>31</sup> A visita do Papa não só consolidou a autoridade da Igreja cubana, mas fomentou a abertura de novos espaços para os católicos se expressarem. Não obstante, a Igreja continua reclamando um acesso maior aos meios de comunicação do Estado.

necessidade de mais espaços para a Igreja, acesso à mídia e continuidade do diálogo pela reconciliação.

O próprio presidente Raúl Castro reconheceu publicamente o protagonismo da alta hierarquia católica no processo que libertou 52 presos por motivos políticos (tema já mencionado), além do valor do diálogo entre ele, o Cardeal Jaime Ortega e monsenhor Dionisio García, presidente da Conferência de Bispos Católicos, durante as negociações. O líder cubano assegurou que essas ações favoreciam a consolidação da unidade nacional (CASTRO, 2011a). Para Faber (2012), as negociações entre Raúl e Igreja fazem parte dos objetivos em política internacional e aponta que embora não seja uma instituição de grande influência social, a autoridade moral da Igreja poderia ajudar a manter a fortaleza do regime se o apoio político diminuir.

De 19 a 23 de setembro de 2015, Cuba recebeu a visita do Papa Francisco, quem desempenhou um papel muito importante no início do restabelecimento das relações oficiais entre Cuba e os Estados Unidos e do fim da política de bloqueio/embargo que tem sido criticada por todos os pontífices. No primeiro discurso feito logo após sua chegada, Francisco reafirmou a necessidade da reconciliação:

En estos días tendré ocasión de ir al Cobre, como hijo y como peregrino, para pedirle a nuestra Madre por todos sus hijos cubanos y por esta querida nación, para que transite por los caminos de justicia, paz, libertad y reconciliación (FRANCISCO, 2015).

De forma direta ou através de suas publicações (revistas, cartas pastorais, declarações públicas, etc.) o clero mantém o diálogo (perpassado por múltiplas tensões) com o governo sobre a necessidade de uma abertura econômica e política que não implique terapias de choque nem a perda da soberania e independência nacionais, devolução de antigos imóveis nacionalizados pela Revolução, a reinstalação das escolas religiosas e o acesso aos meios de comunicação. Pouco a pouco a Igreja tenta reocupar o espaço social que perdeu após 1959. Isto não significa o fim das contradições que provocaram o afastamento nem da emergência de novos conflitos no futuro, porém existe uma vontade de coexistência entre duas entidades que tradicionalmente têm concentrado significativas relações de poder.

Cientes de que a compreensão do objeto implica a análise do contexto onde ele se desenvolve, ao logo desse primeiro capítulo, apresentamos as características gerais que

distinguem *Espacio Laical* no universo de publicações periódicas cubanas e nos referimos a algumas transformações conjunturais que ajudaram a entender como uma publicação católica se tornou um dos centros do debate público em Cuba. Realizamos um percurso pelos momentos mais significativos das relações entre a Igreja católica e o Estado, especialmente, desde a década de 1960 até 2014.

No próximo capítulo abriremos a discussão teórica em torno a dois conceitos estreitamente relacionados: sociedade civil e esfera pública.

Num primeiro momento apresentaremos as discussões que o termo sociedade civil tem provocado desde o final do século XVIII até a primeira metade do século XIX e comentaremos as contribuições feitas pelo revolucionário italiano Antonio Gramsci. Posteriormente nos aproximaremos da noção de esfera pública proposta por Jünger Habermas. Cientes das limitações do modelo habermasiano para fazer uma análise do contexto cubano, convocamos estudiosos que tem pesquisado a estrutura e funcionamento das esferas públicas nos antigos países socialistas da Europa Oriental e na União Soviética, que compartilhavam um regime político semelhante com o regime político vigente em Cuba. Levando em conta que o presente estudo aborda a interface entre política e religião, resulta pertinente refletir sobre a presença do discurso religioso nos cenários deliberativos de sociedades secularizadas e multiculturais.

## Capítulo 2- Sociedade civil e esfera pública

### 2.1. Sociedade civil: o ponto de partida

Embora se trate de noções diferentes, sociedade civil e esfera pública constituem conceitos inseparáveis. Não temos como falar de uma sem mencionar a outra. Geralmente, a sociedade civil é identificada como o conjunto de organizações, formas associativas, instituições, etc. que não fazem parte do Estado, mas estabelecem vínculos com ele; no tempo que a esfera pública é definida como um âmbito comunicacional onde a opinião pública pode ser formada. Sociedade civil e esfera pública estabelecem uma relação recíproca.

Há quase 15 anos, François Houtart (2001) afirmou que o conceito de sociedade civil estava na moda. Embora as palavras do intelectual belga pudessem parecer uma piada, é verdade que esse termo tem se tornado um lugar comum em palestras, instituições políticas formais, meios de comunicação, nos debates públicos (face a face ou mediados tecnologicamente) e até no discurso de sujeitos e organizações sociais. Curiosamente, a categoria “sociedade civil”, que permaneceu esquecida desde a metade do século XIX, foi resgatada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* e experimentou um “dramático renascimento nos últimos 30 anos” (KILLINGSWORTH, 2012, p.7).

O retorno do interesse pela noção de sociedade civil está relacionado a três cenários diferentes entre si: as lutas das organizações e os movimentos sociais contra os regimes militares na América Latina nas décadas de 1970 e 1980; as manifestações contra os regimes de socialismo de Estado nos países da Europa Central e Oriental (COHEN; ARATO, 2000), e as ações das forças neoconservadoras, em países como Estados Unidos e Reino Unido, para conseguir o controle do governo e desarticular o chamado Estado Previdenciário, minimizando o envolvimento do Estado em questões de interesse público, como a educação e os serviços de saúde. Ao Estado corresponderiam responsabilidades policiais para garantir a segurança e a estabilidade social, além do importante papel mediador na solução dos conflitos que surgiram nas relações de produção capitalistas (ACANDA, 2002).

A defesa da sociedade civil por dissidentes tchecoslovacos e poloneses; movimentos populares da América Latina e as forças defensoras do neoliberalismo em nações desenvolvidas nos colocam diante de um conceito tão polivalente quanto cheio “imprecisões e ambiguidades” (AZCUY, 1995, p. 105; MONAL, 2000). Dotado de uma excepcional plasticidade, o termo adquire significados diferentes em decorrência dos

contextos sócio-históricos onde seja analisado, das ideologias e da finalidade dos sujeitos que o utilizam. Eis que se torna difícil e pouco pertinente empreender a busca de uma definição de sociedade civil que possua validade universal.

No final do século XVIII não havia uma distinção clara entre as categorias de sociedade civil e Estados. Foi o inglês Adam Ferguson quem primeiro contestou esse entendimento. Ferguson descreveu as condições institucionais para o surgimento de um novo corpus político, devido à emergência de uma nova sociedade nas ilhas britânicas. Segundo ele, o medo da possibilidade de que o novo estado invadisse a liberdade individual dos homens tornava essencial a existência da sociedade civil. Além de considerar a sociedade civil e o Estado como uma mesma entidade, a primeira devia ser o espaço que facilitasse a civilização do homem. Para Ferguson, os interesses comerciais não eram o centro da atividade humana e ele defendia a ideia de uma sociedade civil baseada no “amor da humanidade” (KILLINGSWORTH, 2008, p.8). De modo geral, para a Ilustração Escocesa (da qual Ferguson é uma figura importante) a sociedade civil não era um campo de luta e antagonismo, mas sim um espaço de encontro e realização. Em outras palavras, um espaço privilegiado para os processos de subjetivação. Esse questionável ponto de vista é encontrado também nas reflexões de alguns filósofos. Mas sabemos que a sociedade civil e as ações dos sujeitos políticos que a integram é perpassada o tempo todo pelo conflito e pelo dissenso.

No pensamento de Hobbes, Locke e Kant sobre a sociedade civil também é visível essa dimensão ética e antropológica (ACANDA, 2002). Aqui o termo serve para identificar a oposição à ideia de sociedade natural e não como algo contraposto ao Estado. Em oposição à antiga ordem natural das coisas, uma sociedade civil organizada implicava a autonomia do social diante do político e do estatal. Assim, a sociedade civil seria uma esfera institucionalizada e organizada que superaria os conflitos e a anarquia típicos do estado natural, mas para isso teria que contar com um Estado que garantisse essa organização.

... el espacio público de intercambio e interacción en el reino de la sociedad civil no significaba un simple espacio «neutral» de intercambio mercantil, en el cual individuos ya plenamente formados, se encuentran para intercambiar propiedades y desarrollar el comercio, la industria o las artes, sino que significa en sí mismo el *escenario ético* en el que los hombres se constituyen en su individualidad en el acto mismo de intercambiar con otros (ACANDA, 2002, p.148).

Para a teoria kantiana, autonomia e razão só poderiam ser plausíveis através da participação dos cidadãos nas arenas da atividade política. No olhar de Kant, a participação era um direito, mas estava reservado àqueles que pudessem provar a sua autonomia econômica. O exercício da atividade política no espaço que os ingleses denominaram “civil” era patrimônio dos chamados cidadãos ativos (que deviam ser proprietários), ou seja, dos burgueses (ACANDA, 2002, p. 153).

A emergência da burguesia como classe alternativa à nobreza e ao clero, assim como o rápido avanço e consolidação das relações mercantis capitalistas, foram o fator decisivo na criação da imagem dicotômica entre a sociedade civil e o Estado e, ao mesmo tempo, à criação da tão mencionada distinção entre o público e o privado. Estado e sociedade civil eram elementos constitutivos do público, mas a última foi considerada a esfera privilegiada para o encontro e troca de interesses privados. Uma esfera na qual, por meio da interação entre os diferentes interesses privados, se expressava a razão universal e surgia o bem comum (ACANDA, 2008, p. 139). Essa ideia do público como espaço para a deliberação seria retomada e reformulada por Jürgen Habermas mais de um século depois.

Porém, foi Hegel quem pela primeira vez identificou com clareza o binômio sociedade civil-Estado como arenas diferentes, mas não como categorias dicotômicas (ACANDA, 2008). Segundo ele, a liberdade tornava-se objetiva quando tomava a forma de uma comunidade viva formada por indivíduos livres. Para ele, família, sociedade civil e Estado eram os três elementos fundamentais dessa sociedade ética (KILLINSWORTH, 2012). Diferentemente dos iluministas escoceses, Hegel não ignorou o papel do mercado na configuração da sociedade burguesa e, ao mesmo tempo, a incapacidade dela para resolver por si mesma, questões como a pobreza. Achava que uma sociedade civil desgovernada não poderia produzir universalidade, liberdade e exacerbava a iniquidade social e econômica. Kean (1998 *apud* KILLINSWORTH, 2012) aponta que, ao contrário de Ferguson, Hegel acredita que a sociedade civil é uma entidade com uma tendência ao auto-aleijamento e que, por causa disso, precisava da constante ajuda e supervisão do Estado.

Diferentemente do que alguns autores têm sugerido, Hegel não busca a solução no autoritarismo do Estado nem nega a legitimidade da racionalidade da sociedade civil, mas ao mesmo tempo acredita que a sociedade civil tem que se subordinar a essa racionalidade superior existente no Estado. Nesse sentido, o Estado não só era a

expressão da igualdade e da liberdade, mas era capaz de se abstrair dos interesses privados e assim superar o atomismo da sociedade civil burguesa (ACANDA, 2002).

Embora Marx concordasse com muitos dos postulados da filosofia política hegeliana, sua visão mudou a ordem da subordinação entre a sociedade civil e o Estado. Ele rejeita a ideia de uma sociedade civil dominada por um Estado racional. A inversão marxista dos postulados de Hegel foi uma grande contribuição para a radicalização do pensamento democrático liberal, mas, ao mesmo tempo, Marx se distanciava radicalmente do ideal liberal no que se relaciona à natureza e eternidade do Estado. Entretanto, o liberalismo supõe a inevitabilidade da existência do Estado como fiador da ordem social e, por isso, Marx argumenta que a desalienação da sociedade civil provocaria a extinção do Estado e assim recuperaria os poderes alienados por ele (ACANDA, 2002).

A partir de uma perspectiva relacional e sistêmica (dialética) da sociedade, Marx compreendeu que as características fundamentais do Estado moderno burguês estavam determinadas pela sua imersão dentro do conjunto das relações sociais. Portanto, um Estado vinculado organicamente com os interesses da classe dominante e subordinado à propriedade privada não podia representar o interesse da totalidade da sociedade. Em poucas palavras, “a cada formação econômico-social corresponde, em geral<sup>32</sup>, um tipo de Estado e de sociedade civil, assim como um tipo de relações entre ambos” (MONAL, 2000, tradução nossa).

Até aqui tentamos sintetizar alguns aspectos e autores relevantes que tratam da sociedade civil. Perceba-se que as discussões sobre o tema que estamos tratando teve seu primeiro momento de esplendor entre o final do século XVIII e a segunda metade do século XIX. Depois pouco apareceu no discurso acadêmico e político. Graças aos textos do marxista e revolucionário italiano Antonio Gramsci reavivou-se o debate sobre a sociedade civil, dentro de um contexto sócio-histórico muito diferente aos anteriores.

## **2.2. Tensões: a sociedade civil segundo Gramsci e Habermas**

Gramsci esboçou uma grande parte de seus conceitos na cadeia, portanto é compreensível encontrarmos algumas zonas de escuridão em alguns trechos das

---

<sup>32</sup>A expressão ‘em geral’, diz respeito às abordagens mecanicistas dos fenômenos sociais que muitos autores têm realizado sobre esse tema, incluindo o próprio Hegel.

anotações do revolucionário italiano. A leitura dos Cadernos do Cárcere é um exercício de decodificação que tem propiciado uma multiplicidade de interpretações, controversas entre si.

Frustrado pelo fracasso dos movimentos revolucionários na Europa Ocidental após a Primeira Guerra Mundial e a emergência do fascismo, Gramsci procurava os motivos da permanência do capitalismo, sendo que, segundo as teses marxistas clássicas, as condições objetivas estavam dadas para que a revolução socialista acontecesse. Ele percebeu que o enfoque economicista presente nas interpretações dos clássicos do marxismo não dava conta de explicar a permanência do sistema capitalista e o retardo da revolução que derrubaria o Estado burguês.

A identificação entre sociedade civil e momento estruturante, defendida por Marx, é o ponto de partida na análise desse conceito em Gramsci. Para o revolucionário italiano, a sociedade civil não estaria no momento da estrutura, mas no da superestrutura (BOBBIO, 1982). A sociedade civil não é o conjunto das relações materiais, como salientou Marx, mas o conjunto das relações ideológicas e culturais. Aqui não se negligenciam as relações econômicas (estrutura), porém a atenção é focada nas instituições que regulam essas relações. Gramsci fixa dois grandes planos superestruturais: a sociedade civil entendida como o conjunto de organismos privados, junto com a sociedade política ou Estado, e afirma que corresponde a eles a hegemonia que o grupo dominante exerce sobre o resto da sociedade, bem como o domínio direto que se expressa no Estado e no governo (BOBBIO, 1982).

Em Gramsci, a distinção entre sociedade política e sociedade civil é somente metodológica, portanto, não se estabelece uma diferenciação entre os elementos que conformam uma e outra (ACANDA, 2002).

Una misma institución puede pertenecer a la vez a ambas, o estar en un momento concreto en una, y después en otra. Un partido político forma parte de la sociedad política, pero si logra insertarse en el proceso de producción y distribución de normas de valoración y comportamiento, se inscribirá a la vez en la sociedad civil. Para Gramsci, la relación entre ambas sociedades se concibe bajo la idea de «unidad-distinción» (ACANDA, 2002, p. 256).

Por meio dessa distinção metodológica foi possível superar o economicismo e o estatismo presentes na filosofia política de Hegel, e olhar a sociedade civil como esfera separada da economia e do Estado. Graças a essa separação, Gramsci consegue

apresentar o processo de geração do consenso - mediante a hegemonia cultural e social - como um elemento chave na reprodução do sistema capitalista. Nesse sentido, colocou a família e a cultura política no mesmo nível da sociedade civil, reconhecendo também a importância das novas formas associativas como as igrejas, os clubes, as associações culturais, etc., além dos sindicatos e os partidos políticos, herdeiros modernos das formas de vida corporativas medievais, extintas pelo Estado moderno (COHEN; ARATO, 2000). No olhar desses dois autores estadunidenses, a rearticulação das formas de associacionismo na modernidade resultou da luta da sociedade civil contra o Estado. Contrariamente, Gramsci considera o renascimento das formas de agregação do social como consequência da tendência do Estado a organizar e educar o consentimento<sup>33</sup>.

Segundo essa perspectiva, Gramsci pôde explicar que os fracassos do movimento operário e a demora da revolução proletária não estavam associados só ao poder coercitivo dos Estados, mas ao consenso entre as diversas unidades que integravam a sociedade civil. Ele percebeu que as organizações sociais conformavam um eficaz sistema defensivo interno, cujo consenso junto aos poderes do Estado protegia o capitalismo diante dos perigos de uma revolta radical. A hegemonia é criada e recriada através da imposição do poder hegemônico do Estado, mas correspondia à sociedade civil organizá-la e preservá-la, por meio das escolas, dos livros, da imprensa, mas também da família, das igrejas e das associações. A resistência da sociedade civil diante da conservação da ordem dominante seria a principal força a vencer na luta pela emancipação (KILLINGSWORTH, 2012). É nesse momento que é possível valorizar o papel dos professores, jornalistas, militares, políticos, sindicalistas, líderes religiosos e comunitários. Gramsci os agrupa através do conceito de “intelectuais orgânicos”, ou seja, aqueles que, a partir da atividade social que desempenham, fazem parte e trabalham para a reprodução do sistema.

Para Gramsci, o

Estado é a própria sociedade organizada de forma soberana. A sociedade é assim vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si,

---

<sup>33</sup>Consideramos que ambos os argumentos poderiam complementar-se para explicarmos a origem de manifestações de associativismo muito mais atuais que as existentes no período abordado pelos três autores. Embora não conseguiriam dar conta da emergência de coletivos humanos que não procuram confrontar nem se integrar com o Estado.

cujo papel histórico varia através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que se articulam pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses (REGO, 1999, p. 10).

Essa concepção é o que alguns autores, como o próprio Gramsci, ilustraram com uma expressão matemática: Estado = sociedade civil + sociedade política (ACANDA, 2002). Nesse sentido, superando novamente o reducionismo das análises marxistas anteriores, Gramsci se afasta da ideia do Estado como representante exclusivo dos interesses da burguesia. Então, os administradores da institucionalidade estatal (sociedade política) devem garantir a legitimidade do governo por meio de embates e negociações com a sociedade civil (REGO, 1999).

Uma das ideias que tem gerado mais polêmica entre os estudiosos da filosofia política gramsciana é a dupla validade da sociedade civil como espaço no qual o sistema hegemônico é cristalizado e onde, ao mesmo tempo, emergem as manifestações que desafiam a hegemonia dominante (COHEN; ARATO, 2000; KILLINGSWORTH, 2012). A esse respeito, Acanda (2002) afirma que a penetração da sociedade civil na sociedade política fortaleceu a hegemonia burguesa, mas também deixa brechas para um projeto contestador e de emancipação, pois nela se expressa o conflito social: uns componentes manifestam aceitação e obediência, entretanto outros expressam dissenso e transgressão. Considerando esse caráter duplo, a reflexão política dos grupos empenhados em derrubar a hegemonia da burguesia (ou qualquer outra classe dominadora) deve imaginar dois cenários: o confronto da sociedade civil contra o Estado; e os embates da sociedade civil contra a sociedade civil e seus diferentes segmentos. Os pontos de vista de Acanda são interessantes para tentar entender o valor que a participação ativa da sociedade na política desempenha para construção da hegemonia nos países que pretendem construir o socialismo.

Killingsworth (2012) aponta que a dualidade da sociedade civil proposta por Gramsci parecia ter sido pensada para que os movimentos oposicionistas operarem dentro de um estado moderno forte, com escassas possibilidades de triunfar através da violência ou da ação política direta. Ironicamente, essa ideia nunca se transformou em um plano concreto para a tomada do poder na Itália sob o domínio fascista, mas resultou atrativa para os dissidentes nos países socialistas da Europa Central e Oriental<sup>34</sup>. Não

---

<sup>34</sup>Talvez em Cuba também, onde uma parte da dissidência tem tido como fonte de inspiração o sindicato polonês Solidariedade e, ao mesmo tempo, mantém vínculos com instituições políticas e cívicas da Polônia e da República Tcheca, que apoiam a derrubada do regime socialista cubano.

obstante, esse autor nos alerta acerca das limitações da concepção gramsciana de sociedade civil como modelo normativo e como marco explicativo para dar conta dos acontecimentos que provocaram a queda dos sistemas socialistas nos países de Europa Central e Oriental.

O modelo gramsciano de sociedade civil serve como uma clara e rápida estratégia para o derrocamento do estado de uma sociedade política específica. Mas é limitado quando se usa como marco analítico na compreensão da dissidência em regimes de tipo soviético ou quando adotado como modelo de mobilização contra um estado totalitário, especialmente quando se percebe que ainda que o modelo procure o derrocamento do estado, dependia da continuidade da existência das instituições estatais e da segurança legal que elas proporcionavam (KILLINGSWORTH, 2012, p. 14, tradução nossa).

O pesquisador australiano considera que o modelo negligencia a natureza do estado totalitário, no qual qualquer ação política não autorizada poderia representar uma ameaça contra o papel dirigente do Partido e, de fato, não era tolerada por nenhum dos regimes de tipo soviético. Porém, essa afirmação poderia ser relativizada, pois nos regimes de Socialismo de Estado (Cuba é um deles) a falta de tolerância, o caráter ilegal e a coerção dos aparatos repressivos não conseguiram apagar as vozes que confrontam o sistema (KILLINGSWORTH, 2012).

Embora seja uma das contribuições importantes, a noção de totalitarismo tem sido pouco tratada pelos estudiosos e seguidores do pensamento gramsciano.<sup>35</sup> Nos *Cadernos do Cárcere*, o marxista italiano descreve o totalitarismo como a política que concentra em um mesmo partido as diversas organizações onde militavam seus integrantes, cancela os vínculos com aquelas que não compartilham interesses e objetivos comuns e, finalmente, as destrói ou as absorve dentro de um sistema único regulamentado pelo partido. Gramsci distingue entre totalitarismo progressivo (quando o partido é portador da nova cultura) e regressivo (quando, na tentativa de evitar que outra força seja portadora de uma nova cultura, o partido se torna reacionário).

---

<sup>35</sup> Nenhum dos textos de autores cubanos consultados (Azcu, 1995; Acanda, 1996, 2002; Monal, 2000; Limia, 2006) para esta pesquisa faz uma abordagem teórica sobre o tema, muito menos acerca da possibilidade de refletir sobre o desenvolvimento do socialismo em Cuba, apoiando-se nesse conceito.

Ambas as versões formam parte das etapas que implicam a eliminação da independência das organizações da sociedade civil. Cohen e Arato (2000, p.180- 185) consideram – talvez tomando como referência o rumo que a construção socialista teve na União Soviética – que a destruição da sociedade civil por meio da subordinação a um “Estado- partido monolítico” era a parte negativa da emancipação social. Entretanto, o caráter positivo do “estatismo progressivo” está dado pelo papel desempenhado pelo Estado na criação de uma sociedade civil complexa, bem articulada e capaz de autogovernar-se. Mas os autores questionam a capacidade do estatismo para criar de cima para baixo uma sociedade civil com essas características e qual seria a diferença com as sociedades precedentes.

Cohen e Arato (2000) poderiam estar citando um Gramsci que durante uma etapa de seu pensamento teve afinidade pelo estatismo, por exemplo, da União Soviética. Segundo eles, para Gramsci o Estado era um agente civilizador, mas não ficava claro como a conversão da esfera social em um mero complemento da transformação econômica poderia ser a origem de uma nova cultura que abrisse as portas a uma nova sociedade livre. Mas não por isso devemos cometer o erro de afirmar que Gramsci era um defensor da estadolatria na URSS, nem que foi incapaz de perceber o rumo das experiências totalitárias, tanto soviéticas quanto fascistas, inclusive porque os próprios comentadores reconhecem a crítica do teórico europeu contra uma “estadolatria” sem controle e perpétua (p. 185).

É difícil duvidar do fato que nos *Cadernos* operava um nexo interpretativo do regime soviético como regime autoritário de massas. Sua distinção entre totalitarismo “regressivo” e “progressivo” revelava uma óbvia referência, respectivamente, ao regime fascista e ao regime soviético. A partir de 1933, Gramsci iniciou uma reflexão sobre as analogias mais do que sobre as diferenças entre os regimes totalitários. Não se pode deixar de ver tal abordagem em operação nas notas sobre a interação partido-Estado, sobre a relação política-organização e sobre as funções de polícia dos regimes autoritários de massas (PONS, 2007).

Nos *Cadernos do Cárcere* se identificam pelo menos dois entendimentos de sociedade civil. De um lado, a sociedade livre (pluralista e democrática). De outro lado, a sociedade-Estado unificada. O primeiro modelo, coerente com a teoria do conflito e com a duplicidade da sociedade civil existente (cenário de dominação e conflito), seria – de um modo utópico- a concretização das possibilidades normativas da sociedade civil

que teriam sido obstaculizadas. O segundo modelo, mais utópico e próximo de autoritarismo, seria o predominante nas reflexões de Gramsci.

Para Gramsci o rumo ao socialismo consistiria na construção de um novo tipo de sociedade civil autogovernada, que ocuparia o lugar das instituições, o que consequentemente levaria à extinção do Estado e da sociedade política. O marxista sardo inverteu a tese marxista de que o Estado absorveria a sociedade civil. Finalmente, a sociedade civil terminaria absorvendo a sociedade política e o resultado desse processo seria a chamada sociedade regulada. Durante esse período de trânsito, o Estado cuidaria dos elementos emergentes da nova fase e diminuiria suas “intervenções autoritárias e obrigatórias”.

A partir de uma visão nada abstrata e baseada em fatos concretos, Isabel Monal, marxista e pesquisadora cubana, considera que

La tesis del reencuentro puede aparecer como atractiva pero es, en realidad, un proceso bien complejo y difícil, porque hay que lograr que el Estado no se "trague" a la sociedad civil, como sucedió en Europa del Este. No cabe tampoco imaginarse que el socialismo prescindiera de la enorme fuerza y pujanza del movimiento asociativo para la construcción socialista, en particular para el enriquecimiento de su democracia y del reencuentro del individuo privado y el ciudadano. (MONAL, 2000, p. 13).

Há dúvidas sobre a transição, se esta ocorreria sem conflitos entre a sociedade civil emergente e os poderes fácticos do Estado que deve ser extinto (p. 187), e se a sociedade civil seria a continuidade ou um complemento orgânico do Estado. Outra interrogante é se a sociedade regulada seria a herdeira do poder dominante do Estado ou emergiria como alternativa livre de dominação e coerção. Cohen e Arato (2000, p. 184) também questionam a possibilidade da criação de uma nova sociedade, depois da eliminação totalitária da sociedade civil precedente. Se essa sociedade imaginada por Gramsci não está baseada na igualdade, amparando-se na substituição dos instrumentos estatais pela moralidade, nós estaríamos diante do que os autores citados chamam de “autoritarismo com rosto humano” (COHEN; ARATO, 2000, p. 187).

Gramsci teria entendido as instituições da sociedade civil de modo unidimensional. Nessa lógica, as formas, associativas, as instituições culturais e os próprios valores da sociedade civil, seriam os aparelhos de hegemonia burguesa e os responsáveis de produzir o consenso entre todos os grupos sociais. Devido a sua natureza completamente burguesa, essa sociedade civil deveria ser destruída e

substituída por novas associações, instituições culturais, intelectuais e valores, o que ajudaria a criar uma contrahegemonia proletária capaz de substituir a hegemonia burguesa (COHEN; ARATO, 2000, p. 182).

As normas e princípios da sociedade civil moderna vão mais além de seu caráter burguês e da função que realizam na reprodução da hegemonia capitalista ou de qualquer outro tipo. Elas, afirmam e possibilitam a auto-organização, a influência e que todos os grupos sejam escutados. Contrariamente à ideia gramsciana da revolução totalitária, Cohen e Arato (2000) deixam claro que para eles a opção é a saída reformista que consiga a ampliação dessas normas e princípios para evitar que sejam cooptados pelos poderes econômicos e políticos.

Ao invés de prolongar nossa discussão em torno dos possíveis percursos para chegar à utopia, consideramos mais pertinente somar nossas inquietações à preocupação de Cohen e Arato (2000) em relação a como voltariam a figurar a diversidade e a pluralidade dentro de qualquer sociedade regulada (pensada ou real), sendo que ela mesma seria o resultado de um processo que apagaria (pelo menos momentaneamente) essas expressões. Como se garantiria o direito de discordar? Ou já não seria possível? Para os pensadores norte-americanos, o grande quebra-cabeça é a possibilidade de espaços sociais para as minorias e pluralidades se organizarem para participar politicamente dentro dessa nova sociedade. Segundo eles, uma “obrigatoriedade moral” pressupõe a homogeneidade social e, em decorrência disso, apagaria os espaços nos quais poderia aparecer essa oposição como portadora da consciência autônoma e o dissenso diante da dominação (p. 188).

Até que ponto esse ideal se aproxima da ideia que defende o enfraquecimento das instituições estatais (o Estado mínimo) para fortalecer a sociedade civil? O pensamento neoliberal (que nada tem a ver com Gramsci) às vezes traz a imagem de sociedade civil homogênea, cujo fortalecimento apagará o autoritarismo e desenvolverá a consciência cívica das pessoas, esquecendo que qualquer forma associativa reproduz relações de poder e não consegue apagar as diferenças entre as classes (ACANDA, 2008).

Ainda que em todas as discussões esteja implícita a ideia da sociedade civil como um espaço constituído a partir e para a comunicação, e peça chave nos processos de subjetivação, dentre os autores consultados para esse trabalho, Habermas representa o que mais explicita a dimensão comunicativa do termo. De acordo com Cortina (1998, p. 377), ao vincular a sociedade civil à opinião pública, Habermas assume um enfoque kantiano, segundo o qual, “a esfera pública estaria preocupada com a *res pública* e seria

a “consciência moral do poder político”. Para essa autora, a sociedade civil constitui o substrato de um espaço público criado comunicativamente por meio do diálogo entre sujeitos que defendem interesse universalizáveis.

O espaço público é visto como a continuidade da vida privada, portanto, seria o elemento estruturador da sociedade civil, constituída pelas formas associativas voluntárias não vinculadas ao Estado nem à economia que fixam as estruturas comunicativas do espaço onde a opinião pública é gerada ao mundo da vida, trazendo para o espaço público político os problemas da esfera privada. São indivíduos organizados que desde o âmbito privado buscam interpretações públicas para seus interesses e influem na formação institucionalizada da opinião e da vontade políticas (HABERMAS, 1998).

O pensador alemão, a vitalidade da sociedade civil requer de duas condições: um contexto político onde as liberdades de associação, expressão e reunião sejam garantidas; além da integridade e racionalidade de uma esfera privada que seja capaz de defender as suas demandas. Em regimes totalitários, afirma Habermas (1998) não existem ambas as condições e Estado controla a formação da opinião pública. A extrema regularização da vida pública faz com que desapareçam a iniciativa e a atividade autônoma, diluindo os grupos sociais, as associações e as redes de comunicação. A liberdade comunicativa na vida privada e a sua socialização são afogadas e conseqüentemente, os sujeitos isolados e alienados, se comportam como uma massa supervisionada pelo Estado. Segundo ele, até a racionalidade comunicativa é destruída nas relações de entendimento entre os sujeitos, seja elas públicas ou privadas.

Desde essa perspectiva, Habermas nega a existência da sociedade civil em contextos considerados não democráticos. Contudo, pesquisas realizadas no espaço euro-soviético (que serão referenciadas mais na frente), em momentos que esses países encontravam-se numa fase pós-totalitária, demonstraram que ainda sob essas condições existiam formas associativas, espaços privados (às vezes clandestinos) de discussão política e precárias redes de comunicação entre diferentes atores sociais. A afirmação relacionada com o afogamento da liberdade comunicativa e destruição da racionalidade comunicativa, inclusive no âmbito privado, poderia ser demasiadamente absoluta e devemos perguntarmos se isso não equivaleria à destruição da cultura e portanto, do sujeito social.

Finalmente, se segundo a reflexão habermasiana, em uma sociedade democrático-deliberativa, a função da sociedade civil é influir e pressionar o poder político na busca

das soluções dos seus problemas trata-se, como bem aponta Fascioli (2009), de uma noção limitada ao exercício da opinião pública, com atores que influem indiretamente o poder político, mas não podem exercê-lo nem substituí-lo, e muito menos influir na economia.

São evidentes as tensões no modo em que Gramsci e Habermas entendem a sociedade civil. Gramsci, em primeiro lugar, se interessou no papel da sociedade civil realmente existente na Itália de seu tempo, na conservação do estado burguês e na produção de hegemonia, porém a descreve como um cenário de contestação ao poder estatal. Num segundo movimento, imagina o processo de formação de uma nova sociedade civil sob um regime socialista, cuja finalidade seria a extinção do Estado que seria absorvido pela sociedade civil, mas não fica claro se nessa fase pós-estatal as formas de dominação permaneceriam ou seriam superadas, nem se o pluralismo seria apegado por uma espécie de totalitarismo social.

Entretanto, Habermas propõe um tipo de sociedade civil ligada à formação da opinião e baseada na teoria da ação-comunicativa. Esse modelo normativo e ideal de sociedade civil seria possível numa democracia deliberativa que supõe a superação do modelo liberal vigente, mas que não pode prescindir das liberdades e garantias que ele oferece para poder se concretizar. A noção habermasiana é portadora do projeto da socialdemocracia, portanto, busca o bem comum abrindo mão da luta entre as classes sociais e não se propõe destruir ao Estado, mas apenas influir nele. Esse seria outro aspecto que marcaria a diferença entre os entendimentos de Gramsci e Habermas.

Não obstante, nos debates sobre sociedade civil em Cuba é possível constatar certa busca de convergência entre elementos provenientes tanto da proposta gramsciana no relacionado à escolha do socialismo como sistema político, quanto do modelo habermasiano em questões que tem a ver com a participação da sociedade civil no controle do desempenho das entidades estatais e governamentais. Essa realidade faz com que nos perguntemos se seria possível pensar em uma esfera pública habermasiana dentro de um modelo de estado socialista, seja aquele esboçado por Gramsci, ou mais concretamente, o Estado socialista cubano atual. Como já dito, tanto Habermas quanto Gramsci propõem modelos de sociedade civil que corresponderiam a tipologias de Estado diferentes. Embora, esse ecleticismo teórico-conceitual que fala em cidadania, empoderamento e participação popular, seria uma resposta ao déficit democrático presentes nas experiências socialistas do século XX, das quais Cuba faz parte. Trata-se de uma tentativa de democratizar (de baixo para cima), o sistema político cubano sem

derrubá-lo, construindo uma alternativa ao socialismo de Estado de estilo soviético e ao liberalismo. Nesse sentido, Gramsci tem sido um bom companheiro de viagem por ter esboçado uma discussão acerca da sociedade civil sobre bases marxistas.

Levando em conta o contexto no qual se desenvolve *Espacio Laical*, atravessado por discussões de diferentes marcas ideológicas, a convocação de ambos os autores, ou melhor, das ideais que eles, seus continuadores e críticos sintetizam, se mostram úteis para entendermos qual tipo de sociedade civil e de esferas públicas houve nas experiências socialistas euro-soviéticas, e é válida para perguntarmos qual tipo de sociedade civil e de esferas públicas existem em Cuba hoje em dia. Consideramos que um ponto positivo que ambos os posicionamentos diferem da concepção marxista-leninista que reduz a sociedade civil a mero conjunto das organizações de massas que servem como correias de transmissão entre o Partido, considerando a vanguarda, e a sociedade.

Refletindo sobre as experiências falidas do socialismo estado-cêntricos construídas na União Soviética, socialismo esse imposto na maioria dos países europeus liberados da ocupação nazista pelas unidades do Exército Vermelho, e sobre a tentativa de adaptá-lo às características – completamente diferentes – da realidade de Cuba, o pesquisador Jorge Luis Acanda (2002) adverte que a necessidade de organizar um socialismo multicêntrico significa interpretar o socialismo como tensão e articular um projeto alternativo às políticas neoliberais. Porém, afirma que um socialismo não é só econômico e político, mas, sobretudo, moral e cultural.

Então, quais aspectos dessa discussão poderiam ajudar a pensar um futuro socialista que supere os déficits democráticos do capitalismo atual e das experiências socialistas realmente existentes?

Concordamos com os colegas Leyva e Somohano (2007) quando expressaram que algumas ideias do pensamento gramsciano, especialmente as dirigidas à construção da hegemonia são válidas porque supõem certa ruptura com os esquemas verticalizados e mostram que o poder (para que seja hegemônico) deve surgir de baixo para cima. O socialismo, afirma Acanda (2002), precisa do consenso ativo e direto, e uma consciência coletiva só se conforma quando a multiplicidade se unifica por meio da fricção entre os indivíduos. Porém, a construção do consenso ativo e de uma hegemonia capaz de resistir às tentativas de abandonar o caminho ao socialismo, não é possível sem a participação popular na elaboração dos projetos de interesse coletivo. Trata-se de uma

participação popular que não deve se confundir com os processos consultivos que buscam legitimar o que já foi decidido.

Contudo, autores como Rojas (2014a) advertem que muitas das discussões no âmbito acadêmico cubano partiriam de um quadro teórico antiquado que reduz a reflexão teórica sobre a sociedade civil aos modelos liberal e gramsciano. Esse entendimento binário tem como premissa “ideologicamente preconcebida” promover a transformação da ‘sociedade civil socialista atual’, dando-lhe mais autonomia e permitindo que coexista com outros segmentos da sociedade civil desconectados das instituições do Estado. Essa “mutação” feita de baixo para cima que deixaria intacta a estrutura política do Estado está sendo questionada por teóricos do marxismo pós-hegemonico como Jon Beasley-Murray, John Kraniauskas, Benjamin Ardití.

A maioria dos teóricos já não define a sociedade civil contrapondo o pensamento liberal à perspectiva gramsciana, mas concordam que o principal elemento diferenciador seria se o regime onde a sociedade civil se desenvolve é democrático ou não. Para ele, pensar em sociedade civil em Cuba obriga a se posicionar diante do problema da ausência da democracia (ROJAS, 2014a).

Em outras partes do mundo, os debates parecem estar focados na participação dos movimentos sociais e outros coletivos humanos nos processos de redemocratização da América Latina e no espaço pós-soviético. A suposição de que “a constituição de uma sociedade civil robusta” era a condição prévia para a democracia e a democratização (SARDAMOV, 2005 *apud* CAVATORTA, 2013, p. 1) tornou-se quase um postulado. Contudo, Cavatorta (2013) afirma que algumas dessas experiências já têm sido reavaliadas empiricamente, provocando dúvidas sobre a importância real do ativismo da sociedade nos processos de transição à democracia em ambas as regiões. Contrariamente ao que pensávamos, existem estudos que argumentam que o ativismo da sociedade nem sempre deve se relacionar com a democratização e que poderia até ser prejudicial para a democracia e contribuir ao fortalecimento das práticas autoritárias, como também sugeriu Acanda (2002) nesse mesmo capítulo.

Thus, there is today a literature arguing that the whole transition paradigm should be abandoned because its assumptions are no longer valid in interpreting the current reality. The re-evaluation of the transition paradigm in terms of the sequence that supposedly characterizes transitions has an impact not only on the stages and outcome of processes of democratization, but has profound implications for political actors central to such processes, including

civil society groups and their role. It is therefore unsurprising that the whole concept and practical application of civil society in the context of democratization has also undergone a profound re-examination (CAVATORTA, 2013, p.4).

Essas opiniões não invalidam as conclusões obtidas em alguns casos empíricos, mas atingem a tendência a exagerar o papel de sociedade civil nos processos de transição (CAVATORRA, 2013).

### **2.3 O conceito de esfera pública e seus limites normativos**

Na proposta normativa de Habermas (1989), a esfera pública é construída na troca argumentativa baseada na justificação recíproca e constitui um domínio da nossa vida social no qual a opinião pública pode conformar-se. A esfera pública tem como princípios: o livre acesso de todos os cidadãos, a inclusividade, a reciprocidade, a reflexividade, a paridade de status e a justificação racional de argumentos. Uma porção dela constitui-se nas conversações entre pessoas privadas reunidas em público. Os cidadãos atuam como público quando abordam os temas de interesse geral sob condições de igualdade sem serem coagidos<sup>36</sup>. Essas condições garantem que os cidadãos possam coordenar-se e reunir-se livremente e, ao mesmo tempo, expressar e fazer públicas suas opiniões.

Portanto, a formação da opinião pública é produto da implicação de cidadãos e associações cívicas nesse tecido de arenas discursivas. Os cidadãos se integram ou se associam a diferentes coletividades por interesses profissionais, sindicais, religiosos, políticos<sup>37</sup> e também por questões relativas ao lazer e à cultura. As interações sociais dessas organizações conformam a sociedade civil que, segundo Habermas (1997), é o embasamento social da rede de esferas públicas autônomas, onde pode acontecer uma formação racional de opinião sobre temas relevantes. No pensamento teórico habermasiano, o funcionamento da esfera pública é condição *sine qua non* para a existência de qualquer sociedade civil. Entretanto, Young (2000) inverte essa relação quando afirma que é a sociedade civil a causadora da emergência da esfera pública.

---

<sup>36</sup>Percebe-se que a esfera pública habermasiana, ainda que adotada pelo pensamento político liberal, na sua procura do bem comum versus individualismo, aproxima-se mais do republicanismo (FRASER, 1999; CHAGUACEDA, 2016).

<sup>37</sup>Ficam excluídas dessa classificação as elites dos partidos políticos e sindicatos que fazem parte das instituições estatais e do governo.

Na teoria da ação comunicativa<sup>38</sup>, Habermas (1997) explica como nesses cenários o consenso (ainda que provisório) depende do modo como a linguagem é utilizada racionalmente para produzir e publicizar os argumentos apresentados durante a troca de ideias entre os sujeitos de fala. No entanto, Maia (2009) adverte que “as práticas deliberativas desenvolvidas em qualquer ambiente contêm muitas incertezas e estão sujeitas a constrangimentos externos e internos”. A autora aponta que, em etapas recentes de sua reflexão teórica, o próprio Habermas reconhece que a troca argumentativa não é “um modelo típico de comunicação”, mas “um processo excepcional e frágil” (p. 64).

Para Gómez (2014), na esfera pública configurada no quadro do capitalismo, as trocas comunicativas não se desenvolvem precisamente entre iguais e, por esse motivo, muitas vezes encontramos expressões de conflito. É claro que nas democracias inspiradas no liberalismo também é possível encontrar assimetrias entre as instituições que conformam as arenas deliberativas formais e os atores e grupos localizados na periferia. Tais diferenças enfraquecem a capacidade do debate para alcançar soluções consideradas justas por todos.

O modelo habermasiano sugere que dentre os múltiplos assuntos que poderiam ser tratados publicamente, a esfera pública será política quando as discussões implicam as práticas do Estado. Nos espaços de deliberação onde se abordam temas políticos, os sujeitos não exerceriam seus papéis sociais cotidianos nem se comportariam seguindo as regulamentações legais da burocracia estatal. Aliás, o poder coercitivo das instituições estatais (e seu poder administrativo) é a contraparte da esfera pública, mas não forma parte dela.

Para Fraser (1999), no modelo habermasiano tanto a independência, como a autonomia e a legitimidade da opinião pública, dependem mais da natureza extragovernamental atribuída a uma esfera pública (formada por associações que não cumprem funções econômicas nem governamentais) do que por uma separação real entre Estado e mercado. Do ponto de vista do liberalismo, a ingerência do Estado na esfera pública comprometeria a pureza das opiniões geradas ali. Assim, na esfera

---

<sup>38</sup> Segundo Habermas (1997), os sujeitos que participam na deliberação podem deixar de lado as diferenças entre eles através do uso da ação comunicativa: a razão comunicacional pode preservá-los de tudo o que atente contra o entendimento comum. Seus críticos apontam que, ao considerar que as diferenças podem ser ignoradas, ele separa a linguagem de qualquer vínculo na realidade cultural, política, histórica, emocional, econômica e sexual dos sujeitos. Ele promove a situação ideal do discurso para construir o bem da coletividade.

pública burguesa, ir mais além da formação de opiniões, ou seja, incluir a tomada de decisões, ameaçaria a autonomia da opinião pública porque o público se converteria em estatal e a possibilidade de um discurso crítico sobre o estado se perderia. Porém, sob esse olhar, a pretendida natureza extragovernamental da esfera pública faz com que os discursos ali gerados se limitem à formação de opiniões, ou seja, não produzem [diretamente] decisões soberanas e obrigatórias por meio do poder estatal (Fraser, 1992).

Apesar de que no exercício da prática comunicativa, os sujeitos reunidos, que a pesquisadora estadunidense identifica como “públicos fracos”, estejam limitados à formação de opinião, não fazendo parte de processos de tomada de decisão (FRASER, 1999, p. 169), a estudiosa parece otimista ao afirmar que, às vezes, os argumentos expressos nas bases da sociedade conseguem se infiltrar nas decisões de governos, parlamentos, etc. Para Fraser (1992), a formação da opinião pública pode servir como contrapeso das decisões e dos discursos que se produzem nas arenas deliberativas formais. Esse otimismo parece ser compartilhado por Avritzer e Costa (2004) quando consideram que

É preciso que, no seio de uma esfera pública porosa e pulsante, temas, posições e argumentos trazidos pelos novos atores sociais encontrem formas institucionais de penetrar o Estado e, por essa via, democratizá-lo, tornando-o objeto de controle dos cidadãos (p. 722).

Nesse sentido, os indivíduos localizados nas arenas deliberativas formais, onde a formação de opiniões e a deliberação pública culminam em decisões legalmente obrigatórias, constituem os “públicos fortes”. O parlamento soberano é o lugar do discurso autorizado para o uso do poder do Estado (FRASER, 1992). Ao categorizar os tipos de públicos em “fracos” e “fortes”, a autora sugere que a força da opinião pública é consolidada quando um corpo que a representa é empoderado para traduzir essas opiniões em decisões (p.134).

Falando em empoderamento, Valdés Paz (2015, entrevista) critica o caráter elitista da noção liberal de esfera pública e afirma que se esfera pública revelasse o interesse da maioria, por que então a realidade social e econômica dos países da América Latina não está em sintonia com maioria da sociedade, ali onde essa maioria está integrada por trabalhadores, camponeses e pobres?

Fraser (1999) cobra a Habermas não ter examinado as outras esferas públicas que não são nem liberais nem burguesas, mas que representam a concorrência da primeira, pois conjuntamente à conformação do público burguês dominante, surgiram contra-públicos (camponeses, nacionalistas, mulheres de elite, proletários) concorrendo entre si.

Marques (2008) afirma que, depois das revisões feitas pelo próprio Habermas, admite-se a coexistência de diversas esferas públicas concorrentes e a necessidade de olhar para a dinâmica dos processos comunicativos que ficam fora dos espaços de discussão dominantes. Segundo essa perspectiva, a esfera pública é entendida como uma complexa rede conformada por uma diversidade de foros de discussão, tanto nas instituições formais como em sua periferia, e que se articula por meio da atividade comunicativa, quando diferentes públicos se agrupam em redes comunicativas organizadas, para debater temas de interesse comum, contrastar pontos de vista e assumir ou reafirmar posições.

Por sua vez, Young (2000), entende que a esfera pública não deve ser descrita usando uma linguagem espacial, mas com metáforas espaciais, pois desse modo é possível dizer, teoricamente, que uma sociedade tem uma esfera pública continuada (abrangente, espalhada) sem limitar os que estão dentro dela só a interesses e atributos comuns. Entretanto, para Avritzer e Costa (2004):

... a esfera pública diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difuso no qual se concretizam ou se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social. Tal contexto constitui uma arena privilegiada para a observação da maneira como as transformações sociais as processam, o poder político se reconfigura e os novos atores sociais conquistam relevância na política contemporânea (p. 22).

Olvera (1999) enriquece a discussão ao afirmar que como fenômeno sociológico, a esfera pública tem três dimensões: a) macro-esfera política: formada pelos meios de comunicação globais, os foros multilaterais, as redes de ONGs e movimentos transnacionais; b) meso-esfera pública (mídia nacional e os sistemas de ensino e cultural); c) micro-esfera pública, que é o sítio onde existe a informalidade, a voluntariedade, a afinidade pessoal e a igualdade entre os membros, garantindo sua existência e funcionamento. Nesse último nível, muito mais dinâmico e contingencial, estão os espaços físicos e virtuais de encontro e interação, que são definidos a partir de

seus papéis e sua composição grupal<sup>39</sup>. Essa reflexão de Olvera nos ajuda a entender, por exemplo, como atualmente os debates sobre Cuba que acontecem dentro de uma dada esfera pública local, podem transcender os limites nacionais, incorporando outros atores que enriquecem a multiplicidade de pontos de vistas dados à justificação, e articulando novos debates entre eles. O papel atribuído à mídia global explica a crescente prática de uma parte dos cubanos, de procurar fontes de informação alternativas ao monopólio midiático governamental. Prática que deverá persistir nos próximos anos devido ao incremento da conectividade da população a Internet.

Quando o público é muito amplo, a comunicação que configura a esfera pública pode ser mediada tecnologicamente. Assim, o rádio, a televisão, jornais, revistas e as diferentes plataformas que as TIC oferecem podem constituir e articular uma rede de fluxos de informação e trocas argumentativas. Esse ponto resulta significativo para nosso estudo, considerando que dado a influência e controle que o Estado cubano exerce sobre o espaço público e mediático da Ilha, as publicações veiculadas online, como a revista católica *Espacio Laical*, poderiam estar apoiando a articulação de redes, por meio das quais a informação fluiria, potencializando a troca entre atores, e assim facilitando a emergência de uma rede de esferas públicas, onde a pluralidade crescente poderia se expressar sob níveis aceitáveis de censura.

Voltando ao papel da mídia no espaço público, devemos lembrar que na primeira etapa do pensamento habermasiano, as influências de Adorno e Horkheimer determinaram uma postura pessimista sobre o papel dos meios de comunicação, tal como consta na *Mudança estrutural da esfera pública* (1962). Segundo Maia (2009), na década de 1990, Habermas reconheceu a complexidade da participação da mídia nos processos discursivos de legitimação e participação política. No artigo *Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica*, o filósofo alemão ainda mantém sua postura acerca dos constrangimentos que limitam a produção de conteúdo na mídia, mas reconhece que na esfera pública os meios de comunicação atuam como um “espaço limite e poroso entre os diferentes contextos que compõem o centro (reduto da elite política) e a periferia (movimentos sociais,

---

<sup>39</sup>Podem ser particularistas quando representam identidades específicas ou universais quando abordam demandas mais abrangentes, que atingem grupos e setores sociais mais amplos.

associações cívicas, cidadãos comuns, etc.) do sistema político” (MARQUES, 2008, p. 24).

Habermas (2005, 2008) reafirma a centralidade dos meios de comunicação na esfera pública ressaltando o fato de que eles alimentam os fluxos comunicativos e deliberativos que a sustentam, elaborando, via mecanismos e estratégias próprios, articulações entre diferentes falas e construindo o que Habermas chama de *opiniones publicadas*. (MARQUES, 2008, p. 29)

Para mediar efetivamente entre as diferentes arenas e atores, os meios precisam ter independência diante dos poderes políticos e econômicos, e de mecanismos adequados que garantam a retroalimentação ou *feedback* entre atores e arenas. O papel dos meios na configuração da esfera pública também precisa de um olhar crítico, pois não existe neutralidade durante a escolha de temas, perspectivas e vozes (HABERMAS, 2008). Os meios são instituições que funcionam sob os desígnios de um campo que controla e determina as condições de uso, coloca as regras e limita o acesso. Os procedimentos desse controle discursivo também limitam os poderes, regulam as aparições na cena pública e fazem as escolhas dos falantes autorizados, evitam o intercâmbio de papéis, e restringem a sua distribuição.

Killingsworth (2012, p. 21) esclarece que a esfera pública burguesa é um fenômeno historicamente específico que não deve ser transferido para outras situações históricas. Diante das pretensões de universibilidade com que alguns assumem a teoria habermasiana é necessário reiterar que estamos diante um conceito normativo, ideal, do qual as sociedades se aproximam ou não (CHAGUACEDA, 2016, entrevista).

“... el análisis de la categoría de esfera pública, llevado a espacios concretos, evidencia los límites normativos del concepto y de su utilidad para dar cuenta de prácticas emergentes; refleja la tensión permanente entre las potencialidades democratizadoras del diálogo y la crítica y alude a la capacidad de reproducción de los sistemas. (...) no todas las esferas públicas reales son democráticas porque las desigualdades culturales y materiales determinan la diferenciación estructural entre los públicos y sus capacidades, donde se crean relaciones de dependencia y subordinación y se producen injerencias del Estado. Por ello se precisa “anclar” el concepto en contextos y actores específicos” (CHAGUACEDA, 2011, p.4).

Concordamos com Valdés (2015, entrevista) quando expressa que o capital teórico acumulado por Habermas é imprescindível, mas não suficiente nem totalmente

satisfatório, como já disse Nancy Fraser (1992, p. 111). Não obstante, a noção de esfera pública resulta indispensável para teoria social crítica e a prática política democrática; entender os limites da democracia existente dentro do capitalismo existente; e a construção de projetos alternativos de democracia (FRASER, 1999).

Ainda que os postulados teóricos desenvolvidos por Habermas sejam uma referência obrigatória para entender o funcionamento das esferas públicas na atualidade, ao considerarmos o contexto de Cuba, um diálogo com esse modelo encontraria inúmeras limitações. O sistema político, econômico e social institucionalizado em Cuba a partir de década de 1970 foi inspirado na experiência da construção do socialismo na União Soviética. Por isso, consideramos relevante e necessário fazermos um resgate da literatura que trata da emergência, a estrutura e da dinâmica das esferas públicas nos países que integravam o antigo bloco socialista na Europa Oriental e na extinta União Soviética.

#### **2.4. A esfera pública no socialismo de Estado**

O desenvolvimento de esferas públicas é uma possibilidade realmente existente em países como Cuba? Seria possível encontrar espaços autônomos de debate público em países socialistas unipartidaristas, onde o Estado é uma entidade quase onipresente que limita os direitos à livre expressão e à associação e a liberdade de imprensa em função da construção do socialismo? Buscar respostas para essas questões revela as limitações da teoria habermasiana se usada para entender o funcionamento das esferas públicas nos países de socialismo de Estado. Devemos, como já disse Chaguaceda (2011), aproximar o conceito de um contexto determinado e de seus atores específicos, de modo a evidenciar aproximações, desencaixes e tensões.

Importante desafio tem sido a procura de referenciais teóricos sobre a esfera pública no socialismo. Dentre os autores que pesquisam os fenômenos ligados ao público nos países do extinto bloco socialista, na ex-União Soviética e aqueles que fazem o mesmo em Cuba, existe um denominador comum: quase todos se apropriam das definições de Habermas (não do modelo normativo) e das observações de seus críticos, para adaptá-las a contextos particulares. Porém é difícil encontrar um conceito de esfera pública (dentro de um contexto socialista) totalmente original.

Talvez a falta de uma produção teórica autóctone sobre a esfera pública (do e para o socialismo), esteja associada, entre outras causas, ao fato de que o conceito não foi nem tem sido incorporado à cultura política socialista, não faz parte da ideologia

dominante nem do discurso oficial, devido, entre outros fatores, aos dogmatismos que rejeitam todo termo ou ideia de origem liberal (VALDÉS PAZ, 2015). Outro aspecto que deve ser considerado é o caráter paraestatal das organizações da sociedade civil e pouco reconhecimento do pluralismo político.

Nesse sentido, Silberman (1997) comenta que segundo a ideologia oficial na República Democrática Alemã (RDA), a separação entre Estado e sociedade civil era uma invenção da ideologia liberal burguesa, a esfera pública era um domínio do egoísmo burguês e da concorrência que não promove a democracia, mas a alienação e atomização. Entendia-se que a sociedade civil devia ser controlada, regulamentada e dominada pela racionalidade superior e ordem garantida pelo poder o Estado. Assim, qualquer conceito sobre “o público” podia contestar diretamente a construção política daquelas sociedades (KILLINSWORTH, 2012, p. 27, tradução nossa).

Fraser (1999) estava certa quando afirmou que o controle da economia exercido pelo estado socialista não significou que a cidadania socialista a controlasse. A identificação conceitual dos aparatos do estado com a esfera pública discursiva e associativa trouxe estabilidade aos processos que institucionalizaram um socialismo de tipo autoritário, invés de democrático e participativo.

A restauração do capitalismo no leste do continente europeu e nas ex-repúblicas soviéticas questionou a ideia que afirmava que sociedade civil e esfera pública somente seriam possíveis no quadro das democracias liberais ocidentais. Paralelamente, cresceu o interesse em estudar o ativismo social nos países do antigo bloco socialista<sup>40</sup>.

Rittersporn, Rolf e Behrends (2003), para poder analisar os regimes do socialismo de estado a partir de novas perspectivas, utilizam um conceito de esfera pública mais dinâmico, libertando-o da sua dimensão normativa. Esses autores consideram que a apropriação da noção de esfera pública como ferramenta analítica em pesquisas focadas no espaço social e em estruturas comunicativas contribui na ampliação de nosso olhar sobre os regimes de estilo soviético e daqueles que os substituíram.

Killingsworth (2012) também reconhece a pertinência de trabalhar com a noção esfera pública proposta por Habermas, mas adverte que deverá ser adaptada se for utilizada, por exemplo, na análise das ações dos grupos dissidentes nos países

---

<sup>40</sup>Muitos pesquisadores desconsideram que a aplicação de modelos analíticos baseados nos ideais liberais nos estudos da sociedade civil em regimes de estilo soviético é inadequada devido à inevitável tendência de compará-los com as democracias ocidentais.

socialistas da Europa Oriental, Central e na União Soviética. Isso se deve, como aponta Laurustin (1998), ao fato de que antes da *Perestroika*, a esfera pública política - definida em termos habermasianos como um lugar propício para criticar as autoridades públicas - não podia ser desenvolvida naquele tipo de sociedade. Isto era porque “a liberdade de reunião e associação e a liberdade de expressão não estavam garantidos nos antigos regimes comunistas de Europa Central e Oriental (KILLINSWORTH, 2012, p. 29, tradução nossa).

Para Silberman (1997), estudioso da esfera pública literária na antiga RDA, o conceito entrelaça as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais de um estado histórico particular. Esse autor considera que se trata de uma “ferramenta útil para entender com mais precisão os complexos encontros com instituições e forças culturais dentro de estruturas internas e as relações entre poder institucional e comportamento privado” (p.2).

Os autores citados acima demonstram que apesar das limitações impostas aos países sob o socialismo de estado, na maioria deles, sobretudo a partir da fase pós-totalitária, existiam sim, espaços de associação, de debate e de troca de ideias (CHAGUACEDA, 2016, entrevista). Mas qual tipo de sociedade temos na nossa frente quando falamos em pós-totalitarismo?

Depois da II Guerra Mundial (1939-1945), as Ciências Políticas desenvolveram os conceitos “totalitarismo” e autoritarismo” para descrever os regimes não democráticos (ANDRÉS, 2009, p. 20). Tanto a Alemanha nazi, quanto a União Soviética sob o domínio de Stalin foram consideradas os máximos expoentes do totalitarismo<sup>41</sup>. Mesmo que Hannah Arendt (1998) identifique o terror como elemento fundamental e a essência da dominação do totalitarismo, Linz (1986) adverte que o terror de Estado, a repressão, a violação dos direitos civis, entre outras questões, não servem como elementos de distinção entre regimes, nem para diferenciar os regimes totalitários dos autoritários, porque o nível de intensidade e frequência dessas práticas

---

<sup>41</sup>Linz (1975 *apud* ANDRÉS, 2009) considera que as principais características de um regime totalitário são: a) ideologia desenvolvida e articulada que está presente tanto na comunidade política, quanto nas normas e estruturas de autoridade do regime; b) um partido único muito desenvolvido e outras organizações que mantêm a comunidade política numa mobilização política permanente; c) concentração do poder em um indivíduo ou em um pequeno grupo que não realiza prestação de contas; subordinação dos militares; d) prática do terror e da repressão que inclusive pune indivíduos considerados opositores potenciais. Aron (1965 *apud* SEGAL, 2013) acrescenta outros pontos muito importantes: o controle estatal da maioria das atividades econômicas, o monopólio estatal dos meios de comunicação, uma fusão do partido único com o estado (Partido-Estado), assim como limites poucos claros entre a sociedade civil e o estado.

pode variar significativamente. Por exemplo, a experiência em Cuba tem demonstrado que sem recorrer ao terror físico, o autoritarismo ideológico pode agir ao perceber ameaças e incentivar um comunitarismo heterônomo e militarizado capaz de eliminar as tendências consideradas desagregadoras (CHAGUEDACEDA, 2010).

O termo totalitário parece ser inadequado para entendermos as mudanças que aconteceram na União Soviética e nos países dentro de seu espaço de influência, a partir do chamado processo de desestalinização (LINZ, 1986; ANDRÉS, 2009; KILLINGSWORTH, 2012; CAVATORTA, 2013, CHAGUACEDA, 2016, entrevista). Concordamos com Andrés (2009) que durante de Khrushchov (1953-1964), apesar de que o afastamento do totalitarismo não se traduz na democratização do sistema, houve transformações importantes no papel do Partido Comunista, nos níveis de mobilização política e nas práticas repressivas. Esse período esteve acompanhado pela liberalização cultural e política e a formação de um setor crítico que incluía dissidentes.

Vlác Havel (1990 *apud* KILLINGSWORTH, 2012) descrevem esses sistemas como pós-totalitários, o que quer dizer que continuavam sendo totalitários em essência, mas de um modo diferente das ditaduras clássicas (p. 44). Linz (1986, p. 11) definiu esses regimes como “autoritários pós-totalitários” devido à persistência de um legado político determinado e a presença de algumas características dos regimes autoritários<sup>42</sup>. Dentre as características dos regimes pós-totalitários destacamos a seguir: a) o limitado pluralismo social, econômico e institucional, mas o pluralismo político é praticamente inexistente, porque o partido único mantém o monopólio do poder, a presença de atividades econômicas autônomas sob o forte intervencionismo estatal, e as manifestações de pluralismo emergem dentro de estruturas estatais toleradas e em grupos dissidentes; b) a ideologia oficial ainda existe e faz parte da realidade social, mas se enfraquece o compromisso e a fé na utopia que é substituída por um consenso programático, baseado na tomada racional de decisões e um debate limitado sem demasiados referentes à ideologia; c) perda progressiva, nos líderes e na sociedade, do interesse na mobilização a qual se mantém rotineiramente dentro das organizações estatais para garantir um nível mínimo de aquiescência (LINZ; STEPAN, 1999). Andrés (2009) acrescenta que os restos do totalitarismo precedente misturam-se com um maior

---

<sup>42</sup>Na definição de Linz (1975 *apud* ANDRÉ, 2009, p.21) os regimes autoritários “são sistemas políticos com pluralismo limitado (...), sem uma ideologia de estado, sem mobilização política intensa ou extensa e onde um líder exerce o poder dentro de limites mal definidos, mas previsíveis.

grau de burocratização, a emergência de grupos de interesse em conflito e uma despolitização parcial da população.

Linz e Stepan (1999) utilizaram a noção de pós-totalitarismo<sup>43</sup> para descrever a realidade social e política polonesa. Segundo eles, a Polônia nunca foi um estado totalitário devido ao fato de que o regime socialista não conseguiu apagar o significativo nível de pluralismo social que aumentava a habilidade de partes da sociedade civil para resistir à ideologia oficial. Portanto, a Polônia era mais um país autoritário do que totalitário, considerando, entre outros fatores, a influência da Igreja católica na sociedade e o abandono da coletivização da agricultura que, por um lado, limitou a penetração do Estado e, de outro lado, demonstrou poder social e autonomia existente diante do estado totalitário. O terceiro elemento correspondia às mudanças políticas incorporadas pelas diferentes lideranças do Partido, cujas consequências atingiram o papel da ideologia como peça chave para construção da legitimidade e do controle social.

Considerando que nessa etapa o regime perde uma parte das qualidades personalistas e os poderes do líder (agora dirigente) são transferidos para o partido governante, Geddes (1999 *apud* Hoffmann, 2015) identifica esses regimes como unipartidários. Hoffmann (2015, p. 16) leva em conta os fatores apontados por Geddes junto com os três tipos ideais de legitimação da autoridade propostos por Weber<sup>44</sup>, para denominar esses regimes como socialismo burocrático de Estado. Classificação que o mesmo autor utiliza para se aproximar do caso cubano, como veremos mais adiante.

O trânsito ao pós-totalitarismo nos regimes socialistas de Estado da Europa Central e Oriental, assim como na União Soviética, tornou possível o florescimento de esferas públicas, ou seja, espaços de organização, de debate e de troca de ideias, mas sem garantias legais e em condições de grande precariedade (CHAGUECEDA, 2016). Esses fatos questionavam a crença de que o desenvolvimento da sociedade civil e da esfera pública somente seriam possíveis no quadro das democracias liberais ocidentais.

Rittersporn, Rolf e Behrends (2003) argumentam que nas sociedades pós-totalitárias de estilo soviético existia uma multiplicidade de esferas públicas e Bathrick

---

<sup>43</sup>Ainda que muitas dessas características estejam presentes em muitos regimes indicados à categoria de pós-totalitários, a proposta de Linz e Stepan não é uma padronização, pois existem especificidades entre os países com regimes dessa natureza.

<sup>44</sup>Weber identificou três tipos de dominação: a racional ou baseada na legalidade, a tradicional apoiada em tradições históricas e a carismática, relacionada às qualidades exemplares do governante (GARCÍA, 2010, p. 1).

(1995) faz um mapeamento que demonstra a crescente diferenciação do espaço público na Alemanha Oriental desde a década de 1970 até a queda do Muro de Berlim, em 1989. O mapa define três grandes esferas interconectadas: a esfera pública oficial (sob controle do Partido), os espaços não oficiais ou contra-públicos, e a mídia da Alemanha Ocidental.

Em decorrência da função, a esfera pública política oficial era a arena em que, por meio de ostentosas demonstrações públicas (uso de símbolos nacionais, homenagem a importantes figuras do partido, inaugurações de monumentos, discursos, etc.) os dirigentes buscavam legitimar o regime<sup>45</sup> (KILLINGSWORTH). Também faziam parte dessa esfera oficial, pelo menos no contexto cubano, as instituições educativas, os sindicatos, todas as organizações reconhecidas legalmente, os meios de comunicação, os centros de pesquisa e os espaços públicos de discussão institucionalizados ou tolerados.

O crescimento (em tamanho e influência) da opinião pública na sociedade soviética não podia ser negligenciado e devia estar sob atenção e cuidados constantes. Já que a esfera pública havia se tornado uma referência (um barômetro para medir a pressão do ambiente sócio-político), essas auto-apresentações eram um meio para manter a sociedade comprometida (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENDTS, 2003) com os objetivos e metas traçadas pelo Partido-Estado. Na tentativa de disfarçar o autoritarismo presente na tomada de decisões, o regime caprichava para “dar dimensões políticas ao espaço público fosse ele ruas, praças, fábricas ou instituições culturais”, com o objetivo de permanecer como centro de atenção. Manter a atenção dos públicos nos seus fundamentos ideológicos era outra via para fortalecer a legitimidade e estabilidade (p. 427). Por conseguinte, as ações do aparato ideológico, o sistema educativo e a mídia procuravam garantir o controle político e a reprodução do consenso em torno ao regime e a suas políticas (CHAGUACEDA, 2010).

Tratava-se de um projeto formal que procurava gerar, através da participação, uma opinião pública acrítica.

Houve um projeto formal para “criar uma esfera pública” na qual neutralizar a velha imagem de uma burocracia incrustada e um

---

<sup>45</sup>Para Rittersporn, Rolf e Behrends (2003, p. 435) “a demonstração de poder na arena pública e os constantes lembretes visuais das regras, dos integrantes das elites dirigentes e das poderosas relações entre governados e governantes, tem sido associada ao déficit de legitimidade na estrutura soviética de poder”.

aparato partidário-estatal que havia se afastado por si mesmo das “massas”. O alvo foi a criação, não de qualquer opinião pública, mas da opinião pública que serviria como ponto de referência para o discurso de elite (RITTERSPORN; ROLF; BEHREND, 2003, p. 437).

Na esfera pública política oficial só era permitido um discurso politicamente correto. Rittersporn, Rolf e Behrends (2003, p. 439) apontam que a política do Partido-Estado era a “restrição radical do que deveria ser dito, escrito e pensado”. A restrição traduzia-se em monopolização e censura da mídia, além do silenciamento de todos os “desviados”.

Se no modelo democrático-liberal, formas de expressão similares podem ser usadas em cada âmbito, nos sistemas de estilo soviético, por exemplo, as expressões e discursos válidos numa esfera eram desvalorizados nas outras. Geralmente, os cidadãos distinguiam entre o que era aceitável entre os amigos e o que era aceitável ou não na esfera política pública oficial. O comportamento e a linguagem se adaptavam a cada situação comunicativa.

Segundo Voronkov (2003), nos últimos trinta anos da era soviética, dentro do âmbito privado, configuraram-se espaços específicos nos quais tudo podia ser discutido. Além de estarem estritamente separadas, as discussões que aconteciam dentro das arenas informais não eram abordadas pela mídia oficial. O pesquisador russo explica que, naquele período, as diferenças entre o país real e aquele que só existia na imagem pública oficial determinavam as questões que podiam ser ou não discutidas dentro da esfera pública oficial. Como o país vivia segundo a “lei escrita”, os atores políticos deviam cumprir com a ordem do discurso estabelecida. Entretanto, o reino do privado não era um espaço comunicativo só destinado para certos grupos sociais, embora a disciplina discursiva permitisse que todos os cidadãos interagissem nas diferentes arenas, sempre levando em conta as diferenças entre os espaços e momentos de fala, e nunca misturando as regras do jogo.

A percepção da esfera pública socialista como um espaço regulamentado, demonstra a presença de mecanismos que evitavam a irrupção de discursos não pautados. Trata-se de uma esfera teatralizada onde a comunicação encenada (onde cada ator tinha um papel a desempenhar) e uma fala convencional geraram hábitos de

codificação da linguagem e de leitura nas entrelinhas<sup>46</sup> (SILBERMAN, 1997). Esse habilidade que permitia distinguir o discurso autêntico daquele meramente estratégico (p.19), por exemplo, distinguir entre sujeitos com discursos parecidos, os convencidos e os não-convencidos.

Apesar dos chamados para o exercício da crítica e que em ocasiões os dirigentes reconhecessem determinados erros, era improvável que nesse domínio aparecessem críticas sobre o aparato estatal. Aliás, o estado tinha o direito de fechar esse espaço diante de qualquer foco de tensão (KILLINSWORTH, 2012). Era, no final das contas, uma esfera fabricada, controlada, acrílica, restrita a ocasiões fechadas de discussão (p. 25). Um dos alvos dessa esfera construída oficialmente era que a população acreditasse que se tratava de uma opinião pública participativa (RITTERSPORN; ROLF; BEHREND, 2003, p. 440), ou seja, que as vozes da cidadania eram escutadas e levadas em conta na tomada de decisões.

O projeto de gerar uma esfera pública participativa foi mais do que acrobacias discursivas de um sistema político auto-referencial: foi uma missão com enorme implicações sociais (...) Esse elevado projeto utópico criou um exército de cartas-petições e escritores denunciadores por meio dos quais, a maioria da população foi atraída para a prática comunicativa da crítica pública e a autocrítica (RITTERSPORN; ROLF; BEHREND, 2003, p. 437-438).

Na radiografia apresentada por Bathrick (1995) o conjunto das esferas cultural, artística, socialista crítica e socialista literária faz parte da esfera pública oficial porque:

Os espaços públicos dos artistas, homens de letras e cientistas controlados pelo governo, bem como esferas sociais das artes, as letras e o ensino superior desempenharam o mesmo papel em todos os regimes de tipo soviético. Por um lado, eles operavam como instituições de socialização, onde intelectuais e seu público adquiriam habilidades específicas. Estas lhes permitiram adaptar-se às condições ajustando seu talento, sua sensibilidade e a sua estética, intelectual ou científicas, às necessidades inerentes ao sistema (RITTERSPORN; ROLF; BEHREND, 2003, p 31, tradução nossa)

---

<sup>46</sup> Lauristin (1998, p. 120) afirma que na mídia cultural eram usadas formas de linguagem indireta como metáforas, analogias, alusões, paródias e os leitores deviam aprender a ler nas entrelinhas para perceber dicas e traçar paralelos.

Mas aquele foi também o campo das iniciativas reformistas ou conservadoras, onde as pessoas aprenderam a equilibrar seus objetivos com as margens de manobra oferecidas pelo regime, bem como o ambiente em que o Estado estava preparado para tolerar ou aceitá-las, fato que sugere o isolamento entre o que acontecia nessas esferas e os cidadãos comuns (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p 31).

Silberman (1997) afirma que na RDA a esfera pública literária institucionalizada (considerada por ele uma camada intermediária entre a esfera política oficial e as contra-esferas públicas) nos primeiros anos para legitimar a autoridade do ideal socialista do Partido, depois de 1970 tornou-se cada vez mais independente como um veículo de discurso crítico. A esfera cultural também era “como um santuário especial”, um mundo diferente, onde, apesar da influência dos postulados ideológicos soviéticos, preservou um mecanismo de autorregulação e evolução natural (HOYER; LAUK; VIHALEMM, 1993 *apud* LAURISTIN, 1998, p. 120).

Mais do que espaços de reunião, essas esferas públicas estavam formadas por diversas organizações com desenvolvidos aparatos de comunicação interna e ainda que por causa da sua estreita extensão, essas esferas de nível só influenciavam públicos limitados (o que ratifica o caráter fragmentado que mencionamos com antecedência) desempenharam um papel importante na vida diária dessas sociedades. (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003). Na esfera pública cultural, argumenta Lauristin (1998), havia se formado uma rede comunicativa que funcionava como uma alternativa à esfera pública política oficial.

Sobre os limites, na sua análise acerca da evolução da esfera pública cultural na Cuba dos anos 70 e 80 do século passado, Navarro (2002) considera que, para a maioria dos intelectuais revolucionários, estava claro que seu papel no âmbito público devia ser a participação crítica. Mas, em geral, para os políticos, o intelectual é um sujeito ideológico que no espaço público expressava pontos de vista controversos. O pensador cubano afirma que as influências do modelo soviético fomentaram a desconfiança dos políticos cubanos com a esfera cultural e disseminaram a ideia de que ela era uma potencial força política opositora, sobretudo depois da invasão soviética a Tchecoslováquia em 1968. Acrescenta que, ainda que em teoria se reconheça o papel dos intelectuais para a crítica da realidade social, essa função é neutralizada com diversas restrições e o seu desempenho na prática social concreta pode ser objeto de questionamentos políticos e éticos.

Se no modelo normativo habermasiano, os limites entre as esferas da interação social são considerados porosos, ou seja, os atores podem se movimentar livremente entre elas, nos regimes socialistas existia uma forte demarcação entre as ações oficiais do Partido- Estado e a frequente aceitação passiva da cidadania. Demarcação que era reforçada graças à linguagem do Partido, à linguagem ubíqua sobre o papel dos líderes, proclamada na mídia e imposta nos cenários organizados, constantemente reforçava a fronteira entre os dirigentes e dirigidos (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003).

Navarro (2002) consegue ilustrar claramente a fronteira entre as esferas política e cultural quando afirma que segundo certos standards os intelectuais só devem falar em público sobre questões culturais e deixar a crítica social ou política para os quadros profissionais, expertos ou especialistas, as verdadeiras vozes autorizadas para fazê-lo. Voltando ao tema da disciplina discursiva, em outro trecho adverte que a ultrapassagem dos níveis de crítica tolerada pode significar a exclusão da esfera pública.

Tanto os pesquisadores cubanos quanto os europeus (LAURISTIN, 1998; NAVARRO, 2002; VORONKOV, 2003) destacam as contribuições da esfera pública cultural (que faz parte da esfera política alternativa) na crítica às políticas governamentais erradas e na promoção de discursos questionadores e até beligerantes. Na URSS, por exemplo, as lutas dos intelectuais pela inclusão de um maior número de tópicos nas discussões das arenas deliberativas formais tornaram possível a liberdade de expressão durante a *Perestroika* e o apagamento dos temas considerados tabu (VORONKOV, 2003). Lauristin (1998) afirma que, desde a década de 1960, na maioria dos países socialistas europeus, a mídia cultural desenvolveu um discurso político mais aberto. A “esfera pública cultural foi usada pelas pessoas como um substituto inexistente da esfera pública política” (p.119). A pesquisadora estoniana argumenta que, dentro dessa esfera cultural, articulou-se uma rede que, além de funcionar como uma alternativa à esfera política oficial, desempenhou um papel importante para o renascimento da sociedade civil.

Junto com essa diversidade de esferas públicas oficializadas, coexistiam outras consideradas alternativas. De acordo com Killingsworth (2012), devido ao esmagador poder da esfera pública oficial, as esferas públicas alternativas retiravam-se para o interior de certos “nichos”, onde formas alternativas de comunicação foram desenvolvidas. Metodologicamente falando, o pesquisador australiano refere-se a esse âmbito como esfera pública totalitária para destacar a natureza limitada do “público”, e

ao mesmo tempo, reconhecer o lugar onde as atividades oposicionistas aconteciam dentro dos regimes de tipo soviético (p. 26).

Ainda que pensada para a análise de outros contextos, a noção de contra-públicos subalternos (levada até o nosso contexto de análise), entendida como reveladora de cenários discursivos paralelos, onde os integrantes dos grupos sociais subordinados elaboraram e circulam contra-discursos para formular interpretações oposicionistas sobre suas identidades, interesses e necessidades (FRASER, 1999), pode ser útil para nos aproximar das esferas públicas alternativas (se entendemos o alternativo como o diferente, contrário ou contestador ao cânone) como concorrentes da esfera pública oficial nos países pós-totalitários.

Fraser (1999) reflete em torno da função contestadora dos contra-públicos e acrescenta que eles não têm uma natureza separatista (no sentido de estar fora da sociedade), mas sim estão interessados na publicidade das suas ações. Contudo, isso não impede sua marginalização e isolamento. A autora acrescenta que nas sociedades estratificadas, os públicos subalternos têm um caráter dual, o que significa que funcionam como espaços de retiro e reagrupamento, assim como bases e sítios de treinamento para atividades de agitação dirigida a públicos mais amplos (p. 156).<sup>47</sup>

RITTERSPORN, ROLF e BEHRENDTS (2003) trazem um ponto chave da nossa reflexão quando apontam que na Alemanha e especialmente na Polônia, as igrejas foram uma esfera pública alternativa mais influente. Os pesquisadores afirmam que durante os primeiros anos dos regimes de tipo soviético em ambos os países, o Estado confrontou uma esfera pública alternativa com uma infraestrutura e redes de comunicação, talvez mais desenvolvidas do que as autoridades conseguiram construir naquele momento. Portanto, as igrejas foram vistas como rivais poderosos e ameaçadores. (p. 441-442). Segundo Linz e Stepan (1996 *apud* KILLINGSWORTH, 2012, p. 44-45) houve a manutenção por parte da Igreja católica de uma esfera relativamente autônoma. Esse fato gerou um complexo padrão de reconhecimento recíproco e também negociações entre as autoridades religiosas e o Estado.

A posição periférica desses ambientes públicos mais críticos reitera a fragmentação como atributo central das esferas públicas nas sociedades de estilo soviético. Eram espaços consideravelmente fragmentados e divididos em pequenos

---

<sup>47</sup>As experiências na Europa Oriental e na América Latina têm sido reavaliadas, gerando um certo grau de ceticismo sobre a importância do ativismo da sociedade civil nos processos de transição em ambas as regiões (CAVATORTA, 2013).

grupos com limitada influência, qualidade que compartilharam com a esfera pública oficialmente tolerada (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENDTS, 2003).

Ainda que não houvesse garantias legais para regulamentá-las, é óbvio que essas esferas “alternativas” existiam com o consentimento do Partido-Estado, embora tanto o nível de atividade, quanto o tamanho da esfera pública totalitária apresentassem uma tendência a flutuações dramáticas (KILLINGSWORTH, 2012, p. 27).

Contrariamente ao que o modelo habermasiano supõe, a constante intervenção do poder político nas sociedades sob regimes pós-totalitários não fazia com que a esfera pública oficial fosse “menos complexa, comunicativa ou operacional” (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENDTS, 2003, p. 440). Teoricamente, o Partido-Estado tinha o controle sobre todas as esferas da vida. Não obstante, Killingsworth (2012) aponta como estudos de caso apresentados no livro organizado por Rittersporn, Rolf, e Behrends, em 2003, demonstram como esse controle não era totalmente infalível e que foi diminuindo cada vez mais, possibilitando a distinção da atividade humana mais além do Partido-Estado. A crescente incapacidade do Estado para invadir todos os aspectos da vida possibilitou que as associações privadas funcionassem fora do Estado.

As razões dessa tolerância e os limites fixados ao funcionamento dessas esferas são questões que deveriam ser aprofundadas. Desde nosso ponto de vista, essas mudanças evidenciam a transição desses regimes autoritários pós-totalitários pararegimes mais próximos do autoritarismo puro como aconteceu na Rússia e em outros enclaves dentro do espaço pós-soviético.

Consideramos que uma das contribuições de alguns dos autores aqui convocados é a reformulação que fizeram criativamente dos elementos essenciais da proposta habermasiana para criar definições mais dinâmicas, conseguindo fazer com que a existência da esfera pública nos contextos analisados não seja considerada um paradoxo.

Juntando as reflexões teóricas com a análise histórica, os autores trazem os pontos em comum entre as diferentes esferas públicas que funcionavam nos antigos regimes de estilo soviético, mas sem esquecer as diferenças entre essas sociedades.

As questões discutidas por Killingsworth (2012), Lauristin (1998), Rittersporn, Rolf, Behrends (2003), Silberman (1997) ou Voronkov (2003), resultam muito valiosas para a aproximação da realidade dos países que adotaram o socialismo de estado como regime político. Entretanto, devemos evitar qualquer pretensão de universalidade para analisarmos o regime socialista em um país como Cuba, cuja história e práticas diferem das descritas anteriormente.

## 2.5. O discurso religioso na esfera pública

Hoje em dia discursos sobre uma crise axiológica são disseminados em diferentes cenários públicos, não sendo poucas as vezes que reivindicam o papel das religiões para corrigir os “excessos” do liberalismo. Segundo Oliveira (2013 *apud* MELLA, 2013), o vazio moral que tem provocado a evolução da sociedade capitalista globalizada, cria as condições para o retorno da religião ao espaço público, embora não seja com as funções de legitimação social que cumpria antes da modernidade.

Conforme Freire (2014), nas discussões sobre o papel da religião na esfera pública política duas posições clássicas prevalecem: a exclusivista, que defende a diferenciação e separação da religião e a política; e a inclusivista, que argumenta sobre a legitimidade da presença da religião no espaço público e advoga pela inserção, sem restrições, de conteúdos religiosos nos debates públicos.

John Rawls (2001) e Jürgen Habermas (2007) contribuíram para a análise do papel das religiões na esfera pública política num Estado constitucional e democrático liberal. Por meio da noção de razão pública, o Rawls (2001) estabelece uma mediação entre as doutrinas abrangentes (concepção de mundo) dos cidadãos religiosos e seculares ao assumirem seus lugares no debate público. No entanto, nas reflexões do filósofo estadunidense percebe-se a contradição entre a observância dos princípios da liberdade de consciência e da igualdade, e o caráter laico do Estado. Questiona-se como resolver o problema que, nas sociedades pluralistas e multiculturalistas, os cidadãos religiosos e seculares, devido às suas correspondentes doutrinas abrangentes razoáveis - sejam filosóficas, morais ou religiosas - vejam restritos os seus direitos e deveres (Freire, 2014).

Numa sociedade democrática e multicultural, explica Freire (2014), os cidadãos crentes e secularizados têm que entender que esse regime não se reduz a um simples *modus vivendi*. Rawls (2001) procura solucionar a questão da coexistência e cooperação entre cidadãos religiosos e seculares por meio de “uma visão ampla da cultura política pública” (p. 200). Assim, as doutrinas abrangentes razoáveis, religiosas ou não, poderão entrar na discussão política pública, sempre que sejam apresentadas as razões públicas<sup>48</sup> que sustentem aquilo que essas doutrinas defendem. Na esfera pública política a defesa

---

<sup>48</sup> A ideia de razão pública tem a ver com a capacidade dos sujeitos políticos de discernir os “tipos de razões que poderiam ser compreendidas e avaliadas para além da centralidade de cada pessoa” e concretizam-se quando os sujeitos políticos são capazes de agirem sem recorrer a doutrinas abrangentes, mas a razões públicas (FREIRE, 2014, p. 44).

de qualquer argumento, independentemente da sua origem, deverá estar baseada na razão pública e não em fundamentações doutrinárias mesmo que sejam razoáveis.

A ideia rawlsiana do *Proviso* propõe a tradução das razões consideradas não-públicas (não-políticas) para razões públicas. Sempre que os cidadãos crentes introduzam argumentos de origem religiosa na esfera pública políticas deverão traduzi-los de maneira que possam ser apresentados como razões públicas, para além da fundamentação religiosa. Contudo, o *Proviso* também deverá ser aplicado aos argumentos provenientes de doutrinas abrangentes não religiosas que não sejam consideradas parte da razão pública. Essa proposta evitaria negligenciar o papel que joga a religião “na cultura democrática do liberalismo político” (FREIRE, 2014, p. 41). Para John Rawls a introdução de razões não-públicas provenientes de doutrinas abrangentes religiosas, morais ou filosóficas é positiva para o aperfeiçoamento da democracia e das instituições políticas, sempre que os cidadãos respeitem o *Proviso* ao exercitarem o debate público como “lugar onde se revela a tensão pluralista e multiculturalista que habita nas *sociedades pós-seculares*” (p. 45, itálicas do autor).

Todavia a ideia do *Proviso* tem recebido críticas, pois implicaria uma distribuição assimétrica dos deveres entre crentes e não-crentes. No debate político, os religiosos seriam obrigados a tornarem os argumentos provenientes da fé em razões públicas, enquanto os seus concidadãos secularizados estão mais habituados ao modelo que recorre às razões públicas (FREIRE, 2014). O ideal da razão pública deve ser um valor compartilhado e legitimado por aqueles sujeitos que interagem na esfera pública política. No caso contrário, o *Proviso* poderia ser interpretado como uma forma de opressão que obriga o sujeito abrir mão de sua identidade, ideologia e concepção de mundo para entrar numa certa ordem discursiva.

O que fazer na ausência de compatibilidade entre determinadas doutrinas abrangentes e o modelo político vigente? É sempre possível essa tradução e até que ponto não significaria assumir de forma forçosa uma língua alheia? Essa discussão seria retomada por Habermas.

Nas obras publicadas entre as décadas de 1970 e primeira metade da década de 1990, Habermas tinha uma visão exclusivista em torno do papel das ideias religiosas na esfera pública. A religião era limitada ao âmbito da esfera pública privada, do individual, e se considera que tem pouca incidência na orientação do comportamento. Nessa lógica, as justificativas de origem religiosa não podiam ser apresentadas nos debates da esfera pública política, na qual somente argumentos racionais podiam ser

validados. Enquanto os Estados deviam manter uma estrita separação da religião, corresponderia à filosofia se apropriar e traduzir para a linguagem secular os conceitos e ideias racionais presentes nas religiões (FREIRE, 2014).

Em janeiro de 2004, Habermas e o Cardeal Joseph Ratzinger debateram sobre o papel da religião nos regimes políticos contemporâneos numa cultura secularizada. Ambos os pensadores concordaram que:

En la sociedad postsecular no es posible seguir considerando la religiosidad como un estado mental defectuoso, colindante con lo irracional, aceptable únicamente en la esfera privada y en la conciencia subjetiva. Los creyentes pueden contribuir a crear el espacio público utilizando sus propias fuentes tradicionales (MELLA, 2013, p.23).

Os ensaios reunidos no volume *Entre naturalismo e religião* (2007) demonstram a mudança do pensamento habermasiano em relação à presença da religião no espaço público. Essa alteração, comenta Tavares Zabatiero (2008), poderia ter sido motivo dos encontros entre Habermas e teólogos; os ataques terroristas contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001; as discussões acerca do caráter pós-secular das sociedades contemporâneas, bem como os debates sobre a legitimidade do Estado e o funcionamento da democracia ocidental. Esses fatores causaram o envolvimento do filósofo alemão no debate sobre o lugar das religiões na contemporaneidade.

Numa entrevista concedida ao pesquisador Eduardo Mendieta, Habermas reafirmou que o sistema da religião tem se tornado diferenciado e ao ter perdido muitas das suas antigas funções, hoje se limita ao trabalho pastoral. Acrescenta que não existe uma relação (causa-efeito) entre a modernização e a perda da significação da religião que permita assegurar seu desaparecimento; portanto temos que contar com a contínua vitalidade das religiões mundiais (MENDIETA, 2010).

No olhar habermasiano, a colonização do mundo da vida pela economia de mercado pondera o progresso e o sucesso individual; a competição, o lucro, fazendo difícil lidar com situações e pessoas que não conseguem a sua realização na vida cotidiana. Nesse contexto, cabe às religiões esse papel profético (FREIRE, 2014) que Habermas (2006) identifica com as possibilidades de expressão e como a sensibilidade necessária para o tratamento de experiências de “vida malograda”, “patologias sociais”, “fracassos dos projetos individuais e da deformação dos contextos de vida desfigurados” (p. 116). Questões essas que para serem resolvidas ou pelo menos

tratadas, necessitam muito além do saber dos especialistas (psicólogos, médicos, psicopedagogos, etc.).

Habermas (2007, p. 13-14) defende que as grandes religiões fazem parte da história da razão e “preservam na memória dimensões de nosso convívio pessoal e social, nas quais os progressos da racionalização social e cultural provocaram danos irreparáveis”. Ele tem a certeza que a religião é portadora de conteúdos racionais que possam ser traduzidos para valores e princípios que fomentem a solidariedade entre cidadãos (FREIRE, 2014), aponta que “as tradições religiosas não são simplesmente emocionais ou absurdas” e que esse pressuposto seria o ponto de partida para os cidadãos não-religiosos compreenderem que as grandes religiões mundiais “poderiam carregar consigo intuições racionais e momentos instrutivos de exigências não quitadas, porém, legítimas” (HABERMAS, 2007, p. 12).

De fato, nas sociedades anglo-saxônicas contemporâneas as igrejas e as comunidades religiosas são importantes para a estabilidade e “o desenvolvimento de uma cultura política liberal”, assim como atores da sociedade civil que “fornecem argumentos para o debate público dos temas que envolvem a moral, além de assumirem tarefas da socialização política, a partir do momento em que veiculam informações para seus membros e os motivam para a participação política”. O Estado liberal acolhe as vozes religiosas na esfera pública e a participação política dessas organizações que são portadoras de importantes recursos para a produção de sentido (HABERMAS, 2007, p. 141-148).

Ao se falar em sociedade pós-secularizada se reconhece “o papel motivacional auxiliar que as tradições religiosas prestam a uma consciência normativa formada a partir do marco do sistema de direitos” (FREIRE, 2014, p. 56). Assim:

A persistência da religião e de suas tradições nas sociedades contemporâneas é vista como um desafio cognitivo, e não sinônimo de irracionalismo, um indicativo de que *cidadãos crentes e não-crentes* devem submeter-se a um *processo de aprendizagem duplo e complementar* enquanto *procedimento político* capaz de responder aos dilemas da evolução social e da modernização social e cultural. (FREIRE, 2014, p. 56, itálicas do autor).

No que tange à presença do discurso na esfera pública política, Habermas (2007) matiza a ideia da obrigatoriedade do *Proviso* ao considerar que ninguém pode negar aos cidadãos religiosos o direito de participarem nos debates públicos, utilizando sua própria linguagem. O autor afirma que o “engajamento civil” das igrejas seria

comprometido se elas fossem obrigadas a adotarem o *Proviso*, o que implicaria escolher entre valores políticos e religiosos na hora de traduzir cada “exteriorização religiosa” para uma linguagem universalmente acessível. Assinala que muitos religiosos não poderiam fazer essa “divisão artificial” de sua consciência sem comprometer sua “existência piedosa”, e adverte a necessidade de constatar na prática que muitas pessoas religiosas que se posicionam sobre questões políticas, não têm ideias nem conhecimentos suficientes que lhes permitam apresentar argumentos diferentes de suas convicções.

O Estado liberal não deveria impor às igrejas e comunidades religiosas “esse tipo de autocensura” nem submeter aos cidadãos religiosos esse tipo de restrição. Esse requerimento concerniria aos políticos que exercem ou se postulam a cargos públicos e, portanto, devem ser obrigados a manter uma posição neutra que não ponderam uma visão de mundo por sobre as outras. Nenhum cidadão religioso de um Estado liberal laico ao participar na esfera pública política estará obrigado a traduzir suas convicções para uma linguagem secular, nem muito menos fazer uma discriminação entre argumentos seculares e religiosos (abrindo mãos destes últimos) (HABERMAS, 2007). Essa tentativa, além de opressiva, menoscabaria à sua identidade pessoal.

Ainda que teoricamente a neutralidade ideológica do Estado<sup>49</sup> seja incompatível com a generalização política de uma visão de mundo secularizada (HABERMAS, 2007), consideramos que esse fato não garante por si mesmo o entendimento recíproco entre cidadãos seculares e religiosos.

A questão mais complexa numa sociedade secularizada e pluralista é o respeito recíproco entre as diversas visões de mundo. Dado que o secularismo exerce sua hegemonia, os cidadãos não-crentes devem levar a sério a fé dos crentes “num pé de perfeita paridade”. Desconsiderar um segmento da sociedade por causa das suas práticas

---

<sup>49</sup> Nesse sentido concordamos com Bresser Pereira (1995, p. 102): “O Estado jamais é uma entidade neutra, abstrata, como tanto a ideologia liberal como a tecnoburocrática sustentam. Sua ação é sempre o resultado da representação de interesses em conflito. Esses interesses agregam-se de várias maneiras, formando blocos históricos que se modificam conforme os interesses de classe se alterem em função das transformações do ambiente econômico”. Aliás, o ordenamento político, jurídico, social e econômico da maioria destas democracias modernas tem suas raízes no liberalismo político o que não impede a chegada ao poder de correntes de pensamento e ideologias concorrentes que lutaram para se tornar hegemônicas, mas devem fazê-lo sem quebrar com a própria ordem democrática que lhe garantiu o acesso.

ou crença religiosas seria recair no já mencionado *modus vivendi* e perder o princípio de mútuo reconhecimento que é constitutivo da cidadania (HABERMAS, 2008). Por isso, os cidadãos não-religiosos, em primeiro lugar, devem considerar a possibilidade “de um conteúdo racional inerente às contribuições formuladas numa linguagem religiosa” (HABERMAS, 2007, p. 11-12).

Mas qual seria a alternativa ao *Proviso* se, por um lado, o Estado não deve impedir aos religiosos de participarem da vida política sem abrir mão de suas convicções, e, ao mesmo tempo, eles devem entender e aceitar que nas esferas deliberativas formais (parlamentos, tribunais, ministérios, etc.) só são válidos argumentos seculares?

Para conseguir entender é preciso uma capacidade epistêmica que permita observar criticamente as religiões e conectá-las com as razões seculares. Reconhecendo essa “reserva de tradução institucional” não será necessário que os cidadãos religiosos envolvidos na esfera pública política, tenham que “dividir sua identidade em partes privadas e públicas”. Apoiados nas “traduções cooperativas de seus concidadãos, os religiosos se sentirão parte do processo legislativo, apesar de que os argumentos decisivos do processo sejam mesmo seculares” (HABERMAS, 2007, p. 147-148).

A “tradução cooperativa” exige dos cidadãos seculares o reconhecimento da presença de conteúdos racionais nas doutrinas religiosas e sua vontade de traduzir esses conteúdos para a linguagem compreensível para todos. Diferentemente do *Proviso* rawlsiano, esse tipo de tradução aliviaria as assimetrias (para os religiosos), pois, em termos normativos, os cidadãos seculares se abririam aos possíveis contributos de determinadas ideias religiosas e entrariam em diálogos nos quais as razões religiosas podem ser consideradas argumentos acessíveis para todos (HABERMAS, 2003 *apud* HABERMAS, 2007). Mesmo assim, a tradução institucional exigiria dos cidadãos religiosos uma operação de aprendizado e adaptação.

Para Freire (2014) a “tradução cooperativa” de conteúdos religiosos parece ser mais inclusiva comparada com a ideia rawlsiana do *Proviso*:

A transformação pragmático-semântica da *esfera pública política* (*politische Öffentlichkeit*) formulada por Habermas visa a uma tradução cooperativa bem-sucedida de conteúdos religiosos capaz de adentrar na agenda das deliberações políticas das instituições estatais, de modo a influenciar no processo político decisório, o que requer uma compatibilização do *uso público da razão* e certas *pressuposições cognitivas* (FREIRE, 2014, p. 61, itálicas do autor)

Para evitar a violência e o terror entre cidadãos religiosos e secularizados, resulta imprescindível a “compreensão mútua durante o trabalho de apropriação dos conteúdos religiosos, pois nem sempre fé e razão convergirão para os mesmos conteúdos morais”. Exemplos desses desacordos aparecem nos debates sobre a legalização do aborto, a eutanásia, a fertilização in vitro, etc. Nessa lógica, a secularização é entendida como um processo em que crentes e não crentes podem reconhecer os contributos e limites da razão e da fé, no momento de discutir questões de interesse público que resultam controversas. O diálogo cooperativo entre filosofia e religião pode atingir as mudanças de enfoque cognitivo necessárias à concretização de processos de aprendizagem social (FREIRE, 2014).

A compreensão dos cidadãos não-religiosos da necessidade de viver numa sociedade secular, na qual persistem diversas religiões, depende de uma mudança de mentalidade tão importante quanto as transformações de uma consciência religiosa que, ao mesmo tempo, deve adaptar-se a um ambiente cada vez mais secularizado. As diferenças que surgem no debate público devem ser entendidas como parte de um dissenso razoável, cuja aceitação é elemento chave de uma democracia. Sem essas premissas não é possível (em termos normativos), primeiro, a participação dos cidadãos num debate público sobre as contribuições da religião e em segundo lugar, a tradução cooperativa.

Esse “enfoque epistêmico” seria resultado do reconhecimento do limite da razão secular. Esta pressuposição habermasiana “significa que o etos democrático de cidadãos do Estado só pode ser imputado simetricamente a todos os cidadãos se estes, tanto os seculares como os religiosos, passarem por processos de aprendizagem complementares” (HABERMAS, 2007, p. 158).

Em resumo, trata-se da busca do reconhecimento mútuo entre laicos e religiosos para que estabeleçam um processo de aprendizagem complementar sem exclusões e onde uma parte tem algo a aprender da outra (POSSENTI, 2008).

Num artigo publicado no jornal italiano *La Repubblica*, Habermas (2008) retoma o tema da integração de crentes e não crentes nos Estados liberais e advogou pela busca de uma “terceira via” entre o laicismo e os fundamentalismos religiosos. Também se opõe tanto aos fundamentalismos religiosos quanto o que ele chama de “laicismo radical” que despreza o “novo papel da religião na formação política da opinião e da vontade”. O cientificismo inerente ao laicismo radical provoca questionamentos “contra

as tradições, pessoas e organizações religiosas que pretendem fazer valer um significado público a elas inerente”. Diante dessa visão excludente, o autor se pergunta se a “mentalidade laicista” seria tão indesejada quanto o fundamentalismo dos cidadãos crentes (HABERMAS, 2008)<sup>50</sup>.

Para Habermas (2008) as normas que regem a inclusão democrática poderiam, de fato, desacreditar os valores da religião. Diante da presença de diferentes religiões no cotidiano, precisa-se de um processo complementar de aprendizagem na vertente do secularismo para que o secularismo do Estado não seja interpretado como “uma mera exclusão das contribuições religiosas da esfera política pública”. O filósofo reitera a importância da religião ao afirmar que o Estado democrático não deveria reduzir a “complexidade polifônica das diversas vozes públicas”, pois privaria “a sociedade de recursos úteis à fundamentação do sentido e da identidade”. As tradições religiosas, sobretudo nos setores vulneráveis, dispõem da capacidade de articular de maneira convincente sensibilidades morais e intuições solidaristas.

Numa réplica a Habermas o filósofo italiano Eugenio Scalfari (2008) expressou suas dúvidas sobre a existência na atualidade de uma escola de pensamento que recusasse a presença das religiões no espaço público e afirmou que “a tese de confinar as religiões na esfera privada parece uma extravagância intelectualista e rara”. O comentarista considerou positivo a ideia da aprendizagem mútua entre religiosos e não-crentes, mas afirma que as religiões históricas, e a católica em particular, “não cedem em nada o seu depósito de absolutismo e sua crença de superioridade da própria verdade sobre todas as outras”. Por tudo isso, “a substância absolutista da fé e da verdade revelada torna bastante árduo o aprendizado patrocinado por Habermas”.

Na supracitada entrevista, Habermas esclarece que as reflexões dele se referem mais as transformações sociais e políticas, ainda em andamento, em países da Europa Ocidental, na Austrália e no Canadá, e aponta que o entendimento laicista que separa o Estado e a Igreja é uma visão europeia. Entretanto, no olhar dele, as posições que não desejam submeter à influência política das vozes religiosas aos constrangimentos formais, nevoam os limites que garantem a imparcialidade de um Estado laico. O que deve ser salvaguardado, afirma, é que as decisões dos poderes legislativo, executivo e

---

<sup>50</sup> Habermas (2008) faz uma distinção entre laico e laicista. A pessoa laica ou não crente se comporta com indiferença agnóstica perante as pretensões religiosas válidas. Os laicistas assumem posturas polêmicas diante das doutrinas religiosas que têm relevância pública, apesar da sua falta de fundamentação científica. Tal posicionamento faz da troca argumentativa entre laicistas e religiosos um diálogo ente surdos.

judicial sejam formuladas numa linguagem acessível para todos, e baseadas em razões universalmente aceitáveis (MENDIETA, 2010, p.9, tradução nossa). Ele já tinha advertido que na arena parlamentar as disputas sobre as certezas da fé “podem transformar o poder do Estado num agente de uma maioria religiosa que, ao impor sua vontade, fere o procedimento democrático (HABERMAS, 2007, p. 151).

Ambos os autores analisados são considerados inclusivistas, pois advogam pela participação dos cidadãos religiosos na esfera pública política sem abrir mão de sua linguagem própria. No entanto, Rawls impõe aos religiosos a obrigação de traduzir unilateralmente seus argumentos para uma linguagem secular, enquanto Habermas propôs que essa tradução (sempre imprescindível num Estado laico) seja realizada em cooperação com os cidadãos não-religiosos, e que nesse exercício se fomente o aprendizado mútuo, a aceitação dos limites das razões seculares e daquelas que têm uma origem religiosa.

As reflexões de Rawls e Habermas em torno ao papel da religião do discurso religioso na esfera pública política, em sociedades secularizadas constituem uma contribuição valiosíssima ao debate que, no entanto, devem ser complementadas com pesquisas empíricas. Não obstante, o fato que as reflexões de ambos os autores tenham como pano de fundo as garantias providas pelo Estado democrático de direito, obrigam-nos à busca de referentes ao respeito do papel atribuído à religião nos regimes socialistas.

## **2.6 O ópio dos povos: abordagem da religião pelo marxismo**

O professor Maximiliano Trujillo (2013) acredita que embora o marxismo seja uma conceição filosófica e sociopolítica de projeção ateísta, isto não quer dizer que seus conceitos estejam baseados no ateísmo. A imputação de Marx à religião, explica, está vinculada a perspectiva humanista da modernidade. A crítica marxista contra a religião está baseada na suposta cumplicidade desta com as classes exploradoras e na alienação do proletariado. Contudo, tanto essa afirmação quanto a antonímia que o marxismo estabelece entre o cristianismo e o proletariado, não devem ser assumidas como verdades absolutas, pois existem vários exemplos que demonstrariam o compromisso de cristãos com as lutas do proletariado e outros setores afins.

A relação entre o comunismo e o ateísmo é definida no trecho do *Manifesto Comunista* que afirma que o comunismo quer abolir verdades eternas como a justiça, a liberdade o que, conseqüentemente, aboliria a religião. Essa não dever ser uma

conceição definitiva da teoria marxista e que o comunismo ou a sociedade do futuro não terá que ser necessariamente ateia, mas deverá aspirar à incorporação revolucionária da religião como outra força espiritual para a construção do bem estar para todos. O suposto ateísmo do marxismo clássico tem motivado preconceitos que o próprio marxismo vem e continuará corrigindo, na medida em que saia de sua atual crise (TRUJILLO, 2013).

Entre 1905 e 1909, num contexto caracterizado pela subordinação da Igreja Ortodoxa Russa à monarquia czarista, Vladimir I. Lênin escreveu críticas fortes contra a religião. No artigo *Socialismo e religião*, publicado em 1905, o revolucionário russo denomina a religião como “um tóxico espiritual”, uma forma de opressão que ensina àqueles que vivem na pobreza a serem resignados e pacientes e caritativos aos que vivem do trabalho alheio. Aponta que a escravidão econômica é a origem verdadeira da enganação religiosa e que um dos objetivos do Partido Operário Socialdemocrata Russo seria lutar contra ela (LÊNIN, 1905).

Lênin (idem) advogou pela separação absoluta da Igreja e o Estado, pela liberdade de culto e se pronunciou contra à desigualdade entre os cidadãos por motivos religiosos. Afirmou que a religião devia ser considerada um assunto privado só em decorrência do Estado, pois o Partido não devia permanecer indiferente diante da ignorância e o obscurantismo inerente às crenças religiosas. Para ele, se tratava de uma luta ideológica de interesse do Partido e do proletariado todo. Uma luta que utilizaria armas unicamente intelectuais, por meio da imprensa e da persuasão. Apesar de reconhecer que a maioria dos socialistas não acreditava na existência de Deus e de que o Partido predicava uma “filosofia científica”, o programa do Partido não proclamava o ateísmo nem proibia o contato com proletários que mantivessem suas crenças religiosas.

Em *Actitud del Partido Obrero en relación a la Religión*, Lênin (1909, tradução nossa) radicalizou ainda mais suas críticas ao alegar que a religião era inimiga da cultura e do progresso e que o marxismo considera sempre que todas as religiões, as igrejas atuais, e que todas as organizações religiosas, são “órgãos da reação burguesa para defender a exploração e para entontecer a classe operária”. Afirma-se que o marxismo é hostil à religião e que a luta contra ela não se pode limitar a uma prédica ideológica abstrata, mas é preciso vincular essa luta com a atividade concreta do movimento de classes para eliminar as raízes sociais da religião.

Voltando ao tema do ateísmo, Lênin (idem) relembra que Engels havia condenado àqueles que pretendiam “introduzir no programa do partido operário o reconhecimento

do ateísmo no sentido de uma declaração de guerra à religião, pois uma guerra reviveria o interesse pela religião e dificultaria sua extinção”. Para o pensador alemão, só a luta de classes das massas operárias atraindo as amplas camadas proletárias para uma prática social consciente e revolucionária, seria capaz de libertar as massas oprimidas do jugo da religião. Portanto, para extinguir a religião sem recorrer a uma guerra política, era necessário que o partido soubesse trabalhar pacientemente para organizar e esclarecer o proletariado.

Em outro trecho que pode ser considerado uma declaração de princípios, afirma-se que o Partido não só devia admitir todos os operários religiosos, mas atraí-los para educá-los no espírito do programa do Partido e condenava qualquer ofensa contra as crenças religiosas. Mesmo que reconhecesse que essa possibilidade era improvável na Europa daquela época e menos na Rússia, sob determinados requerimentos, sacerdotes poderiam ser admitidos no Partido Socialdemocrata (LÊNIN, 1909).

Em 1918, durante sua intervenção no Primeiro Congresso de Mulheres Operárias da Rússia, o líder da Revolução russa de 1917 reiterou a necessidade de lutar contra os preconceitos religiosos com extrema cautela e de fazê-lo por meio da propaganda e a ilustração. Advertiu acerca dos prejuízos que provocavam aqueles que feriam os sentimentos religiosos, que uma luta hostil contra a religião aguçaria o divisionismo em momentos em que a união era imprescindível, que as causas verdadeiras dos preconceitos religiosos eram a miséria e a ignorância e que esse era o mal [e não a religião] que devia ser combatido (LÊNIN, 1973).

Ao fazer uma crítica às considerações de Lênin acerca da religião, Trujillo (2013) aponta que a religiosidade não pode ser identificada como uma simples superstição e que a religião estará presente enquanto existam as condições que provocaram seu aparecimento. Não apenas se trata de causas sociais, mas gnosiológicas, além das relações que estas estabelecem com a espiritualidade do ser humano, sua visão de mundo e suas inquietações.

Podemos afirmar que um dos objetivos do marxismo ortodoxo era a extinção da religião. Tanto nos textos de Marx e Engels quanto nos de Lênin, a religião é considerada uma forma de opressão ao serviço das classes exploradoras, causa da alienação das massas, inimiga da cultura e progresso, uma mera enganação. Segundo Trujillo (2013) os três pensadores identificaram o obscurantismo clerical europeu com qualquer religião ou manifestação de religiosidade. Através dessa perspectiva reducionista que não percebia a complexidade do fenômeno religião, Engels e Lênin

consideraram que por meio da luta ideológica, a vinculação dos trabalhadores à luta de classes que, eliminaria a exploração capitalista, e do combate à miséria, a religião seria finalmente suprimida.

Embora declarassem a incompatibilidade do marxismo com as crenças religiosas e advogassem pela extinção da religião, em nenhum dos textos analisados se promoveu explicitamente o uso da violência física ou a discriminação contra os religiosos.

Logo após a Revolução Socialista de Outubro concretizou-se a separação da Igreja do Estado, o cristianismo ortodoxo deixou de ser a religião oficial do Estado, foi reconhecido aos cidadãos o direito de professar a religião de sua preferência, ou não professar nenhuma. Lênin continuou a defender o respeito às crenças religiosas e seus praticantes, bem como o uso de métodos científicos (persuasão e a imprensa) para combater o obscurantismo religioso do povo russo.

Muitas dessas considerações teóricas se tornaram política de Estado e algumas de suas diretrizes foram exageradas e outras contornadas ou esquecidas pelo próprio Lênin, e claro, ainda mais por Stalin e os dirigentes de uma parte dos países socialistas que emergiram depois da II Grande Guerra na zona de influência da União Soviética (TRUJILLO, 2013).

### **2.7. O dissenso gramsciano**

Antonio Gramsci foi um dos pensadores marxistas que introduziu um novo entendimento da religião. Ele se interessou pela abordagem do tema religioso, especialmente, a função da Igreja Católica na sociedade capitalista moderna, a partir de uma perspectiva diferente das anteriores, e analisou a importância da cultura religiosa entre as massas populares.

Conforme Silva (2010), ainda que nos seus primeiros escritos Gramsci concebesse a religião como um fenômeno alienante, em etapas posteriores da sua obra o autor começou a entendê-la como “uma força ideológica com poder de mobilização das massas oprimidas, em especial os camponeses, para a luta prática, material”. Para o revolucionário italiano, a religião era uma conceição da realidade com uma moral correspondente, apresentada de forma mitológica (GRAMSCI, 1986) e definiu a religião cristã como uma necessidade, “uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma determinada de racionalidade do mundo e da vida que assinalou os quadros gerais para a atividade prática real” (GRAMSCI, 1971, p. 20, tradução nossa).

A noção gramsciana da religião está ligada à de ideologia. Segundo Silva (2010), “os estudos religiosos de Gramsci representam uma análise crítica da função prática da ideologia e dos meios de combatê-la ou mesmo neutralizá-la na sociedade”. Em *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, Gramsci (1971) concebe o problema da religião como a unidade entre uma concepção de mundo e uma norma de comportamento decorrente dela, e questiona o fato de chamar religião essa unidade de fé invés de ideologia ou política. Esse entendimento se afasta completamente do caráter irracional e obscurantista que Marx, Engels e Lênin atribuíam à religião.

Da Silva (2010) salienta que a religião (entendida como ideologia) não deve ser vista como um conjunto homogêneo, mas subdividido em sub-religiões correspondentes com os grupos sociais no qual está inserida. Segundo Portelli (1984 *apud* DA SILVA, 2010), analisar a Igreja como um aparelho ideológico permite compreender o fenômeno dos intelectuais religiosos e de suas relações com o Estado.

No quarto volume dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (1986) dialoga com Benedetto Croce quem definiu a religião como uma concepção da realidade à qual corresponde normas morais que dirigem as ações dos indivíduos nos âmbitos público e privado. Num trecho posterior Croce afirma que depois de Cristo todos nos tornamos cristãos, o que quer dizer que “a parte vital do cristianismo foi absorvida pela civilização moderna” (p. 121). Isto significa que nossos valores éticos e morais estariam perpassados pelos princípios que emanam do cristianismo.

De acordo com Gramsci, a religião não consegue fugir das contradições inerentes à sociedade classista e em alguns momentos atua como força revolucionária e noutros contribui para alienação das massas. Segundo Silva (2010), o filósofo sardo queria entender como uma ideologia surgida no seio das classes subalternas (como o próprio cristianismo) “se impunha a estas classes como poder externo, que traz consigo a capacidade de explicar o mundo, configurando assim uma relação de dominação”. Contudo, reiteramos que também valorizou os conceitos religiosos pela sua capacidade de “sistematizar valores difusos, dispersos na sociedade, e consolidar uma visão de mundo compreendida, aceita e legitimada”.

Para o fundador do Partido Comunista Italiano, a Igreja Católica não era um monólito e identificou três tendências no interior dela que denominou como “integristas, modernistas e jesuítas”. Os diferentes segmentos do catolicismo estariam representados nessas tendências que atuam como formações partidárias internas que disputam entre si o controle da instituição Igreja. Os integristas representam o setor conservador da

sociedade, enquanto os modernistas se desdobram numa corrente próxima das classes populares e de orientação socialista e outro aderente à democracia liberal (SILVA, 2010).

Gramsci se referiu ao papel social que as instituições religiosas poderiam desempenhar no espaço público quando afirmou que, apesar de ter perdido o poder político no Estado, a influência da Igreja católica na vida social e cultural da Itália ainda era impressionante. Por meio da educação, as festividades populares, inclusive da imprensa, a Igreja católica conseguiu obstaculizar a formação da hegemonia secular liberal burguesa na sociedade italiana da época (COHEN; ARATO, 2000).

Ao respeito das tentativas de eliminá-la, apontou que a religião não poderia ser tirada do povo enquanto não fosse substituída por algo capaz de satisfazer as exigências que justificavam sua existência (GRAMSCI, 1971). Embora as reflexões de Antonio Gramsci propusessem uma alternativa marxista à visão economicista e reducionista sobre os fenômenos religiosos, nos países socialistas predominaram as teses de seus predecessores, especialmente as expostas por Lênin.

Na próxima sessão apresentaremos alguns dos pressupostos que influíram na relação entre autoridades políticas cubanas, religião e as comunidades praticantes, desde a década de 1970 até o final dos anos 80.

### **2.8. Discurso religioso no espaço público em Cuba**

Analisar os efeitos do processo de secularização em Cuba e determinar se a cubana é uma sociedade pós-secular é uma pesquisa a ser realizada. Nesta sessão nos limitaremos a comentar algumas das características das relações entre o Estado cubano e as religiões, desde o triunfo da Revolução em 1959 até a reforma constitucional de 1992. Revisitaremos os pressupostos ideológicos que sustentavam esses vínculos.

Ao ter adotado o socialismo como sistema sócio-econômico, o caso de Cuba parece distante das propostas normativas de Rawls e Habermas. Apesar disso, não podemos dizer que a religião tinha sido extinta na ilha socialista, ou que o país se manteve imune às influências do processo de secularização, mesmo que manifestações religiosas sejam pouco visíveis no espaço público e ainda menos na mídia sob controle do Partido Comunista.

Contrariamente ao que observamos no resto de América Latina, em Cuba a Igreja católica teve dificuldades para se tornar uma instituição hegemônica no contexto nacional. Um dentre muitos fatores que limitaram a influência da institucionalidade

católica na sociedade cubana foi o compromisso da Igreja com o regime colonial espanhol e a condenação pública às lutas pela independência iniciadas na segunda metade do século XIX. Durante o período colonial, aponta Céspedes (1995), as autoridades católicas estavam juridicamente subordinadas à Coroa espanhola, por meio do Patronato Régio que permitia aos monarcas a designação e demissão de bispos.

Uma das primeiras polêmicas em torno à presença de elementos do discurso religioso na esfera política cubana apareceu no momento de decidir se o preâmbulo da Constituição de 1901 devia invocar ou não o nome de Deus (BERNAL, 2003). Contrariamente ao desejo de delegados agnósticos e ateus, a invocação foi incluída no texto jurídico final. Inclusive, Manuel Sanguily, uma das vozes mais liberais, defendeu a decisão alegando que O Senhor era um símbolo que acolhia as aspirações de ateus e crentes (p.12). A Constituição de 1940 se manteve na mesma linha, apesar da opinião dos delegados que achavam que dita invocação teria de ser apagada, pois feria os sentimentos e direitos das pessoas sem religião (p. 22).<sup>51</sup>

Todas as constituições cubanas explicitaram o caráter secular do Estado cubano. A carta magna de 1901 estabeleceu a liberdade de culto, a separação da Igreja do Estado, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas e da subvenção estatal para qualquer prática religiosa. Entretanto, ditava que “a moral cristã” era a oficial e o modelo normativo a seguir pela sociedade (CUBA, 1901, art. 26º). Apesar dessas normativas, como afirmam Ramírez et al. (1998), a Igreja Católica conseguiu manter um status privilegiado e importantes vínculos com o poder político republicano.

Como dito, Gramsci (1971) também reconheceu que na religião existem elementos e momentos de libertação que têm sido expressão de complexos movimentos revolucionários. Nesse sentido a história cubana evidencia que nos ideais independentistas do século XIX misturavam-se os princípios do liberalismo com elementos axiológicos de origem cristã. Na luta armada (1956-1958) que deu o triunfo para os revolucionários comandados por Fidel Castro, participaram inúmeros laicos católicos, muitos deles inspirados nos preceitos cristãos de luta pela justiça e o bem do próximo (TRUJILLO, 2006). Pouco conhecida é a história do padre Guillermo Sardiñas que se incorporou à guerrilha e tornou-se o primeiro sacerdote comandante da América

---

<sup>51</sup>Só na atual Carta Magna, aprovada em 1976 e reformada em 1992, o nome de Deus ficou ausente, devido ao caráter ateu com que o próprio Estado cubano foi denominado nesse texto. Tal condição foi eliminada em 1992, quando o Estado foi novamente reconhecido como laico.

Latina (p.23). Tudo indica que a Revolução cubana não foi uma revolução anticlerical ou antirreligiosa.

Nos primeiros anos que sucederam o triunfo da Revolução, a ilha caribenha tornou-se cenário de tensões e confrontos ideológico entre o Estado e as diferentes congregações religiosas existentes. Mesmo que as desavenças entre o Governo revolucionário e a Igreja católica sejam frequentemente analisadas desde a perspectiva da luta de classes (já que a alta hierarquia defendia os interesses da burguesia e manifestou seu desacordo com muitas das medidas do novo governo) é certo que a adoção do socialismo e de uma interpretação do marxismo que, predicava o ateísmo cientificista, provocaram um confronto ideológico entre o Estado as religiões existentes em Cuba. Esse confronto foi consequência da importação das considerações acerca da religião defendidas pelo marxismo soviético.

A construção do socialismo em Cuba foi inspirada na experiência da União Soviética. O socialismo realmente existente foi ateu e promovia a exclusão das práticas religiosas. Era improvável que essas posturas fossem modificadas, e mesmo que a Igreja católica houvesse optado por um relacionamento harmônico com o novo governo, o conflito na ordem filosófica seria inevitável. O ostracismo que também atingiu os clérigos que se afastaram da burguesia nacional e defenderam a Revolução provou que o confronto foi para além de luta de classes (TRUJILLO, 2013).

No final da década de 1960, o governo cubano adotou progressivamente os códigos doutrinários do ateísmo científico de viés estalinista-soviético (TRUJILLO, 2014). Segundo Márquez (2014), a participação de alguns católicos em ações subversivas foi a justificativa empregada por funcionários do governo para aplicar políticas discriminatórias contra todos os crentes.

Em 1975 foi celebrado o I Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC). Dentre as teses e resoluções aprovadas destacaram-se a dedicada a “política em relação à religião, igreja e os crentes”. Esse documento reproduz os pontos de vista de Marx, Engels e Lênin acerca da religião que apresentamos com antecedência. A questão religiosa em Cuba compreendia, em primeiro lugar, as diversas organizações religiosas (igrejas, congregações, seitas, etc.); e em segundo lugar, a atitude do Partido diante da religião como ideologia em si mesma (PCC, 1975).

A partir desse momento, a política do PCC em torno à religião se fundamentava na concepção científica, marxista-leninista sobre a origem, a essência e o papel da religião; nas condições concretas e nos antecedentes dessa questão em Cuba; assim

como, na experiência dos países socialistas. Reconhecia-se a liberdade de consciência, para o exercício de qualquer religião ou para a adoção de convicções materialistas e ateias; a igualdade entre todas as crenças religiosas e entre cidadãos crentes e não-crentes; o direito a praticar o culto; considerava inadmissível o uso da religião para combater a Revolução, o socialismo ou violar o ordenamento jurídico vigente; estabelecia o caráter científico da educação e caráter laico de todas as instituições que integram o sistema nacional de ensino (PCC, 1975).

As teses também consagravam o direito dos cidadãos não-religiosos para divulgarem as convicções materialistas ateias. Esse ponto merece uma atenção especial, pois demonstra com clareza as assimetrias entre crentes e não-crentes. De um lado, ao considerar a religião como um assunto privado em relação ao Estado, o PCC restringia o direito dos religiosos para divulgarem suas convicções no espaço público. Enquanto os ateus podiam usar a mídia, as editoras, as praças e as escolas para difundir abertamente sua visão de mundo, as ideias religiosas deviam ficar confinadas nos templos, lugares de culto e nas casas dos religiosos.

No terreno ideológico, devido a sua natureza anticientífica, a religião foi considerada uma falsa concepção do mundo; portanto, a política do Partido estaria baseada na luta para alcançar uma consciência científica, materialista, livre de preconceitos e de superstições (idem).

Dentre as ações desenvolvidas pelo Partido para a superação da religião se destacaram: 1) a divulgação sistemática das concepções do materialismo dialético e histórico acerca da natureza, a sociedade e o pensamento, para libertar as massas dos dogmas, superstições religiosas, mas sem ferir os sentimentos religiosos dos crentes; 2) não seriam promovidas nem apoiadas campanhas antirreligiosas, nem se tomariam medidas coercitivas ou administrativas contra a religião; 3) na busca da unidade de todo o povo cubano, não haveria cabimento para o isolamento ou a rejeição contra os crentes, mas sim atraí-los para que participassem nas tarefas da Revolução. As organizações de massas e sociais admitiriam, sem distinções, cidadãos crentes e não-crentes. Estes últimos também poderiam ocupar cargos públicos; 4) o Partido não admitiria cidadãos que não compartilhassem totalmente e sem questionamentos a doutrina marxista-leninista e sua ideologia científica e materialista (PCC, 1975).

Todavia, essas políticas nem sempre foram capazes de impedir a discriminação contra os crentes. A exclusão dos religiosos das filas do PCC, a principal organização

política da nação, foi um exemplo concreto da discriminação que os converteu em cidadãos de segunda classe ao limitar o exercício de seus direitos políticos.

As igrejas e seitas cristãs (não-católicas) foram diferenciadas levando em conta as que se baseavam no fanatismo irracional e as que aceitavam os propósitos fundamentais da Revolução. No primeiro grupo se encontravam, por exemplo, as Testemunhas de Jeová, cuja prática de não aceitar transfusões de sangue foi considerado lesiva à saúde pública. A não participação no serviço militar obrigatório e a rejeição dos símbolos nacionais (bandeira, hino) eram condutas consideradas contrarrevolucionárias. Em relação aos cultos sincréticos” (que fusionam religiões de matriz africana com elementos do catolicismo), a política estava dirigida à prevenção de condutas e atividades antissociais (não se especifica quais eram) que afetam a saúde pública e contrariam o interesse público. Mesmo que reconhecia os valores culturais folclóricos das etnias representadas nesses grupos religiosos, o PCC (idem) considerava que essas manifestações deviam ser depuradas de seus elementos místicos para que suas essências não contribuíssem para a permanência de costumes e critérios opostos à verdade científica.

Finalmente, o documento considerava que o ateísmo é uma “conclusão científica” e um meio para afirmar a consciência revolucionária dos trabalhadores e do povo. Nessa lógica, a atitude adequada e a incorporação dos crentes na construção do socialismo, ajudariam a libertá-los de qualquer superstição.

De modo geral, podemos resumir que no I Congresso do PCC foram estabelecidas as diretrizes que dirigiram as relações do Partido-Estado com a religião, as organizações religiosas e seus integrantes. Por ser contrária à ciência e ao materialismo, a religião foi considerada uma falsa visão de mundo, um fenômeno meramente irracional e supersticioso. Nessa lógica, se ignoraram as contribuições axiológicas das religiões para a construção da sociedade socialista, nem se reconheceu os conteúdos racionais presentes no discurso religioso que poderiam ser apresentados como argumentos no debate público. Enquanto os cidadãos ateus tinham a liberdade de divulgar abertamente as suas ideias, limites foram estabelecidos para as expressões religiosas no espaço público. Entendido como um assunto privado, as práticas religiosas não deviam ir para além dos templos ou as casas de culto. Embora os religiosos pudessem ser membros das organizações de massas e sociais, eles foram impedidos de integrar o PCC, a entidade política mais importante da nação.

Ao considerar que o ateísmo era uma conclusão científica e materialismo marxista como doutrina, na prática Cuba tornou-se um Estado ateu. De fato, a constituição aprovada em 1976 estabelecia que a atividade do Estado socialista e a educação do povo estão baseadas na “conceição científica materialista do universo”, mesmo que reconhecesse a liberdade de consciência e garantisse a liberdade religiosa. (CUBA, 1976, art. 54º, tradução nossa). De outro lado, a Constituição socialista não explicitou a proibição da discriminação contra os cidadãos religiosos.

Após o Concílio Vaticano II, na América Latina começou uma renovação espiritual e social que “levou muitas comunidades religiosas, fiéis, a rever suas práticas pastorais, a sair ao encontro dos pobres, dos excluídos, dos indígenas, dos camponeses das populações das periferias, como os favelados e os sem-terra” (PÉREZ ESQUIVEL, 2014, p. 35). Nessa região encontram-se importantes exemplos do envolvimento da religião e de organizações religiosas na luta pela democracia, os direitos humanos, assim como a crítica contra a desigualdade e pobreza que gerava a exploração capitalista. O momento mais intenso dessa luta foi durante as ditaduras civil-militares que tomaram o poder na maioria dos países do subcontinente.

Frei Betto (1985) explica que devido à repressão que sofreram os movimentos populares e sindicais, os pobres se aproximaram da Igreja e nela encontraram um espaço onde se mantiveram organizados. Afirma que as “Comunidades Eclesiais de Base” se espalharam pela América Latina: só no Brasil eram mais de 100 mil, congregando três milhões de pessoas (p. 282). Dessas bases populares “surge a teologia da libertação como reflexão da práxis social e eclesial” (PÉREZ ESQUIVEL, 2014, p. 35).<sup>52</sup> Nessa etapa movimentos populares ganharam força na esfera pública e se valeram da comunicação para reclamar seus direitos e expor suas demandas<sup>53</sup>. A falta de acesso aos meios tradicionais fez com que esses coletivos procurassem seus próprios veículos de expressão e elaborassem ações comunicativas em decorrência de suas possibilidades, interesses e objetivos.

---

<sup>52</sup>A criação da Teologia da Libertação corresponde à reflexão feita pelo sacerdote peruano Gustavo Gutiérrez, que a apresentou em 1971, no livro homônimo. Segundo Gutiérrez, “la teología de la liberación está estrechamente ligada a esta nueva presencia de los que siempre estuvieron ausentes de nuestra historia. Ellos se han convertido poco a poco en sujetos activos de su propio destino, iniciando un proceso que está cambiando la condición de los pobres y oprimidos de este mundo” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 16).

<sup>53</sup>Nesse sentido, poderia afirmar-se que na América Latina a comunicação alternativa está ligada à luta dos povos pela democracia e pela justiça social.

Mesmo que internamente, a religião foi considerada uma prática irracional ligada à superstição, o PCC (1975), reconhecia as contribuições desses grupos cristãos católicos e de clérigos que se incorporaram às lutas revolucionárias, bem como as agrupações políticas da esquerda cristã, vinculadas com partidos operários e comunistas e com os movimentos progressistas da América Latina; e expressou seu apoio as lutas desses setores cristãos.

Os acordos alcançados pelos delegados do IV Congresso do PCC<sup>54</sup> trouxeram importantes mudanças. Ao encerrar o evento, Fidel Castro declarou que tinha sido resolvido “o problema daqueles que não tinham acesso ao Partido devido a suas crenças religiosas”. Na busca do fortalecimento da unidade do povo cubano em torno a um único partido político, o PCC autorizou o ingresso dos religiosos sob uma única condição: aceitar seu programa e compartilhar todos seus princípios políticos, econômicos e sua concepção do socialismo. Fidel anunciou que a Constituição incorporaria que ninguém poderia ser discriminado por causa de suas crenças religiosas. Segundo ele, todas essas medidas fortaleceriam o Partido diante dos olhos da própria nação e do mundo (CASTRO, 1991).

A reforma constitucional de 1992, acordada no IV Congresso, contribuiu na normalização das relações entre o Estado cubano e as comunidades religiosas. O novo texto legal restabeleceu o caráter laico do Estado cubano, ao se modificar o artigo que explicitava a concepção materialista como base da atividade estatal e da educação dos cidadãos. Nesse mesmo ano foram eleitos pela primeira vez como deputados da Assembleia Nacional os líderes evangélicos Raul Suárez e Luis Arce, das igrejas batista e presbiteriana, respectivamente (CRESPO, 2012).

Nas últimas eleições legislativas (2014), além do pastor Suárez, integraram o parlamento cubano: Ofélia Ortega Suárez, pastora presbiteriana; o reverendo Pablo Odén Marichal, episcopal; e Antônio Castañeda, sacerdote de Ifã e presidente da Instituição Religiosa Associação Cultural Ioruba de Cuba<sup>55</sup> (CUBAENCUENTRO,

---

<sup>54</sup> O IV Congresso do Partido Comunista de Cuba aconteceu de 10 a 14 de outubro de 1991 na cidade de Santiago de Cuba.

<sup>55</sup> A Associação Cultural Ioruba de Cuba (ACYC) não é uma congregação propriamente dita, porque em Cuba a prática das religiões de origem africana não é institucionalizada como acontece com as cristãs. Contudo, a ACYC conta com representações em todas as províncias do país, assim como na Colômbia, o Equador, a Espanha, os Estados Unidos, a França, o México, o Porto Rico e a Venezuela. É a responsável pela publicação da *Letra del Año* (Letra do Ano), documento que contém as previsões dos acontecimentos mais importantes do ano para Cuba e o mundo, elaborado pelo Conselho Cubano de Sacerdotes Maiores de Ifã.

2008b; CIMADEVILLA, 2012). Contudo, não há dados sobre o número de ateus e crentes que integram o poder legislativo.

Diante das consequências de uma crise axiológica particular, cujas causas têm mais a ver com os excessos e defeitos das dinâmicas internas da concreção do ideal socialista em Cuba, o governo também tem reivindicado a importância das religiões. Em julho de 2013, o Presidente cubano, logo após criticar o enfraquecimento dos “valores morais e cívicos” na sociedade, convocou as instituições religiosas a se juntarem com as autoridades e as organizações políticas e sociais para ajudar na restauração da ordem e da disciplina (CASTRO, 2013). Raúl Castro, um ex-aluno de padres jesuítas, estaria ciente das potencialidades das entidades religiosas para educação da população? O certo é que o Estado não é hoje a única influência moral, nem a mais importante em algumas zonas do tecido social cubano. Igreja católica, que também defende a ordem, e a disciplina poderia ser uma boa parceira para o Governo.

No Relatório Central apresentado no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, Castro (2011a) reconheceu que a unidade entre a doutrina e o pensamento revolucionário em relação à fé e aos crentes estava enraizada nos fundamentos da nação que reafirma seu caráter laico, mas considera como um princípio a união da espiritualidade com a pátria. Raúl disse que o papel que os líderes e representantes das diversas instituições religiosas desempenhavam em distintas áreas da vida nacional, confirmava o acertado da decisão tomada no IV Congresso (1991), que autorizou o ingresso dos religiosos no Partido.

É bom lembrar que, segundo a sua Doutrina Social, a Igreja Católica não defende nenhum sistema sociopolítico e os clérigos não devem participar em campanhas políticas nem partidárias. Por causa disso, não é comum que sacerdotes católicos assumam cargos de eleição popular. Contudo, a Igreja se auto-define como a consciência crítica da sociedade e reconhece que os leigos têm o direito e o dever de serem atores na sociedade, guiados pelo magistério eclesial (RAMÍREZ et al, 1998, p. 14).

Não temos certeza da participação de integrantes do movimento católico na Assembleia Nacional, porém um dossiê publicado no jornal *Granma*, órgão oficial do Partido Comunista de Cuba, afirmou que “laicos da igreja católica e outras denominações e expressões fazem parte das entidades estatais e estão integrados nas organizações políticas e massas do país (GRANMA, 2012).

Em geral, o discurso religioso (em estado puro), permanece no interior dos templos, lugares de culto ou nos lares. A partir de nossa experiência como participantes ativos de essa realidade, podemos sugerir dentre vários fatores: o caráter tradicionalmente laico do Estado cubano, a ausência do ensino religioso nas escolas públicas desde a fundação da República em 1902, e especialmente, a disseminação da conceição científica materialista do mundo, bem como as diferenças das religiões cristãs com o Estado e a maioria da sociedade, em temas como o aborto, o divórcio, os métodos anticoncepcionais, a pena de morte, etc.

A sociedade cubana mostra um importante grau de secularização, o que faz com que os conteúdos religiosos devam ser omitidos ou traduzidos, durante as deliberações que acontecem na esfera pública política, pois o caráter doutrinário com que algumas religiões abordam temas determinados pode não estar em sintonia com o imaginário e os interesses da maioria da população, acostumada a delimitar aquelas arenas onde o discurso religioso tem cabimento.

Nesse sentido, resulta ser de extraordinário valor as experiências que o reverendo Pablo Odén Marichal (2015, entrevista), deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, relatou acerca de que durante os debates no parlamento sobre tópicos sensíveis como a pena de morte e o aborto, nem ele nem o pastor Raúl Suárez, utilizam argumentos doutrinários. As opiniões dele, explicou, fazem parte da diversidade de critérios existente dentro da Assembleia.

Marichal, que é também coordenador da Plataforma Inter-religiosa Cubana, explica que em discussões sobre a pena capital tem apresentado argumentos baseados na efetividade dessa punição na diminuição dos delitos e do sofrimento dos parentes e amigos do executado. Lembrou que numa ocasião em que expressava seus pareceres sobre um desses temas, um parlamentar reagiu de “um jeito emocional” e foi o próprio Raúl Castro, que ainda não era Presidente, quem chamou a respeitar as diferentes opiniões.

Nós, comentou, argumentamos nossos posicionamentos em torno ao aborto, considerando os danos que a interrupção da gravidez podem ocasionar na mulher, o impacto que essa prática tem no decréscimo da população cubana, a necessidade de ajudar às famílias para que consigam ter mais de um filho, etc. Com mais de uma década presente no poder legislativo, o líder episcopal considera que é desacertado atribuir essas opiniões só a valores religiosos. “Os religiosos não somos inventores dos valores nem os donos deles. Um dia me perguntavam como podia a religião contribuir

para resgatar os valores. E pensei na ajuda que o resto da sociedade pode dar às igrejas na solução de seus próprios problemas”. (MARICHAL, 2015, entrevista).

## 2.9. Mídia e religião

A Igreja está ciente de que os meios de comunicação desempenham um papel importante na construção e manutenção da comunidade humana, do desenvolvimento econômico, político, cultural, educacional e religioso. Na Doutrina Social da Igreja (DSI) afirma-se também que a política de comunicação deve ser baseada num processo *participativo e público*, e que a função da mídia ou dos foros de discussão é constitutiva e essencial, especialmente para os países comprometidos com seu desenvolvimento (ERRAZÚRIZ, 2005, p. 3, grifos nossos). No Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI promulgou o “Decreto sobre os Meios de Comunicação Social”, conhecido como *Inter Mirifica*. O Decreto destaca o direito à informação, destaca a participação dos leigos no uso dos meios, realizando suas tarefas competentemente e com espírito pastoral. Além disso, estabeleceu a realização da Jornada Mundial das Comunicações Sociais, que desde 1967 é celebrada anualmente em todas as dioceses do mundo (PAULO VI, 1964).

Na sua mensagem para a trigésima quarta dessas Jornadas, João Paulo II (2000) expressou que a Igreja devia usar seus próprios meios de comunicação e, se possível, aproveitar a oportunidade para estar presente na mídia secular. Em 2005, numa carta dirigida aos responsáveis da comunicação social, o Pontífice reconheceu o potencial dos meios de comunicação para promover o diálogo, convertendo-os em veículos de compreensão mútua, de solidariedade e de paz. “O grande desafio de nosso tempo, afirmou o Papa, é manter uma comunicação verdadeira e livre, que contribua com a consolidação do progresso integral do mundo”. Aliás, referiu-se à revolução que trazem as tecnologias modernas para a comunicação.

Em Cuba as instituições religiosas, incluindo aquelas existentes desde antes da revolução, não possuem meios de comunicação de alcance massivo. Com a nacionalização das empresas midiáticas privadas em 1962 e a emigração de uma parte importante dos responsáveis pelas publicações impressas, diminuiu a influência das religiões no espaço público (TRUJILLO, 2013b). A partir da década de 1990, a presença de programas religiosos na mídia estatal tem sido muito episódica<sup>56</sup>. Nos últimos anos os cubanos têm sido testemunhas da transmissão pela televisão de

---

<sup>56</sup>Consultar: VEGA, A. Inusual culto público en Cuba en estadio y por televisión. Cristianos.com, julho de 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1SeTikZ>>. Acesso em 20/01/2016.

mensagens e concertos natalinos, eventos religiosos de distintas congregações, as missas dos papas João Paulo II, Bento XVI e Francisco em 1998, 2008 e 2015, respectivamente.

Desde 1993 a estação estatal CMBF (especializada em música sinfônica) transmite *El evangelio en marcha*, um programa radiofônico de 20 minutos que se está no ar os primeiros domingos de cada mês. Tanto esse programa como as duas transmissões especiais pela *Semana de la Pasión* e Natal são dirigidas pelo Conselho de Igrejas de Cuba, entidade que reúne várias denominações protestantes (PAZ, 2013).

Outro fato interessante tem sido a presença de personagens públicas ligadas ao âmbito religioso em programas da televisão nacional. O programa de entrevistas *Con dos que se quieran* (Com dois que se amem) do cantor Amaury Pérez, transmitido em horário nobre, convidou em junho de 2011, monsenhor Carlos Manuel de Céspedes<sup>57</sup>, figura chave no processo de reatamento dos laços Igreja-Estado. Mais recentemente, em setembro de 2015, quando faltavam poucos dias para a chegada do Papa Francisco a Cuba, Amaury Pérez entrevistou ao Cardeal Jaime Ortega<sup>58</sup>, arcebispo de Havana e figura máxima de hierarquia eclesiástica cubana.

Segundo Celaya (2015), a entrevista abordou temas que nunca são tratados na mídia oficial como os presos políticos ou os desencontros nas relações entre a Igreja Católica e o Estado. Durante o programa, Ortega usou eufemismos para termos que poderiam gerar tensões com o Governo, demonstrando a habilidade do entrevistado de codificar e dos telespectadores para ler nas entrelinhas, tal como salientam Lauristin (1998) e Silberman (1997).

É claro que essas concessões do Governo são insuficientes e os crentes cubanos de todas as denominações aspiram a estar mais e melhor representados no universo midiático nacional. Em 2010 o cubano Gustavo Andújar, então vice-presidente de Signis - Associação Católica Mundial para a Comunicação, declarou: “temos alcance limitado e gostaríamos de chegar a todos e que a mídia cubana acompanhe os eventos religiosos que são de interesse jornalístico”. Andújar acrescenta que “eventos da Igreja local divulgados internacionalmente muitas vezes são ignorados pela imprensa no nosso país” (GROGG, 2010, tradução nossa).

---

<sup>57</sup> O programa encontra-se disponível em: < <http://bit.ly/1Wn31WX>>. Acesso em 30/11/2015.

<sup>58</sup> O programa encontra-se disponível em: < <http://bit.ly/1PBLnyp>>. Acesso em 30/11/2015.

Esses vazios são aproveitados por emissoras de rádio que transmitem programação religiosa desde países estrangeiros. Segundo uma pesquisa publicada no site *Cristianos.com* as estações *Radio Visión Cristiana* e *Family Radio* são as mais escutadas. As três emissoras estão sediadas nos Estados Unidos. Afirma-se que emissoras como a equatoriana *HCJB* têm contatos dentro da Ilha, que outras convidam líderes religiosos residentes em Cuba que participam em eventos no exterior. *HCJB* também facilita a comunicação dos cubanos que moram fora com seus parentes na Ilha. Por último, menciona que o Projeto Rádio Transmundial ofereceu oficinas de elaboração de programas que poderiam ser gravados em Cuba e veiculados pela citada estação que transmite desde a Carolina do Norte. Contudo, esses veículos pertencem a denominações protestantes. Do lado católico, a Rádio Católica Mundial, por exemplo, tinha o programa *Cuba tu esperanza*, dirigido à comunidade católica da Ilha<sup>59</sup> e a Rádio Vaticana também é conhecida entre os *diexistas*<sup>60</sup> locais.

Precisaríamos de mais pesquisas de campo para confirmar o número de ouvintes e a influência que essas estações de rádio têm em Cuba, assim como as redes comunicativas que seriam capazes de estabelecer. Mas os fatos pareceriam comprovar o bom juízo de Bathrick (1995), quando inclui no seu mapeamento das esferas públicas na Alemanha Oriental a mídia que transmitia desde o outro lado da Cortina de Ferro.

No entanto, as religiões também desenvolveram iniciativas próprias e desde a década de 1980 usam suas publicações para introduzir discursos alternativos aos discursos oficiais, incluindo críticas às políticas e programas estatais e buscando tensionar a predominância de interesses que se impunham de maneira vertical (CRAHAM, 2013). Tema que abordaremos mais na frente. A consolidação da imprensa católica que acompanhamos desde 1990 também coincide com o renascimento da religiosidade entre os cubanos e as melhorias nas relações do Estado com as religiões em geral, e com a Igreja católica em particular (JMÉNEZ, 2012, p. 2).

Acreditamos que a mídia religiosa, especialmente a católica, - que é foco dessa pesquisa- deve ser analisada a partir de uma perspectiva crítica, considerando que são instituições vinculadas a uma instituição milenária, conservadora e hierárquica.

---

<sup>59</sup>Consultar: Alta audiencia en radios cristianas cubanas. Disponível em: <<https://goo.gl/gPDrwZ>>. Acesso em: 11/01/2016.

<sup>60</sup> Diexista é a pessoa cujo hobby é a escuta de estações internacionais de rádio. O nome tem a ver com o telegráfico DX que significa distância.

Portanto, não podemos negligenciar as relações de poder e subordinação que influem sobre o trabalho jornalístico dos prelados e laicos que as gestam. Como advertem Habermas (2006) e Marques (2008, pp. 24-25), nenhum veículo comunicativo é neutro e está sempre implicado em relações de poder e subordinação, internas e externas.

Independentemente do sistema político adotado e do regime vigente, a sociedade cubana atual exibe um alto grau de pluralismo cultural, político e também religioso. Apesar das dificuldades em relação à presença das religiões na mídia estatal, as denominações cristãs têm sido as mais favorecidas. Paradoxalmente, os cultos e cerimônias das diferentes religiões de matriz africana, consideradas as mais praticadas pela população, têm pouquíssima presença nos meios oficiais.

Temos apresentado conceitos e referências teóricas que constituem a pedra angular da nossa pesquisa. Além de conhecer as múltiplas definições do termo sociedade civil, identificamos as limitações da noção habermasiana para pensarmos em esfera pública em Cuba e aproveitamos as contribuições que diferentes autores têm realizado para o estudo das esferas públicas em países socialistas. Considerando que essa pesquisa vem abordando a interface entre política, religião e mídia, nos aproximamos da discussão sobre a presença do discurso religioso nas sociedades secularizadas, contrastando as reflexões teóricas dos autores convocados com exemplos da realidade cubana e a experiência de um líder espiritual que opera nos âmbitos político e religioso.

No próximo capítulo explicaremos as principais transformações que tem experimentado a sociedade civil em Cuba desde a tomada do poder pelos revolucionários (1959) até a sua configuração atual. Comentaremos brevemente as contribuições das TIC, não só visualizando a diversidade existente dentro da sociedade cubana, mas como diferentes atores as usam para articular um debate público pluralista, estreitar redes para a troca de informação, realizar expressões de ativismo político que dificilmente poderiam ser exercidas no espaço público físico, etc. Posteriormente, apresentaremos as características fundamentais das esferas públicas em Cuba e reflexões sobre as funções da deliberação pública no socialismo. Ao concluir, realizaremos o “mapeamento” das principais esferas públicas relacionadas com nosso objeto de estudo.

## **Capítulo 3 - Os conceitos em contexto: sociedade civil e esfera pública em Cuba**

### **3.1 Existe uma sociedade civil em Cuba?**

Em 2007, os pesquisadores estadunidenses Margaret Crahan e Ariel Armony se perguntavam se existia uma sociedade civil em Cuba. Ainda que parecesse supérflua, essa questão resumia anos de intensa polêmica, entre políticos e acadêmicos, em torno da existência real de uma sociedade civil no único país do hemisfério ocidental que ainda mantém hasteadas as bandeiras do marxismo-leninismo.

Embora a sociedade civil tenha experimentado seu maior dinamismo a partir da década de 1990, Cuba tem uma forte tradição associacionista através de uma grande variedade de mecanismos cívicos e religiosos (CRAHAN; ARMONY, 2007). Acanda (2008) afirma que antes da revolução de 1959 já existia no país uma das sociedades civis mais diversas, complexas e dinâmicas da América Latina e do Caribe, como resultado do alto nível das relações sociais capitalistas. Porém, problemas como a pobreza, o analfabetismo e o desemprego limitavam a integração de uma grande parte da população aos mecanismos associativos ou a participação no controle dos assuntos de interesse público. Ao mesmo tempo, a vocação cívica dos cubanos contrastava com a debilidade das instituições democráticas. A grande politização da sociedade cubana foi o fator chave no apoio que amplos setores oferecem ao movimento insurrecional comandado por Fidel Castro.

O sociólogo cubano Juan Valdés (2009) explica como as transformações iniciadas em 1959 mudaram a fisionomia da sociedade civil cubana e as relações entre sociedade e Estado. As leis de reforma agrária, a nacionalização das grandes companhias e bancos estrangeiros (principalmente norte-americanas), a estatização de importantes empresas privadas cubanas, entre outras medidas adotadas pelo governo revolucionário, atingiram diretamente as classes média alta e alta da sociedade. Conseqüentemente começou a dissolução de instituições civis vinculadas a esses setores e a antigos integrantes e colaboradores da ditadura de Fulgencio Batista.

A proclamação do caráter socialista da revolução cubana, em 1961, acelerou ainda mais a “dissolução da antiga sociedade civil”, da qual sobreviveram só algumas organizações que se juntaram à nova onda revolucionária e outras como, por exemplo, a Igreja católica entrou em conflito com as novas autoridades. Surgem novas organizações políticas e associações civis, vinculadas a interesses populares, políticos

ou setoriais como a União de Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC), fundada em 1960, embora as organizações de massas tenham sido a espinha dorsal do processo de re-institucionalização da sociedade cubana. De afiliação voluntária, estavam integradas pelos movimentos sociais surgidos antes e durante os primeiros meses da revolução. Além de representar interesses próprios, essas organizações participavam nas tarefas encomendadas pelas suas respectivas diretorias ou pelos dirigentes da Revolução (ACANDA, 2008).

O resultado desse processo de institucionalização criou uma sociedade civil nova com alto nível de participação na consolidação e defesa do novo regime, além de se tornar um efetivo mecanismo para a mobilização social. Afastando-se da ideia de um socialismo baseada na socialização do poder e em ausência dos mecanismos representativos tradicionais, durante esse período as formas de participação popular tinham um caráter mobilizador-consultivo (ACANDA, 2008). O poder de decisão foi concentrando-se ao redor da vanguarda política (LEVYA; SOMOHANO, 2007) e especialmente, na liderança carismática de Fidel Castro. Assim sendo, as relações dessas organizações com as autoridades governamentais reproduziam um modelo verticalizado (ACANDA, 2008), que se afirmou na década de 1970<sup>61</sup>, baseado no mito de que, dada a imutabilidade do sistema político, o Partido era a materialização do poder popular (PREVRÁTIL, 1990 *apud* GARCIA, 2013).

Consolidadas as bases necessárias para a construção do socialismo, em 1975 o Estado cubano, guiado pelo Partido Comunista de Cuba (criado em 1965 para agrupar toda a vanguarda revolucionária), dá início a um processo de institucionalização que importou as virtudes, mas também os defeitos do regime socialista da União Soviética. O Estado, que se tornou o centro do sistema político, monopolizou o planejamento da atividade econômica, a distribuição de recursos e a produção de capital simbólico. Ainda penetrou em quase todos os espaços da vida social e a reprodução da vida das pessoas estava inevitavelmente vinculada com ele. Paternalismo e verticalidade caracterizam as relações Estado-sociedade. O Partido-Estado também monopolizou a produção de uma ideologia que garantia sua credibilidade graças ao crescimento

---

<sup>61</sup> Embora a maioria das pesquisas sobre esfera pública em Cuba aborde os desencontros entre a vanguarda artístico-intelectual e a vanguarda política, outros pesquisadores como Portal (2003) e Nápoles (2010) têm se interessado pela participação da cidadania na vida política.

econômico. A compatibilidade do modelo ideológico dominante estava vinculada diretamente a benefícios proporcionados pelo Estado (ACANDA, 2008).

A maior aproximação com Moscou, e a conseguinte importação das suas fórmulas para a construção da sociedade socialista, provocou a reprodução de muitas das insuficiências do socialismo de estilo soviético no funcionamento da economia, do Estado, do Partido e da sociedade. No âmbito ideológico, foi adotada uma interpretação do marxismo profundamente dogmática e reducionista que corroborava a experiência soviética de sociedade como único modelo a seguir. Outras correntes de pensamento, fossem marxistas ou não, foram catalogadas como burguesas ou revisionistas e simplesmente desconsideradas. Consequentemente, o ateísmo científico tornou-se a ideologia de Estado que fomentou a desvalorização de toda expressão religiosa, a discriminação e o estigma contra as pessoas crentes. O confronto com a Igreja católica e congregações cristãs passou do terreno classista ao ideológico. Também sobrou para as crenças de matriz africana, apesar de que a maioria de seus praticantes (pessoas de origem humilde) apoiava a Revolução.

A nova constituição (que tinha como paradigma a constituição soviética de 1936), aprovada em referendun popular em fevereiro de 1976, configurou juridicamente os limites e funções das organizações da sociedade socialista. O artigo sete reconhece que o Estado estimula “as organizações de massas e sociais que agrupam diversos setores da população e os incorpora à edificação, consolidação e defesa da sociedade socialista”, porém a mesma norma legal designa (art.5) o Partido Comunista de Cuba como “a força dirigente superior da sociedade e o Estado”. No Capítulo VII (Direitos, Deveres e Garantias Fundamentais), o artigo 54 reconhece que a reunião, a manifestação e a associação são direitos exercidos por todos os setores do “povo trabalhador”, menciona as facilidades que as organizações de massas possuem para essas atividades e o direito de seus integrantes à livre expressão e opinião. Também garante a liberdade de palavra e de imprensa, mas só em decorrência dos fins da sociedade socialista, e instaura a propriedade estatal ou social dos meios de comunicação e prescreve a privatização da mídia. Não obstante, como aponta Espina (2008 *apud* RECIO, 2014, p. 337), no funcionamento da mídia tem prevalecido o modelo de propriedade “hiper-estatalizado e estadolátrico.”

Ainda que tanto os cidadãos como as organizações sociais e de massas possam participar na vida política do país, os mecanismos constitucionais de participação direta não têm sido regulamentados e “as práticas representativas predominam sobre as

participativas diretas, em oposição aos objetivos declarados pelo próprio modelo” (GUANCHE, 2011, p. 11). O acolhimento das fórmulas do modelo institucional soviético dentro dos canais formais de participação provocou a apropriação de posturas burocráticas que limitaram a efetividade de algumas das estruturas políticas criadas para a participação ativa dos cidadãos na esfera política. Tanto a comunidade quanto sua participação nos assuntos públicos ficaram estritamente regulamentadas e sujeitas a procedimentos utilitaristas (LEYVA; SOMOHANO, 2008).

Um elemento que não podemos desconsiderar são as constantes ações dos Estados Unidos para derrotar a Revolução cubana pela via militar, embargo econômico<sup>62</sup>, financiamento de grupos terroristas<sup>63</sup>, isolamento diplomático, etc. Ações que têm fomentado nas autoridades e no povo cubano a mentalidade de praça sitiada, onde a unidade de todos os cubanos tem sido um elemento principal para sobrevivência e continuidade do processo revolucionário. Sob esse clima ameaçador, o socialismo e a estreita aliança com a União Soviética tornaram-se o caminho para a preservação de independência e a soberania do país. Fomentou-se uma concepção que perdura até hoje, segundo a qual toda voz contestadora ou oposicionista, incluindo aquelas da esquerda, poder ser julgada como contrarrevolucionária.

El actual sistema político tiene su núcleo duro en: su carácter excluyente de toda oposición política, en la dirección del sistema por el Partido Comunista y en el liderazgo de Fidel Castro. No es previsible que este núcleo se modifique en los escenarios actuales, particularmente frente a la hostilidad de los Estados Unidos y a su pretensión de ser un actor interno en Cuba (VALDÉS, 2009, p. 141).

Se analisarmos as características apontadas acima à luz da classificação proposta por Linz (1986), o resultante do processo de sovietação em Cuba poderia ser

<sup>62</sup>Em 2015, os prejuízos econômicos por causa do embargo/bloqueio atingiu os 1 112 534 000 000 de dólares. Consultar: ZALDÍVAR, A. Demanda a Estados Unidos por daños económicos Granma, 10/05/2015. Disponível em: < <http://bit.ly/1WHT32x>>. Acesso em: 11/11/2016.

<sup>63</sup>Segundo a *Demanda del Pueblo de Cuba al Gobierno de los Estados Unidos por daños humanos*, apresentada em 2000 por diversas organizações de massas e sociais, os ataques desse país contra a população cubana provocaram a morte de 3 478 pessoas e 2 099 aleijados. O texto da demanda está disponível em: < [bit.ly/1pEhEZN](http://bit.ly/1pEhEZN)>. Acesso em: 11/11/2016.

considerado um regime autoritário pós-totalitário. Contudo, Hoffman (2011, p.10) argumenta que Cuba nunca foi um estado socialista de partido único típico. Devido a longa permanência de Fidel Castro no poder (1959-2006), fortes elementos da liderança carismática persistem, fato que faz do cubano, um caso diferente dentre os socialismos burocráticos de estado implantados na União Soviética e seus aliados europeus. O estudioso considera que no regime cubano misturam-se elementos do militarismo, o personalismo e o unipartidarismo, com a autoridade carismática (liderança de Fidel Castro) e a autoridade racional-legal (um Estado que comanda a economia com instituições de tipo soviético). Levando em conta essa “amalgama”, Boffmam (2011, p. 16) caracteriza o regime Cuba sob Fidel Castro como um “socialismo carismático de estado”. Condição que não tem mudado até hoje em seus aspectos mais relevantes.

Resumindo essa primeira parte, podemos dizer que, aproximadamente, nos primeiros 10 anos da revolução houve um crescimento da sociedade civil e que esta assumiu algumas das funções estatais e governamentais. Como consequência da sovietação da institucionalidade nacional, a relação é invertida, o Estado e o Governo, dirigidos pelo Partido Comunista, absorvem muitas das funções que correspondiam à sociedade civil. As principais organizações de massas se tornaram numa mera continuidade do aparato estatal-partidário (ACANDA, 2008). Nesse contexto, parece se concretizar a tese leninista segundo a qual as organizações de massas do proletário são correias de transmissão que unem o Partido com a classe (STALIN, 1979). Em Cuba, teoricamente falando, por meio dessas correias de transmissão, deviam subir as demandas da sociedade e descer as orientações da direção da revolução, mas, no final das contas, baixam muitas instruções e sobem poucas demandas, demonstrando assim o papel deformado que têm hoje em dia as organizações de massas (VALDÉS, 2009).

Con ese sistema, la sociedad cubana se desarrolló durante esos años, logró alcanzar cotas de justicia social muy altas y, sobre todo, fomentó su capital humano. Pero, a la vez, el centralismo y el paternalismo tuvieron consecuencias negativas en lo espiritual y en el campo de la participación. Aumentó la cultura de la espera de decisiones, de la inercia y la rutina. Se perdió la cultura del debate. Disminuyó la participación real, y el formalismo pasó a jugar un papel importante (ACANDA, 2008).

Diversos pesquisadores (AZCUY, 1995; ACANDA, 2002, 2008; ARMONY, 2003; HOFFMAN, 2003, 2011; LIMIA, 2006; BOBES, 2015) afirmam que a década de

1990 marca o início de uma nova etapa do desenvolvimento da sociedade civil em Cuba. Em 1992, a Assembleia Nacional reformou a Constituição para permitir outras formas de propriedade, para além da propriedade estatal, é aprovada uma Lei Eleitoral que habilitou a eleição direta dos delegados municipais (equivalente ao cargo de vereador no Brasil), representantes nas assembleias provinciais e deputados nacionais. Outras transformações nas estruturas político-administrativas tentaram conferir mais poder de decisão a municípios e províncias. Os ajustes econômicos adotados pelo governo para garantir a sobrevivência do regime logo após do fim da cooperação com a União Soviética e o fortalecimento do bloqueio/embargo estadunidense, modificaram notavelmente a paisagem social cubana. A descentralização da gestão estatal em áreas não-estratégicas da economia, a autorização do trabalho por conta própria junto com a abertura de pequenos empreendimentos privados no setor dos serviços, o papel do mercado como novo ente diferenciador, tornaram evidente que o conceito de “povo” já não conseguia abranger a pluralidade de pensamento, interesses e projetos, presente nas organizações de massas.

Apesar da permanência do sistema de partido único e do controle dos meios de comunicação e da imprensa, o Estado não conseguiu manter o monopólio da produção simbólica. Sua crescente incapacidade para regulamentar os padrões ideológicos em todas as esferas da vida social possibilitou a abertura de diferentes tipos de associações, redes sociais e grupos de pessoas que convergem em torno de demandas e interesses comuns (ARMONY, 2003). Nessa etapa observou-se a emergência de novas formas associativas como as ONGs, projetos comunitários, fundações sem fins lucrativos e de diversas associações profissionais; estas últimas vinham crescendo desde a década de 1980 devido ao aumento e diversificação das atividades, e foram legalizadas pela Lei de Associações (Ley 54/85), promulgada em 1985. Não obstante, “deve-se reconhecer que a maioria dessas organizações profissionais não tem um impacto visível ou significativo na sociedade cubana com exceção da UNEAC” (ACANDA, 2008).

Hoffman (2011) aponta que algumas das organizações sociais criadas durante a etapa anterior, como a UNEAC ou a Federação de Mulheres de Cuba (FMC), também adotaram o status de ONG, adquirindo maior autonomia para o desenvolvimento de seu trabalho, o estabelecimento de relações com organizações homólogas no estrangeiro, a busca de fontes próprias de financiamento e a participação e organização de eventos internacionais.

O número de associações cadastradas aumentou significativamente entre 1990 e 1995, mas, em 1996, o Ministério da Justiça cessou a inclusão no Registro de Associações dos coletivos que procuram amparo legal (ACANDA, 2008). Ao mesmo tempo, se impuseram novos controles às organizações existentes e uma vigilância reforçada e constante sobre as fontes externas de financiamento (CHAGUACEDA, 2011 *apud* AZOR, 2012b, p. 36) devido às manobras dos Estados Unidos para ser benfeitor das organizações oposicionistas e utilizá-las como atores internos na sua estratégia para mudar o regime vigente e legitimado em Cuba. A autonomia dessas organizações é relativa, pois a Lei 54/85 estabelece, entre outros requisitos indispensáveis, o vínculo com um órgão do Estado que se dedique a atividades semelhantes às que a associação pretende desenvolver<sup>64</sup>.

Mesmo que essa medida limitasse o reconhecimento jurídico de uma parte da sociedade civil cubana, não impediu o desenvolvimento de diversas organizações oposicionistas (ACANDA, 2008). Dissidentes moderados e mais beligerantes também criaram suas próprias organizações, inspiradas nos movimentos contestadores que se espalharam pelos países do bloco socialista. Contudo, essas organizações gozam de uma grande visibilidade externa graças à reverberação que faz a imprensa internacional, mas são pouco apoiadas e pouco conhecidas entre a população.

Também emergiram informalmente projetos culturais independentes ligados à música urbana (hip hop, rap, reaguettón), a manifestações pictóricas como o grafite, ou ao pensamento crítico, como a *Rede Protagónica Observatório Crítico* que, desde 2006, agrupa mais de dez projetos vinculados ao meio ambiente, a luta contra a discriminação racial, pelo respeito aos direitos da comunidade LGTB, entre outros.

### 3.2 O confronto entre perspectivas

Vários autores (ACANDA, 2002; HOFFMAN, 2007; BOBES, 2015) afirmam que os debates sobre as diferentes acepções do termo sociedade civil e sua expressão na realidade nacional começaram no início da década de 1990, coincidindo com a queda

---

<sup>64</sup> O artigo 6 dessa norma estabelece: «La solicitud de autorización para la constitución de una asociación se hará por sus fundadores o iniciadores de conformidad con los requisitos establecidos en el reglamento de esta Ley. En los casos de asociaciones de carácter nacional, la solicitud se presentará ante el órgano, organismo o dependencia estatal que tenga relación con los objetivos y las actividades que desarrollará la asociación que se pretende constituir. Si se tratare de una asociación de carácter provincial o municipal, la solicitud se presentará ante el Comité Ejecutivo de la Asamblea del Poder Popular de la provincia o municipio que corresponde».

dos regimes socialistas europeus e a dissolução da União Soviética. Em termos teóricos e discursivos, apesar da sociedade civil não ter sido abordada como categoria pela corrente marxista soviética, o termo foi recebido com entusiasmo por alguns acadêmicos (HERNÁNDEZ, 1994; AZCUY, 1995), em especial os vinculados ao Centro de Estudos sobre América (CEA), que defenderam publicamente o fortalecimento da sociedade civil como instrumento para a democratização do sistema socialista. Através de um olhar marcadamente gramsciano, eles e outros intelectuais tentaram mudar a dimensão teórica e política do conceito, e demonstrar que ele não era patrimônio exclusivo do pensamento liberal-burguês. Os seus pontos de vista eram divulgados através de publicações da esfera cultural como *Temas* e *La Gaceta de Cuba*, vinculadas institucionalmente ao Instituto de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC) e à União de Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC), respectivamente.

De outro lado, representantes da intelectualidade católica assumiram uma perspectiva diferente, como pode comprovar-se no documento *Reconstruir la sociedad civil: un proyecto para Cuba*, escrito pelos laicos Dagoberto Valdés e Luis Enrique Estrella. O manifesto, discutido e aprovado durante a II Semana Social Católica, adotou a noção liberal clássica do conceito e implicava, segundo a interpretação de Acanda (2008), a eliminação do caráter socialista do regime cubano. Entretanto, Bobes (2015) afirma que os discursos das associações católicas insistiam, entre outras questões, na autonomia das organizações sociais, destacando seu potencial para a democratização e sua função como contrapesos do Estado. O cenário principal dessas discussões era precisamente revistas católicas como *Palabra Nueva* e *Vitral*. Integrantes da nascente oposição política concordavam com os aspectos fundamentais desse pensamento, mas, diferentemente dos laicos católicos, não estiveram presentes no debate público devido ao caráter ilegal de suas organizações.

No âmbito oficial, as autoridades partidário-estatais reagiram com receio, devido a dois fatores principais. Por um lado, a responsabilidade que a imprensa internacional e uma parte da comunidade científica concederam aos movimentos sociais no derrocamento do socialismo de estado na Europa e, de outro lado, a aprovação nos Estados Unidos da *Cuban Democracy Act* (conhecida em Cuba como Lei Torricelli), em 1992, cujo objetivo principal era eliminar o regime cubano, por meio da coerção econômica (fortalecimento e extra-territorialização do embargo) e o fomento de uma “sociedade civil opositora”, capaz de reproduzir estratégias similares às executadas pelo sindicato polonês Solidariedade durante o decênio anterior.

O debate em torno ao que entender por sociedade civil foi um dos mais ricos desse momento. De modo abreviado, podemos dizer que nas frequentes discussões que apareceram em publicações (oficiais, acadêmico-culturais e religiosas) entre 1994 e a primavera de 1996, predominavam três posições diferentes: a liberal, adotada por uma parte da intelectualidade laica católica e os grupos dissidentes; a denominada como “marxismo da suspeita” que, desde o governo, via a sociedade civil como instrumento do projeto subversivo dos Estados Unidos; e, por último, a posição dos marxistas críticos que acreditavam na sociedade como o espaço privilegiado para a consolidação da hegemonia política do socialismo a partir de um embasamento gramsciano (ACANDA, 2008).

Ainda que as ideias de Gramsci contribuísem para a atualização do pensamento marxista em Cuba, concordamos com Bobes (2015) ao respeito das limitações desta visão em decorrência da expressão da pluralidade e a institucionalização do dissenso dentro do socialismo. Atrai nossa atenção o fato de que os autores citados apenas a sociedade civil como um cenário conflituoso, onde convergem e se expressam a diversidade e o pluralismo político presente em Cuba. Tampouco referenciaram as contribuições à teoria política de marxistas contemporâneos (como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe), especialmente, os aspectos relacionados com o aprofundamento da democracia.

Com esta definição, a academia exclui da análise tanto as formas de solidariedade informais quanto o conjunto das organizações dissidentes que - embora sejam minoritários e ilegais - existem dentro da sociedade cubana. Ao não aceitar que esses grupos expressem divergências de interesses e autonomia em relação ao Estado socialista nem sua inclusão na sociedade civil, concordam com a desqualificação e a exclusão deles, baseados em seus objetivos políticos e referências ideológicas (BOBES, 2015, tradução nossa).

Todavia, a opinião dessa autora poderia estar desconsiderando o regime de censura que sofrem os pesquisadores das instituições acadêmicas e culturais devido ao controle político e financeiro que o Partido-Estado exerce sobre elas. Em relação à autonomia acadêmica, o cientista político Esteban Morales (2015) defendia, em um ensaio publicado recentemente, as razões para defender as diferenças entre as Ciências Sociais e a política. Paraphraseando um artigo da revista *Contracorriente*, Morales afirma

que as “ciências sociais são uma atividade diferente da atividade política, ainda que estabeleçam uma estreita interação”. Portanto, acrescenta, poderia não haver coincidência entre as ciências sociais e os pontos de vista da política.

Mas se pensava muito diferente na primavera de 1996 quando a imprensa oficial divulgou a resolução aprovada no V Plenário do Comitê Central do Partido. De um lado, pela primeira vez, os líderes partidários reconheciam e valorizavam a existência da sociedade civil. De outro, deslegitimavam o debate iniciado dentro do âmbito intelectual. Mas poderia ter se tratado de uma tentativa para monopolizar a discussão com o objetivo de fixar uma noção de sociedade civil afim à norma oficial, reafirmar a liderança do Partido na discussão de questões de alta sensibilidade política e apagar qualquer risco referente a uma corrente crítica ou dissidente entre os militantes comunistas cubanos.

Tal como apontavam Rittersporn, Rolf e Behrends (2003) no capítulo precedente, além de monitorá-los, as autoridades do regime podiam fechar qualquer um dos espaços de expressão pública crítica oficialmente tolerados, que foi o que finalmente aconteceu com o Centro de Estudos de América (CEA), principal foco dos debates sobre sociedade civil, após a publicação da citada resolução.<sup>65</sup>

Algum tempo depois, sucessivos artigos foram publicados por Armando Hart, na época ministro da Cultura e membro notável do Politburo, sobre a importância do desenvolvimento da sociedade civil para a consolidação do processo revolucionário (ACANDA, 2008). Desde então, o discurso oficial entende a sociedade civil cubana como:

... la que componen nuestras potentes organizaciones de masas (...), las sociales, así como otras ONG que actúan dentro de la legalidad y *no pretenden socavarel sistema económico, político y social libremente escogido por nuestro pueblo*, a la vez que, aun cuando tienen su personalidad propia e incluso su lenguaje específico, junto al estado revolucionario *persiguen el objetivo común de construir el socialismo* (NIEVES, GONZÁLEZ, 2007).

---

<sup>65</sup>Em 1996, o diretor do Centro foi demitido das suas funções e uma comissão dirigida pelo Politburo iniciou uma investigação. Os principais cientistas do CEA foram transferidos para outras instituições (HOFFMAN, 2003, p. 319, nota 16). Nele trabalhavam alguns dos pesquisadores que, a partir de uma visão marxista renovada, iniciaram as discussões sobre a sociedade civil em Cuba.

Nieves e González (2007) são enfáticos ao argumentarem que em Cuba a sociedade civil é “socialista e expressa a essência do sistema político”, participa no desenvolvimento da identidade nacional, defende os princípios e interesses da Revolução e encarna a espiritualidade do povo cubano. Segundo Bobes (2015), essa noção supõe que em um país como Cuba não teria sentido pensarmos em autonomia, porque Estado e sociedade civil compartilhavam idênticos interesses. Dando continuidade a essa ideia, Monal (2004 *apud* MAYORAL, 2004) aponta que nas condições do socialismo, aceitar a separação do corpo civil do mundo político é uma ingenuidade.

Para Jesús Arboleya (2015) a sociedade civil se estruturou em simbiose com o Estado revolucionário, depositário do poder popular, por conseguinte não faz sentido apresentar essas organizações como independentes do estado cubano para legitimá-las segundo os padrões ocidentais. A legitimidade está no fato de representar a maioria da sociedade cubana. Acrescenta que se trata de uma sociedade civil que precisa de transformações para superar deformações conceituais e burocráticas, se adaptar às novas realidades e, sobretudo, às exigências que impõem a construções de novos consensos.

Em relação à inclusão dos atores contrários ao regime, Nieves e González se limitam a culpar os ideólogos burgueses por terem manipulado esse conceito para minar o socialismo, fomentar o confronto com o Estado, promover o modo de vida capitalista e de só reconhecer como sociedade civil “os mercenários pagos e todos aqueles que se opõem ao socialismo”. Desde uma posição mais lúcida (que de certa forma resgata a ideia sobre a dupla validade da sociedade civil), Monal (2004 *apud* MAYORAL, 2004) considera que mesmo que a sociedade civil seja majoritariamente socialista, não se deve esquecer as suas contradições nem desconhecer a existência de grupos minoritários que contestam esse projeto de justiça social, participativo e anti-imperialista.

Desde um olhar também excludente que demonstra a polarização que resulta de qualquer discussão política em Cuba, o pequeno, fragmentado e frequentemente infiltrado<sup>66</sup> (pelos agentes do Departamento de Segurança do Estado) setor opositor se autoproclamava como a real sociedade civil cubana, devido a seu caráter independente em relação ao Estado, e, portanto, desconhecem a legitimidade da

---

<sup>66</sup>Para maiores detalhes consultar: ELIZALDE, R.M; BÁEZ, L. Los Disidentes. La Habana: Editora Política, 2003.

sociedade civil “socialista” a qual consideram subordinada ao Governo. Para complicar ainda mais o panorama, essa “outra” sociedade civil é acusada de receber o apoio das forças externas que desejam uma mudança de regime, o que em termos jurídicos é uma violação da soberania nacional de Cuba e na prática ativam a sensação de praça sitiada.

Existem provas de que os Estados Unidos têm pretendido empoderar essa sociedade civil escolhida por eles para fomentar uma oposição interna<sup>67</sup>. Portanto, mais do que legitimidade ou democracia, o que está em jogo é defesa da soberania (ARBOLEYA, 2015). Baseado nesses fatos, em 1999 o parlamento cubano aprovou a *Ley No.88 de Protección de la independencia nacional y la economía de Cuba* como o propósito de:

... sancionar aquellas acciones que en concordancia con los intereses imperialistas persiguen subvertir el orden interno de la Nación y destruir su sistema político, económico y social, sin que en modo alguno menoscabe los derechos y garantías fundamentales consagrados en la Constitución de la República. (CUBA, 1999, Art. 1).

A Lei 88 foi aplicada na primavera de 2003 para punir as atividades oposicionistas de 75 integrantes de grupos considerados contrarrevolucionários que trabalhavam para destruir o sistema político cubano. Uma parte desses presos políticos seria libertada sete anos depois graças à mediação da Igreja católica e do Governo espanhol, como foi dito com antecedência.

Recentemente, o confronto entre representantes dos extremos da sociedade civil cubana durante a última Cúpula das Américas, que aconteceu no Panamá em abril de 2015<sup>68</sup>, atizou novamente o debate que trouxe de volta os discursos elaborados através de posições aparentemente irreconciliáveis. No meio da polêmica, o site governista *Cuba Debate* publicou um artigo de Jesús Arboleya que aportou novos matizes à longa discussão. Num dos trechos do texto, o destacado historiador reconhece explicitamente que os oposicionistas fazem parte da sociedade civil: “do mesmo jeito que defendo que as organizações revolucionárias fazem parte da sociedade civil cubana, não posso dizer

---

<sup>67</sup> Recomendamos a leitura de: “Declaração do Ministério das Relações de Exteriores” de Cuba de 23 de abril de 2008. *Granma*, 24/04/2008. Disponível em: <<http://bit.ly/1RA2cLc>>. Acesso: 11/11/2015. Além do artigo: Washington desconfia de la disidencia cubana por no renovarse. *El Mundo*, 03/01/2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1nmAB41>>. Acesso: 11/11/2015.

<sup>68</sup> Para detalhes consultar: Delegación cubana se retira del Foro de la Sociedad Civil en Panamá. *La Jornada*, 08/04/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ikBiEN>>. Acesso em: 11/11/2015.

que os opositoristas não são parte dela”, *por definición, defendo que las organizaciones revolucionarias forman parte de la sociedad civil cubana, no puedo decir que los opositores no lo son* (ARBOLEYA, 2015, itálicas nossas)<sup>69</sup>.

Ainda que o artigo questione a independência dos grupos opositoristas financiados pelos Estados Unidos, o fato interessante é que no calor do confronto, em um veículo considerado governista, se haja reconhecido diretamente que defensores da Revolução e detratores pertenciam, sim, a uma mesma sociedade civil.

Afastando-nos dos antagonismos envolvidos no confronto ideológico, a partir de uma perspectiva estritamente investigativa, optamos pela ideia de sociedade civil que supera a dicotomia “sociedade civil socialista vs. sociedade civil opositorista” e se mostra mais inclusiva, aberta e próxima do ambiente realmente existente, com independência de ideologias, interesses, fontes de financiamento e objetivos.

Essa noção abrangente permite visualizar dois setores pouco mencionados até agora. Em primeiro lugar, a chamada esquerda crítica (Faber, 2012) que, em geral, advoga pela superação do socialismo de Estado, pós-totalitário e neo-estalinista para alcançar um socialismo democrático, baseado na socialização do poder e da propriedade<sup>70</sup>, o reconhecimento e respeito à pluralidade, etc. Os projetos agrupados na *Red Protagónica Observatorio Crítico*<sup>71</sup> são os expoentes dessa autodenominada nova esquerda cubana. Seus atores estão desempenhando um papel importante na renovação da teoria e prática marxista<sup>72</sup> e mantêm vínculos com movimentos sociais e organizações políticas progressistas. Em segundo lugar, encontra-se a Igreja católica que se autodenomina “a consciência crítica da sociedade” e reclama maiores espaços sociais e facilidades para cumprir a sua missão profética (JIMÉNEZ; TRUJILLO, 2014, p.4).

Em Cuba, historicamente, as crenças religiosas têm fomentado uma forte tendência ao associativismo. Diante da tentativa do Estado de querer estar presente em

---

<sup>69</sup>Como, por definição, defendo que as organizações revolucionárias são parte da sociedade civil cubana, eu não posso dizer que os opositoristas não o sejam (Arboleya, 2015, tradução nossa).

<sup>70</sup>Muitos dos integrantes desses coletivos trabalham dentro de instituições acadêmicas e culturais, o que em ocasiões é usado como mecanismo de controle e censura.

<sup>71</sup>Para detalhes recomendamos a leitura de: PADILLA. A; RAMÍREZ. E. Comunicação Alternativa e Contradiscursos em Cuba: O caso do Observatório. Crítico. Disponível em: <https://goo.gl/4FdCbW>>. Acesso em: 24/04/2015.

<sup>72</sup>Para detalhes recomendamos a leitura de: PRIETO. D; DÍAZ. I. Las reformas cubanas: imaginarios, contestaciones y miradas críticas. Revista OSAL. Observatorio Social de América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Año XIV N° 36 / publicación semestral / Diciembre 2014. Disponível em:< <http://goo.gl/nhdv1v>>. Acesso em: 24/04/2015.

todos os âmbitos da vida social, os grupos religiosos propiciam uma oportunidade de associação que consegue escapar um pouco do controle estatal (ARMONY, 2003). Mas não podemos esquecer que essa autonomia é relativa, pois as atividades das entidades religiosas (não católicas) estão reguladas pela mencionada Lei 54/85 e outras normas particulares, além de ter como interlocutor o Escritório de Atenção aos Assuntos Religiosos (OAAR, siglas em espanhol), entidade subordinada ao Comitê Central do Partido.

A OAAR é um mediador entre os líderes religiosos e as lideranças do governo cubano. Não só se ocupa da aplicação e divulgação da política do Partido sobre os temas religiosos, mas também atende as necessidades e demandas dessas organizações com funcionários deslocados em todas as províncias do país. Em poucas palavras, é a organização chave para o bom relacionamento entre as instituições religiosas e o Estado (GRANMA, 2012). Em 2003, com um clima tenso marcado pelo encarceramento dos 75 opositores e o fuzilamento de três jovens que tinham roubado uma balsa em Havana para fugir para os Estados Unidos, os bispos cubanos publicaram a mensagem *La presencia social de la Iglesia* (A presença social da Igreja) que além de condenar as prisões e as execuções, expressou com clareza o posicionamento da Igreja e a sua missão dentro da sociedade civil cubana. No texto, do qual comentamos alguns trechos, os clérigos afirmam que a Igreja teve que ser firme e unida para se manter independente do Governo e das organizações opositoras, mas que não pode ser neutra diante da falta de liberdades e de participação política, de acordo com as opções pessoais de cada indivíduo; reconhece o valor da possibilidade de que cada cidadão possa se integrar ao projeto de sociedade que desejasse.

A hierarquia católica advertiu que não tinha alianças políticas com nenhuma das partes em conflito, mas sabia que a proposta para um diálogo construtivo e reconciliador entre cubanos não era bem recebida, tanto pelas autoridades, quando pelos cubanos que moram no exterior. Finalmente, os 13 bispos declaram que desenvolveriam uma pastoral da reconciliação para curar as feridas históricas que havia no povo (CONFERENCIA DE OBISPOS CATÓLICOS DE CUBA, 2003).

Não obstante, a independência da Igreja católica cubana também está condicionada pela subordinação ao Vaticano, às posições da hierarquia eclesiástica local (BOBES, 2015) e à saúde das relações entre a própria Igreja e as autoridades políticas do país. É pertinente destacar que apesar das tensões o Vaticano nunca interrompeu os vínculos diplomáticos com o governo cubano.

Existem outras evidências para defender a ideia de que a Igreja católica cubana tem se tornado um importante ator dentro da sociedade civil. Farber (2012) menciona alguns fatores que poderiam confirmar essa tese: a) possui meios e espaços não-estatais autorizados; b) diante de uma oposição débil (seja de esquerda, moderada ou de direita) a Igreja ocupa um espaço político vazio, ainda que com frequência se aproxime mais do governo.

Mas a Igreja católica em Cuba não deve ser imaginada como uma entidade monolítica. A esse respeito, monsenhor Carlos Manuel de Céspedes (1995) afirmou que em nenhuma das diferentes etapas da história nacional os católicos cubanos constituíram um corpus político e cultural homogêneo.

La Iglesia Católica en Cuba ha sido relativamente monolítica en materia de fe; nunca ha habido desgarramientos perdurables por razones religiosas. Pero, insisto, nunca ha tenido esa característica en el terreno sociopolítico, cultural y económico (CÉSPEDES, 1995, p. 18).

O professor e pesquisador Maximiliano Trujillo (2011) identificou três tendências do catolicismo diante do acontecimento revolucionário. Elas eram: a) a defesa de um espaço próprio para o catolicismo dentro da Revolução; b) um posicionamento crítico pela identificação ideológica da Revolução com o comunismo; c) identificação (apoio) com o processo revolucionário. A evolução dessas três tendências até a atualidade precisaria de um estudo específico, mas é possível se aproximar das tendências no interior do crítico mundo eclesial cubano, por meio da abordagem que sacerdotes e leigos fazem sobre determinados temas nas diversas publicações católicas.

Segundo a Doutrina Social da Igreja, o clero deve se abster de qualquer participação na política, mas ao mesmo tempo tem que ser a consciência crítica da sociedade, função que compartilha com os integrantes do movimento laical que confrontam a dualidade de cumprirem com obrigações religiosas e seus deveres de cidadãos. As cartas pastorais e outras comunicações emitidas pela Conferência de Bispos Católicos de Cuba constituem o principal veículo de divulgação da crítica sócio-política atribuída à Igreja como um todo, e a sua voz oficial, institucionalmente falando. Na maioria desses documentos a Igreja se apresenta como consciência crítica da sociedade. O pensamento da hierarquia se mostra conservador em torno de temas como

o aborto<sup>73</sup>, a liberdade sexual, o uso de métodos anticoncepcionais, a união entre pessoas do mesmo sexo. Expressa seus desencontros políticos com o Governo, mas não propõe caminhos democráticos alternativos.

A partir dessa lógica, podemos pensar que os laicos exercem a crítica baseados nos princípios cristãos, porém sem comprometer diretamente a hierarquia eclesiástica. Portanto, nem sempre eles são porta-vozes da Igreja como organização, mas sim das suas próprias ideias. O que não quer dizer que, em ocasiões, a hierarquia esteja sim, representada no discurso deles e vice-versa, pois nas publicações sob licença eclesiástica nenhuma voz é escolhida de forma espontânea. Aliás, mais de uma vez os discursos dos não-consagrados foram interpretados como o posicionamento da Igreja, provocando tensões entre a instituição e os setores mais ortodoxos do Partido-Estado. Para o imaginário oficial não vale a tradicional nota de rodapé que avisa que a opinião do autor pode não coincidir com a linha editorial do veículo.

Um exemplo ilustrativo dessas tensões foi o fechamento da revista *Vitral* (ver primeiro capítulo). Sob a diretoria do leigo Dagoberto Valdés (1994-2007), tornou-se uma das publicações católicas mais lidas dentro e fora da Ilha. A sucessão de editoriais críticos ao socialismo e as polêmicas que ultrapassaram o limite de tolerância estabelecido pelo Governo, motivaram a demissão de Valdés e a adoção de uma linha editorial mais moderada<sup>74</sup>.

Voltando ao tema das possíveis tendências ou catolicismos, Roberto Veiga, ex-editor de *Espacio Laical*, comenta que em Cuba existem diversas formas de “viver” o catolicismo. A predominante é a daqueles que consideram que as suas percepções, interpretações e cosmovisões sempre expressam a vontade de Deus, pelo fato de estarem fundamentadas no Evangelho. Isto faz com que se sintam e se coloquem por cima do resto para se tornarem juízes diante daqueles que pensam de forma diferente. A segunda forma, com a qual se identifica Veiga, tem pouca influência na estrutura da Igreja e considera a catolicidade a partir de uma espiritualidade evangélica que favorece uma relação horizontal com todos para a busca, entre todos, do bem, que não se ergue sem a participação de todos (VEIGA, 2015, entrevista).

---

<sup>73</sup> O aborto era ilegal, mas amplamente praticado antes da Revolução. O Governo decidiu legalizá-lo em 1965 (FABER, 2012, p. 132).

<sup>74</sup> Para mais detalhes recomendamos a leitura de: SUÁREZ, M. Dimite Dagoberto Valdés como director de la revista 'Vitral'. Cubaencuentro, 26/04/2007. Disponível em: < <http://bit.ly/20gOzlO>>.

Sob outro olhar, Félix Sautié, sociólogo, católico e militante do Partido Comunista, comenta a tendência, especialmente na América Latina, de propor um socialismo com raízes cristãs, que não é “absolutamente estatista” nem erradica totalmente a propriedade privada em determinadas circunstâncias e dimensões específicas. Lamenta que formas de gerenciamento atribuídas ao “Socialismo do Século XXI”, como a autogestão dos operários, a pequena empresa familiar, a agricultura familiar, não tivessem sido experimentados em maior escala dentro de Cuba (MARTÍ, 2007). Félix Sautié também é integrante do coletivo “Socialismo Participativo y Democrático”, que faz parte da *Rede Observatório Crítico*. O intelectual católico se distancia das posições conservadoras da Igreja e dos setores mais ortodoxos do partido governista.

Jiménez e Trujillo (2014) dão fé da revitalização que tem experimentado o movimento laical católico em Cuba. Desde 1990 surgiram os movimentos católicos de famílias, mulheres, trabalhadores e estudantes. Outras formas de organização são a Comissão de Justiça e Paz, associações de historiadores e jornalistas e *Pro-Vida Cuba*, projeto integrado por médicos e pessoas vinculadas ao âmbito da saúde.

O movimento laical tem sido, com o apoio de bispos, sacerdotes e organizações internacionais, o principal responsável da renascença da imprensa católica em Cuba. Importantes revistas como *Vivaruim*, *Palabra Nueva* e *Vitral* têm sido dirigidas por laicos. Um momento marcante foi a fundação da União de Católica de Prensa de Cuba (UPC) em 1996. Em 2014, o cubano Gustavo Andújar foi eleito presidente da Associação Católica Mundial para a Comunicação (SIGNIS) e, em 2015, resultante da fusão da União Católica de Imprensa de Cuba e do capítulo cubano da SIGNIS, fundou-se oficialmente a Associação Católica Cubana para a Comunicação (SIGNIS-Cuba), sob aprovação da Conferência de Bispos.

Não há dúvidas de que, desde a década de 1990, as autoridades eclesiais têm empoderado os laicos para converter as publicações católicas em espaços para a divulgação de temas, apresentação de novos atores e pontos de vistas que são negligenciados pela mídia nacional. Em 2000, a produção editorial católica era maior do que o conjunto das publicações de todas as igrejas protestantes (RAMÍREZ; JIMÉNEZ, 2000). Sem precisar a fonte, Faber (2012) assegura que apesar de menos de 5% da população adulta ter contato com imprensa católica, seus veículos são uma alternativa significativa ao monopólio mediático do regime e vêm configurando novos públicos.

Ainda que o catolicismo não seja a religião mais popular em Cuba, os laicos vêm organizando iniciativas que vão mais além da uma simples missão pastoral e fomentam a interação social, inclusive com pessoas que praticam outras religiões ou simplesmente ateias. Como cidadãos de um país socialista, compartilham a sua atividade pública entre a Igreja e o mundo secular, o que faz com que se movimentem entre distintas parcelas do espaço público, contribuindo para construir pontes entre elas.

### **3.3 A mediação das TIC**

Papacharissi (2002) diferencia os conceitos de espaço público e esfera pública. Para ela, o espaço virtual seria aquele que pode ampliar o debate, enquanto uma “esfera virtual” teria o potencial para ampliar a democracia (p. 11). A esfera virtual estaria integrada por diversas ciberesferas fragmentadas que compartilham um espaço público virtual comum. Mesmo que a rede mundial promova é um foro para o debate político, “o conteúdo, a diversidade e o impacto da discussão política necessitam ser considerados com cuidado, antes de concluirmos se os discursos online aprimoram ou não a democracia” (p. 18). Já Bohman (2004) acredita que Internet poderia se constituir num espaço conversacional sempre que cumpra com as regras adjudicadas ao debate racional: que os participantes possam expressar suas opiniões e escutar os pontos de vistos dos demais; o respeito pelas opiniões do próximo; a aceitação das normas que regem o debate, assim como o compromisso com a liberdade e a igualdade entre todos os participantes.

Desde um olhar diferente, Maia (2008, p. 284) afirma que Internet teria a capacidade de conformar esferas públicas de discussão quando determinadas condições (não somente as de ordem tecnológica) permitem o debate, a troca de argumentos contrapostos e justificação dos pontos de vistas dos participantes. A pesquisadora brasileira comemora as potencialidades de Internet para expandir o alcance dos “fóruns conversacionais”, mas reconhece o problema do acesso. Para ela, em termos ideais, “a aproximação das condições universalidade ao discurso”, implicaria inclusão, sem barreiras, de todos os indivíduos e grupos potencialmente interessados na discussão de tópicos que os atingem ou que sejam de interesse coletivo.

Na sua análise do atual universo midiático, Lemos (2009) diferencia as mídias de massa ou de informação (a televisão, a rádio, as publicações impressas e Internet) das mídias de função pós-massiva (mídias ou redes sociais como Facebook, Twitter ou Youtube, os blogs), as que, segundo ele, permitiriam a conversação pública e livre,

como fase prévia à ação política. Pelo fato de serem mais conversacionais do que os informacionais, as funções pós-massivas “podem resgatar algo da ação política, do debate, do convencimento e da persuasão” (p. 12). Assim, a hipótese do ciberespaço como uma esfera pública conversacional que ampliaria a participação política poderia ser plausível. Não obstante, uma “ação política efetiva” precisa da participação, a colaboração e a conversação entre os envolvidos no processo comunicativo. Para que essa conversação possa ser considerada em debate, deve acontecer uma “a troca de argumentos reflexivos” (BARBOSA, 2011, p. 224).

Mais do que um repositório, a Internet tem conformado um verdadeiro ambiente virtual. No entanto, devemos questionar se dentro desse universo virtual é possível encontrar ciberesferas que se aproximem ao ideal de esfera pública. Retomando discussão acerca da centralidade dos meios de comunicação na esfera pública e capacidade deles para visibilizar os debates que acontecem em diferentes pontos do espaço público, afirmamos que as TIC não só podem complementar e ampliar a função desempenhada pela mídia tradicional, mas também oferecem ferramentas capazes de articulações entre espaços que promovem a conversação online e de configurar redes de esferas públicas interconectadas no ambiente virtual.

Ainda que se reconheça a existência em Cuba de várias vias ou *canais* para apresentar demandas, propostas e reclamações, os meios de comunicação estatais são pouco utilizados para esse objetivo, limitando para a sociedade – proprietária desses veículos segundo a Constituição – o uso de um importante espaço para socialização do conhecimento e de um mecanismo de pressão popular sobre as instituições que têm importantes responsabilidades com a cidadania (VALDÉS, 2009).

Apesar das melhorias dos últimos anos, ainda persistem limitações para o acesso à informação pública, seja por questões relativas à pertinência política ou segurança nacional. Por causa disso, a conformação da opinião pública tem um espaço deficiente nas instituições do sistema político e um nível baixo de expressão nos meios de comunicação.

Do mesmo modo como acontece com as organizações de massa, o funcionamento do sistema de comunicação é verticalizado: “desce muita informação, propaganda e instruções, mas sobem poucas demandas, críticas e avaliações provenientes da sociedade” (VALDÉS, 2009, p.161).

De outro lado, a expressão da diversidade presente na sociedade civil de Cuba tem estado limitada, pois até hoje a mídia é dirigida pelo Departamento Ideológico do

Comitê Central do Partido Comunista de Cuba. Como dito, a omissão da mídia estatal aprofunda a fragmentação da esfera pública em Cuba. Grande parte da cidadania desconhece os temas abordados nas discussões políticas que acontecem em diferentes espaços de discussão.

Habermas (2008) reconheceu os méritos democráticos das trocas comunicativas que ocorrem por meio de Internet em regimes autoritários, pois elas podem desafiar a censura que tenta controlar o reprimir a opinião pública. Ainda que paulatina, a socialização das TIC em Cuba tem favorecido o aparecimento de novos sujeitos políticos e a visualização de outros que não tinham espaço na mídia tradicional. Assim, observa-se uma maior circulação de discursos gerados nas arenas comunicativas localizadas na periferia do sistema político. O acesso gradual dos cubanos à Internet vem diminuindo a eficácia do monopólio midiático estatal (CHAGUACEDA, 2011; HOFFMAN, 2011; MARREIRO, 2014).

Nos últimos anos, vem diversificando o acesso dos públicos à informação, se multiplicaram as vias formais e informais de circulação de notícias, proliferaram as redes sociais e uma blogosfera vigorosa, repartidas entre setores numerosos (GARCÉS, 2013). Díaz e Geoffray (2013 *apud* HENKEN; VOORT, 2014) afirmam que muitas vezes críticas que estavam isoladas, começaram usar as TIC para superar os obstáculos e iniciaram a configuração de uma esfera pública mais ramificada e integrada.

No âmbito público, os debates mais produtivos sobre temas de interesse comum são organizados pela intelectualidade insular e acontecem dentro da chamada esfera pública cultural, conformada por revistas, centros de pesquisa, instituições culturais, projetos artísticos autônomos. Os debates ocorrem em espaços físicos e virtuais, bem como em publicações impressas e/ou digitais. Podemos afirmar que ao visibilizar temas de interesse público que são discutidos em diferentes foros, como aqueles propiciados pelas revistas *Temas*, e *Espacio Laical*, os veículos comunicativos disponíveis na Internet assumem o papel articulador que deveriam desempenhar os meios de comunicação dirigidos pelo Estado. Leyva y Somohano (2007, p. 7) afirmam que as TIC estimularam o surgimento de “áreas periféricas” dentro da esfera pública cubana que se constituíram como plataformas de discussão horizontal como possibilidade de derrubar as barreiras que configuram o espaço de confrontação da cidadania (LEYVA; SOMOHANO, 2007, p. 7).

Díaz (2014) aponta que o aparecimento de grupos na blogosfera de Cuba também traz à tona a presença de interesses compartilhados entre sujeitos sociais localizados em

âmbitos profissionais e/ou pontos geográficos diversos. Fatores como a ampliação de conhecimento e o fortalecimento da capacidade de influência comunicativa e política, através da interação com o outro, tem motivado diversos atores a conformarem “alianças em rede, formalizadas por meio do aparecimento de comunidades de blogueiros como “*Cuba Blogs Club, Bloggers Cuba, Voces Cubanas, Red Protagónica Observatorio Crítico y Blogosfera Cuba*” (DÍAZ, 2014, p. 68, itálicas da autora).

Essas redes vão para além das fronteiras cubanas e favorecem as trocas comunicativas entre cibernautas que residem em Cuba e aqueles que vivem fora.

Durante a última década (2006-2016) multiplicou-se o contato entre Cuba e suas populações da diáspora. Hoje cresce a participação de intelectuais e artistas emigrados em revistas, projetos culturais ou de pesquisa e espaços de discussão dentro da Ilha e daqueles que residente nela em foros e revistas estrangeiros. Inclusive, nos sites de veículos gestados dentro de Cuba, como *Cubadebate*, é possível encontrar entre os comentadores, cubanos que vivem em Miami ou Madri, mas que encontraram um jeito de opinar e participar (pelo menos virtualmente) da realidade cubana.

Existem comunidades autoconstituídas como públicos, por via eletrônica, integradas por cubanos que vivem em diferentes países. Outros coletivos têm conseguido articular-se nessas redes que, além de fornecer-lhes apoio material, introduzem novas forças que enriquecem a configuração atual da sociedade civil, atingindo a definição de sociedade civil socialista “sancionada por decreto” (ARMONY, 2003, p. 28).

Relembremos que, no capítulo dois, tanto Olvera (1999) como Avritzer e Costa, (2004) destacavam a importância de se considerar o modo como redes transnacionais e públicos diaspóricos influem na configuração das discussões sobre assuntos de interesse público nos países de origem. As futuras análises sobre esfera pública em Cuba deverão levar em conta o papel que essas comunidades transnacionais estão desempenhando hoje em dia nos debates sobre temas culturais, políticos e sociais.

A questão do acesso das pessoas às TIC e a influência real da discussão política no aprimoramento da democracia ocupa um lugar central na reflexão de Papacharissi. A desconexão de uma importante parte da população – situação muito marcada em Cuba – conforma uma esfera pública eletrônica excludente e elitista.

O acesso a Internet ainda é muito limitado em Cuba, portanto, os desconectados ficam nas margens dos debates políticos que acontecem no espaço virtual. Segundo dados oficiais da *Oficina Nacional de Estadísticas e Información* (ONEI), em 2013 só o

26% da população tinha acesso à Internet ou a uma rede local ou intranet que oferece serviço de correio eletrônico e a possibilidade dos usuários consultarem os sites hospedados em servidores nacionais (DÍAZ; M. GONZÁLEZ, 2015).<sup>75</sup> Em 2015 foi um ano de mudanças significativas. Conforme os dados divulgados pela Empresa de Telecomunicações de Cuba S.A. (ETECSA) em dezembro desse mesmo ano já existiam mais de 700 espaços de acesso a Internet, dentro deles, 339 salas de navegação (DIARIO DE CUBA, 2016) e 35 zonas wifi em praças públicas de vários municípios do país (GUEVARA, 2015). Em janeiro de 2016 foi anunciada a abertura de mais 100 salas de navegação e 80 zonas wifi (DIARIO DE CUBA, 2016). Em setembro desse ano, ETECSA tinha habilitado mais 135 zonas wifi. Em soma, hoje existem 1 060 pontos de acesso a Internet no país todo (GUEVARA, 2016).

Recio (2011) também afirma que em Cuba existe certo “analfabetismo digital” (ainda que não seja total, considerando as múltiplas formas que os “desconectados” usam para receber e trocar informação) provocado pelo insuficiente acesso à rede mundial. Para ela, é urgente a alfabetização digital dos cubanos para apoiar com mais eficácia o desenvolvimento do país. Essa desconexão contrasta com as diversas possibilidades que, em termos de conhecimentos e participação, a Internet poderia oferecer para uma população sem adultos analfabetos, com uma média de 10 anos de escolarização (RECIO, 2014, p. 295) e um dos melhores sistemas de ensino público da América Latina.

Embora defendamos as possibilidades das TIC para articular uma rede de esferas públicas no ambiente virtual, não podemos assegurar todos os espaços conversacionais acessíveis desde Internet cumpram com os requerimentos da esfera pública habermasiana ou se as opiniões expressadas ali sejam consideradas na tomada de decisões. Paracharissi (2002, p. 13) aponta que Internet não garante o incremento da atividade política ou do discurso político iluminado, nem a conectividade propicia uma “esfera pública mais representativa e robusta”. Mesmo que as discussões políticas possam ser desenvolvidas no ambiente virtual, existem incertezas acerca das possibilidades desse novo cenário para torná-las mais democráticas ou se as trocas de argumentos serão capazes de influir no processo político.

---

<sup>75</sup> A socialização da Internet em Cuba está condicionada pelas dificuldades econômicas derivadas do bloqueio/embargo dos Estados Unidos (que dificultam a compra de tecnologias e a conexão aos cabos operados por empresas estadunidenses que passam perto da Ilha), de outras questões ligadas à segurança nacional, receios sobre o potencial das TIC para a subversão e falta de uma política regulatória articulada (RECIO, 2014).

Não obstante, em 2007 a chamada *guerrinha dos emails* – debate gerado logo após da apresentação na televisão nacional de ex-funcionários do governo, responsabilizadas pela repressão e censura contra intelectuais e artistas na década de 1970 – foram demonstradas as possibilidades do correio eletrônico como ferramenta para a mobilização e coordenação da ação coletiva (DÍAZ, 2014). Segundo Leyva e Somohano (2007, p. 6), as trocas por email entre os envolvidos na discussão teriam provocado “ações de transformação política”.

Díaz (2014) abordou as práticas cidadãs associadas ao uso das TIC e analisou como a ação conjunta nas redes de blogueiros, especialistas, ativistas e organizações defensoras da diversidade sexual e a identidade de gênero, conseguiu modificar o voto favorável de Cuba a uma emenda<sup>76</sup> apresentada por países, onde a homossexualidade é considerada crime. O ativismo exercido, fundamentalmente no ambiente virtual, propiciou um encontro entre representantes da sociedade civil e do Ministério das Relações Exteriores, no qual se conversou sobre a importância de não oferecer apoio a uma proposta que criminalizava a homossexualidade.

De acordo com Marreiro (2014), existem indícios de que o mundo digital em Cuba está entrando numa nova fase, na qual alguns dos jornais e/ou as revistas digitais que gozam de um discreto apoio do governo estão tentando concorrer com os meios controlados pelo Estado numa disputa para ganhar leitores e posicionar-se no mercado, tanto dentro quanto fora da Ilha. Sánchez (2016) menciona o auge das mídias privadas em Internet e como elas ocupam os vazios deixados pela mídia oficial. Nessa concorrência estariam envolvidos revistas como *Espacio Laical*<sup>77</sup>, *OnCuba*<sup>78</sup>, *Cuba Posible*, projetos como *Periodismo de Barrio* e blogs como *Cartas desde Cuba*.<sup>79</sup>

Sem dúvidas, hoje a Internet é a arena dos mais importantes embates ideológicos entre apoiadores incondicionais do governo, críticos moderados e opositores. Nos últimos anos tem se intensificado a disputa discursiva entre defensores da mídia oficial e gestores e colaboradores de veículos alternativos que contestam as agendas midiáticas governistas.

---

<sup>76</sup>Em 16 de novembro de 2010 Beni apresentou a proposta de emenda na 3ª Comissão da Assembleia Geral da ONU. O texto objetivava eliminar a menção explícita da orientação sexual de uma resolução da própria Assembleia acerca de execuções extrajudiciárias.

<sup>77</sup> Consultar: < <http://www.espaciolaical.net/>>. Acesso em: 22/01/2016.

<sup>78</sup> Consultar: < <http://oncubamagazine.com/>>. Acesso em: 22/01/2016.

<sup>79</sup> Consultar: < <http://cartasdesdecuba.com/>>. Acesso em: 22/01/2016.

As dinâmicas que provocam a apropriação das TIC repercutem na sociedade e no sistema cubano de informação e comunicação. Os produtores de conteúdo de meios oficiais e alternativos se compartilham como interlocutores, inclusive quando se trata de adversários. Por exemplo, quando o blogueiro governista Iroel Sánchez (*La Pupila Insomne*) repreende as iniciativas dos editores de *Espacio Laical*, embora ele não reconheça a legitimidade da revista para analisar e comentar a realidade cubana, ele emprega seu tempo para contestar os artigos e matérias publicados neles, o que significa que os leva a sério.

A socialização do acesso a Internet permite a visibilização de novos atores e discursos, a articulação de redes alternativas, inclusive transnacionais, para a troca de informação e a discussão sobre temas de interesse público. O ambiente virtual é cenário da disputa entre a mídia oficial e os novos veículos digitais, sejam alternativos ou opositoristas. Mesmo que nem todos esses veículos e espaços não possam ser considerados esferas públicas ideais e nem saibamos como eles poderiam contribuir para a democratização do sistema político cubano, eles têm coadjuvado a emergência de um espaço público [virtual] beligerante e pluralista. Não obstante, o emergente espaço público virtual cubano ainda deve enfrentar questões como o acesso das maiorias à Internet, a censura das autoridades e a falta de uma cultura democrática.

### **3.4. Cuba: Falando em esfera pública**

A estruturação da esfera pública em cada país é um fenômeno historicamente condicionado, prolongado e do qual participam uma grande variedade de fatores de diversa índole. Portanto, seria um erro igualar a evolução da esfera pública em Cuba às realidades existentes nos países do antigo bloco soviético, ainda que reconheçêssemos as semelhanças entre eles. Por isso, propomos um rápido percurso cronológico pela evolução das esferas públicas, a partir de alguns exemplos concretos e logo após, tentaremos apresentar um mapeamento das esferas públicas na atualidade.

Durante o processo de conformação de Cuba como uma nova nação diferente da Espanha, as diferentes formas de associativismo que propiciaram o aparecimento de espaços de encontro entre os integrantes da burguesia foram as bases para que a esfera pública fosse articulada. O historiador Jorge Ibarra comenta que, em 1840, algumas das instituições culturais criadas duas décadas antes contribuíram para criação uma comunidade de vida social e cultural relativamente independente do governo colonial (IBARRA, 2009a).

As próprias inconformidades da sociedade da época pela condição colonial do país, a influência das ideias iluministas da revolução francesa e as notícias dos avanços dos independentistas na América do Sul, assim como a falta de garantias para a livre reunião e expressão, fizeram com que muitas dessas reuniões informais ou tertúlias se tornassem lugares de deliberação política, onde também se falava da independência como único caminho para a conquista das liberdades e direitos que garantiriam o real progresso de Cuba. Mesmo assim, nota-se que a esfera pública foi um lugar chave para formação da identidade nacional cubana e a defesa do direito a construir um destino próprio (IBARRA, 2009b).

As próprias inconformidades da sociedade da época pela condição colonial do país, a influência das ideias iluministas da revolução francesa e as notícias dos avanços dos independentistas na América do Sul, assim como a falta de garantias para a livre reunião e expressão, fizeram com que muitas dessas reuniões informais ou tertúlias se tornassem lugares de deliberação política, onde também se falava da independência como único caminho para a conquista das liberdades e direitos que garantiriam o real progresso de Cuba. Mesmo assim, nota-se que a esfera pública foi um lugar chave para formação da identidade nacional cubana e a defesa do direito a construir um destino próprio (IBARRA, 2009b).

Nessas esferas públicas, afirma Lane (2005), os indivíduos se organizaram como público e como cubanos pela primeira vez. O caráter pro-independência da maioria dos participantes e dos temas discutidos, aproxima essas esferas da ideia de Nancy Fraser de contra-públicos subalternos, no caso, contrapostos a esfera pública oficial, dominada por atores favoráveis ao domínio colonial. Não obstante, resulta paradoxal que as mesmas pessoas que contestavam o discurso colonial, ao mesmo tempo excluíam as mulheres, os negros e os imigrantes chineses de sua definição de público. Consequentemente, pensamos que em decorrência da esfera pública, toda classificação terá um caráter relacional, ou seja, a interação que uma esfera pública estabelece com outra, assim como entre os seus integrantes, o discurso e os vínculos que estabelecem com o Estado e outras fontes de poder, determinam sua natureza.

Ainda que os burgueses independentistas crioulos tenham emergido como contra-públicos subalternos diante daqueles que defendiam a continuidade do regime colonial, o ativismo político de homens e mulheres negras (triplamente excluídos pelas questões gênero, etnia e nacionalidade) que através das suas publicações denunciavam os limites do espaço público cubano, pode ser apontado como o configurador de um público

subalterno específico. Para além das diferenças sociais e étnicas, a política de exclusão ou limitação de direitos que propiciava o governo espanhol fez com que umas e outras esferas públicas fossem marcadamente oposicionistas (LANE, 2005).

Apesar de existirem poucas pesquisas sobre a esfera pública entre a proclamação de República em 1902 e a tomada do poder pelos revolucionários comandados por Fidel Castro, dá para imaginar que muitas das questões apontadas por Lane (2005) se aprofundaram durante um período marcado pelas lutas operárias, estudantis e camponesas, os reclamos pelos direitos das mulheres, a propagação das ideias marxistas, governos ditatoriais, a emergência de grandes empresas midiáticas, etc.

Armando Chaguaceda tem sido um dos cientistas políticos atuais que evita as análises da esfera pública no período pós-1959 partindo do nada. Segundo esse autor, a esfera pública no período republicano foi uma fonte que alimentou o civismo da geração que fez possível a revolução de 1959, baseada em princípios de justiça social, democracia e soberania nacional (CHAGUACEDA, 2010).

Nesse sentido, a pesquisadora Isabel Monal expressou que, em relação às outras experiências socialistas conhecidas, Cuba tem tido a sociedade civil mais forte pelo caráter democrático, popular, nacionalista e anti-imperialista do movimento revolucionário que chegou ao poder em janeiro de 1959 (MONAL, 2004 *apud* MAYORAL, 2004). A revolução em Cuba não foi o resultado da ocupação do Exército Vermelho, nem a ideia de uma classe intelectual que quis mudar o mundo, foi desde o início um processo com profundas raízes populares e nacionalistas.

Nos anos iniciais da revolução, a esfera pública resultante de uma sociedade civil em formação experimentou uma inusitada atividade, marcada pela participação de setores historicamente preteridos, a troca de ideias sobre o tipo de sociedade a construir, um governo desligado dos dogmas políticos e veículos midiáticos que publicitavam os debates e as transformações em público. No imaginário popular ficariam gravadas até hoje as imagens de Fidel Castro, Che Guevara e outros dirigentes descendo do carro em qualquer lugar para interagir com as pessoas que desde seu lugar contribuíam a construção da nova sociedade. Ou as visitas a escolas, universidades e fábricas para conversar com as pessoas sobre os desafios da construção socialista. É preciso mencionar como fato importante, que a campanha de alfabetização e outros projetos educativos foram alguns dos primeiros passos para que milhões de pessoas adquirissem os conhecimentos imprescindíveis para expressar-se no âmbito público. Desde então, a ativa participação popular nos assuntos da vida pública, afirma Monal (2004

*apud* MAYORAL, 2004) é garantia da supervivência e consolidação de um projeto político que ainda era defendido pelas maiorias.

Leyva e Somohano (2008) se referem ao fato de que nessa primeira década (1959-1970) o próprio processo gerou espaços para a polêmica em diversos âmbitos, enriquecendo o processo de reconfiguração das esferas da vida nacional. Os pesquisadores cubanos indicam dois exemplos importantes da magnitude que o debate ganhou nesse período: um deles foi a polêmica entre o veterano dirigente Blas Roca, diretor do jornal *Hoy* e o intelectual Alfredo Guevara, chefe do Instituto Cubano da Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC), em torno do papel do cinema na educação do povo (LEYVA; SOMOHANO, 2007). Outro dos exemplos foi a carta que o escritor Roberto Fernández Retamar enviou a Che Guevara, contestando algumas questões sobre os intelectuais que o segundo tinha expresso no ensaio *El socialismo y el hombre en Cuba* (LEYVA; SOMOHANO, 2007). Na época, algumas das réplicas e trélicas do debate entre Roca e Guevara foram publicadas, fazendo com que a população conhecesse os pontos de vista de diferentes interpretações do marxismo. Roca era defensor do paradigma soviético e Guevara porta-voz de um socialismo democrático. Não havia medo ao debate nem a expressão da heterodoxia do pensamento revolucionário.

As consequências do mencionado processo de sovietação iniciado na década de 1970, fizeram com que aqueles espaços de debate e crítica no qual os revolucionários discutiam abertamente seus pontos de vista, fossem constrangidos (LEYVA; SOMOHANO, 2008). Como comenta Alonso (2006), a padronização ideológica junto com o empobrecimento da cultura do debate talvez seja o maior legado dessa etapa.

O modelo de imprensa, comenta García Luis (2013), começou a orbitar ao redor da ideia de uma sociedade unida, um Partido único e forte e uma imprensa sem espaço para as estratégias dos Estados Unidos e da contrarrevolução. A mudança não foi instantânea, mas resultado direto do próprio processo de institucionalização que gerou uma fórmula de imprensa que compartilha muitas semelhanças com o estabelecido na União Soviética.

O destacado intelectual Fernando Martínez Heredia (2001) lembrava como nesses anos não houve “um campo alternativo de critérios diversos, de educação, de debates, onde outros temas, procedimentos e outros posicionamentos marxistas pudessem avançar” (p. 201).

Como dito, na década de 1990 houve uma diversificação da sociedade civil, que se estendeu mais além das mencionadas organizações tradicionais. Paradoxalmente, o crescimento do associativismo não tem significado a multiplicação de novos espaços públicos para o debate político. Como explica Valdés (2009), as reuniões abertas das distintas organizações de massas, as sessões públicas das Assembleias Provinciais e Nacional são até hoje os principais canais por meio dos quais a população expressa as suas opiniões e critérios. Outros mecanismos eventuais de consulta existentes, paradoxalmente pouco usados, são o referendun, os plebiscitos e as consultas às bases que servem para apresentar propostas políticas e legislativas. Nesse sentido, observa-se a permanência das práticas políticas verticalizadas que fazem com que tanto a mobilização social, como os processos consultivos sejam convocados pelos agentes que operam nas arenas deliberativas formais com o objetivo de legitimar propostas previamente elaboradas, embora possam ser modificadas a partir das propostas das organizações de massas.

Contudo, superado o momento mais crítico da crise que provocou o fim da União Soviética, os veículos midiáticos da esfera pública cultural cubana começaram a acolher espaços de confronto e propostas transgressoras sobre diversos temas polêmicos como sociedade civil, participação, cultura política, religião, dentre outros. Um aspecto significativo dessa etapa foi a abordagem da produção cultural das diásporas cubanas. Segundo eles, essas publicações tentaram conformar um discurso “amplo e plural” (LEYVA e SOMOHANO, 2008, p. 49). É impossível não mencionar a revista *Temas* que, desde 1995, é considerada uma das publicações mais conceituada de Cuba. Até hoje *Temas* promove o *Último Jueves*, um espaço de debates, conformado por um painel de especialistas que, logo de exporem seus conhecimentos sobre um tópico predefinido, respondem os questionamentos do público. É claro que existem outros espaços de debate, mas chama nossa atenção que, para tentar resolver a pouca disponibilidade de lugares, até “casas particulares têm se tornado espaços para a interação e o debate público” (ARMONY, 2003).

Chaguaceda (2016, entrevista) considera que em Cuba existe uma esfera pública precária e fragmentada. Precariedade que se manifesta na própria constituição dessa esfera, nas bases argumentais, e também no âmbito material porque a maioria dos espaços são salas, algumas privadas, onde entram poucas pessoas. É fragmentada porque são espaços desconectados e porque há pessoas que não podem ir a certos

espaços e em outros têm sido impedidas de entrar. Ele defende a tese da “fragmentação induzida”, que implica um nível alto de autocensura. Em resumo, os indivíduos que participam nas esferas públicas oficiais devem cumprir certas regras e evitarem estabelecer vínculos com atores que frequentam as esferas públicas consideradas críticas ou oposicionistas. Ao mesmo tempo, se limita a presença de pessoas “indesejadas” em espaços de discussão institucionalizados. Desse modo, aponta Chaguaceda (2016, entrevista), se obstaculiza o fluxo entre as diferentes esferas públicas dos atores que decidem acatar as regras.

A mídia estatal, única de acesso massivo em Cuba, contribui para aprofundar essa fragmentação, fomentando a escassa visibilidade desses espaços de debate. Inclusive importantes discussões celebradas no *Último Jueves* da revista *Temas*, e em outros espaços semi-oficiais, não são resenhadas pelos jornais oficiais, nem pelos programas informativos da televisão e da rádio; apesar de que todos esses espaços da esfera pública cultural/intelectual são espaços monitorizados pelo Partido-Estado.

Nesse sentido, se estabelece uma correlação entre os fatos observados por ele e a ideia apontada por Rittersporn, Rolf e Behrends (2003): nenhuma das esferas públicas consegue escapar do olhar onisciente do Partido-Estado. Realidade que pode ser generalizada ao resto das esferas presentes no mapeamento aqui proposto, mas precisamos de novas pesquisas para apurar essa tese.

Sobre o poder do Partido-Estado cubano para regular, e até censurar o exercício da crítica na esfera pública podemos citar três exemplos que aconteceram no período 2014- 2015: a) o adiamento da estreia do filme *Regreso a Ítaca*, com roteiro do escritor Leonardo Padura; b) a censura e cancelamento da peça *La muerte del Rey*, do diretor e cineasta Juan C. Cremata; e c) a tentativa de expulsar o dissidente Eliécer Ávila que tinha assistido, em silêncio, o debate entre cineastas que trabalhavam nas propostas para a elaboração de um projeto de Lei de Cinema e na qual foi aprovada uma declaração que criticou a censura contra Cremata.

A seguir mostramos alguns fragmentos da declaração tornada pública pela presidência do Instituto de Arte e Industria Cinematográficas (ICAIC) publicada quatro dias depois incidentes

El punto de vista del debate que hemos defendido ha sido, es y será inequívocamente revolucionario. No puede haber lugar en nuestros foros para los enemigos de la Revolución. (...) El pasado sábado 28 de noviembre rechazamos la presencia de varios mercenarios en

el Centro Cultural Fresa y Chocolate del ICAIC, donde se realizaba un encuentro de cineastas junto a su institución. Ninguno de los organizadores los había invitado y *su sola presencia constituía una provocación* y un acto premeditado para *utilizar ese tipo de espacio como plataforma de proselitismo y legitimación* (ICAIC, 2015, itálicas nossas).

Miguel Barnet, presidente da União de Escritores e Artistas (UNEAC) apoiou energeticamente a declaração, esclarecendo onde estavam os limites da tolerância: “No podemos permitir que la contrarrevolución se mezcle con nuestros artistas en el espacio de libertad y diálogo fundado por la política cultural de la Revolución” (BARNET, 2015 *apud* DUARTE, 2015). Mais do que uma mensagem para os opositoristas, poderia ter sido um recado para os próprios cineastas e para o resto de frequentadores desses espaços de debate.

A matéria que a TV Martí postou sobre o incidente na mídia social *Youtube*<sup>80</sup> contrasta o caráter combativo das declarações do ICAIC e do presidente da UNEAC. No vídeo se observa que vários cineastas rejeitaram a tentativa de expulsar o dissidente Ávila e denunciaram a censura contra Cremata, que é o homem que aparece com a boca amordaçada com fita adesiva. Essas pequenas insurreições que têm sido frequentes na esfera pública crítica oficialmente tolerada.

Concordamos com Leyva e Somohano (2008, p. 45) que a esfera pública em Cuba não deveria estar limitada à formação de opinião, senão ser um lugar de confronto entre atores sociais com possibilidades de transformar a política. O confronto “pode promover a participação ativa dos cidadãos para delimitar, resolver e avaliar os problemas circundantes”. Para Valdés (2015, entrevista), nas condições atuais, se a esfera pública é só conversa, não consegue mudar a consciência social, não mexe nas relações de poder nem garante a procura do bem comum.

Um novo sistema (o socialismo em teoria seria isso), apontam Leyva e Somohano (2007), precisa da reconfiguração da nação e da esfera pública, pois para a reprodução da hegemonia socialista resulta imprescindível a conformação dessa esfera de confrontação cidadã. Para eles, o debate, crítica e a confrontação entre diversos

---

<sup>80</sup>Para assistir vídeo do evento: ICAIC pone límites a debates para eliminar la censura. Produtora: Martí Noticias. Local: Miami, Florida, 04/12/2015. Youtube. Disponível em:<<http://bit.ly/1Uj90LI>>. Acesso em: 20/12/2015.

interesses e diferentes formas de entender o mundo são necessários para a construção de um consenso ativo.

Guanche (2013, p. 3) também discorda do pluralismo liberal que concebe a “*sociedade civil* como um conjunto infinito de grupos que se regulariam entre si, pelo simples fato de existirem e se contrapesar”, e acrescenta:

Defendo o esforço político consciente, material e deliberadamente assegurado, de constituir uma esfera pública – que inclua o Estado, mas não se limite a ele – como um espaço social aberto à intervenção de seus múltiplos atores, que denuncia e corrige as assimetrias e desigualdades que fazem dessa “esfera pública” um enclave privado dos poderosos (GUANCHE, 2013, p.3).

Para Guanche (2013) resulta imprescindível desenvolver políticas democráticas que empoderem setores sociais populares até estabelecer interações igualitárias numa esfera verdadeiramente pública.

A definição de um ideal de esfera pública para o socialismo cubano é uma das grandes contribuições do sociólogo Juan Valdés Paz:

La esfera pública del socialismo no es la imagen liberal de una “esfera comunicativa”, ni la neoliberal de “un espacio no estatal”, sino un espacio intercepto de todos los sistemas sociales, al cual todos tributan. En él se define y realiza el bien público y si bien es un espacio acotado por el orden jurídico vigente, sus poderes lo determinan la soberanía popular y la cultura (VALDÉS, 2009, p. 212)

Essa definição tem um detalhe que não devemos esquecer: se esfera pública em Cuba fosse regulada pelo mesmo ordenamento jurídico que reprime toda manifestação de oposição política ou só reconhecesse a legitimidade das organizações e ONGs afins ao regime atual, a tentativa legitimar as esferas públicas opositoras implicaria uma mudança de regime que, certamente, tem sido o objetivo do apoio dos Estados Unidos para os dissidentes.

Valdés (2009) adverte que só se os Estados Unidos renunciassem a serem um ator político interno, em Cuba talvez abriria-se a possibilidade do aparecimento de uma oposição leal e legal.

O foco de uma grande parte dos debates nas esferas públicas é a necessidade de preservar os ganhos alcançados pela Revolução, como educação e atendimento médico gratuitos de qualidade, mas que limita o exercício de outros direitos, especialmente

políticos, por motivos nem sempre justificáveis, torna-se urgente democratizar o modelo socialista cubano, porque voltar para o capitalismo não seria uma alternativa para resolver a crise.

### 3.4.1 O ofício de cartógrafo: atlas das esferas públicas em Cuba

Fazendo uma adaptação do mapeamento proposto por Bathrick (1995), o nosso mapa das esferas públicas cubanas incluiria a esfera pública política oficial, a esfera pública cultural/intelectual; a esfera pública oposicionista e a esfera pública crítica alternativa oficialmente tolerada.

A esfera pública política oficial (arenas deliberativas) estaria integrada pelos organismos do Estado (a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado), do Governo (o Conselho de Ministros), e a cúpula do Partido Comunista. Em segundo lugar, a esfera pública oficial, integrada pelos espaços de debate (físicos ou virtuais) e as publicações das organizações que integram a chamada sociedade civil socialista. Faz parte dela a esfera pública cultural/ intelectual que produz 175 publicações (digitais e impressas) sobre arte e literatura; e 202 sobre ciências sociais.<sup>81</sup> Essa esfera inclui outras formas de expressão como o cinema, a literatura, as artes plásticas, as artes cênicas e a música. Nessa “região” da esfera cultural/intelectual é onde aparecem os maiores focos de tensão com as autoridades, devido ao próprio modo de agenciamento e identidade dos artistas e ao sentido político que eles atribuem às artes.

A maioria dos integrantes dessa esfera está vinculada a instituições culturais ou acadêmicas com meios de comunicação próprios, principalmente correio eletrônico, conseguindo estabelecer redes para a troca de informação de alcance nacional e internacional. Dentre os espaços públicos de debate mais conceituados destaca-se, em primeiro lugar, o supracitado *Último Jueves*<sup>82</sup>, debates convocados pela UNEAC ou mais recentemente, o espaço *Dialogar, Dialogar*, coordenado pela Asociación Hermanos Saíz, coletivo que junta jovens artistas, escritores e pesquisadores.<sup>83</sup> São

---

<sup>81</sup>Os dados são de 2015 e foram fornecidos pela Dirección Nacional de Publicaciones Seriadas de Cuba, por meio de um e-mail enviado por Patricia George de Armas, diretora dessa entidade, em 05/01/2016.

<sup>82</sup>O site de *Último Jueves* com a programação de debates que acontecerão em 2016 está disponível em: <[http://temas.cult.cu/portada\\_u](http://temas.cult.cu/portada_u)>. Acesso: 22/01/2016.

<sup>83</sup>O site oficial da Asociación Hermanos Saíz está disponível em: <<http://www.ahs.cu/>>.

espaços abertos para todos os que desejem participar, mas em algumas ocasiões tem se limitado o acesso de integrantes da oposição política.<sup>84</sup>

De outro lado, encontra-se a esfera pública política oposicionista, integrada pelos grupos que procuram uma mudança de regime em Cuba. Não se trata de um movimento unificado, mas de organizações espalhadas de defesa dos direitos humanos, a liberdade de presos políticos, jornalistas, jornalistas e economistas independentes, etc. Outras se identificam como partidos políticos e sindicatos independentes. A informação sobre eles é dispersa, contraditória e difícil de verificar. A maioria desses grupos expressa suas ideias, denúncias, faz públicas as atividades que realizam através da Internet ou da mídia internacional, porque eles não possuem acesso a mídia nacional. Um dos espaços de debate mais mencionado é *Estado de SATS*, coordenado pelos dissidentes Antônio Rodiles e Jorge Calaforra. *Estado de SATS* se define como “um espaço onde diferentes visões, desde as artes, o pensamento e o ativismo social confluem no esboço de um Cuba diversa e plural”. Pretende ser um espaço cultural de estudos capaz de influir no pensamento e políticas do país.<sup>85</sup> Os debates e outras atividades são filmados e baixados no canal do projeto na mídia social *Youtube*.<sup>86</sup>

O terceiro ponto do mapa seriam as esferas públicas críticas alternativas oficialmente toleradas. Identificamos como iniciativas mais destacadas os projetos *Periodismo de Barrio (Jornalismo de Bairro)*<sup>87</sup>, a referida *Red Protogónica Observatorio Crítico (OCC)*<sup>88</sup> e *Cuba Posible*.<sup>89</sup> Os dois primeiros projetos estão

---

<sup>84</sup>Em 29 de outubro a blogueira oposicionista Yoani Sánchez foi impedida de entrar no debate convocado pela revista *Temas* e precisou se disfarçar com uma peruca para não ser identificada pelos guardas que controlavam a entrada. Um vídeo que documenta o acontecido foi baixado na mídia social *Youtube* e pode ser assistido em <<http://bit.ly/1Te1LWC>>. Acesso em: 22/01/2016.

<sup>85</sup>Estado de SATS. Quiénes Somos. Disponível em:< <http://bit.ly/1K1Nw56>>. Acesso em: 22/01/2016.

<sup>86</sup>O canal de Estado de SATS no *Youtube* está disponível em: < <http://bit.ly/1K1Nw56>>. Acesso em: 22/01/2016.

<sup>87</sup>Projeto idealizado, em 2015, pela jornalista e professora Elaine Díaz. Segundo seu código de ética, a aspiração de esse coletivo é fazer jornalismo, não ser a solução dos problemas do jornalismo cubano, nem construir um discurso hegemônico sobre Cuba, nem se tornar um paradigma para a práxis jornalística. Advogam pela diversificação das agendas midiáticas, políticas editoriais, enfoques, subjetividades, estilos, discurso e vozes nos espaços públicos de comunicação (PERIODISMO DE BARRIO/CÓDIGO DE ÉTICA). Disponível em: < <http://bit.ly/1VeXqAP>>. Acesso em: 22/01/2016.

<sup>88</sup>O site de OCC está disponível em: <<http://observatoriocriticocuba.org/>>. Acesso em: 22/01/2016.

<sup>89</sup>*Cuba Posible* se autodefine como “um ‘Laboratório de Ideias’ que gestiona uma relação dinâmica entre pessoas e instituições, cubanas e estrangeiras, com experiências e cosmovisões diversas. (...) Não realizaremos só abordagens teóricas e abstratas da realidade, mas desejamos participar e influir no desempenho social e político”. (*CubaPosible/Quiénes Somos*). Disponível em: <<http://cubaposible.net/quienes-somos>>. Acesso em: 22/01/2016.

conformados, principalmente, por atores da chamada “nova esquerda”<sup>90</sup> cubana, que propõe uma interpretação da realidade baseada no marxismo e nas contribuições de outras correntes de pensamento progressista, como o feminismo e a ecologia. Constituem uma alternativa de esquerda diante da ideologia oficial herdada da tradição marxista-leninista, mas reconhecem a legitimidade do sistema político cubano, as conquistas sociais da Revolução e seus princípios de justiça social e independência. *Periodismo de Barrio* também concebe o socialismo como a socialização do poder, da produção material e simbólica da sociedade, do conhecimento e da informação, além da superação das relações capitalistas e de dominação. Aliás, estão dispostos para um diálogo horizontal, sem preconceitos, respeitoso e construtivo com todas as pessoas. Princípios semelhantes estão presentes nas ideias que definem o discurso e o ativismo social desenvolvido pelos coletivos que integram o OCC. A partir de uma visão macro, o projeto *Espacio Laical*, que incluiria a Revista, as seções de debates no Centro Cultural Félix Varela e os suplementos digitais enviados por correio eletrônico, faria parte do que Killingsworth (2012) denominou esfera pública totalitária. Mas essa classificação seria parcialmente inadequada à luz das características atuais do regime político vigente em Cuba. Portanto, no nosso olhar, *Espacio Laical* faria parte das esferas públicas críticas oficialmente toleradas. No entanto, trata-se de uma esfera pública atípica se levarmos em conta algumas das suas características essenciais: a) autônoma em relação ao governo, mas dependente da instituição Igreja católica; b) diferentemente das outras esferas conseguiu reunir a maior representação possível da sociedade civil cubana, mais além de subdivisões motivadas ideologicamente; c) presença de atores da diáspora cubana, inclusive de antigos inimigos declarados da Revolução; d) debates propositivos e também elaboração de propostas para serem discutidas; e) acolhimento de atores políticos que não compartilham os princípios doutrinários da Igreja (marxistas críticos, defensores dos direitos da comunidade LGTB, ateus, etc.).

Para Farber (2012), a Revista tem sido aproveitada pela esquerda crítica, apesar de não compartilhar os valores fundamentais da instituição que facilita esses debates. No entanto, a Igreja coloca limites claros a seus posicionamentos políticos, o que pode ser visto como um compromisso com a permanência do governo e a maneira para não

---

<sup>90</sup>Valdés (2009) aponta que os movimentos e partidos de esquerda que têm conseguido o poder político têm confrontado a emergência de novas esquerdas que demonstram uma posição crítica diante dos erros dos grupos governantes ou das distorções do projeto revolucionário.

arriscar certas concessões institucionais. O novo papel da hierarquia como agente mediador significa que a Igreja deve adotar uma posição mediadora entre as políticas do governo e as da oposição. Um equilíbrio que poderia variar em decorrência de seus interesses e objetivos ou pelas ações dos laicos, especialmente, os que dirigem as publicações e espaços de debate mais importantes.

A reaproximação Igreja-Estado – sem abrir mão da sua independência nem das doutrinas que a definem como a consciência crítica da sociedade, *Mãe de Todos e Povo de Deus* – tem conseguido, não sem tensões, a configuração das esferas públicas institucionalizadas (no seio da Igreja) que gozam de uma significativa autonomia em relação ao regime político dominante. Acreditamos que algumas das iniciativas auspiciadas pela hierarquia católica em Cuba – quase sempre concretizadas por laicos – têm conseguido trocar as dinâmicas que dirigem o funcionamento das esferas oficialmente toleradas por dinâmicas próprias, no caso específico de *Espacio Laical*, baseadas na metodologia do encontro, que supõe o diálogo respeitoso, a escuta e a compreensão. Todos eles fazem parte dos objetivos que inspiraram a fundação da revista e mais importante ainda, um dos objetivos fundamentais da Missão Pastoral da Igreja católica cubana: a reconciliação entre todos os cubanos, como foi claramente estabelecido na mensagem dos bispos de setembro de 2003.

A Igreja tem propiciado um espaço anômalo, inclusive laboratorial – dado o contexto no qual se insere – e que apesar de possíveis limitações, constitui um protótipo do que deveria ser uma esfera pública política democrática. De outro lado, demonstra a fase autoritária pós-totalitária em que se encontra o regime político vigente em Cuba, onde a pluralidade política se expressa em espaços dessa natureza sob limites espaciais definidos e níveis de tolerância não definidos tão claramente. Como salienta Nancy Fraser (1999), esses espaços vão mais além da formação das opiniões e são cenários para a formação e expressão de novas identidades sociais, não somente da católica, e de agendas propositivas que superam a função estritamente opinativa atribuída à deliberação pública nas arenas por fora do poder político.

Faber (2012) afirma que a criação de espaços de discussão poderia favorecer a emergência de um movimento que contribuiria para a real democratização política e econômica da sociedade cubana de baixo para cima.

Na próxima seção discutiremos em torno da possibilidade de um socialismo democrático a partir das reflexões de marxistas contemporâneos como a cientista política belga Chantal Mouffe e pensadores cubanos de diversos posicionamentos

políticos que têm colaborado com a *Espacio Laical*. Finalmente, procuramos pontos coincidentes com a noção de democracia agonista de Mouffe e as ideias contidas na metáfora da Casa Cuba, frequentemente mencionada pelos editores da Revista.

### **3.5. Socialismo e democracia: uma articulação necessária**

Em 24 de fevereiro de 2008, o general Raúl Castro foi eleito Presidente de Cuba pela totalidade dos deputados da Assembleia Nacional do Poder Popular. No seu primeiro discurso, Raúl, que tinha assumido provisoriamente a presidência devido à doença que afastou Fidel Castro em julho de 2006, reafirmou a necessidade de realizar mudanças para continuar o avanço do socialismo na Ilha e reiterou a importância do debate público e da participação da população nas transformações econômicas e sociais que o país deveria iniciar. Num dos trechos mais interessantes dessa intervenção, expressou que se povo estava unido em torno de um único partido, tanto o partido quanto a sociedade tinham que ser mais democráticos. Afirmou que todos tinham oportunidade de expressar as suas opiniões e ainda trabalhar para concretizar as decisões acordadas. O líder cubano reconheceu que a partir da troca de opiniões divergentes surgiam as melhores soluções quando o propósito era positivo e a opinião exercida com responsabilidade. Castro apontou que não havia que se ter medo das discrepâncias na sociedade cubana, onde, segundo ele, não existem contradições antagônicas porque não eram antagônicas as classes sociais que a integram (CASTRO, 2008a).

Fazendo uma análise apressada, poderíamos afirmar que, nas suas palavras, o Presidente cubano anunciava a rearticulação do consenso entre um Estado, cuja ideologia não tem experimentado mudanças significativas, e um tecido social muito mais complexo e plural. Ainda que Raúl tenha valorizado o papel do diálogo e o direito de expressão, dentro da lei, a chamada deixava intactas as práticas políticas verticalizadas que fazem parte do modelo hierárquico, no qual a mobilização social e os processos consultivos são convocados pelos agentes que operam nas estruturas do Partido-Estado, por meio das principais organizações de massas e sociais.

Nesse sentido, o jurista e pesquisador Julio César Guanche (2009) nos lembra que desde a década de 1960 até hoje, a produção social sobre Cuba tem sido marcada, dentre outras questões, pela vocação estatista, a centralização (das decisões políticas e econômicas), o personalismo, e ainda: a ritualização da participação popular e as limitações da esfera pública para o debate social. Guanche traz um olhar interessante

sobre a realidade política da Ilha que procura ir mais além do que discursos oficiais e oposicionistas mostram ou ocultam, para se focar nas filosofias de vida presentes na sociedade cubana atual e como são resenhadas em obras literárias, pois elas visibilizam o conflito ideológico real entre esquerdas e direitas; marxistas e liberais; socialistas e defensores do livre mercado.

No entanto, o confronto mais instigante seja talvez aquele que acontece entre aqueles que coincidem na defesa do socialismo a partir de concepções ortodoxas e heterodoxas<sup>91</sup>.

Guanche (2009) também se refere à relatividade do conceito de esquerda e argumenta que onde a direita não existe formalmente (esse é caso de Cuba) é difícil pensar em esquerda propriamente dita. Segundo ele, no interior da esquerda cubana, da qual fazem parte o Partido Comunista, a sociedade civil socialista e alternativa não oposicionista, existe uma pluralização de posicionamentos que poderiam ser chamados de direita da esquerda (conservadores) e esquerda (progressistas). Essa pluralização contesta a existência de uma única marca ideológica e a suposta ausência de tendências no interior do partido comunista cubano.

Os comunistas mais ortodoxos reconhecem a necessidade da participação popular, mas desconfiam desta e apostam num debate muito limitado. Se apresentam como a vanguarda política do país e a sociedade civil se torna um subalterno do poder político. Divulgam um discurso monológico que assegura que o socialismo de estado é o único modelo possível e apenas precisa ser aperfeiçoado.

A esquerda da esquerda faz uma leitura diferente, reivindicando o conteúdo capitalista do socialismo e considerando que a radicalização da democracia é o caminho para construir o socialismo e evitar a restauração do capitalismo em Cuba. Outro aspecto importante é que entendem que a abertura de espaços de discussão pública, a participação popular e a supervisão da gestão política são as razões que justificam a existência do socialismo.

Guanche (2012) adverte que o socialismo realmente existente traiu a essência do socialismo marxista – que consiste na socialização do poder e a propriedade – e se apropriou e monopolizou a política, os meios de produção, o conhecimento; detonando as bases que garantiriam a existência autônoma dos cidadãos (GUANCHE, 2012).

---

<sup>91</sup> Dentre as possíveis saídas para o futuro do socialismo de Cuba, Guanche (2012, p. 19) pondera as três que, segundo ele, estão sendo as mais debatidas: o socialismo de conselhos, a social democracia e o republicanismo socialista.

Conforme Guanche (2009), embora o socialismo real tenha existido sem democracia, a democracia do futuro precisa de um novo socialismo e acrescenta que o futuro democrático de Cuba deverá ser mais socialista. Para ele, esse novo socialismo deveria ser republicanista, serviria para segurar as condições para a democracia emergir.

Entretanto, é paradoxal perceber que o debate direto sobre as mudanças políticas no país não esteja acontecendo entre ambas as tendências da esquerda cubana, mas entre representantes dessa nova esquerda e atores sociais, geralmente laicos católicos, que assumem posicionamentos que se aproximam da social democracia e/ ou da democracia cristã. Realidade que dá fé da riqueza do confronto ideológico que emerge desses limitados espaços de debate, sendo a revista *Espacio Laical* um deles.

Um dos pontos essenciais dessa discussão é naturalmente o reconhecimento da pluralidade política existente no país. Autores como Guanche (2012) e Nápoles (2010) acreditam na urgência de “canalizar” o pluralismo social na forma de consensos construtivos dirigidos a metas comuns.

O projeto político, social, econômico e cultural da sociedade cubana precisa ainda ser analisado a partir de uma perspectiva mais pluralista e massiva. Se a missão dos cubanos, protegida pela Constituição e as leis, é a incorporação plena à construção coletiva de um país, tal coisa requer nosso envolvimento na discussão – também massiva – sobre o país que há de ser (NÁPOLES, 2010, p. 2, tradução nossa)

A pergunta continua sendo se uma sociedade civil e uma sociedade política pluralistas seriam compatíveis, em termos ideológicos e legais, no quadro do atual socialismo de Estado cubano. Na seção anterior, Valdés (2009) apontava que existem diversos obstáculos para que a pluralidade política seja reconhecida e conseqüentemente legalizada. Guanche (2014a, p. 114) comenta que, no âmbito legal, a reforma constitucional de 1992, além de manter que o Partido Comunista é a força dirigente superior da institucionalidade social e estatal, em vários de seus enunciados configura-se a existência de uma “ideologia de Estado”, o que constitui um problema para a pluralidade se expressar. A ideologia de Estado, explica o cientista, limita a participação direta dos cidadãos na defesa das suas próprias e diferenciadas vontades políticas. Também afirma que o processo eleitoral faz com que as correntes de opinião diferentes da governamental não cheguem à dimensão cultural-estatal-governamental e que se expressem como confrontação de alternativas políticas cidadãs, ainda dentro da legalidade existente.

Teoricamente, para que o sistema unipartidário possa garantir uma democracia real, teria que funcionar baseado na transparência e no livre debate de todos os assuntos. Do debate livre e transparente sairiam as propostas que seriam analisadas pelos poderes do Estado (GUANCHE, 2012). Sobre esse tema, o pesquisador Raúl Garcés comentou recentemente: “algumas das nossas políticas cozinham-se em um determinado espaço e se consultam, porém (...) limitar a participação no nível consultivo (...) é reduzi-la, é pensar que as pessoas não podem participar do processo desde o início” (GARCÉS, 2016, tradução nossa). Outra dúvida sobre esses processos consultivos é a finalidade das questões que são expostas pelos participantes:

Yo participé en uno de dichos debates y planteé la necesidad de que los economistas cubanos, fueran o no miembros de la Asamblea Nacional, pudieran proponer las necesarias reformas y ser escuchados en las sesiones de ésta y por todo el pueblo. En suma, que se concediera el espacio público que los especialistas en problemas económicos necesitan. Sin embargo, el llamamiento no logró el efecto deseado por la sociedad (PÉREZ, 2015, p. 26).

Como aponta Armony (2003) e o próprio debate demonstra, o crescimento da participação da sociedade civil tem colocado uma demanda por mais direitos civis e políticos. Segundo ele, estas demandas acentuam uma crise de legitimidade em Cuba.

Embora a comprovação dessa hipótese não corresponda aos objetivos desta pesquisa, achamos que, talvez, o que está em jogo seja mesmo a credibilidade do socialismo, a partir de sua capacidade para superar as atuais dificuldades econômicas sofridas pela maioria dos cubanos e lidar com uma sociedade cada vez mais estratificada. Mesmo que se reconheçam a preservação das principais conquistas sociais da Revolução cubana, a desigualdade social, o deterioro do nível de vida, a lenta recuperação da economia doméstica e as incertezas sobre o futuro individual e coletivo, colocam dúvidas sobre a viabilidade do socialismo.

Céspedes (2012, p. 46) afirma que, para alguns, trata-se de fechar as portas a todo tipo de socialismo, porém para maioria trata-se de estabelecer um socialismo distinto, mais democrático, participativo e próximo do projeto original da social democracia.

Para Acanda (2008), o fortalecimento da sociedade civil não significa o desenvolvimento indiscriminado das relações capitalistas nem a manutenção de um modelo que a limita a um grupo de organizações de massas. Aponta que num contexto onde a pluralidade vai crescendo, precisa-se de mais espaços de expressão para a

democratização da vida do país em todas suas dimensões. Armony (2003) também aposta na expansão da esfera pública mais inclusiva, porém se questiona se isso seria compatível num projeto socialista que ainda tem como bandeira principal os postulados do marxismo-leninismo soviético.

O maior desafio de Cuba (Estado e sociedade) é a democratização de seu sistema político desde dentro, sem abrir mão de ganhos em educação, saúde pública, providência e segurança pública, rasgos que a diferenciam do resto da América Latina. A maioria dos cubanos não deseja fazer um *remake* da Perestroika, cujo final, pelo menos nas ex-repúblicas soviéticas, foi apenas o trânsito do pós-totalitarismo para o autoritarismo que trouxe muito consumo, mas pouca democracia.

Che Guevara (1992) disse que era uma quimera realizar o socialismo com ajuda das armas dentadas herdadas do capitalismo e que o socialismo era jovem e tinha erros. Hoje, considerando esses erros que provocaram o fracasso da experiência socialista da União Soviética, a instauração de um capitalismo de Estado na China, ou regime dinástico na Coreia do Norte, a pergunta seria se é possível construir um socialismo superior em Cuba, caprichando nos postulados de uma interpretação dogmática do marxismo que desconhece a produção teórica de pensadores marxistas contemporâneos, conhecidas só em estreitos círculos intelectuais e acadêmicos? Esse vazio teórico constitui uma mediação importante na qualidade do debate ideológico em Cuba.

Entre os pensadores neomarxistas mais influentes se destacam Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1987). Suas contribuições à teoria democrática na sociedade socialista são de grande importância. Em 1985, Mouffe e Laclau publicaram *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*, onde apresentaram sua definição de democracia radical e pluralista, resultado das experiências acumuladas com os movimentos de esquerda europeus (SOZA, 2007). O livro provocou um debate teórico e político sobre a possibilidade da constituição de uma sociedade socialista e democrática, propondo uma “nova alternativa para a esquerda”, que se afasta das visões estalinista, pós-estalinista e neoliberais que predominaram depois da Segunda Guerra Mundial. Ambos os autores consideram que as experiências socialistas do século XX demonstraram que, ao contrário do que se pensava, a eliminação da propriedade privada não eliminava a exploração que se transformava em novas formas de subordinação do

indivíduo ao Estado.<sup>92</sup> Outro ponto de ruptura entre a análise de Mouffe e Laclau e a tradição marxista clássica tem a ver com a negação do caráter central do proletariado<sup>93</sup> nas lutas contra a exploração e no desencadeamento das grandes transformações políticas e sociais.

Lo que está actualmente en crisis es toda una concepción del socialismo fundada en la centralidad ontológica de la clase obrera, en la afirmación de la Revolución como momento fundacional en el tránsito de un tipo de sociedad a otra, y en la ilusión de la posibilidad de una voluntad colectiva perfectamente una y homogénea que tornaría inútil el momento de la política. (LACLAU;MOUFFE, 1987, p. 9)

Eles não negam que a classe operária emerge das relações capitalistas de produção, mas como sujeito particular e não universal como propõe o marxismo clássico. Para Laclau e Mouffe o universal é uma possibilidade, não tem conteúdo, é um significante vazio (JARDIM, 1999). O discurso da democracia radical substitui a noção do universal pela polifonia de vozes, cada uma com sua identidade discursiva. Não existem mais sujeitos nem esfera predestinados para a emergência do antagonismo.

El carácter plural y multifacético que presentan las luchas sociales contemporáneas ha terminado por disolver el fundamento último en el que se basaba este imaginario político, poblado de sujetos «universales» y constituido en torno a una Historia concebida en singular (LACLAU;MOUFFE, 1986, p. 9).

Segundo Vera (1999), o projeto de democracia radical parte de uma filosofia que procura aprofundar a revolução democrática, radicalizando valores como a liberdade, e dando um mesmo sentido a todas as lutas contra as formas de dominação. Serve-se do capital simbólico da tradição democrática liberal para aprofundar a revolução democrática.

Outro ponto interessante dessa proposta é sua posição diante da ideia de consenso. Ao contrário da política clássica, a democracia radical e pluralista não procura fazer

---

<sup>92</sup> Esse é tema discutido em Cuba onde a propriedade privada e os principais meios de produção foram estatizados e não socializados. Significa que o Estado exerce o papel do patrono que contrata a força de trabalho dos trabalhadores. Assim, a exploração capitalista dá origem a novas relações de subordinação.

<sup>93</sup> A experiência cubana corrobora essa ideia. A Revolução de 1959 não foi o resultado de uma sublevação dos operários, mas uma luta para restabelecer o regime democrático interrompido pelo golpe de estado de Batista. Nesse processo a classe média desempenhou um papel principal.

desaparecer todas as diferenças para chegar ao consenso ou ao entendimento recíproco. Na impossibilidade de eliminar os conflitos, os desacordos devem ser regulados pelas instituições democráticas. Segundo essa teoria, os conflitos viram elemento integrador dos distintos grupos que, com demandas diferentes, integram cada comunidade. (MOUFFE, 2003 *apud* GAMERO, 2009).

A democracia radical e plural muda nossa consideração sobre as diferenças de cada grupo. Mouffe (2003 *apud* GAMERO, 2009) busca alterar a concepção de inimigo pela de adversário, onde o segundo não deve ser visto como uma ameaça a ser eliminada, mas como um indivíduo diferente, que deve figurar como interlocutor paritário em uma cena de dissenso. Tal proposição está ligada à democracia radical com o objetivo de articular as diferentes demandas num mesmo sistema em que operam tensões hegemônicas e contra-hegemônicas, sem eliminar as assimetrias que os distinguem. Essa nova compreensão do poder, na qual as tensões entre adversários constituem a identidade da comunidade política é chamada de agonismo.

No artigo *Por um modelo agonístico da democracia*, Mouffe (2006) aprofunda nas principais características da noção de democracia agonística que ela propõe como alternativa aos modelos de democracia deliberativa defendidos por Rawls e Habermas. Um dos limites do modelo deliberacionistas, aponta Mouffe é pensar na existência de uma esfera pública, onde as relações de poder seriam e apagadas e um consenso baseado na razão poderia ser alcançado. Trata-se de um modelo que desconhece a dimensão dos antagonismos que são a consequência da pluralidade de valores e a impossibilidade que esta seja eliminada. A partir desse olhar, a estudiosa dúvida acerca da existência de uma esfera pública racional inclusiva onde seja possível alcançar um consenso não coercitivo e insiste que não há consenso político racional que não implique alguma forma de exclusão. Para ela, a exclusão constitui um elemento da dimensão antagonica da política, sendo também a racionalização, um tipo de exclusão.

Sob o olhar da estudiosa, o afastamento da ideia do consenso como finalidade da deliberação pública garante que a democracia pluralista seja, metaforicamente falando, um espaço sempre aberto, além de manter a dinâmica do processo democrático (MOUFFE, 2003).

Mouffe (2006) faz uma distinção entre “o político” e “a política”. O político tem a ver com o antagonismo inerente às relações humanas que emerge de diversas formas nas diferentes relações sociais. Na política ficam enquadradas as práticas, discursos e instituições que procuram garantir a ordem e organizar a convivência em condições

sempre conflituosas devido à inevitável presença do antagonismo. Sob esse olhar, a questão central da política democrática é a tentativa de conter o antagonismo presente nas relações humanas (p.174). Para ela, a especificidade da democracia moderna é “o reconhecimento e legitimação do conflito”. Portanto, devem ser criadas as instituições que permitam a legitimação e solução dos conflitos (MOUFFE, 1996, p. 142). Então, diante da impossibilidade de eliminar o conflito, a grande missão da política seria tentar transformar o antagonismo em agonismo.

Entende-se por antagonismo a relação amigo-inimigo e por agonismo a relação entre adversários. Então, o antagonismo refere-se à luta entre inimigos e o agonismo da conta do confronto entre adversários. O adversário é um inimigo legítimo o que implica dentre outras questões, o respeito e reconhecimento do valor das concepções de outro, a adesão aos princípios ético-políticos da democracia liberal e a superação da ideia que todo ator oposicionista deve ser punido ou eliminado (MOUFFE, 1996).

... a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão. Esse é o verdadeiro sentido da tolerância liberal-democrática, a qual não requer a condescendência para com ideias que opomos, ou indiferença diante de pontos de vista com os quais discordamos, mas requer, sim, que tratemos aqueles que os defendem como opositores legítimos (MOUFFE, 2006, p. 174).

Para Mouffe (2006), a política seria o mecanismo para conseguir a unidade em contextos democráticos marcados pelos conflitos e a diversidade (p. 174), mas para conseguir essa “ordem” é preciso que exista um consenso para criar o cenário no qual vai se desenvolver o confronto. Como citado, esse consenso estaria dado pela adesão aos princípios da democracia liberal que são liberdade e igualdade para todos (MOUFFE, 1996).

Contudo, “tais princípios ético-políticos só podem existir por meio de muitas interpretações diferentes e conflitantes”, por conseguinte, teremos um “consenso conflituoso”. Ao mesmo tempo, a autora adverte que a procura do consenso que apague a confrontação levaria à apatia e ao desapareço pela participação política. Acrescenta que o bom funcionamento da uma democracia exige um “embate intenso de posições políticas” (MOUFFE, 2006, p. 175).

Não obstante, Mouffe (1996) reconhece que sempre haverá inimigos e os identifica como aqueles que questionam os supracitados princípios que sustentam a democracia liberal. Não será possível legitimar as demandas deles, nem poderão participar do debate. Diferentemente do adversário, o inimigo não é considerado como uma diferença legítima.

A democracia pluralista agonística emerge como alternativa ao sistema deliberativo da democracia de raiz habermasiana, sendo que ambos esses modelos são relevantes para a discussão que temos pretendido elaborar em nosso trabalho de mestrado, acerca do desenho das esferas públicas política em Cuba e seus entrelaçamentos com as esferas religiosa e cultural. Não obstante, devemos ser cautelosos, porque a proposta que Chantal Mouffe tem trabalhado durante três décadas tem como ponto de partida um contexto político democrático.

Concordamos com Mendonça (2010) quando afirma que o agonismo só tem cabimento ali onde a pluralidade ideológica encontra-se em constante disputa e que a supracitada autora deixa duas questões em aberto. A primeira, relacionada com a criação ou ampliação dos espaços agonísticos (mais além das arenas parlamentares) e tratamento que os excluídos da arena agonística deveriam receber.

Parece óbvio que a noção de democracia agonista que aqui apresentamos, mais que trazer respostas, pode contribuir ao enriquecimento da discussão teórica sobre o processo de democratização que em Cuba poderia estar acontecendo.

A democracia socialista ou democracia radical, diz Guanche (2012), estabelece a reciprocidade entre liberdade e igualdade; entre os direitos individuais e sociais. Concebe a autonomia de uma coletividade sobre a autonomia dos indivíduos que a integram. “Trata-se da autoconstituição, por indivíduos livres e iguais, de instituições dependentes de uma coletividade concreta” (p. 18).

Para González (2014a) o Governo deverá se tornar um garantidor da diversidade nacional, institucionalizando o pluralismo para que iniciativas que permanecem toleradas ou dentro de uma clandestinidade consentida possam ser legalizadas e participar mais ativamente da vida do país. O autor pede a continuidade da desmontagem do modelo de Estado de estilo soviético e chama um debate nacional que permita um consenso em torno ao novo modelo de Estado, no qual a pluralidade política e social seja incorporada à nova ordem sociopolítica.

Mas uma nova ordem significaria uma mudança do regime atual e ninguém sabe se essa seria uma concessão que o Governo cubano estaria disposto a fazer. Seria

preciso convencer as lideranças do Partido Comunista de que a aceitação e a legitimação do dissenso não implicaria renunciar aos princípios essenciais do socialismo e da necessidade da construção de um socialismo democrático, participativo que, ao mesmo tempo, seja capaz de preservar os princípios de justiça social, a soberania nacional e solidariedade entre os cubanos de Cuba para o mundo defendidos pela Revolução de 1959.

Um valor a fomentar em Cuba é a tolerância política que, segundo Mouffe (1996), constitui o principal desafio para democracia pluralista. A tolerância deve ser entendida como a identificação com os valores do pluralismo e não com a indiferença diante do que os outros fazem. A tolerância rejeita o uso da violência física e/ou verbal contra qualquer manifestação de dissenso quando se trata de um regime não democrático. Apoiando essa ideia, em diálogo com Roberto Veiga, na época editor de *Espacio Laical*, Guanche (2012, p. 32) argumentou que a tolerância política poderia permitir a convivência entre sistemas de crenças completamente diferentes, incluindo os antagônicos. A esse respeito, monsenhor Carlos Manuel de Céspedes, apontou:

“Lo anormal y enfermizo para una República sería la uniformidad aparente, la ausencia de diversidades, de intercambios de opiniones diversas y de diálogos políticos. Esa máscara sí es el enemigo de la genuina unidad nacional” (CÉSPEDES, 2012, p. 40).

Desde o Governo já aparecem alguns indícios, ainda que insuficientes, de maior tolerância diante da pluralidade. No mesmo discurso de 26 de julho de 2008, Raúl Castro expressou: “Não deixaremos de escutar a opinião honesta de cada um, que resulta tão útil e necessária” (CASTRO, 2008b, tradução nossa). Todavia, advertiu que as pretensões de pressionar o Governo deveriam ser confrontadas, evitando ofensas, mas “chamando as coisas pelo seu nome”.

Em 23 de fevereiro de 2015, o Partido Comunista anunciou que as eleições gerais de 2018 seriam antecedidas pela entrada em vigor de uma nova Lei Eleitoral (GRANMA, 2015), cujo projeto deverá ser consultado junto aos cidadãos. Sob essa nova norma jurídica seriam escolhidas as autoridades que substituirão os octogenários integrantes da chamada geração histórica. Em um artigo publicado na revista digital *On Cuba*, o jurista Raudiel Peña (2015) comentou que esperava que a lei contribuísse para a “necessária democratização, tanto do sistema político quanto da sociedade cubana; a

participação popular mais direta e a representatividade da sociedade nas estruturas de poder. Peña acrescenta que a lei, junto com outras reformas do sistema político, expandiriam os direitos políticos dos cidadãos e ajudaria a naturalizar a discrepância e a interpelação na vida pública. A democratização do sistema eleitoral, apontou o autor, seria um passo necessário para “a total democratização do sistema político cubano”.

Enquanto esse momento não chegar, nas eleições municipais realizadas em 19 de abril de 2015, pela primeira vez na história desses processos, concorreram desde suas respectivas comunidades, os opositoristas Hildebrando Chaviano, advogado e jornalista independente; e Yuniel López, integrante do ilegal Partido Democrático de Cuba (DÍAZ, 2015). Apesar de que nenhum dos dois candidatos antissistema conseguiram se eleger, o fato de ter participado no processo eleitoral poderia significar indícios de um processo de transição em marcha, ou talvez uma tática (dentro do processo de normalização das relações com os Estados Unidos), para melhorar a imagem do país ou influenciar o Congresso estadunidense, em cujas mãos está a possibilidade de revogar o bloqueio/embargo a Cuba.

### **3.5.1 O ideal da Casa Cuba: mais que uma metáfora**

Desde a década de 1990 publicações como *Palabra Nueva*, *Vitral e Vida Cristiana* têm sido o principal espaço de expressão para o pensamento social católico. *Espacio Laical* foi uma continuadora dessa tradição. Entre 2005 e 2014, a Revista propôs a criação de um espaço para todos, que acolhesse os diferentes âmbitos da atividade social, política, econômica e cultural. Ao mesmo tempo, procuraria a inserção social do movimento laical para contribuir com a criação de uma sociedade mais próspera e fraternal. Entretanto, o maior desafio seria “harmonizar o aparentemente contraditório”<sup>94</sup> e contribuir para a edificação da Casa Cuba, expressão metafórica assinada por Monsenhor Carlos Manuel de Céspedes. As alegorias à metáfora da Casa Cuba aparecem frequentemente em muitos dos textos publicados na Revista e era um dos eixos da linha editorial e da metodologia usada pela publicação.

A Casa Cuba teria duas dimensões. A primeira imagina “Cuba como uma unidade e uma grande família, onde seus integrantes possuem diferenças, mas reconhecem e aceitam os laços que os unem. Em segundo lugar, Cuba deve ser vista como um lar onde todos são acolhidos e compreendidos (ESPACIO LAICAL, 2009b). A metáfora entende a nação a partir de um sentido comunitário que possibilite uma nova forma do

---

<sup>94</sup> Ver nota de rodapé número 6.

fazer política que, mediante o diálogo, promova a comunhão e o encontro entre atores antagônicos com pontos de vista supostamente irreconciliáveis, portanto rejeita qualquer forma de exclusão. Nesse contexto nacional ideal, residentes na Ilha e emigrados teriam a possibilidade de se reconhecer como fazendo parte de um todo não indivisível (GONZÁLEZ, 2010, p. 16).

Casa Cuba não é um modelo normativo resultado de um exercício teórico. Trata-se de um recurso para imaginar um potencial para a emancipação e reconciliação entre os cubanos; e o ideal de uma sociedade baseada na horizontalidade, livre das relações de dominação (PRIETO, 2015). Para Jorge González (2015) esse ideal de comunidade tem que ir mais além de reconhecimento e articular os espaços para que a diferença se manifeste.

Contudo, González (2010, p. 24), adverte que a Casa Cuba não é um projeto nem um partido político democrata cristão integrado por católicos. A noção transcende a visão partidarista (sempre excludente e fragmentadora) da atividade política e busca a participação de todos os atores do país. Contudo, a concreção política dessa imagem metafórica implica “uma metodologia do encontro e o reconhecimento da dignidade do ser humano”.

A metáfora Casa Cuba estaria atravessada por elementos fundamentais: o nacionalismo como garantia da unidade, a independência e a soberania do país; a construção coletiva de um modelo democrático que supere os déficits do socialismo de Estado vigente; o reconhecimento da pluralidade; a justiça social; e a reconciliação entre todos os cubanos. De acordo com Pestano (2014, p. 9), o fato de que a maioria desses princípios seja compartilhada pelas correntes fundamentais da ideologia política cubana possibilitaria um diálogo entre todas elas, o que contribuiria para a consolidação de “uma cultura política integrada e inclusiva”.

Muitas são as expectativas em relação ao futuro de Cuba e *Espacio Laical* tem sido um cenário para que elas se expressem. Segundo aponta González (2012, p. 24), numa reflexão que ajuda a resumir o que até aqui temos discutido, existe um consenso generalizado na nação sobre a necessidade de realizar mudanças.

Estos cambios son codificados de forma diversa por los diferentes actores sociales, de un lado a otro del espectro político nacional. La reinención del socialismo, la transición a la democracia y la construcción de la CASA CUBA, son los modos en que marxistas,

liberales y católicos explicitan, en la hora actual, sus agendas particulares sobre el contenido de esos cambios (GONZÁLEZ, 2012, p. 24).

Ao longo desse capítulo conseguimos nos aproximar da paisagem da sociedade civil em Cuba: as transformações experimentadas a partir do triunfo da Revolução de 1959, os efeitos no relacionamento Estado e sociedade da adoção do modelo socialista soviético, os debates entre os que defendem uma noção de sociedade civil de matriz liberal, os que acham que em Cuba só são legítimas as organizações que integram a chamada sociedade civil socialista e os outros, que defendem a ideia de uma sociedade civil que não seja inimiga do Estado, nem sua subalterna.

Realizamos um mapeamento das esferas públicas existentes em Cuba e por meio dos critérios de pesquisadores comentamos suas características. Apresentamos o que entendemos que seja a esfera pública socialista, espaço que como salientam Guanche (2012), Leyva e Somohano (2007), Valdés (2015, entrevista), implica superar o limite da representação política e defender o exercício de uma participação política efetiva. Finalmente, aproveitamos a discussão teórica de Chantal Mouffe para pensarmos a possibilidade da construção de um modelo democrático alternativo e os pontos de conexão entre o modelo agonístico e a ideia de democracia que propõe *Espacio Laical*, por meio da metáfora da Casa Cuba.

No último capítulo desse trabalho constataremos que *Espacio Laical* fez uma contribuição à articulação de uma rede de esferas públicas em Cuba para o exercício de um debate pluralista. Referiremos-nos às possíveis repercussões das ações da Revista no discurso oficial cubano, às polémicas com atores que discordam da linha editorial dessa publicação e as demonstrações de solidariedade recebidas.

Finalmente, apresentaremos as considerações de Roberto Veiga e Lenier González, sobre o fim da relação deles com *Espacio Laical* e os pareceres de diversos atores acerca da importância, impacto e legado dessa publicação.

## Capítulo 4- Os escabrosos caminhos do diálogo

### 4.1. Roteiro metodológico

Relembremos que o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o papel desempenhado pela revista *Espacio Laical*, considerando suas potenciais contribuições e dificuldades na configuração de uma rede de esferas públicas capaz de fomentar o intercâmbio de ideias e a discussão coletiva entre diferentes atores sociais acerca do processo de reformas econômicas e sociais em Cuba, a partir de uma perspectiva pluralista. Pretendemos também fazer uma caracterização das relações de colaboração que a revista estabelece com os atores que participam em outras esferas públicas de discussão política e, por último, identificar focos de repercussão das ações da revista *Espacio Laical* em outras arenas que potencialmente se articulam à esfera pública política.

A análise de conteúdo e a entrevista foram as técnicas empregadas para a coleta dos dados empíricos que sustentam o resultado desse estudo. A primeira dessas técnicas permitiu a identificação e a interpretação de aspectos relevantes do nosso objeto, assim como estabelecer a relação texto-contexto (PIÑUEL, 1997). Em primeiro lugar, identificamos os textos (artigos, entrevistas, palestras, debates, dossiês) da *Espacio Laical* que trouxeram abordagens sobre o processo de reformas em Cuba, entre janeiro de 2008 e março de 2014. A amostra abrangeu um total de 25 exemplares da revista, desde o número 13 até o número 38. Essa aproximação inicial permitiu-nos constatar: a) a politização da revista, evidenciada pelo incremento da publicação de artigos com conteúdo político e sobre a reforma econômica em Cuba; b) a conformação de uma rede de colaboradores com atores procedentes de outras esferas públicas dentro e fora de Cuba; c) a convergência de atores com diferentes posturas políticas, conceituações ideológicas, identidades culturais (pluralismo), assim como a ausência de outros, tanto nos textos publicados, como nos debates presenciais que aconteceram no Centro Cultural Félix Varela.

Ainda nessa etapa analisamos o conteúdo de 20 textos publicados em *Espacio Laical* (apêndice 1,) entre março de 2008 e maio de 2014: 3 editoriais; 5 dossiês; e 2 palestras (com seus respectivos debates posteriores) e 8 artigos. A escolha foi realizada levando em conta os seguintes aspectos: a) abordagem de temas polêmicos; b) diversidade de perspectivas políticas e ideológicas; c) diversidade de atores sociais presentes na revista e nos debates; d) referências às relações da Igreja Católica com o

Estado cubano, sociedade civil e a diáspora cubana; e) conteúdo crítico e propositivo. Também se considerou a apropriação de tópicos que pouco são tratados pela imprensa oficial, os pareceres sobre o papel da sociedade civil nas mudanças, as apelações diretas ao governo, e aos grupos opositoristas em Cuba no estrangeiro.

O segundo momento será dirigido a identificar a repercussão que tiveram alguns desses textos e debates em outras arenas da esfera pública cubana (entre janeiro de 2008 e julho de 2014), e quais deles geraram polêmica e provocaram a incorporação de outros atores que enriqueceram a troca de ideias.

A busca foi focada nas seguintes arenas: a) discursos oficiais sobre temas nacionais pronunciados pelo presidente Raúl Castro em 2011 e 2012 e pelo o vice-presidente José Ramón Machado, em 2011 e 2012; b) a polêmica sobre *Espacio Laical* geradas no âmbito dos blogs *Cubano en primer plano*<sup>95</sup> (2013) e *La Pupila Insomne*<sup>96</sup> (2014), assim como as réplicas em defesa das iniciativas da Revista que apareceram em publicações como *Temas* (2013) e o blog *Observatório Crítico*<sup>97</sup> (2013). Considerando a natureza transnacional da esfera pública, nos aproximamos da repercussão do editorial *Senderos que se bifurcan* (2012) e do debate em torno à noção de oposição leal (DILLA, 2014c) na comunidade de cubanos exiliados ou emigrados, a partir dos conteúdos veiculados no site *Martí Noticias*, no blog da organização *Cuban Americans for Engagement* (CAFE)<sup>98</sup> e nos sites *Cubencuentro*, *Cubanet*<sup>99</sup> e *Neo Club Press*<sup>100</sup>.

Cientes das limitações da análise do conteúdo e da necessidade de aprofundar nossa abordagem sobre o impacto da revista com outras instâncias e atores da sociedade civil, realizamos também 16 (dezesesseis) entrevistas com atores chave dos processos de mudança em observação nessa pesquisa. A finalidade das entrevistas é compreender a lógica operacional e comunicacional da Revista, de modo a nos auxiliar a produzir uma leitura fundamentada e reflexiva da atuação política da revista na esfera pública política cubana, bem como da percepção que possuem os interpelados sobre seu caráter

<sup>95</sup>Disponível em: <<http://www.cubano1erplano.com>>. Acesso em: 16/01/2016.

<sup>96</sup> Disponível em: <<http://lapupilainsomne.wordpress.com>>. Acesso em: 16/01/2016.

<sup>97</sup> Disponível em: <<https://observatoriocriticocuba.org/>>. Acesso em: 16/01/2016.

<sup>98</sup>*Cuban Americans for Engagement* se apresenta como uma organização sem fins lucrativos de cubano-americanos e cidadãos americanos. Realiza ações para facilitar uma nova dinâmica entre os Estados Unidos e Cuba, que esteja baseada nos princípios do intercâmbio, normalização das relações comerciais e a cooperação diplomática. Disponível em: <[cafeporcuba.org](http://cafeporcuba.org)>.

<sup>99</sup> Disponível em: <[www.cubanet.org](http://www.cubanet.org)>. Acesso em 16/01/2016.

<sup>100</sup> Disponível em: <[www.neoclubpress.com](http://www.neoclubpress.com)>. Acesso em 16/01/2016.

articulador. A representação da diversidade foi fundamental para a seleção dos entrevistados. Levando em conta os vínculos estabelecidos com nosso objeto de estudo convocamos gestores, colaboradores (intelectuais que moram dentro e fora da Ilha), participantes nos debates presenciais, envolvidos nas polêmicas com a Revista, e estudiosos que têm contribuído no debate sobre as interseções entre religião, comunicação e política; sociedade civil; esfera pública e participação no contexto cubano atual, assim como a diversidade de pensamento presente na sociedade civil cubana e suas ramificações na diáspora.

De 12 (doze) entrevistados, 10 (dez) foram contatados por correio eletrônico e dois por telefone<sup>101</sup>. Do total, 9 (nove) moram em Cuba e 3 (três) no estrangeiro. De 25 de setembro de 24 de outubro de 2015, foram entrevistadas 11 (onze) pessoas em Havana. O resto, seja por não estar morando em Cuba ou por conveniência, respondeu as questões por correio eletrônico e por telefone, de 14 de dezembro de 2015 a 6 de fevereiro de 2016. Finalmente, conseguimos dialogar com:

- a) Roberto Veiga e Lenier González (ex-editores de *Espacio Laical*);
- b) Os colaboradores: Esteban Morales (cientista político e professor universitário); Juan Valdés Paz (sociólogo e pesquisador); María del Carmen Barcia (historiadora e professora universitária); Pedro Campos, (ex-diplomata e ativista integrante do coletivo Socialismo Participativo e Democrático); Luis Sexto (jornalista aposentado, trabalhou no jornal oficial *Juventud Rebelde*); Armando Chaguaceda (cientista político, professor residente no México); Julio C. Guanche (jurista, ensaísta e professor, residente no Equador); Marifeli Pérez Stable (socióloga, professora, pesquisadora e exilada residente em Miami, Estados Unidos desde a década de 1960);
- c) Pessoas que têm lido *Espacio Laical* e participantes em eventos organizados pela revista: Milena Recio (professora universitária, pesquisadora, e editora da revista *On Cuba*); Maximiliano Trujillo (professor universitário e pesquisador sobre pensamento social católico em Cuba); Sonia Jiménez (pesquisadora sobre temas religiosos, no Centro de Investigações Psicológicas e Sociológicas); Harold Cárdenas (professor universitário e autor do blog *La Joven Cuba*); Reverendo Pablo Odén Marichal, (deputado da Assembléia Nacional e coordenador da Plataforma Inter-religiosa Cubana); David Corcho (jornalista e autor da pesquisa *Análisis del discurso público de la revista Espacio Laical* [Universidade de Havana, Faculdade de Comunicação, 2014]);
- d) Também foi entrevistado Alejandro Cruz, formado em Língua Chinesa e autor do blog *Cubano en Primer Plano* e iniciador de uma polémica com a revista em 2013.

---

<sup>101</sup> Durante a estadia em Cuba foram contatados por telefone a professora María del Carmen Barcia e reverendo Pablo Odén Marichal.

Os pontos fundamentais da conversa com Roberto Veiga e Lenier González foram: a organização das edições e dos debates presenciais; as relações com os colaboradores e com os leitores; padrões de inclusão e exclusão; relações com a hierarquia da Igreja e com o Estado cubano; a contribuição da Revista, e as polêmicas acontecidas. Com os colaboradores entrevistados pretendíamos aprofundar nosso entendimento acerca das relações estabelecidas entre eles e os editores da Revista; conhecer a suas motivações para participar desse projeto editorial; identificar as percepções sobre a possível contribuição da Revista na visualização do pluralismo político em Cuba; e conhecer sobre a influência social e política da publicação.

#### **4.2 O debate público promovido pela *Espacio Laical*: articulação, tensões e polêmicas**

Como afirmou a pesquisadora estadunidense Margaret Crahan (2012), desde a década de 1980 as publicações religiosas, especialmente as católicas, tornaram-se espaços para a produção de discursos desde os alternativos até os discursos presentes na mídia oficial cubana. Até hoje não foi realizado nenhum estudo sobre a recepção daqueles que leem a revista *Espacio Laical* através dos canais de distribuição estabelecidos pela Igreja católica ou que conseguem acessar a versão que está disponibilizada na Internet. Essa situação é compreensível se relembramos que os veículos midiáticos da Igreja em Cuba não aparecem cadastrados no “Registro de Publicaciones Periódicas”, portanto, a distribuição é restrita.

Em primeiro lugar, tentaremos apresentar alguns dos fatos que nos permitem pensar a revista *Espacio Laical* como um ente configurador de uma rede entre as diferentes esferas públicas em Cuba, sua contribuição na visualização da diversidade de pensamento presente na sociedade civil e seu papel para o fomento de uma discussão coletiva e inclusiva, entre diferentes atores sociais acerca do processo de mudanças que experimenta a nação cubana. Ao mesmo tempo, apresentaremos o que consideramos como focos de repercussão das ações da revista em outras arenas, em especial, as mídias digitais (dentro e fora de Cuba) e aquelas que potencialmente se articulam à esfera pública política oficial.

Desde sua fundação, em 2005, a revista *Espacio Laical* explicitou em seu site que um dos objetivos fundamentais do projeto era o diálogo com outras visões mediante “uma metodologia do encontro, da escuta e da compreensão”.<sup>102</sup> Começamos nossa

---

<sup>102</sup> Ver nota de rodapé número 6.

reflexão pelas opiniões de Roberto Veiga e Lenier González, editores da revista no período entre 2005 e 2014. Ambos, junto ao Cardeal Ortega foram os principais gestores da virada política da revista. Em uma entrevista concedida ao jornalista e pesquisador David Corcho (2014), Veiga afirmou:

Para nós, era imperativo que a revista *Espacio Laical* se tornasse um foco plural. Considerávamos que alguns dos grandes pecados históricos dos cubanos tem sido a desconfiança, a irracionalidade política, a deslegitimação das opiniões diferentes e o empenho de impor um projeto de país único, sem considerar as outras propostas que existem. Estávamos e continuamos convencidos de que a grande mudança que a nação demanda atualmente implica o contrário disso; ou seja, a capacidade para que todos os projetos possam compartilhar o país e construí-lo juntos (CORCHO, 2014; tradução nossa).

Lenier González explicou que, surpresos pela pluralidade presente na sociedade cubana e pela falta de espaços para que esses atores pudessem se expressar, se perguntaram o que poderiam fazer para colocar toda essa pluralidade numa relação harmoniosa, e que *Espacio Laical* tinha sido a resposta para esse desafio (CORCHO, 2014).

Os editoriais, dossiês, debates presenciais durante os eventos, são as ações que analisaremos para pensarmos como elas se configuram como uma tentativa de converter a publicação católica não só numa plateia da diversidade, mas num articulador entre as diferentes esferas públicas de Cuba e as esferas públicas transnacionais mencionadas por Olvera (1999); Armony (2003), assim como Avritzer e Costa (2004).

#### **4.3. O processo de politização de *Espacio Laical***

À luz dos sinais de “tolerância” enviados pelo Governo e com o apoio da hierarquia eclesiástica, a revista *Espacio Laical* tornou-se uma publicação mais politizada e um dos centros do debate sobre a necessidade de que o processo de reformas iniciado por Raúl Castro fosse acompanhado por mudanças políticas substanciais. Em 2008, na editoria *Tema polémico* do terceiro número da Revista, foi publicado o artigo “En torno a la democracia em Cuba”, assinado pelo editor Roberto Veiga (2008). Alguns dos pontos expressados por Veiga foram contestados pelo jurista Júlio César Guanche (2010) no ensaio “Es rentable ser libres”. Mais do que responder o texto de Guanche, por meio do ensaio “Hacia una democracia de consensos” (publicado

no segundo número de 2010), o editor de *Espacio Laical* trouxe o debate e o articulou nas páginas da revista. Na editoria *Búsqueda*, correspondente ao segundo número de 2010, foram reproduzidos tanto o texto inicial de Guanche, quanto a réplica de Veiga (2010).

A discussão em torno ao tema não se deteve e a troca entre os intelectuais, um marxista e outro católico, gerou um debate muito mais amplo do qual fizeram parte as opiniões reunidas no “Dossier sobre los desafíos constitucionales de Cuba”. Nesse dossiê colaboraram os juristas Julio A. Fernández, Dmitri Prieto e Roberto Veiga, bem como Jorge Ignacio Domínguez, cientista político cubano, exilado nos Estados Unidos e professor da Universidade Harvard (ESPACIO LAICAL, 2009c).

Em outubro de 2012 foi apresentado no Centro Cultural Félix Varela (CCFV) o caderno “Por um consenso para la democracia” que continha todos os textos que fizeram parte da discussão entre os citados autores. Mais do que os próprios textos, já conhecidos pelos leitores, o que chamou a atenção foi a composição do painel para a apresentação do caderno, integrado pela socióloga Mayra Espina, o ex-diplomata e pesquisador Carlos Alzugaray e o cientista político Hiram Hernández (AGENCIAS, 2012).<sup>103</sup>

Além da diversidade de atores (dentro e fora da Ilha) e visões apresentados nos dossiês, destacam-se, os eventos e os debates presenciais auspiciados pela revista no Centro Cultural Félix Varela sob a “política de portas abertas” (ESPACIO LAICAL, 2012a), que permitia a participação de integrantes dos grupos opositores ao regime, tanto moderados quanto os mais antissistema.

No dia 29 de outubro de 2011, aconteceu um desses primeiros eventos, no qual várias figuras da fragmentada sociedade civil cubana se encontraram face a face. O motivo foi a palestra “Dialogar, Dialogar”; ministrada por Alfredo Guevara, importante intelectual vinculado ao governo revolucionário desde 1959, fundador do Instituto Cubano da Indústria e Arte Cinematográfica e presidente do Festival de Novo Cinema Latino-americano. A palestra foi dedicada aos atuais desafios enfrentados por Cuba. Guevara (2011) falou sobre os ajustes econômicos, criticou a burocracia e advogou pela diversidade e a tolerância, como exemplo dessa diversidade que propõe a *Espacio Laical*. No auditório, estiveram presentes o Cardeal Ortega, líderes laicos de

---

<sup>103</sup> O mesmo caderno, coordenado pelos editores de *Espacio Laical* foi reapresentado no mesmo lugar, dessa vez em formato de livro, no evento *Fé religiosa, institucionalidade e modelos sociais*, organizado pela Revista em parceria com a embaixada da Noruega em março de 2014.

organizações religiosas, destacados intelectuais como o cientista político Esteban Morales, opositores e ex-presos políticos como o economista Oscar Espinosa Chepe. Após a fala, os integrantes do auditório trocaram opiniões com o palestrante. Apesar dos desencontros ideológicos, o diálogo aconteceu em um clima de civilidade e respeito.

Segundo reportou a agência espanhola EFE (2011), Espinosa Chepe agradeceu a *Espacio Laical* por ter organizado debates “civilizados, sem ofensas, sem exclusões, sem preconceitos absurdos, porque a diversidade ideológica existe em Cuba”. Apesar de discordar de vários dos pontos expressados, o dissidente agradeceu a Guevara pelo caráter aberto, ilustrativo e democrático da palestra.

No final de 2012, a revista *Espacio Laical* (2013a) organizou um dossiê sobre o funcionamento, as dificuldades e os desafios da imprensa cubana. Nessa ocasião foram convocados:

- Esteban Morales Domínguez (1942). Cientista político, analista das relações entre Estados Unidos-Cuba, militante do Partido Comunista de Cuba, integrante da União de Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC) e da comissão de luta contra o racismo dessa organização. É diretor honorífico do Centro de Estudos sobre os Estados Unidos e um dos intelectuais cubanos mais reconhecidos.
- Luis Sexto (1945). Prêmio Nacional de Jornalismo em 2009. Colunista do jornal *Juventud Rebelde*, comentarista sobre temas nacionais no programa "Hablando claro", da estação Rádio Rebelde. Militante do Partido Comunista de Cuba e integrante da União de Periodistas de Cuba (UPEC).
- Jorge Gómez Barata. Professor, pesquisador e ensaísta. Analista de temas internacionais e autor de vários estudos sobre os Estados Unidos. Seus textos têm sido publicados em sites cubanos como *CubaDebate* e *Cubahora*. Colabora com a revista *Progreso Semanal*, editada por cubanos residentes em Miami e com *Rebelión* (Espanha), *Red Voltaire* e *Argenpress*. Diversos blogueiros reproduzem seus trabalhos.
- Justo Planas. Formado em Jornalismo pela Universidade de Havana em 2009. Foi jornalista do semanário *Trabajadores*. Aborda temas sobre literatura e cinema. Integrante do conselho editorial de *Espacio Laical* desde 2012.
- Aurelio Alonso (1939). Sociólogo, professor e pesquisador. Prêmio Nacional em Ciências Sociais em 2009. Autor, dentre outros livros, de *Iglesia y política en Cuba* (1997), *El laberinto tras la caída del muro* (2006) e coordenou *América Latina y el Caribe: territorios religiosos y desafíos para el diálogo* (2008).
- Fernando Rasvsberg (1957). Jornalista uruguaio. Correspondente em Cuba do jornal *El Público*. Ministra oficinas de televisão na Universidad Complutense de Madrid e membro do Instituto de Periodismo Preventivo y Análisis Internacional (IPPAI). Foi repórter do serviço latino-americano da BBC, da Radio Nacional da Suécia, da Rede Telemundo dos Estados Unidos e da TV Azteca do México.

Todos os participantes concordaram que um dos principais problemas do sistema de comunicação pública em Cuba é sua falta de autonomia e o controle que sobre ele exerce o Partido Comunista. Para Esteban Morales, a imprensa cubana não consegue mostrar eficazmente os problemas e preocupações da população. Exerce a crítica de maneira seletiva e só identifica os responsáveis dos problemas quando são diretivos ou servidores públicos de menor hierarquia. Morales afirmou ainda que a informação internacional é incompleta e parcializada, pois não são abordados os problemas dos países cujos governos são amigos de Cuba. Luis Sexto assegurou que existia a ideia de que uma imprensa sem controle é uma ameaça contra o socialismo como pareceram mostrar as últimas etapas da *Perestroika* e da *Glasnov* na União Soviética. Para outros, como Jorge Gómez Barata, a imprensa deve ser analisada como um elemento da estrutura social, o sistema político e o contexto cultural. Também explicou como o controle estatal centralizado, as relações de direção verticalizadas, a homogeneidade ideológica e a mentalidade de “praça sitiada” configuram a imprensa que omite ou minimiza os problemas internos do país, alegando que um exercício irresponsável da crítica e a denúncia seriam equivalentes a “dar armas aos inimigos da Revolução (ESPACIO LAICAL, 2013c).<sup>104</sup>

O jornalista Justo Planas argumentou que a falta de pluralidade, a escassez de opiniões e perspectivas diversas nos meios cubanos, não só atingiam os temas relacionados com a esfera política, mas também conteúdos sobre esportes, cultura ou saúde. Concluindo, o sociólogo Aurelio Alonso apontou que a imprensa cubana se caracteriza pela desinformação, a submissão dos jornais e demais veículos a critérios externos ou oficiais, falta de confrontação, a rejeição do dissenso dentro das matérias selecionadas, a censura, o desencanto dos profissionais desse âmbito, entre outras dificuldades (*idem*).

Todos concordaram acerca da existência de uma política informativa em Cuba, coordenada pelo Departamento Ideológico do PCC sem a participação dos jornalistas que trabalham nos meios. Não obstante, Luis Sexto esclarece que isso não quer dizer que seja preciso procurar a autorização do Partido para publicar qualquer matéria. Nesse sentido, Planas é enérgico quando critica os políticos que falam sobre as “incapacidades” dos jornalistas cubanos quando, em realidade, se trata de

---

<sup>104</sup> Uma caracterização do modelo de imprensa vigente em Cuba poder ser consultada em: GARCÍA LUIS. J. *Revolución, socialismo, periodismo*. La Habana: Pablo de la Torre, Editorial, 2013.

“incapacitações” para o exercício do trabalho informativo que são estabelecidas de cima. Alonso considerou que a política informativa vigente estava dominada por uma leitura que buscava o “contra” em qualquer dissenso (idem).

Segundo Esteban Morales, essas e outras dificuldades têm provocado a falta de credibilidade da imprensa cubana. Esse é um assunto grave, considerando que esta representa o Partido e o Governo. Jorge Gómez Barata afirma que muitas publicações, como *Espacio Laical*, têm ultrapassado seu caráter institucional devido aos vazios criados pela imprensa oficial (idem).

Todos reconhecem que hoje existem meios alternativos, sobretudo no espaço digital, que concorrem com os tradicionais. Porém, Luis Sexto opinou que há muita irresponsabilidade, falta de veracidade e equilíbrio na maioria desses projetos. Contudo, considera que tanto *Espacio Laical* quanto *Temas* são revistas caracterizadas pela profundidade e multiplicidade de visões. Justo Planas considerou que, do ponto de vista formal, as práticas de alguns desses meios não-oficiais são similares àquelas que acompanhamos nos meios oficiais. Gómez Barata defende o direito de existir dos meios alternativos e considera que usá-los de modo positivo contribui para a formação da opinião pública, mas adverte que eles não serão a solução dos problemas da imprensa cubana. Planas, Gómez Barata e Aurelio Alonso comentaram que a falta de acesso à Internet em Cuba limita o contato entre a população e os meios alternativos. Não obstante, Alonso deixa claro que, num contexto marcado por uma diversidade de meios de informação (sobre todos os gestados desde a diáspora cubana), a imprensa oficial passa a ser mais uma fonte entre muitas. Nesse sentido, aponta que esse fluxo tem sido coadjuvante ao próprio debate sobre a imprensa cubana e introduzido uma concorrência que ele julga como positiva (idem).

Em termos de ideais e princípios, o cientista político Esteban Morales afirmou que o compromisso da imprensa é com a verdade, e deve-se buscá-la usando todas as vias possíveis sem se deixar levar pelas aparências nem pelas pressões exercidas por entidades superiores. Também se deve procurar educar, mediante a informação e interpretação adequada dos acontecimentos sem preconceitos políticos nem ideológicos. Morales defende a ideia de uma imprensa da sociedade civil, administrada e dirigida pelos jornalistas. Justo Planas, considerando que já não existe um povo compacto (homogêneo?) nem uma unanimidade de pensamento, advoga por uma diversidade de publicações que mostrem as diferentes tendências políticas, interesses noticiosos, estilos, etc. Essa variedade ajudaria a democratização da comunicação em Cuba (idem).

Fernando Ravensberg, correspondente da BBC em Cuba por mais de 20 anos (único estrangeiro convidado ao debate), também expressou seus pontos de vista. O jornalista uruguaio reiterou algumas das questões apontadas anteriormente. Para ele, não existe realmente uma política informativa definida e, citando Gómez Barata, explica como a direção centralizada e verticalizada da economia produz um correlato na imprensa. Os diretores dos meios aguardam as ordens de “cima” para publicar uma matéria sobre qualquer tema considerado “sensível” e lembra que esses dirigentes são nomeados pelo Departamento Ideológico do PCC (idem).

Ravensberg afirmou que, além das TIC, o acesso dos cubanos a antenas parabólicas e outras formas de comunicação quebram o monopólio informativo. Destacou que o paulatino acesso à Internet possibilitou o aparecimento de blogs como *La Joven Cuba*, que tratavam da realidade cubana de forma mais balanceada. Assegurou que essa e outras iniciativas sofreram os ataques dos dois extremos do espectro político cubano: os comunistas mais ortodoxos e os anticastristas. O comunicador defendeu a criação de uma lei de meios e a existência de uma mídia pública forte e focada no bem público. Acredita que, para isso, é preciso a desmontagem das estruturas criadas na época soviética para controlar cada palavra publicada na mídia nacional (idem).

As dificuldades e desafios da imprensa cubana têm sido abordados em diferentes foros de discussão. O debate convocado por *Espacio Laical* se distingue por uma diversidade de olhares, uma perspectiva analítica e crítica aprofundada, pouco frequente nos espaços públicos em Cuba. Os participantes apresentaram os problemas fundamentais da imprensa local a partir de múltiplas dimensões e identificaram algumas das possíveis causas. O objetivo dessa iniciativa não foi demonizar a mídia estatal nem seus gestores, mas identificar os aspectos que consideravam errados e propor soluções para superar os problemas que impedem o florescimento de uma mídia pública que seja um espelho da realidade do país e, ao mesmo tempo, defenda as conquistas sociais do sistema socialista e contribua para democratizá-lo (idem).

Outra questão importante é a partilha da responsabilidade. Geralmente, os jornalistas são identificados como os únicos responsáveis pelas deficiências do sistema de comunicação pública em Cuba e poucos se referem às consequências do caráter monopólico midiático estatal presente em Cuba, à responsabilidade do Departamento Ideológico do PCC em temas como a elaboração e aplicação de uma política editorial cheia de ambiguidades, à falta de autonomia dos meios e dos jornalistas, ao acesso restrito à informação de interesse público, ao caráter essencialmente propagandístico

dos veículos informativos, à censura e outros que completariam uma extensa lista (idem).

O dossiê “Propuestas para una refundación de la prensa cubana” (publicado inicialmente no suplemento 219 em fevereiro de 2013, e depois no número 01, correspondente ao primeiro trimestre desse mesmo ano) ofereceu uma radiografia das relações que se estabelecem entre o sistema midiático, o sistema político e o sistema social e, ao mesmo tempo, configura-se como um documento propositivo. Tal análise foi publicada cinco meses antes do IX Congresso da União de Jornalistas de Cuba.

O papel da *Espacio Laical* na articulação entre diferentes esferas públicas ultrapassou os limites nacionais. A Revista – dando continuidade a uma vontade visível em outras publicações como *Temas* – procurou colaborações de cubanos que moram fora da Ilha e convida alguns deles para participarem de eventos e debates presenciais.

Em junho de 2010, a Revista dedicou um número especial para dar cobertura à X Semana Social Católica. No evento, organizado pela Comissão de Justiça e Paz, participaram os seguintes intelectuais cubano-americanos:

- Jorge I. Domínguez (1945). Doutor em Ciências Políticas, professor e Vice-reitor de Relações Internacionais da Universidade de Harvard. Presidente de Harvard Academy for International and Area Studies. É considerado o decano dos pesquisadores sobre temas cubanos nos Estados Unidos.
- Tomás Bilbao, diretor executivo do Grupo de Estudos Cubanos em Washington D.C.
- Arturo López- Levy. Cientista político e palestrante convidado na Universidade de Denver.

No último número de 2011, a Revista publicou o dossiê intitulado “Cuba y su diáspora: un dilema nacional”. Participaram Roberto Veiga, então editor de *Espacio Laical*, o sociólogo Aurelio Alonso e, para representar a comunidade cubana nos Estados Unidos, foram convocados os cientistas políticos que mencionamos anteriormente. Os participantes expressaram seus pareceres em torno das causas da separação entre os cubanos e os danos que essa situação provocava à nação; as consequências da emigração dos jovens para a família cubana e para o desenvolvimento do país. Também foi abordado o papel desempenhado pelos governos de Cuba e dos Estados Unidos no fenômeno migratório, os vínculos entre a diáspora e a sociedade cubana; os obstáculos à integração entre os cubanos da Ilha e os emigrados, assim como o papel que deveriam desempenhar tanto as autoridades cubanas quanto as organizações

de cubanos no exterior, na solução desses problemas. Não houve unanimidade em nenhuma das questões discutidas, mas a reconciliação entre todos os cubanos e seu direito de participar na construção de um futuro comum foi um valor compartilhado entre os participantes (ESPACIO LAICAL, 2011d).

Em 30 de março de 2012, os editores coordenaram a palestra “Cuba y su diáspora: Actitudes y políticas que debe adoptar la diáspora para reintegrarse a Cuba”, proferida pelo empresário cubano exilado nos Estados Unidos, Carlos Saladrigas (2012), no Centro Cultural Félix Varela. Pela primeira vez, um exilado cubano (antigo ativista anticomunista) falava em um evento dessa natureza organizado em Cuba. Do inusitado encontro participaram militantes do Partido Comunista, sacerdotes e leigos católicos, representantes de grupos da pequena oposição radical interna, reconhecidos intelectuais, diplomatas e jornalistas da imprensa estrangeira (RAVSBERG, 2012). Também se encontravam presentes os marxistas críticos Félix Sautié e Pedro Campos, Esteban Morales, o polêmico sacerdote José Conrado e Monsenhor Carlos Manuel de Céspedes, prestigiado intelectual católico e uma dessas pontes quase permanentes entre a Igreja e o Estado desde os tempos dos maiores confrontos (MUÑOZ, 2012).

El acceso era libre. En la abarrotada sala se dieron cita cerca de 200 personas. Usted podía ver a blogueros alternativos como Yoani Sánchez o Miriam Celaya. Periodistas independientes al estilo de Reinaldo Escobar y Miriam Leiva; economistas al margen del Estado como Oscar Espinosa Chepe; activistas por la integración racial como Juan Antonio Madrazo y Leonardo Calvo, y una nueva generación de disidentes, como Eliécer Ávila o Antonio Rodiles (MUÑOZ, 2012).

No entanto, o cronista omitiu a presença de integrantes da chamada esfera pública intelectual /cultural como Carlos Alzugaray, professor da Universidade de Havana; e Gisela Arandia, pesquisadora do Centro de Estudios Culturales Juan Marinello e ativista pela igualdade racial.

A palestra do empresário cubano-americano teve grande repercussão na mídia internacional (GARCIA, 2012). Em Havana, o correspondente da BBC comentou que as intervenções dos integrantes do público, logo após as palavras de Saladrigas, evidenciaram a controvérsia entre os diferentes pontos de vista sobre os problemas do país. De um lado, os defensores do livre mercado, do outro, os comunistas críticos que rejeitaram a participação de capitalistas cubano-americanos na economia de Cuba e insistiram na necessidade de “construir um socialismo verdadeiro”. O jornalista

assegura que, em geral, os políticos que ali se reuniram tinham “pouca experiência no debate com o adversário”, mas avaliou positivamente que pessoas com ideias antagônicas conseguiram se reunir e expressar os seus desencontros com franqueza e respeito (RAVSBERG, 2012, tradução nossa). Em Porto Rico o jornal digital *Noticel* publicou e intitulou a notícia da agência EFE (2012) com a seguinte manchete: “Llamado a ‘derrumbar muros’ entre el exilio y Cuba” (Chamada para derrubar os muros entre o exílio e Cuba). O jornal mexicano *La Jornada* comentou que a palestra de Carlos Saladrigas foi um primeiro passo para a inserção de um emigrado no debate interno (ARREOLA, 2012).

De Miami, Edmundo García (2012) escreveu um artigo criticando certas contradições presentes na palestra de Saladrigas em Havana. García afirma que o palestrante estaria “desconectado” da realidade na Ilha ao afirmar que a confrontação com os Estados Unidos e o embargo contra Cuba tinham sido muito úteis para o Governo cubano. O autor considerou paradoxal que o empresário viajasse a Havana para compartilhar experiências com pessoas que participam na execução das reformas econômicas, mas ao mesmo tempo estabeleceu vínculos com políticos e entidades que, localizados nos Estados Unidos, ainda apoiam o embargo.

No debate posterior à palestra, Arandia (2012) colocou uma questão sobre o lugar de fala da maioria dos cubanos exilados ou que emigraram para os Estados Unidos que colaboram com a Revista. Predominam os acadêmicos sobre os empresários e políticos. A maioria deles compartilha da ideia de que o futuro de Cuba deveria estar baseado em uma economia de mercado, uma reforma constitucional que permita a participação de todas as tendências políticas presentes no país, o que implicaria a possibilidade do reconhecimento de agrupamentos políticos diferentes e separados do Partido Comunista. Em geral, trata-se de pessoas que fazem parte das primeiras ondas migratórias, acontecidas entre 1959 e 1965, que não militam a favor do Governo cubano, mas advogam pelo fim do embargo estadunidense e defendem a inviolabilidade da soberania de Cuba.

Dmitri Prieto comentou no blog *Observatório Crítico* que os ativistas do coletivo "Socialismo Participativo y Democrático" foram os únicos que defenderam o socialismo, no meio do silêncio ou da ausência dos tradicionais ideólogos do sistema político atual. Prieto (2012) afirmou que os participantes apoiaram a abertura de novos espaços de convivência democrática e a reconciliação entre todos os cubanos, mas

duvidaram das possibilidades do capitalismo para gerar liberdade e igualdade para a cidadania.

#### **4.4 *Espacio Laical* e as disputas no espaço público**

Em geral, os artigos, os dossiês e os debates que figuram em *Espacio Laical* tinham ampla repercussão nas agências internacionais de notícias e em sites vinculados aos posicionamentos dos setores mais conservadores da diáspora cubana, como o jornal *El Nuevo Herald*, *Cubamet*, *Caféfuerte* ou *Diário de Cuba*. Veículos como *Cubaencuentro*, têm uma linha editorial crítica, mas menos radicalizada e outros como o blog da organização *Cuban Americans for Engagement* (CAFE) têm defendido os pontos de vista da revista.

Já dentro de Cuba, veículos digitais alternativos, como o blog da *Red Protagónica Observatorio Crítico*, o site *Havana Times* e diversos blogs pessoais, têm construído espaço não só para a divulgação dos conteúdos da revista, mas também para sua discussão. *Espacio Laical* também tem sido reconhecida como uma arena de debate em publicações acadêmicas cubanas como *Temas* onde, em fevereiro de 2012, a pesquisadora Jiménez (2012) assegurou que espaços de reflexão e debate como *Espacio Laical* tinham convidado prestigiados cientistas sociais, acadêmicos e intelectuais não católicos para dialogar e discutir sobre os problemas da sociedade cubana atual.

A partir da noção de contrapúblicos de Fraser (1999), *Espacio Laical* pode ser entendida como um projeto que concorreu com outras esferas que fazem parte do espaço público cubano. Essa disputa evidenciou-se nas críticas contra os textos e os debates propiciados pela revista, bem como a linha defendida pelos editores. No ambiente virtual, desde blogueiros governistas até intelectuais críticos polemizaram com *Espacio Laical*, configurando espaços discursivos marcados pela diversidade de vozes e a pluralidade de ideias. Espaços que contribuíram para a ampliação da esfera pública no país. No entanto, às vezes, o debate político focado na crítica e na troca de argumentos misturou-se com discussões pouco dialógicas que não pouparam ataques e desqualificações contra as iniciativas da publicação católica.

Em 20 de março de 2013, Alejandro Cruz (2013a) provocou uma polêmica quando publicou em seu blog ([Cubanoenprimerplano.com](http://Cubanoenprimerplano.com)) o post *@EspacioLaical ¿espacio para todos?* Nele, o blogueiro questionava o caráter inclusivo proclamado nos objetivos da revista, porque, na conta do Twitter, só estava seguindo a ativista dissidente Yoani Sánchez e o jornal opositor *Diário de Cuba*. Cinco dias depois, Cruz

(2013b) tentou fazer uma análise de alguns pontos do documento *Cuba soñada – Cuba posible – Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato* (divulgado pelo *Diario de Cuba* em 18 de março), mostrando assim que era esse o verdadeiro alvo das críticas. Em um post intitulado *Un laboratorio para cazar a Cuba*, o blogueiro assumiu que questionou a legitimidade das proposições enunciadas pelo Laboratório Casa Cuba (LCC), porque estas não surgiram ou não foram aprovadas nas assembleias convocadas pelo governo antes do VI Congresso do PCC e pretendeu fazer uma analogia entre o conteúdo do documento e os planos que procuram a restauração do capitalismo. Antes de finalizar, atacou *España Laical* por haver coordenado a palestra de Carlos Saladrigas e citou um texto escrito por Fidel Castro (2008), que vincula o empresário cubano-americano com os planos gestados em Miami para a restauração do capitalismo em Cuba.

Em 5 de abril, Alejandro Cruz (2013c) publicou o texto *Nuevos datos para comprender el Proyecto Casa Cuba*. Dessa vez também não ofereceu argumentos sólidos para sustentar as críticas, mas tentou estabelecer uma conexão entre o LCC e Rafael Rojas (historiador cubano exilado no México), baseado na menção que Rojas (2013) fez no seu blog, sobre *Cuba soñada – Cuba posible - Cuba futura*, numa réplica ao jornalista cubano Ángel Guerra Cabrera (colunista do jornal mexicano *La Jornada*) que o teria chamado de contrarrevolucionário e “representante da direita nacional”.

... la democratización soberana del socialismo cubano deja de ser una promesa y se convierte en una realidad, que la reacción neoestalinista o neopopulista no puede contener. (...) El lector interesado puede comprobarlo releendo (...) el proyecto “Cuba soñada/ Cuba posible/ Cuba futura”, redactado por el Laboratorio Casa Cuba, un grupo de intelectuales y activistas católicos y marxistas de la isla que pide, entre otras cosas, sufragio directo del jefe de Estado, reelección limitada y una nueva Ley de Asociaciones (ROJAS, 2013).

De acordo com Cruz (2013c), Rojas se apoiava no documento emitido pelo LCC para se defender das acusações e afirmou que o site *Cubaencuentro*<sup>105</sup> e o jornal digital *Diario de Cuba*<sup>106</sup> (que junto com Rojas teriam sido financiados pela *National*

<sup>105</sup> Disponível em: [www.cubaencuentro.com](http://www.cubaencuentro.com). Acesso em: 16/01/2016.

<sup>106</sup> Disponível em: [www.diariodecuba.com](http://www.diariodecuba.com). Acesso em: 16/01/2016

*Endowment for Democracy*<sup>107</sup> para promover uma mudança de regime na Ilha) tinham referenciado o supracitado documento. Do mesmo jeito que fez com Saladrigas, Cruz (2013c) tentou desacreditar Rojas colando parágrafos extraídos da enciclopédia virtual cubana *Ecured*<sup>108</sup> e de outras fontes que o vinculam com setores que promovem uma mudança de regime em Cuba.

Em 11 de abril, os editores de *Espacio Laical* denunciaram em nota, que os textos de Alejandro Cruz buscavam atingir a credibilidade da revista e questionaram que os posts do blogueiro contra a revista houvessem sido reproduzidos no boletim oficial do Ministério da Cultura (MINCULT). O texto reconheceu que a referida conta no Twitter “deu um seguimento muito parcial aos critérios sobre Cuba”, mas era administrada por uma pessoa que estava no estrangeiro e não pelos editores. Assinalou que a ocorrência lembrava os momentos difíceis das relações Igreja-Estado e advertiu que difamação era um crime penalizado pelas leis (ESPACIO LAICAL, 2013b).

Após conhecerem as acusações, vários intelectuais expressaram sua solidariedade com os integrantes e os objetivos do Laboratório Casa Cuba (LCC), o que pode ser interpretado como forma de manifestar apoio à *Espacio Laical*. O antropólogo Dmitri Prieto (2013), colaborador da Revista e um dos assinantes do documento "Cuba soñada – Cuba posible – Cuba futura", escreveu uma enérgica réplica contra a reprodução no boletim do MINCULT das “difamações” do citado blogueiro. Contestando os questionamentos, afirmou que sobre a iniciativa do LCC já haviam refletido importantes intelectuais que militam no PCC e/ou são empregados do Governo cubano, e “cujo parecer não é considerado por Alejandro Cruz” (PRIETO, 2013) que só insistia em mencionar Rafael Rojas.

Prieto (2013) considerou que se tratava de induzir a desconfiança, a paranoia e provocar o escândalo a partir de trechos de textos extraídos da blogosfera. Segundo ele, é obrigatório que o acusador apresente provas do que diz e apontou que ninguém tem o direito de divulgar difamações sobre terceiros. O ativista disse também que os absurdos

---

<sup>107</sup> Segundo a enciclopédia Wikipédia (ver referências), a *National Endowment for Democracy* é organização fundada em 1983 nos Estados Unidos para suportar grupos que lutam pela democracia no continente americano. Opera como uma entidade privada, porém a maioria dos recursos orçamentários provém do Congresso estadunidense. A NED tem sido acusada de trabalhar para derrubar os governos que não obedecem às ordens dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://bit.ly/1LHBZDD>>. Acesso em: 23/02/2016.

<sup>108</sup> *Ecured* é uma enciclopédia virtual e colaborativa criada em Cuba. Encontra-se disponível em: <[www.ecured.cu](http://www.ecured.cu)>. Acesso em: 16/01/2016.

publicados pelos editores do boletim eram imorais e ofendiam a dignidade dos imputados e o intelecto de qualquer pessoa com senso comum. Também exigiu uma desculpa pública, lembrando que em Cuba a difamação e calúnia eram consideradas crimes. A contestação publicada pelo *Observatorio Crítico* acrescentou que Alejandro Cruz haveria cometido o erro de confundir o projeto social, denominado metaforicamente como “Casa Cuba” pelo padre Carlos Manuel de Céspedes, com o Laboratório Casa Cuba - LCC (o alvo das intrigas), cujo nome não apareceu no texto divulgado.<sup>109</sup>

No dia seguinte, o destacado sociólogo Juan Valdés Paz afirmou na revista *Temas* (também auspiciada pelo MINCULT) que, no grupo gestor do documento, convergiam intelectuais de diferentes posições político-ideológicas, mas comprometidos com a independência, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o desenvolvimento democrático e a justiça social em Cuba. Valdés (2013) não só defendeu o direito dos autores para produzi-lo e divulgá-lo de uma maneira adequada, mas também afirmou que o documento era uma resposta à convocatória feita por Raúl Castro para debater, criticar, fazer propostas. Portanto, essa legitimidade deveria evitar o aparecimento de posições duras dirigidas a desqualificar os autores, ao invés de responder sua chamada para debater as propostas com opiniões fundamentadas.

Em 17 de abril de 2013, a pesquisadora Aylinn Torres publicou um artigo em *Temas*, onde afirmou que as propostas enunciadas faziam parte da “agenda pública cubana”, porque tinham sido colocadas tanto pelas instituições oficiais quanto pela sociedade civil. Segundo ela, isso podia ser constatado nos discursos do presidente Raúl Castro, nas redes sociais, nas publicações e nos espaços de discussão promovidos por revistas como *Temas*, *Caminos* e *Espacio Laical* (TORRES, 2013).

Também na revista *Temas*, o filósofo e professor universitário Jorge L. Acanda apontou que os “guardiões da ortodoxia” queriam deter o “movimento” porque não conseguem entender que a sociedade é um fluxo. Acanda (2013) reafirma que ser cidadão significa exercer o direito de participar na gestão dos assuntos públicos. Assegura que o vínculo entre os assinantes do “manifesto” é o direito de opinião sobre os problemas do cotidiano e acrescenta que esse documento abre a possibilidade para que outros cubanos possam aprofundá-lo e enriquecê-lo (p. 1-3).

---

<sup>109</sup> Realmente, o erro apontado estava no trecho do post de Rafael Rojas, que o blogueiro Alejandro Cruz teria utilizado para usar no seu texto.

Sobre a polêmica, Guanche (2013, p. 3) refletiu que em Cuba uma intervenção política resultava “estranha”, por não ter nascido no círculo da política estatal, mesmo que coincidissem em aspectos fundamentais com ela. Contudo, essa intervenção é um direito e é necessário exercê-lo com a maior naturalidade.

Interrogado sobre seu envolvimento na polêmica suscitada, o sociólogo Juan Valdés Paz (2015, entrevista) lembrou que escreveu aquele texto porque a revista *Temas* ia publicar um grupo de opiniões sobre a criação do LCC no seu blog *Catalejo*. Afirmou que além de algumas observações queria demonstrar seu apoio ao grupo que tomou essa iniciativa, porque esse respaldo era necessário e ele mesmo concordava com os princípios declarados pelos fundadores.

O pesquisador cubano assegurou que “a intenção dos companheiros do LCC era criar um espaço diferente de *Espacio Laical*, um espaço independente da Igreja. Só por isso deveria ter sido acolhido calorosamente”. O fato de que marxistas, anarquistas, católicos e ateus o hajam assinado, fazia com que fosse um documento “relativamente asséptico” o que em teoria, pode haver facilitado que fosse divulgado na mídia oficial. Apesar dessa assepsia, foi acompanhado por um muro de silêncio, com a exceção da revista *Temas* (VALDÉS, 2015, entrevista).

A questão mais instigante da polêmica não é as divergências de Alejandro Cruz com o texto divulgado pela revista católica, nem sequer a fraqueza dos argumentos dele, mas a colaboração dos gestores do boletim do MINCULT na divulgação de afirmações superficiais e não comprovadas.

Numa entrevista recente, Alejandro Cruz (2015) confirmou que na época Dmitri Prieto, do *Observatorio Crítico*, enviou-lhe por e-mail o documento fundacional do LCC para que o divulgasse no seu blog, mas que devido às dúvidas e desacordos com alguns dos pontos expressados decidiu olhar o site de *Espacio Laical*, fez *printscreen* dos perfis da Revista no Twitter e Facebook e os publicou no seu blog. Segundo ele, o post que escreveu foi copiado do blog sem ter sido consultado, publicado no boletim do MINCULT e enviado por e-mail a muitos intelectuais conectados à rede *Cubarte*.

Em relação a certo receio manifestado contra a publicação católica, Cruz (2015) argumentou que se tratava de uma revista que dava voz a pessoas como Carlos Saladrigas, que tinha ministrado uma palestra para dizer o que estávamos fazendo errado e como devíamos fazê-lo. Até hoje, o autor do blog *Cubano en primero plano* questiona o convite feito a Saladrigas pelos editores de *Espacio Laical*, porque, segundo

as informações consultadas por ele, o empresário teria hospedado a blogueira opositora Yoani Sánchez<sup>110</sup>, durante uma viagem a Miami.

Consideramos que a fonte dessas “informações” teria sido um artigo de Edmundo García, publicado no blog *La Pupila Insomne*, onze dias antes de começar a polémica. Nesse artigo o jornalista afirmou: *Una fuente muy creíble me ha informado, a partir de un hecho público, que el empresario cubanoamericano Carlos Saladrigas sería uno de los misteriosos promotores de la visita de la bloguera Yoani Sánchez a Estados Unidos* (GARCÍA, 2013).

Ainda que nesse momento García (2013) apenas apresentou indícios, suspeitas em relação aos supostos vínculos entre Sánchez e Saladrigas, a essência da tese defendida por Alejandro Cruz então seria: se *Espacio Laical* convidou Saladrigas, que hospedou Yoani Sánchez, pessoa que tem vínculos com a CIA; então a Revista também é suspeita. Noutro momento da entrevista, o blogueiro afirmou que para ele resultava impactante que Igreja estivesse fazendo política e questiona por que “*Espacio Laical* tinha que fazer política e ditar o que nós [os revolucionários, o Governo] temos que fazer?” (CRUZ, 2015, entrevista).

O LCC não foi criado por *Espacio Laical*, mas resultado do trabalho de um grupo de intelectuais que colaboravam com ela. A ideia era ir mais além da escrita e criar um espaço físico de debate. O documento fez a descrição de uma nova república e metodologia para construí-la. Não era uma proposta para executar, mas para enriquecer um debate que finalmente, não aconteceu. A hierarquia católica pensou que aquilo era uma forma de política partidária e para pessoas próximas do Governo tratava-se uma plataforma política (VEIGA, 2015, entrevista).

Veiga (2015, entrevista) comentou que houve tensões em ambos os lados, mas a maior foi na Igreja. De fato, os dois editores foram afastados três dias da diretoria de *Espacio Laical* e depois foram chamados novamente ao trabalho. Lembra que foram atacados pelo blog *Cubano en primero plano*, mas tinha sido a Igreja, e não outras instâncias, quem decidiu que o LCC não continuasse.

Entre os dias 6 e 8 de março de 2014, a Arquidiocese de Havana, por meio da revista *Espacio Laical* e com auspício da embaixada da Noruega, organizou o evento “Fe religiosa, institucionalidad y modelos sociales”(ESPACIO LAICAL, 2014). Esse

---

<sup>110</sup> Na entrevista concedida ao autor da pesquisa, Alejandro Cruz expressou: “estamos claros de que [Yoani Sánchez] es hecha por la CIA, hecha por el enemigo que lo que está es cobrando miles de dólares para hablar mal de país”.

seria o maior evento organizado pelos editores da Revista. “O encontro procurava o discernimento sereno e criativo, em torno ao processo de reforma socioeconômica que vive o país. Segundo González, o eixo desse encontro era oferecer uma dose importante de audácia e criatividade às mudanças em marcha no país. O ingresso seria limitado (DÍAZ, 2014) devido ao número de vagas da sala do Centro Cultural Félix Varela, porém haveria uma seção aberta para todo o público no dia de encerramento<sup>111</sup>.” Por causa da ausência do Cardeal Jaime Ortega, as palavras de abertura foram pronunciadas por monsenhor Juan de Dios Hernández, bispo auxiliar de Havana.

As mesas estiveram integradas por acadêmicos cubanos residentes na Ilha e no exterior, junto com quatro convidados estrangeiros.<sup>112</sup> Alguns dos tópicos abordados foram as reformas econômicas, a institucionalidade cubana, as mudanças na constituição, Doutrina Social da Igreja, a educação, a espiritualidade, as relações Cuba-Estados Unidos e a emigração. Um total de 18 trabalhos, além dos livros de Julio César Guanche “Por um consenso para la democracia” (Espacio Laical Publicaciones, 2012) e “La verdad no se ensaya” (Editorial Caminos, 2012) e “Cuba en la era de Raúl Castro” (Colibrí, 2012) de Carmelo Mesa, economista e professor cubano exilado nos Estados Unidos. Mesa não recebeu o visto para viajar a Cuba.

Não há dúvidas que “Fe religiosa, institucionalidad y modelos sociales” fez convergir representantes das esferas públicas identificadas no nosso mapeamento. Deve-se destacar que a presença de intelectuais orgânicos como Rafael Hernández e Carlos Alzugaray; junto com os acadêmicos cubanos emigrados Arturo López-Levy, Pável Vidal, Julio César, Mauricio de Miranda e Jorge Peláez (professor na Universidade Autônoma do México); do ex-senador chileno Sergio Vitar (Partido por la Democracia) e do cientista político Vergard Bye, especialista em estudos sobre América Latina do Instituto Norueguês de Relações Internacionais.

Um painel sobre religião possibilitou o diálogo entre um pastor da Igreja Presbiteriana cubana, um padre jesuíta e Monsenhor Marcelo Sánchez, chanceler da Academia de Ciências Sociais da Santa Sede. O evento constitui um indício do

---

<sup>111</sup>Em 2010, González e Veiga tinham organizado a X Semana Social Católica de Havana, para a qual foram convidados importantes expoentes das ciências sociais em Cuba. O encontro colocou a Igreja e os laicos em diálogo com a “família socialista cubana” e cubanos da diáspora, disse González. Pessoas de ideologias muito diferentes dialogaram e compartilharam com muito respeito, focados na busca do bem para Cuba para além das diferenças políticas (DÍAZ, 2014).

<sup>112</sup> A lista com os nomes e informações gerais dos palestrantes pode ser consultada em Espacio Laical, La Habana, año 10, no. 2, 2014, 2014, p. 167. Disponível em: <<http://bit.ly/20PsET0>>. Acesso em: 07/02/2016.

potencial articulador alcançado por *Espacio Laical*, no período que vai entre 2008 e 2014, com uma marcada politização a partir de 2010.

Logo após cada apresentação, os palestrantes dispuseram de vários minutos para responder as perguntas de um auditório diverso, onde convergiram jornalistas independentes (oposicionistas) como Miriam Leyva, Reinaldo Escobar (esposo de Yoani Sánchez, editora do blog Generación Y) e Dimas Castellanos; o intelectual dissidente Manuel Cuesta Morúa, presidente do Partido Arco Progresista de Cuba (não legalizado); marxistas e socialistas críticos como Dmitri Prieto, Yasmín Portales e Isbel Díaz, integrantes de diferentes projetos nucleados na Rede Observatorio Crítico e expoentes da supracitada nova esquerda; e blogueiros como Harold Cárdenas e Yohan González Duany. Também compareceram os sociólogos Ovidio D'Angelo e Alina Delgado, pesquisadores do Centro de Investigações Sociológicas e Psicológicas (CIPS) do Ministério de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente de Cuba. Como apontado anteriormente, nenhum ator oposicionista fez parte dos painéis organizados.

Um ganho significativo do encontro foi o reconhecimento, em palavras de Rafael Hernández (2014, p. 32), do processo de “transição” que acontece em Cuba (o termo nem sempre é considerado politicamente correto pelo discurso oficial que o associa a mudança de regime) e que, além da dimensão econômica, também envolve: as relações sociais, a ideologia, as instituições da sociedade civil, etc. Mas, sobretudo, acrescentou o conteúdo, os significados e as condições do exercício da atividade política.

Esse processo, afirmou o diretor de *Temas*, tem propiciado uma matriz de relações sociais e formas de pensar sobre as noções em torno do exercício do poder político e as atitudes cidadãos diante dele. Uma mudança que envolve as instituições religiosas e seus padrões de convivência política. Sem essas mudanças, afirmou, teria sido inconcebível um encontro que reúne cubanos de diferentes “pelagens” ideológicas, credos, formas de pensar e afiliações políticas (HERNÁNDEZ.R, 2014, p. 32, tradução nossa).

Alguns dos participantes compartilharam opiniões sobre o evento. Miriam Leyva (2014) comentou que o espaço permitiu o debate e a confrontação de ideias de forma construtiva e com tolerância, ainda que a aceitação (das deferências) fosse um pouco difícil. A jornalista independente expressou: *aspiro a que todos tengamos esa posibilidad, en un marco abierto, y que nos escuchemos y que no nos veamos como enemigos, incluso ni como adversarios, sino como personas que tienen distintas posiciones y que debemos aceptarnos* (LEYVA. M, 2014, p. 122).

Sobre a dificuldade dessa convivência, Yasmín Portales, feminista marxista e lutadora pelos direitos da comunidade LGBTI comentou que um dos temas frequentes nos debates sobre a política cubana era a “criação sistemática de uma cultura da intolerância nos espaços sociais”. Consequentemente, em Cuba “carecemos de práxis na tolerância política” e esta é uma deficiência que também se percebe na “nossa cultura política” (PORTALES, 2014, p. 28).

Na seção final, o jovem historiador Yohan González Duany (2014, p. 159, tradução nossa) considerou que tem que existir um espaço para que todos os cubanos possam se expressar, incluindo para aquele que discordam do pensamento oficial e que, no futuro, o “contexto democrático que podemos construir, do qual todas as pessoas poderão participar, precisará de regras, mas não ideológicas, senão regras de civilidade e respeito às pessoas e à sociedade”.

Um dos jornalistas independentes avaliou o evento como um nicho de liberdade e uma raridade em Havana (GARCÍA, 2014). Contudo, não seria essa uma visão muito romântica da revista que negligencia certo elitismo das participações, as exclusões que ela promove para manter o balanço que garante sua supervivência, as expressões de intolerância e as pressões e constrangimentos de seu funcionamento interno, perpassado por relações de poder?

Ao fazer um balanço geral do colóquio, Lenier González destacou que esse tipo de eventos era positivo para o país, pois “criam sinergias de entendimento baseado na seriedade e o respeito (DÍAZ, 2014). Outro aspecto a destacar foi o caráter propositivo tanto na maioria das apresentações, quanto numa parte das intervenções do público.

Os gestores da revista, sobretudo Roberto Veiga y Lenier González, conseguiram atrair atores provenientes de diferentes espaços institucionais e autônomos, intelectuais da diáspora cubana (não só nos Estados Unidos), sujeitos com identidades e posicionamentos políticos diversos e contestadores, cujo acesso ao espaço público e midiático cubano é precário ou inexistente. Cubanos e cubanas que, a partir de suas visões e identidades, apostam em um futuro melhor para Cuba sobre novas bases e valores.

... se puede presumir que el evento contó con el apoyo de la alta jerarquía católica, y de hecho un evento como éste es un resultado de su pacto de gobernabilidad con la élite política cubana. En consecuencia, el evento ocupa ese espacio intelectual que opera como un acompañamiento crítico consentido (ACC), y refleja la intención de estas personas de ser partícipes de un proceso de

cambios dentro del sistema. Una manera de ver este evento es como un esfuerzo de Espacio Laical para darle consistencia a ese espacio crítico en que el mismo se inserta. Y me parece positivo que lo haga, pues la existencia de un espacio de esta naturaleza es importante para el presente de la Isla (DILLA, 2014a).

Mas tudo isso aconteceu sob o olhar onisciente de centros de poder como o Partido-Estado, a hierarquia católica, o setor mais radical do exílio cubano (sediado em Miami, New Jersey, Madrid) e os diplomatas dos Estados Unidos<sup>113</sup> e a União Europeia.

Durante uma entrevista, Lenier Veiga declarou que a repercussão do evento foi positiva e que “um espectro de pessoas, amplo e representativo”, manifestou satisfação pela celebração de um encontro dessas características, mas que sempre estavam presentes os núcleos duros da política cubana, tanto na ilha quanto na Diáspora que, com o propósito de desqualificar, inventam histórias, às vezes fictícias. Sobre o apoio da embaixada da Noruega, o comunicador católico respondeu que esse país mantém uma ampla colaboração bilateral com o Governo e a sociedade civil de Cuba, caracterizado pela “seriedade e transparência”. Acrescentou que aceitaram colaborar com eles porque se trata de um país que acompanha serenamente o processo que vive Cuba e não pretende “botar mais fogo na panela para fazê-la explodir” (DÍAZ, 2014).

Tratando-se de uma iniciativa organizada pela Igreja que colocou como atrativo adicional palestrantes com ideologias diferentes, incluindo aqueles com visões contrapostas à oficial, é natural que a atenção das mídias oficiais cubanas fosse praticamente nula. Esse fato reforça a ideia sobre o pouco interesse da imprensa do Partido Comunista nessas atividades, como tinha comentado o laico Gustavo Andújar em entrevista à jornalista Patricia Grogg (2010). Todavia, o vazio informativo foi atenuado por algumas plataformas comunicativas, opositoras, moderadas e religiosas. Constatamos que a chamada que continha o programa do evento<sup>114</sup> foi reproduzida pelos sites anti-governistas *Diario de Cuba* (2014) e *Martí Noticias* (2014), assim como pela agência noticiosa católica *Zenit* (2014), sediada em Roma. A organização *Cuban Americans for Engagement* (CAFE) colocou o link da chamada no

---

<sup>113</sup>Conrad Trimble, segundo chefe da Seção de Interesses (atual embaixada) dos Estados Unidos, esteve presente no evento (ALZUGARAY, 2014, p. 159).

<sup>114</sup>ESPACIO LAICAL. Nota de Prensa. Espacio Laical, Suplemento Digital no. 246, febrero de 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1NYikPc>>. Acesso em: 07/02/2016.

seu perfil na mídia social Facebook.<sup>115</sup> É pertinente dizer que o correio eletrônico foi meio de divulgação imprescindível, devido ao limitado acesso ao ciberespaço dentro da Ilha.

Por meio da busca realizada na Internet, podemos deduzir que, apesar da sua relevância, a cobertura do evento foi limitada. A agência noticiosa italiana *Inter Press Service* (IPS) publicou a resenha intitulada “Intelectuales proponen nueva institucionalidad para Cuba” (IPS, 2014). “Disidentes y oficialistas comparten debate de Espacio Laical”, escreveu Pérez (2014) no site opositorista *Cubamet. Havana Times*, um dos veículos midiáticos utilizados pela chamada nova esquerda cubana, publicou a nota “Debate en Espacio Laical sobre nueva institucionalidad”, enviada por Isbel Díaz (2014), integrante do *Observatorio Crítico*. “Debate organizado por 'Espacio Laical' elogia las reformas de Raúl Castro” foi a manchete em *Diario de Cuba*.

#### 4.4.1. A ofensiva contra *Espacio Laical*

As polêmicas entre o Iroel Sánchez, editor do blog *La Pupila Insomne* e os gestores de *Espacio Laical* são um exemplo da concorrência entre esferas públicas oficiais e as alternativas. Tais controvérsias reforçam a ideia de que a esfera pública é também o cenário da disputa ideológica entre diversos autores com pontos de vista divergentes. Enquanto os espaços de diálogo e os veículos que formam parte da esfera pública alternativa tentam influir nas arenas deliberativas formais, a mídia oficial questiona sua legitimidade para analisar os problemas de Cuba.

O blogueiro Iroel Sánchez, afim ao setor mais ortodoxo do Partido Comunista de Cuba, foi o principal crítico da gestão de *Espacio Laical*. Sánchez foi o autor do post “Milton Friedman pasea por La Habana repartiendo ‘agua de fuego’”. Concordamos com Ichikawa (2014) que o primeiro artigo de Sánchez (2014a) estaria dirigido contra Veiga, González e López-Levy, considerados por ele como “a contrarrevolução disfarçada de revolução”, partidária discreta de uma mudança de regime em Cuba. Sob esse olhar, *Espacio Laical*, a esquerda crítica, e toda a oposição ao sistema compartilham o mesmo propósito e deveriam ser contidos.

Sánchez escreve uma série de quatro posts intitulados “El ‘aterizaje suave’ de Cuba en el capitalismo y la ‘secuencia óptima’”. Os textos, publicados entre 16 de abril e 5 de

---

<sup>115</sup> O perfil no Facebook da Cuban Americans for Engagement está disponível em: <<http://bit.ly/1QOWO49>>. Acesso em: 07/02/2016.

maio de 2014 no citado blog expressavam as opiniões e suspeitas do autor em relação ao evento “Fe religiosa, institucionalidad y modelos sociales”, devido à participação da embaixada da Noruega na organização, o conteúdo, as propostas das palestras e presença de atores críticos e opositoristas [do Governo].

No primeiro dos textos, Iroel Sánchez, de forma mais ou menos direta, critica o apoio da Noruega na organização do evento de *Espacio Laical* e a presença do acadêmico norueguês Vigar Bye. O blogueiro expressa que é muito interessante que pessoas que se definem como integrantes da “oposição revolucionária e socialista” ao governo cubano criticaram o projeto do porto de Mariel, feito em parceria com o Brasil. Usando a ironia como recurso, o autor afirma ser “maravilhoso” que aqueles que acusam o Governo cubano de capitalista se abaixem diante de uma coroa europeia integrante da OTAN. Para ele o evento fazia parte de uma nova “jogada” inteligente e “pouco democrática”. Admite que Cuba precisa de mudanças e lembra que na busca de um consenso oito milhões de cubanos participaram no debate (convocado pelo Partido) sobre as diretrizes econômicas e sociais, mais de um milhão de militantes do Partido e da Juventude Comunista debateram os objetivos da Conferência Nacional do Partido, e acrescenta que todos seriam convocados para discutir a anunciada reforma constitucional (SÁNCHEZ, 2014 a, tradução nossa).

Além de não explicar aos leitores em que consistiriam as críticas da esquerda contra o Governo, o autor deixa em claro que para ele só são legítimos os debates convocados pelas autoridades cubanas. Também questiona a natureza democrática do mencionado evento, ignorando várias realidades. Acreditamos ser despropositado comparar um acontecimento massivo, para o qual o Partido mobilizou uma grande quantidade de recursos e pessoas, com um evento realizado em uma sala para um pouco mais de duzentas pessoas. Ignora que as apresentações foram contestadas por um auditório representativo de uma parte da pluralidade política presente na sociedade cubana, assim como omite que a indiferença do aparato midiático oficial e o pouco acesso a outros meios, incluindo Internet, impediu que os debates fossem conhecidos pela mesma maioria de cubanos que participou na convocatória para discutir as Diretrizes da política econômica e social do Partido, e que poderiam compartilhar ou não os pontos de vistas expressados no evento. O blogueiro fala como se as propostas dos diferentes panelistas do encontro fossem vinculativas<sup>116</sup> (SÁNCHEZ, 2014a).

---

<sup>116</sup> Tais propostas só poderiam se tornar iniciativa legislativa se respaldadas com as assinaturas de pelo menos 10 cidadãos cubanos com direito a voto, segundo o estabelecido no artigo 88 da Constituição da

No post de 5 de março, Iroel comenta que lhe causa confusão que entre os assistentes encontrem-se alguns nacionalistas que coincidem com os objetivos e a linguagem do governo dos Estados Unidos e seus assalariados em Cuba. A seguir, questionou o posicionamento nacionalista do professor Arturo López-Levy, e mandou um recado a intelectuais vinculados a instituições do Estado que estiveram presentes no Centro Cultural Félix Varela junto com profissionais da mudança de regime pagos pelos Estados Unidos (indicação direta aos dissidentes) participaram pessoas que considera patriotas e inclusive amigos (SÁNCHEZ, 2015b).

O blogueiro governista entra brevemente no debate sobre a oposição leal quando afirma: “nossa oposição: [é] o povo com o poder real e em livre exercício democrático”. Acrescenta que as falhas dos sindicatos, organizações sociais e estudantis no controle e representação popular na vida institucional e política, ou a imprensa ignora os problemas que atingem os humildes, fazem avançar o “projeto regressivo” dos norte-americanos (SÁNCHEZ, 2014c, tradução nossa).

Na tentativa de deslegitimar os participantes do debate que se identificam como integrantes da chamada esquerda crítica, Sánchez (2014c, tradução nossa) relembra o papel que desempenhou os Estados Unidos no financiamento de apoio a uma “esquerda não comunista” que agisse contra a União Soviética e ainda, descontextualiza uma citação de Fidel Castro, na qual, segundo o blogueiro, o líder da Revolução referiu-se “à conspiração de uma ultraesquerda” que executou o golpe de estado e o fuzilamento de Maurice Bishop, primeiro ministro de Granada, em 19 de outubro de 1983, e a posterior invasão dos Estados Unidos seis dias depois.<sup>117</sup> “Es algo que, o lo hizo la CIA, o de lo contrario no habría podido hacerlo más perfecto” (CASTRO, 1983, aspas nossas).

Contudo, colocadas em contexto, como faremos a seguir, as palavras do líder cubano adquirem outro significado.

De las propias filas revolucionarias surgieron hienas. Nadie puede asegurar hoy todavía si quienes clavaron el puñal del divisionismo y el enfrentamiento interno, lo hicieron de "motu proprio" o inspirados y alentados por el imperialismo. *Es algo que, o lo hizo*

---

República de Cuba. Contudo, a convocatória dos referendos é atribuição exclusiva da Assembléia Nacional, de acordo o artigo 137 da norma constitucional.

<sup>117</sup> Consultar o artigo de Márquez, P. Nueva Sociedad no. 69 noviembre-diciembre 1983, p. 4-8. Disponível em: <<http://bit.ly/1L4xT8g>>. Acesso em:

*la CIA, o de lo contrario no habría podido hacerlo más perfecto.* Lo cierto es que se usaron argumentos presuntamente revolucionarios, invocando los principios más puros del marxismo-leninismo e imputando a Bishop la práctica del culto a la personalidad y de apartarse de las normas y métodos leninistas de conducción (CASTRO, 1983, grifos nossos).

Noutro trecho do discurso se evidencia a leviandade da analogia que o citado blogueiro tentou estabelecer entre fatos, contextos e atores completamente diferentes, omitindo que na análise dos acontecimentos do então Presidente de Cuba, deixou em claro que os conspiradores vinham do interior do próprio partido de Bishop, mas não podia afirmar com absoluta certeza se o lamentável incidente teve causas endógenas ou foi propiciado por agentes externos.

*¿Eran acaso los que conspiraron contra él en el seno del Partido, del Ejército y de la Seguridad de Granada, un grupo de extremistas intoxicados de teoricismo político? ¿Se trataba simplemente de un grupo de ambiciosos, oportunistas, o incluso agentes enemigos que quisieron hundir la Revolución granadina? Solo la historia podrá decir la última palabra (CASTRO, 1983).*

Como epílogo da polémica, Sánchez (2014c) comentou sarcasticamente que os Estados Unidos não têm conseguido estabelecer uma comunicação entre a intelectualidade cubana e a contrarrevolução. Para ele o sucesso desse projeto dependeria da sua instauração nas mentes de setores de alta influência social. Esse teria sido, afirma, o propósito de “um evento importado, onde prestigiosos académicos cubanos conviveram” com os dissidentes pagos pelos americanos. Afirmou que não tinha medo do confronto ideológico e até aceitava o debate e a pluralidade de ideias, mas quando “a esquerda, o centro e a direita são convocados” no mesmo lugar que se tornou a tribuna do “inefável” Carlos Saladrigas, havia que intuir que o elemento aglutinador desses eventos é a intenção daquele que paga.

É importante lembrar que em abril Iroel Sánchez reproduziu um artigo de Edmundo García (referenciado acima) que afirmava:

... en el Centro Cultural Félix Varela, dependiente del Arzobispado de esa capital, Saladrigas se derramó en elogios a los llamados opositores Oscar Espinosa Chepe y Dagoberto Valdés, este último un connotado contrarrevolucionario con probadas relaciones con agencias extranjeras interesadas en un cambio de régimen en Cuba (GARCÍA, 2013).

Percebe-se como regra nos textos assinados e publicados por Iroel Sánchez a ausência de críticas contra Igreja católica por ter sido a principal responsável na organização desse e outros eventos. Tampouco foi censurada a tolerância das autoridades governamentais cubanas diante dessas atividades que Sánchez consideraria quase subversivas. O comunicador foi cuidadoso e não questionou às autoridades que teriam permitido a entrada em Cuba de Arturo López-Levy e dos outros convidados estrangeiros.

Na procura de deslegitimar os participantes, utiliza o capital simbólico de Fidel Castro para estabelecer analogias duvidosas, descontextualizando as expressões do líder revolucionário: faz uma chamada à ordem quando questiona a convergência de acadêmicos (amigos e patriotas) com críticos e opositores no evento; nega a originalidade da convocatória (evento importado); e evita mencionar o nome dos editores e o nome da revista só apareceu no post de García (2012) sobre a palestra de Carlos Saladrigas publicado em 2012, cujo trecho reutilizou em 2014.

De 17 de abril a 6 maio de 2014, o site *CubaDebate*, dirigido por prestigiados jornalistas<sup>118</sup> apoiadores do Governo cubano, divulgou quase simultaneamente todos os artigos de Iroel Sánchez. Contudo, só o texto “Milton Friedman pasea por La Habana repartiendo ‘agua de fuego’” (SÁNCHEZ, 2014a) apareceu na coluna de opinião.<sup>119</sup> Os quatro trabalhos da mencionada série apareceram na editoria *Las Razones de Cuba*<sup>120</sup>. Ainda que estejamos sugerindo que se tratou de ações articuladas, é interessante

<sup>118</sup> Os nomes dos integrantes do conselho editorial de Cubadebate podem ser consultados em: <<http://www.cubadebate.cu/editores/>>. Acesso: 07/02/2016.

<sup>119</sup> SÁNCHEZ, I. Milton Friedman pasea por La Habana repartiendo “agua de fuego”. Cubadebate, 17/04/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1nTknyR>>. Acesso em: 07/02/2016.

<sup>120</sup> Os referidos posts encontram-se na editoria *Las razones de Cuba* (geralmente utilizada para denunciar os planos subversivos dos Estados Unidos contra Cuba) em Cubadebate. Disponíveis em: <<http://bit.ly/1Qnpxdm>>. Acesso em: 07/02/2016.

notarque entre 06 e 13 de maio de 2014, o site de notícias *Cubasi*<sup>121</sup> também reproduziu em destaque todos os posts<sup>122</sup> mencionados.

Finalmente, nas páginas de *Espacio Laical*, Julio César Guanche, um dos participantes do encontro, contestou que não é leal aceitar agendas e financiamentos do exterior para executar uma política para prejudicar Cuba, mas também não “acusar alguém de receber financiamento de um governo e não dizer que é o mesmo governo<sup>123</sup> que apoia programas de instituições governamentais e da sociedade civil socialista”. A impunidade dessas acusações, apontou Guanche (2014b), mistura os justos com os pecadores e procura identificar as diversas interpretações críticas da realidade com uma posição comum antinacional, o que atinge negativamente atores concretos e compromete a capacidade de fazer política em Cuba.

López-Levy (2014) considerou que a denúncia contra o evento “Fe religiosa, institucionalidade y modelos sociales” foi um ataque de um setor de pensamento totalitário e identificou Iroel Sánchez como “porta-voz do governismo mais conservador”.

Para Azor (2012a, tradução nossa), o caráter monopólico da mídia e o reconhecimento da legitimidade dos atores que participam nas esferas públicas oficiais ou toleradas, “facilita as estratégias discursivas superficiais e/ou difamatórias”, na tentativa de apagar a visibilidade dos opositores na esfera pública permitida”. Também afirma que a partir de um determinado grupo, que identifica como os “duros”, essas estratégias influem na política de contenção contra intelectuais e os ativistas civis de qualquer ideologia. A pesquisadora aponta que essa estratégia discursiva se caracteriza pelas ameaças, as desqualificações e difamações que não são sustentadas com dados factuais.

A difamação, mesmo sem evidências, contra os considerados opositores ou inimigos e a construção permanente da uma “conspiração internacional” como linha argumentativa, são aspectos destacados do discurso de Iroel Sánchez. Desde um posicionamento próximo do estalinismo, pessoas como Sánchez (AZOR, 2012a;

---

<sup>121</sup> *Cubasi* é definido como portal noticioso e administrado pela estatal ETECSA (Empresa de Telecomunicações de Cuba S.A) e disponível em: <[www.cubasi.cu](http://www.cubasi.cu)>. Acesso: 07/02/2016.

<sup>122</sup> Os links dos posts reproduzidos por *Cubasi* estão disponíveis em: <<http://bit.ly/1PxesGQ>>. Acesso em: 07/02/2016.

<sup>123</sup> Nesse caso está se referindo aos programas de cooperação que o Reino da Noruega desenvolve em parceria com entidades cubanas.

LÓPEZ-LEVY, 2014) atuam como policiais ideológicos, estabelecendo os limites ao exercício da criticidade e têm muito a ver com a presença da difamação e intolerância na esfera pública cubana (AZOR, 2012a), como demonstram os exemplos aqui apresentados.

Em réplica dirigida a Iroel Sánchez, a organização *Cuban Americans for Engagement* (CAFE) comentou que acreditar nesses polêmicos artigos seria pensar que Cuba não avança no reconhecimento da pluralidade e ainda vive entre as “reminiscências” estalinistas e lembrou que o Presidente Raúl Castro tem advogado para terminar com a falsa unanimidade, e que existem publicações como *Temas* e *Espacio Laical*, onde se expressa uma pluralidade crescente (ALONSO, 2014).

Alonso (2014) afirma que por causa da falta de informação, a suspeita real se mistura com uma injustificada paranoia contra qualquer posição matizada sobre Cuba. Na resistência contra agressões reais, Sánchez difundiu insinuações e suspeitas que não consegue sustentar com frases descontextualizadas (ALONSO, 2014).

Ao perguntar sobre os possíveis porquês da linguagem indireta utilizada por Iroel Sánchez, Lenier González (2015, entrevista) assegurou que os que incitam essas pugnas são pessoas que estão dentro do aparato ideológico do Partido Comunista. “Até hoje, a política desse setor quando nos ataca é não mencionar nossos nomes, não mencionar a Revista”. Veiga (2015, entrevista) acrescentou que para alguns setores afins ao Governo, tudo o que não seja coincidente como o pensamento do aparato ideológico é uma traição.

González tem certeza que o pensamento mais ortodoxo considera que iniciativas como as organizadas por *Espacio Laical* deveriam ser reprimidas, mas que ao mesmo intui que se ninguém veio para fechá-los é porque existe uma área de legitimidade consentida desde outro setor do mesmo Governo (GONZÁLEZ, 2015, entrevista).

Sobre as acusações de terem vínculos com a CIA, Roberto Veiga (2015, entrevista) disse que no passado houvesse sentido medo. “Hoje não sinto temor. As dinâmicas sociais têm mudado, nós conhecemos e podemos saber em quem confiar e em quem desconfiar” (VEIGA, 2015, entrevista).

Em maio de 2013 houve outra polêmica, logo após da publicação do editorial "Senderos que se bifurcan", no qual *Espacio Laical* criticava os pedidos de alguns representantes de organizações opositoras cubanas para que os Estados Unidos e a União Europeia fortalecessem sanções que poderiam atingir, em primeiro lugar, ao povo de Cuba, e que contribuiriam para impor, sob pressões, outro modelo socioeconômico e

político na Ilha caribenha. Reafirmando a sua essência nacionalista, a revista reconheceu a necessidade de mudanças em Cuba, mas rejeitou a ingerência de “países mais fortes e influentes” e a possibilidade de um *remake* do que aconteceu na maioria dos países da Europa Oriental no final da década de 1980.

O editorial também se referiu à necessidade de um imperioso processo de abertura para acolher todos os cubanos com “pensamentos patrióticos diversos”. Exorta a que o Estado, o governo e o Partido Comunista escutem os critérios e projetos novos e patrióticos que existem dentro e fora das suas filas, dando-lhes protagonismo e promovendo uma síntese de ideias que facilitasse o “redesenho da República” (ESPACIO LAICAL, 2013c).

Nessa ocasião a maioria das críticas chegou de fora de Cuba. Desde seu exílio em Miami, o jornalista católico Eduardo Mesa, ex- diretor da revista *Espacios*, antecessora de *Espacio Laical*, questionou que a publicação católica culpasse os democratas da oposição de apoiarem o embargo e perguntou se essa atitude era um caminho para reconciliação. Mesa (2013) achou que a linguagem dos editores era apropriada para um projeto sociopolítico, mas não para um projeto eclesial, e os animou a abandonarem o quadro institucional da Igreja para se estabelecerem no âmbito da sociedade civil e da política. Desse modo, as opiniões controvertidas não comprometeriam a Igreja em fins que não a representam e as opiniões poderiam ser criticadas sem que fosse algo interpretado como um ataque contra ela.

Para o político democrata cristão, se a Igreja desejava um espaço de encontro e reconciliação devia fazer com que as “palavras fossem reconciliadoras”, evitar falar em inimigos ou denunciar conspirações e escolher cuidadosamente as pessoas que atenderiam esse espaço e divulgariam as mensagens. “Os que falam em nome da Igreja não deveriam estabelecer padrões para definir quais cubanos são ou não qualificados para participarem desse projeto de nação democrática” Desses fatores, dependeria o sucesso ou fracasso desse espaço (MESA, 2013).

O editorial foi parodiado no site *Martí Noticias* (portal digital da Rádio e TV Martí).<sup>124</sup> Bem no início, o autor qualifica o título de enigmático e diz que depois de ter

---

<sup>124</sup>Segundo a Wikipédia (ver referências), trata-se de um serviço de rádio e televisão financiado pelo governo dos Estados Unidos, que transmite para Cuba de Miami. Para os críticos do governo cubano constitui uma fonte de informação sem censura. Os apoiadores da Revolução consideram que ambas as estações são instrumentos para a divulgação dos interesses estadunidenses em Cuba. Tanto o canal de TV, quanto a emissora radiofônica informam sobre as ações da dissidência cubana dentro e fora da Ilha, e com frequência aparecem representantes do chamado exílio cubano. Disponível em: <<https://goo.gl/ULJvtU>>. Acesso em: 23/02/2016.

lido o texto, que acredita ter sido escrito por Veiga, não conseguia evitar fazer uma homenagem a James Joyce, intercalando no texto o “fluxo da minha consciência” (CARTAYA, 2013). O jornalista limitou-se a ironizar em torno das ideias do editorial e ridicularizou os pontos de vista apresentados. Um dos poucos trechos coerentes questiona a pluralidade proclamada pela publicação católica, sendo que jornalistas opositoristas e dissidentes teriam sido excluídos de participarem na palestra do empresário exiliado Carlos Saladrigas quanto esteve em Havana.

O nível de intolerância e de polarização que gerou o posicionamento de *Espacio Laical* ficou evidenciado no comentário que um leitor fez:

Que asquerosos y cobardes son los editores de *Espacio Laical* y *Palabra Nueva*. Estos oportunistas y testaferros de la dictadura utilizan el mismo léxico de quienes reprimen al pueblo. Estos señores actúan contra el proyecto de Dios, pues omiten la injusticia que padecen los cubanos y con sus virulentos comentarios le rinden pleitesía a quien oprime a una nación por más de medio siglo (PABLO NODARSE, 07/05/2013)

Arturo López-Levy, em representação de *Cuban Americans for Engagement* (CAFE), cobrou que uma emissora paga com dinheiro dos contribuintes estadunidenses dirigira seus ataques contra “uma revista genuína da sociedade civil cubana, acusando-a de favorecer a repressão governamental” contra os opositores e defendeu os direitos dos que decidem não apoiar o embargo estadunidense contra Cuba, lembrando que essa medida é rejeitada pela maioria dos americanos e cubano-americanos (LÓPEZ-LEVY, 2013). “O tratamento que *Radio Martí* fez do editorial de *Espacio Laical* demonstra a necessidade de supervisionar o pessoal adulto da estação, ironizou. O texto de CAFÉ também questiona as reprimendas contra o Cardeal Ortega que aparecem e desaparecem do site da emissora, além das polêmicas indelicadas onde só são aceitas as opiniões contrárias à Revista.

Segundo o acadêmico cubano, o Governo dos Estados Unidos deveria considerar a opinião da Revista como um indicador do que pensava a sociedade civil cubana e seus setores mais favoráveis à abertura econômica e política. Se os Estados Unidos fossem

---

sérios na promoção da democracia, diz López-Levy, apoiaria os processos de abertura em Cuba que adotam lógicas próprias, e não atores específicos dispostos para apoiarem o embargo (LÓPEZ-LEVY, 2014).

Em relação ao Governo de Cuba, López Levy (2014c) advertiu que no espaço do poder “alguns pícaros manipulam o patriotismo para atrapalhar o debate nacional, seja pelas suas estreitezas ideológicas ou para manter seus privilégios”. Conclui que, levando em conta que Raúl Castro tem prometido aceitar a “discrepância patriótica” com responsabilidade, o editorial deve ser bem recebido porque condena com firmeza o embargo e também é enérgico na demanda por uma pluralidade e participação política que ainda não chegou.

Sobre o editorial da discórdia, o então correspondente da BBC em Cuba comentou que complexidade da criação de um espaço de debate para “cubanos patriotas e com pensamentos distintos apareceria no momento de decidir quem entraria ou ficaria fora do enquadramento proposto. Ainda que seja difícil determinar quais propriedades definem um patriota, talvez a Igreja e Governo já concordaram que a rejeição do embargo é um desses requerimentos (RAVSBERG, 2013).

#### **4.5 Possíveis repercussões de *Espacio Laical* na esfera pública oficial**

A identificação dos focos de repercussão das ações da revista *Espacio Laical* na chamada esfera pública oficial se faz com alguma dificuldade. O hermetismo informativo das autoridades políticas cubanas limita a possibilidade de entrevistar alguns dos dirigentes do Partido ou do Governo em Cuba para encontrar nessas fontes as respostas que procuramos. Portanto, nesta etapa foi preciso buscar esses focos de repercussão nos discursos pronunciados feitos pelo presidente Raúl Castro e publicados na mídia governista.

É pertinente dizer que aqui não entendemos essa repercussão a partir de uma perspectiva funcionalista. Consideramos que *Espacio Laical* (tendo a Igreja como pano de fundo) tem sido um dos diversos atores que têm contribuído para a dinamização do debate sobre esse e outros temas. Nesse sentido, estamos cientes de que o que é dito no discurso oficial cubano não é necessariamente uma resposta às demandas expressas por uma parte da sociedade civil por meio da revista, pois, além das questões referidas anteriormente, existem fatores de índole política, econômica, geoestratégica e simbólica que participam na configuração do discurso oficial de Cuba.

Em 2011, *Espacio Laical* dedicou especial atenção ao processo de atualização do modelo econômico cubano (reforma) dirigido por Raúl Castro. Em fevereiro, foi publicada uma entrevista concedida ao vice-reitor Lenier González pelo economista Pável Vidal, pesquisador do Centro de Estudos da Economia Cubana (CEEC). Vidal deu seu parecer sobre a situação financeira do país, falou sobre a importância do setor agrícola para o crescimento nacional, a experiência das reformas no Vietnã e abordou outros temas (GONZÁLEZ, 2011).

No mês de abril de 2011, foi celebrado VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, cujos delegados aprovaram a versão final dos direcionamentos que regeriam a política econômica e social do país pelos próximos cinco anos. No relatório central do Congresso, Raúl Castro reconheceu o papel mediador da alta hierarquia da Igreja católica no processo de libertação de um grupo de presos políticos. Referiu-se às longas conversas que teve com o Cardeal Jaime Ortega e com o Monsenhor Dionisio García, presidente da Conferência Episcopal, nas quais os representantes da Igreja expressaram seus pontos de vista nem sempre coincidentes, mas construtivos, e afirmou que essas ações favoreciam a unidade da nação (CASTRO, 2011a).

Por causa de ter sido a economia o principal tema abordado no congresso dos comunistas cubanos foi anunciada uma celebração, em janeiro de 2012, da primeira Conferência do Partido. Nesse encontro se discutiriam as questões relacionadas com as mudanças dos métodos e o estilo de trabalho do PCC e sua relação com as organizações de massa.<sup>125</sup> A reunião procuraria consolidar o papel do Partido como força dirigente superior da sociedade e o Estado (artigo 5 da Constituição), assim como fortalecer a democracia interna (MACHADO, 2011).

Em maio de 2011, *Espacio Laical* expressou seus pontos de vista sobre os resultados do VI Congresso através do editorial “No nos cansaremos de abougar por los cambios necesarios”. O texto menciona os aspectos mais importantes abordados no VI Congresso e faz referência às diversas opiniões que, desde a sociedade civil, pretendiam avaliá-lo. Afirma que o relatório central apresentado por Raúl Castro foi considerado positivo pela maioria das pessoas consultadas, mas que havia as diferenças na avaliação

---

<sup>125</sup>Conjunto integrado pelas organizações representativas de setores específicos da população. As funções dessas organizações no sistema político vigente são a representação de interesses setoriais, socializar as propostas e decisões definidas no sistema, a mobilização das massas e a construção do consenso. Dentre as principais organizações de massa destacamos: a Central de Trabalhadores de Cuba (CTC); o Comitê de Defesa da Revolução (CDR); a Federação Estudantil Universitária (FEU), e a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP, siglas em espanhol) (VALDÉS, 2009, p. 71).

do evento em geral. O editorial cobrou que Congresso adiar a discussão de temas como a metodologia para descentralizar a economia, as garantias legais para o setor privado, o atendimento às pessoas com dificuldades econômicas e as melhorias nos sistemas de ensino e de saúde pública. A Revista destacou que no evento não foram debatidas outras questões importantes para a população como a participação social e política, um maior acesso à informação, as relações com os emigrados, o fortalecimento da institucionalidade e o equilíbrio dos diferentes órgãos do poder público.

Contudo, consideramos que outro ponto importante do editorial é o chamado para que as mudanças sejam realizadas de forma ordenada e rápida, considerando as dificuldades econômicas e até espirituais que fazem sofrer a maioria dos cubanos.

No resulta posible ni deseable un cambio súbito y traumático de todo el modelo cubano. Lo urgente y necesario es una renovación gradual, pero sustantiva, para generar un desarrollo sostenible y mayores libertades. Entendemos que debe hacerse con orden, dadas nuestras circunstancias históricas y políticas, mas sin demoras irresponsables. Esperamos que el Congreso haya iniciado ese proceso. Hay transformaciones que no admiten más dilación (ESPACIO LAICAL, 2011b).

Em 26 de julho de 2011, no seu discurso pela comemoração do Dia da Rebelião Nacional, José Ramón Machado Ventura, segundo secretário do PCC e vice-presidente de Cuba, expressou:

Al pueblo le hablamos claro. Puede tener la seguridad de que vamos, como se ha dicho, “sin prisas, pero sin pausas”. Se trabaja sistemáticamente, siguiendo la línea trazada, y de una manera integral, porque no estamos poniendo parches ni improvisando, sino buscando soluciones definitivas a viejos problemas. Con pies y oídos bien puestos sobre la tierra, muy atentos a la opinión de la gente (MACHADO, 2011).

*Sin pausas pero sin prisa* (sem pausas, mas sem pressa) se tornou uma expressão frequente dentro do discurso oficial cubano, era uma resposta direta àqueles que advogavam pela aceleração do ritmo das reformas econômicas.

Em 31 de julho de 2011, Raúl Castro afirmou, na Assembléia Nacional, que a Revolução cubana tinha superado o cenário de confrontação com algumas das instituições religiosas e reconheceu que ambas as partes cometeram excessos no passado. Ainda que o motivo principal dessa abordagem fosse a demissão de uma

servidora pública que tinha crenças religiosas, as palavras de Raúl ratificavam a vontade de diálogo entre o Estado-Partido e as entidades religiosas. O dirigente cubano também anunciou que se trabalhava para instrumentalizar a atualização da política migratória então vigente (CASTRO, 2011b), medida que tinha sido cobrada tanto nos debates convocados pelo PCC, quanto nos editoriais de *Espacio Laical*.

Para dar continuidade e ampliar a análise sobre os resultados do VI Congresso do PCC, a revista publicou o dossiê “Post VI Congreso PCC” no número que saiu no terceiro semestre de 2011. A coletânea agrupou os artigos enviados pelos cientistas políticos Armando Chaguaceda e Arturo López-Levy; o comunicador social José Ramón Vidal; o pesquisador canadense Archibald Ritte, e o economista cubano, exilado nos Estados Unidos, Carmelo Mesa-Lago, bem como a entrevista concedida por Ricardo Alarcón (na época presidente da Assembléa Nacional) a Manuel Alberto Ramy.<sup>126</sup> Com a inclusão de López-Levy e Mesa-Lago, os editores da revista reiteravam a vontade de dar voz à emigração cubana nos debates sobre o futuro do país (ESPACIO LAICAL, 2011e).

É claro que *Espacio Laical* acompanhou durante 2011 a aplicação dos acordos do VI Congresso. No editorial intitulado “Rectificar el rumbo” (Retificar o rumo), publicado no número 28 (novembro de 2011), a revista católica reiterou que a sociedade cubana demandava grandes mudanças, mas o povo sentia que não estava acontecendo “algo grande, capaz de renovar a vida e desterrar a desesperança”.

... no podemos darnos el lujo de confundir tal gradualidad con falta de claridad y de celeridad. Las transformaciones deberán ser ordenadas, sin prisa pero sin pausa, o sea, paso a paso y sin perderse el orden, pero con el mayor apremio y hacia la mayor integralidad posible (ESPACIO LAICAL, 2011c).

O texto considera que as reformas deverão ser feitas de forma gradual e ordenada, porém alerta que ainda falta a reforma mais importante, que seria “a refundação da cidadania”. *Espacio Laical* promove a possibilidade de participação de todos os cubanos na elaboração das propostas de mudança nos debates sobre elas, na aprovação e na execução das políticas para concretizá-las. Considera também que a

---

<sup>126</sup> A entrevista foi publicada originalmente no site *Progreso Semanal*.

institucionalização das cooperativas de tipo, da pequena e média empresa e a permissão para o desempenho autônomo das profissões, são ajustes que não devem ser aplicados com rapidez. Também advoga pela autonomia das organizações sociais e pela abertura definitiva dos meios de comunicação à diversidade de opiniões que existem na nação. Por último, demanda a reestruturação das instituições do poder político e que a soberania do país seja radicada no povo, assim como a renovação do Partido Comunista de Cuba (PCC) e repensar sua relação com a sociedade, o Estado e o governo. *Espacio Laical* afirma que existem dúvidas sobre a vontade dos participantes da primeira Conferência do PCC para conseguir uma relação horizontal entre o Partido, a sociedade, o Estado e o governo. Essa é uma possibilidade que a Revista considera improvável, devido ao pouco espaço para debate sobre o artigo 5 da Constituição da República.

Considerando os temas abordados, as demandas colocadas e a linguagem crítica utilizada, o editorial anterior foi o mais contestador dos publicados pela revista em 2011.

Em 23 de dezembro desse ano, Raúl Castro reiterou a vontade do Partido e do Governo de concretizar todos os acordos adotados no IV Congresso “sem pressa, mas sem pausa”.

Como era de esperar, no han faltado las exhortaciones, bien y mal intencionadas, para que apresuremos el paso y se nos pretende imponer la secuencia y alcance de las medidas a adoptar como si se tratara de algo insignificante y no del destino de la Revolución y de la Patria (CASTRO, 2011c).

Nesse discurso, o presidente cubano também mandou o seguinte recado: *No descuidaremos, ni un instante, la unidad de la mayoría de los cubanos en torno al Partido y la Revolución, esa unidad que nos ha servido para llegar hasta aquí y seguir adelante en la construcción de nuestro Socialismo* (CASTRO, 2011c).

Entre os dias 28 e 29 de janeiro de 2012, seria celebrada a primeira Conferência Nacional do Partido Comunista de Cuba. Diferentemente do amplo debate que, em 2011, antecedeu o VI Congresso do Partido, os temas que seriam abordados na reunião só foram discutidos entre os militantes dessa organização, da União de Jovens Comunistas (UJC) e com as organizações de massa. Foram elaborados 100 objetivos de trabalho que abrangiam o funcionamento, os métodos e o estilo de trabalho do Partido;

o trabalho político-ideológico; a política dos quadros; as relações com a UJC e de massas.

Apesar do recado enviado por Raúl Castro em dezembro de 2011 e diante da ausência de um debate massivo sobre os tópicos que seriam discutidos nesse evento político, e considerando que as decisões ali tomadas repercutiram na vida de todos os cubanos militantes ou não, os gestores de *Espacio Laical* organizaram um novo dossiê para debater sobre a atualidade e perspectivas das relações do Partido Comunista de Cuba com a sociedade civil e as instituições. O texto, publicado no primeiro número de 2012, foi elaborado a partir das apreciações de intelectuais de diferentes posições políticas. Eles foram:

- Orlando Márquez (1962). Arquiteto, laico católico, colunista e diretor da revista *Palabra Nueva*, publicação oficial da Arquidiocese de Havana. Tem mantido uma postura crítica às políticas econômicas e sociais do governo cubano por meio dos editoriais publicados na revista.
- Víctor Fowler (1960). Ensaísta, poeta e crítico literário e professor. Integrante da União de Escritores e Artistas de Cuba. Marxista, mas marcado por importantes teólogos e pensadores católicos.
- Ovidio D'Angelo (1946). Psicólogo e Sociólogo; Doutor em Ciências Psicológicas. Tem publicado livros sobre desenvolvimento humano, governabilidade, educação, diálogo inter-geracional, entre outros temas.
- Alexis Pestano (1974). Tem graduação em História pela Universidade de Havana, onde trabalhou como professor. Tem publicado artigos sobre temas sociais e históricos na revista *Palabra Nueva* e em outras publicações católicas.
- Ariel Dacal (1974). Historiador marxista. Doutor em Ciências Históricas. Integrante do Programa de Educação Popular do Centro Memorial Dr. Martin Luther King, Jr. Ativista do Taller Permanente “Revolución bolchevique, historia de la URSS y Cuba. Análisis crítico socialista desde el siglo XXI”.
- Lenier González (1981). Laico católico, formado em comunicação social, editor da revista *Espacio Laical* até junho de 2014.

A discussão girou ao redor de quatro questões: expectativas da Conferência, principais desafios do Partido Comunista de Cuba (PCC), avaliação do documento-base que dirigiria o debate dos militantes durante o evento, e se os acordos aprovados significariam uma mudança ou uma continuidade do papel que realiza o PCC na sociedade cubana. Todas as opiniões foram compiladas no dossiê intitulado “A debate el presente y el futuro del Partido Comunista de Cuba”, publicado no primeiro trimestre de 2012 (ESPACIO LAICAL, 2012c).

Sob o olhar de Orlando Márquez, a convocatória da Conferência não tinha provocado muitas expectativas na população e afirmou que não havia grandes surpresas no documento que guiaria as discussões. Para Ovidio D'Angelo, a reunião dos comunistas cubanos se limitaria a discutir questões internas do Partido e não estaria focada nos grandes temas políticos e sociais que ajudariam a definir o futuro do país, que era o esperado pelos grandes setores da sociedade. Segundo Lenier González, era difícil fazer um resumo preciso dos dados por causa da falta de mecanismos para quantificar, mediante entrevistas ou foros públicos, as aspirações da cidadania.

Alexis Pestano foi mais além quando insinuou a convivência de várias tendências dentro do único partido legalizado em Cuba. Pestano argumentou que o setor mais ortodoxo (marxista-leninista) queria uma reinstitucionalização do Partido que permitisse recuperar a força na tomada de decisões, seu funcionamento interno e a sua missão constitucional. Tudo isso tinha sido limitado por “um estilo de governo personalista e caudilhista”. O historiador apontou a existência de um setor de pensamento jovem caracterizado por intelectuais comprometidos com uma ideologia de esquerda, mas favorável a uma profunda reforma dos conteúdos do socialismo.

Ovidio D'Angelo acredita que um dos principais objetivos do PCC é confrontar certo estado de decepção mais ou menos generalizado na população, notável no desinteresse e na apatia desta diante da realização da Conferência. Na sua tentativa de unir a todos os “patriotas em uma causa comum”, o Partido tem que contar com o debate público popular e com os diversos setores de pensamento, que também se considerem “patriotas verdadeiros”. D'Angelo afirma que essa questão tem sido impedida pela limitação da expressão de setores da sociedade na mídia estatal e nos quase inexistentes espaços associativos, para compor agendas de ideias pautadas por posições inspiradas em modelos socialistas, mas levando em conta também as contribuições de outras visões.

Os participantes no debate também criticaram o documento elaborado pelos dirigentes do PCC. O ensaísta Víctor Fowler afirmou que se tratava de um documento pseudo-crítico que “aborda de um modo asséptico verdades desagradáveis da realidade internacional”, e que propõe uma política interna que fomente um incremento de mulheres, negros, mestiços e jovens para ocuparem cargos diretivos, mas que não diz nada Acerca desse assunto dos homossexuais ou religiosos. Fowler explica que importantes assuntos, como a necessidade de abrir e manter o diálogo público em torno aos problemas que atingem a coesão social, o aumento do valor concedido à opinião

popular e a multiplicação dos espaços de discussão, o conhecimento mútuo e o diálogo cultural entre as comunidades cubanas de todas as partes do mundo não apareciam explicitamente no citado texto.

Ovidio D'Angelo reconhece que o documento advoga pelo incremento da participação popular real e efetiva da população nos projetos de desenvolvimento local, o fortalecimento do controle dos cidadãos às instituições, o respeito à autonomia e ao funcionamento democrático das organizações, o papel da mídia como plataforma para o debate e a opinião, as análises da realidade nacional e de expressão para a cultura. Não obstante, considera que aspectos determinantes para que essas propostas sejam realizáveis, por exemplo, as possibilidades de associação e auto-organização social não fizeram parte do documento.

Ariel Dacal também destacou os aspectos inovadores do documento, mas não encontrou nele uma proposta integral para a renovação da estrutura interna do Partido e sim a ratificação de um método verticalizado para o controle das bases pelas entidades superiores; para a direção e supervisão das organizações políticas e de massas, desconsiderando o tema da autonomia desses coletivos, e não diz nada da relação do PCC com o resto da sociedade civil cubana, organizada e legalmente constituída. Para Alexis Pestano, o mais significativo do Documento Base é que expressa a continuidade do reajuste ideológico adotado no IV Congresso do PCC, em 1991.

No foro se discutiu outras questões complexas, como a pertinência ou não de manter um sistema de partido único, a necessidade da democratização do PCC, considerando que constitucionalmente é proclamado como a força dirigente superior da sociedade o Estado. D'Angelo adverte acerca da ambiguidade constitucional que, por um lado, estabelece a supremacia do Partido e, por outro lado, reconhece que a soberania está no povo, sendo que tanto o Partido quanto sua diretiva não são eleitos pelo voto popular.

Essa iniciativa dos gestores foi muito ousada por várias razões. Primeiro, porque o Partido não convocou um debate popular sobre as questões que seriam analisadas na sua primeira Conferência. Apenas os militantes dessa organização tinham sido convocados para debater o conteúdo do documento-base. Segundo, porque além de criar um espaço público autônomo para a troca de ideias sobre um tema crucial para todos os cubanos, juntou atores sociais que representam uma parte da pluralidade política presente na sociedade civil cubana: católicos laicos, intelectuais vinculados a instituições oficiais como Víctor Fowler, integrantes de ONGs como é o caso de Ariel Dacal e de outros

pesquisadores reconhecidos. Foi um debate crítico que colocou questões que não tinham sido analisadas em outros espaços, nem pela militância do PCC.

Em 29 de janeiro de 2012, Raúl Castro encerrou a Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista de Cuba. O evento terminou com a aprovação dos objetivos de trabalho (publicados previamente no documento-base), mas não modificou os estatutos dessa organização (PRENSA LATINA, 2012). Quase nenhum dos temas abordados pelos participantes no dossiê divulgado por *Espacio Laical* foi discutido na reunião. Os delegados aprovaram algumas mudanças que atingem o trabalho do Partido, mas a relação deste com o Estado, o governo e a sociedade não experimentou transformações significativas. Nas palavras finais da reunião, Raúl Castro afirmou:

Nuestros adversarios y hasta algunos que simpatizan con nosotros (...) nos exigen, como si se tratara de un país en condiciones normales y no una plaza sitiada, la reinstauración del modelo multipartidista que existió en Cuba bajo el dominio neocolonial de los Estados Unidos (CASTRO, 2012).

Chama atenção o modo como aqui o Presidente cubano, diferentemente do vice-presidente Machado, usa o termo “adversário” ao invés do tão frequente “inimigo”. Ciente ou não das opiniões expressas no dossiê divulgado por *Espacio Laical*, o líder do único partido legalmente reconhecido em Cuba assegurou que “renunciar ao princípio de um único partido seria equivalente ‘a legalizar o partido ou os partidos do imperialismo em Cuba e sacrificar a arma estratégica da unidade dos cubanos’” (CASTRO, 2012, tradução nossa). Castro reafirmou a vigência do princípio leninista de um partido único e de vanguarda que dirige a sociedade e parece ter deixado para futuros eventos as respostas para muitas das questões que apareceram no dossiê.

Em 26 de julho de 2012, no tradicional discurso pelo Dia da Rebeldia Nacional, o Vice-presidente Ramón Machado expressou com clareza:

Los enemigos de la Revolución - tanto los de afuera como los de adentro-, bajo la sombrilla de la crítica a una supuesta lentitud o poca audacia de las medidas adoptadas, ocultan sus verdaderas intenciones de restaurar el régimen de oprobio existente en Cuba hasta 1959 (MACHADO, 2012).

O dirigente cubano não detalha quem são os inimigos, ou se o simples fato de criticar o ritmo das reformas econômicas é suficiente para se tornar inimigo do Estado. Aliás utiliza uma linguagem dura e acusadora que tende a criminalizar a crítica, ao vinculá-la com a estratégia de mudança de regime. Ao falar em ocultamento das verdadeiras intensões, Machado (2012) não delimita quais são os posicionamentos críticos que apostam nessa estratégia e quais procuram apresentar propostas, sugestões, ou seja, participar mais ativamente em um processo que envolve o presente e o futuro de toda uma nação.

Reafirmando a vigência de uma prática política verticalizada, o Vice-presidente apontou que serão os militantes do Partido e da Juventude Comunista os principais responsáveis de fortalecer os vínculos com a população e da busca de “métodos que nos permitam escutar cotidianamente e levar em conta as críticas, opiniões e sugestões”. Reafirmou que “cada decisão transcendente seria consultada com os trabalhadores encarregados de executá-la e com o resto do povo se for preciso” (MACHADO, 2012, tradução nossa).

#### **4.6. Espacio Laical na imprensa oficial**

A Revista é mais conhecida fora de Cuba, no setor acadêmico, na intelectualidade católica e entre os cubanos que têm acesso à Internet. Não obstante, artigos e uma entrevista que apareceram no site *CubaDebate* mencionaram *Espacio Laical* pelo menos uma vez. Chama nossa atenção que, em 19 de março de 2013, *CubaDebate* publicou uma entrevista a Rafael Hernández. O sociólogo comentou sobre os diferentes espaços e publicações que propiciam uma abordagem crítica da sociedade cubana. Além de importantes veículos como *Temas*, Hernández disse que nunca tinha deixado de lado as revistas das igrejas, como *Caminos* e *Espacio Laical*. Afirmou ter colaborado com as duas mais de uma vez e tinha defendido legitimidade de ambas as publicações (HERNÁNDEZ, 2013 *apud* SÁNCHEZ, 2013). Curiosamente, a entrevista foi realizada por Iroel Sánchez e apareceu em *Cubadebate* no dia 19 de março de 2013, ou seja, um dia antes que Alejandro Cruz publicara seu primeiro posts questionando *Espacio Laical* e dez dias depois da divulgação do artigo de Edmundo García (referenciado acima) no blog *La pupila insomne*. Num momento de tensões, a afirmação de Rafael Hernández poderia ser interpretada como um gesto de solidariedade intelectual com os editores de *Espacio Laical*.

Em 4 de janeiro de 2014, uma nota da jornalista Paquita de Armas informava o falecimento na véspera do Monsenhor Carlos Manuel de Céspedes. A seguir um fragmento do texto:

Durante una conferencia ofreció importantes criterios sobre Cuba, que el 6 de diciembre último, en la revista Católica Espacio Laical se publicaban: ‘Quienes me conocen bien, saben que el último camino, el del neoliberalismo, no es el que yo deseo para la Casa Cuba, sino más bien, el primero, el de un socialismo más participativo y democrático, al que parece nos desean conducir los actuales cambios en lento proceso de realización’ (ARMAS, 2014).

Recentemente constatamos que a Revista foi mencionada mais uma vez no site *Cubadebate*, em 27 de dezembro de 2014, quando publicou o artigo “Tania Bruguera, #Cuba y la nación que deseamos”. O texto assinado por Raúl Capote afirma erroneamente que o laico Dagoberto Valdés dirigiu o projeto *Espacio Laical* (CAPOTE, 2014). Na verdade, Valdés foi fundador e diretor entre 1994 e 2007 da revista católica *Vitral*. Até hoje o erro aguarda ser corrigido. Fora dessas breves menções, e das reproduções dos posts de Iroel Sánchez em *Cubasi* e *Cubadebate*, durante os primeiros 10 anos de vida da revista, o silêncio parece ter sido a única resposta da mídia tradicional cubana às iniciativas de *Espacio Laical*.

Como dito, em Cuba o Departamento Ideológico de Comitê Central do Partido Comunista é responsável pela elaboração e o controle do cumprimento das políticas informativa e editoriais dos principais meios de comunicação. É possível a existência de diretrizes e orientações que impossibilitariam até mencionar as iniciativas de um veículo que publica pontos de vista que criticam as políticas governamentais e promove debates onde também participam conhecidas figuras opositoristas.

Acerca desse assunto, o jornalista e pesquisador David Corcho (2015, entrevista) considera que talvez os responsáveis da mídia hajam esquecido o significado das palavras debate, discussão e compromisso público ou simplesmente não há interesse em publicar sobre os problemas mais urgentes do país, nem o modo como esses problemas são abordados em arenas de discussão como *Espacio Laical*. Os meios de comunicação cubanos, afirmou, não foram feitos para acolherem as vozes que contrariem o sentido comum do Estado. No capítulo três dessa pesquisa, Chaguaceda (2016, entrevista) comentava que inclusive as discussões organizadas por publicações semi-oficiais como *Temas*, eram ignoradas pela grande mídia nacional, aprofundando a fragmentação da

esfera pública como um todo. As dificuldades de *Espacio Laical* para se articular com as esferas do cotidiano e vice-versa constituem um exemplo dessa desconexão descrita por Chaguaceda.

Durante um recente encontro na sede da União de Jornalistas de Cuba, Raúl Gárces<sup>127</sup> (2016) comentou que os meios de comunicação deveriam articular os diferentes debates que acontecem na sociedade, e torná-los um fenômeno massivo para fomentar a participação da cidadania. Segundo esse autor:

... en nuestra sociedad muchas veces nos quedamos con fragmentos de debates, con debates atomizados, que ocurren en *Último Jueves*, en *Catalejo*, en la Asociación Hermanos Saíz, pero no tienen la posibilidad de articularse entre ellos y convertirse en debate también para los medios de comunicación, con un carácter masivo y con el involucramiento de la sociedad en un proceso deliberativo de alcance mayor (GARCÉS, 2016, grifos do autor).

A indiferença da imprensa cubana diante de assuntos de interesse público pode atingir níveis absurdos. Em outubro de 2015, a revista *Temas* organizou o debate “Mujeres y medios de comunicación en Cuba: articulando experiencias”. Mesmo que no painel, integrado por cinco mulheres, participaram Yailín Orta, vice-diretora do jornal *Juventud Rebelde* e Cristina Escobar, membro da equipe do sistema informativo da Televisão Nacional, nem sequer os veículos onde elas trabalhavam comentaram o evento (TEMAS, 2015).

Segundo Esteban Morales (2015, entrevista), o modelo de gestão da mídia importado da União Soviética continua vigente em Cuba. Por conseguinte a imprensa oficial evita realizar críticas aprofundadas dos problemas. Interrogado sobre o fato de imprensa cubana ficar nas margens dos debates mobilizados por *Espacio Laical*, afirmou que muitas das coisas publicadas pela revista deveriam ser contestadas, mas que a imprensa, simplesmente, “não combate” e fica isolada da polémica.

Para Valdés (2015, entrevista), o imobilismo poderia o resultado de uma “amalgama” de fatores que inclui o carácter excludente do discurso oficial, um sistema

---

<sup>127</sup>Raúl Gárces é jornalista, pesquisador e o atual decano da Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana. É integrante da equipe da revista *Temas* e foi orientador da pesquisa (já referenciada) *Análisis del discurso público de la revista Espacio Laical*.

político verticalizado, manifestações de censura e autocensura estabelecidas há muitos anos, na busca da “unidade” em torno à Revolução e devido a uma “mentalidade de fortaleza sitiada” que tem provocado o longo conflito com os Estados Unidos. Na atual conjuntura, diante das novas gerações, a marcha de um processo de reformas econômicas e a normalização das relações diplomáticas com os Estados Unidos, resulta imprescindível reformular o papel que desempenham os meios de comunicação em Cuba, para que a população tenha a possibilidade de educar-se em um novo cenário de confrontação de ideias (VALDÉS, 2015, entrevista).

#### 4.7. Viagem à semente

As entrevistas concedidas por Roberto Veiga e Lenier González, ex-editores de *Espacio Laical*, contribuíram para o esclarecimento das questões relativas ao funcionamento a revista e da relação que ela estabeleceu com atores procedentes de outras esferas públicas, tanto dentro de Cuba, quanto no estrangeiro. É claro que as experiências de ambos os ex-editores foram contrastadas com as percepções de alguns colaboradores que aceitaram colaborar com esta pesquisa.

Segundo González (2015, entrevista) durante os primeiros anos de funcionamento da revista, o insuficiente número de intelectuais católicos em Cuba com vontade de enviar colaborações impediu que *Espacio Laical* pudesse se consolidar como uma revista católica inspirada na experiência da *Trenta Giorni*, como o Cardeal Jaime Ortega tinha sugerido. O diálogo nacional convocado pelo presidente Raúl Castro, provocou a ampliação dos espaços de debate, oportunidade que os editores souberam aproveitar e começaram a pensar nas possibilidades da Revista atuar como um facilitador do diálogo social. Ambos os laicos perceberam a multiplicidade de atores presentes na sociedade cubana que não tinham um espaço para expressarem suas opiniões, devido às limitações de um modelo de imprensa que é consequência de um modelo de estado. Em um contexto marcado por esferas públicas sob controle do Partido, “sentimos a necessidade de visibilizar uma pluralidade de atores que estavam por fora da institucionalidade oficial” (González, 2015, entrevista).

Outras mediações importantes que coadjuvaram com o desenvolvimento de *Espacio Laical* têm sido as próprias transformações na sociedade cubana e a paulatina socialização das tecnologias da informação, especialmente o acesso ao correio eletrônico e à Internet. As TICS não só permitem a democratização da entrada de determinados setores nas esferas públicas existentes, mas permitem também a criação

de novos espaços que poderiam se integrar aos outros, formando redes de troca de informação. A bipolaridade da política cubana deixa de ser um paradigma porque começam a aparecer discursos que se afastam dos posicionamentos daqueles núcleos mais ortodoxos do Governo e das organizações de exiliados nos Estados Unidos (GONZÁLEZ, 2015, entrevista).

O trabalho que, por mais de dez anos, Lenier González e Roberto Veiga realizaram, tinha dois referentes principais: as revistas *Temas*, editada em Cuba desde 1994 e *Encuentro con la Cultura Cubana*, editada em Madrid entre 1996 e 2010. A primeira consegue entender Cuba a partir de formas de pensamento que não implicam uma ruptura com a Revolução, apresentando atores que possuem uma visão democrática do socialismo. A segunda conseguiu fazer um catálogo do capital cultural acumulado pelas diásporas cubanas e conferir visibilidade a seus atores. Ambas as publicações, aponta González (2015, entrevista), criaram um lugar de encontro, convergência e valores fundamentais compartilhados entre os cubanos (de dentro e fora da Ilha) de diferentes correntes de pensamento, posicionamentos políticos, identidades. Propiciar essa convergência no âmbito de uma revista católica seria o eixo da política editorial de *Espacio Laical*.

Sobre a metodologia para a elaboração dos dossiers, Lenier Veiga comentou que os integrantes do conselho editorial faziam uma *brain storm* para escolher quais seriam os temas a serem tratados em cada um dos quatro números anuais. Depois da aprovação dos tópicos, ambos os editores elaboravam os questionários que eram submetidos ao mesmo conselho para decidir quais pessoas participariam em cada dossiê. A conjuntura determinava quais seriam os temas e quais os atores. Os convidados recebiam e respondiam os questionários pelo correio eletrônico. A organização dos debates presenciais seguia a mesma metodologia. Como dito, as intervenções dos panelistas e a troca com o público reunido na sala eram publicadas na editoria *En diálogo*, o que muitas vezes gerava um novo debate nas mídias digitais. Essa repercussão, além de ser considerada um *feedback*, dava visibilidade a atores que podiam ser convidados ou publicados pela Revista para enriquecer a discussão, incorporando novos olhares (VEIGA, 2015, entrevista).

O cientista político Esteban Morales, um dos colaboradores frequentes, lembra que se vinculou a *Espacio Laical* numa época participava como integrante do público em debates presenciais convocados pela publicação. Posteriormente, os gestores lhe solicitaram um artigo sobre as relações entre Cuba e os Estados Unidos. O acadêmico

foi uns dos convidados para falar sobre imprensa no dossiê “Propuestas para una refundación de la prensa cubana” sobre o qual falamos anteriormente. Segundo Morales (2015, entrevista), Lenier e Veiga já tinham lido outros artigos críticos sobre esse assunto publicados por eles noutras mídias.

Valdés (2015, entrevista) comentou que, por causa da sua impossibilidade de participar nos debates presenciais, ele colaborava respondendo os questionários que lhe enviavam por correio eletrônico. Outros, como Julio César Guanche (2016, entrevista) ou Armando Chaguaceda (2016, entrevista), colaboraram do mesmo jeito. Os dossiês *Por un consenso para la democracia* e o caderno *Política e lealdade a Cubademonstram* como, a partir de textos publicados na Revista, gerou-se um debate que envolveu outras publicações, incluindo algumas editadas fora de Cuba, cujos textos são reproduzidos nas próprias páginas de *Espacio Laical*.

Chaguaceda (2014, entrevista), Morales (2015, entrevista) e Pérez-Stable (2016, entrevista) destacam que a ausência de censura, ou seja, a publicação dos textos sem alterar o conteúdo, foi outra motivação para eles colaborarem. Morales (2015, entrevista) comentou que apesar dele não compartilhar muito dos posicionamentos políticos dos editores, continuaria colaborando a partir da linha dele e sempre que o conteúdo de seus textos não fosse censurado.

Ainda que não fosse um propósito planejado, na prática o projeto *Espacio Laical* articulou ao redor de si um conjunto de atores com diversos pontos de vista sobre a realidade nacional de Cuba. Todos os participantes aceitaram as regras estabelecidas pela Revista para enviar contribuições. De acordo com González (2015, entrevista), pessoas que trabalhavam em espaços de debates ligados ao Partido-Estado, atores das arenas localizadas na periferia do setor governamental, atores de esferas públicas emergentes, sobretudo aqueles vinculados às esferas digitais, interagem em *Espacio Laical*. Desde fora de Cuba, pessoas que faziam parte de “circuitos acadêmicos” e midiáticos também se sentiram atraídos pela possibilidade de escrever na Revista. Contudo, o ex-editor considera que as pessoas não participavam em representação de instituições ou grupos, mas a título pessoal. A Revista oferecia visibilidade e legitimidade a atores menos conhecidos ou pouco publicizados em outras mídias. Em contrapartida, a presença de prestigiados intelectuais e acadêmicos fortalecia a visibilidade, a qualidade e a legitimidade dessa publicação católica.

A questão sobre a possível contribuição da *Espacio Laical* na articulação de uma rede de esferas públicas para a discussão sobre temas sócio-políticos teve diversas

respostas elaboradas pelos entrevistados. Para Valdés (2015, entrevista) os gestores conseguiram conectar atores com diferentes visões e induzir um diálogo entre eles e divulgá-lo. No olhar do sociólogo cubano, poderíamos denominar como uma *petit* rede (mini-rede) a relação estabelecida entre um grupo de opinantes, a troca entre eles, a Revista e a exposição pública. Segundo ele, seria preciso realizar pesquisas de recepção para comprovar a hipótese de que *Espacio Laical* teria contribuído na configuração de uma rede de maior dimensão. O acadêmico acredita que a publicação tem constituído uma rede mínima que ainda não está suficientemente conectada.

Levando em conta as características do contexto cubano, Chaguaceda (2016, entrevista) considera que mesmo incipiente, houve uma contribuição. Considerando os eventos e debates organizados por Lenier González e Roberto Veiga, a participação deles no Laboratório Casa Cuba, a criação de uma rede de colaboradores dentro e fora do país, os contatos com entidades no exterior como a *Cuban Americans for Engagement* (CAFE), a *Association for the Study of the Cuban Economy* (ASCE); a distribuição da Revista no país todo com o apoio da Igreja, seria impossível minimizar a contribuição de *Espacio Laical* para a divulgação do debate argumentado “feito desde Cuba ou focado em Cuba, articulando vozes de dentro e de fora” (CHAGUACEDA, 2016, entrevista).

Contudo, *Espacio Laical* também foi atingida pelas limitações que dificultam o desenvolvimento das esferas públicas em um regime socialista de Estado. Embora se reconheçam positivamente seu papel no fomento do debate coletivo sobre as reformas econômicas e futuro do país, talvez uma revista construída com a participação de homens e mulheres ilustrados não conseguiu se expandir para além do âmbito acadêmico e intelectual. Eis um dos principais obstáculos “da incipiente esfera pública cubana: debates ficam isolados do resto da sociedade, o que faz com que pareça uma discussão elitizada” (CORCHO, 2015, entrevista).

Falando em influência, Morales (2015, entrevista) é cético quando admite que mesmo dentro do âmbito acadêmico, a articulação não tem sido completa. Acostumado a se movimentar entre diferentes espaços de discussão pública, o cientista político afirmou que há muitos intelectuais prestigiados e representantes da sociedade civil que não acompanham nenhum desses encontros. Destaca a ausência de professores e pesquisadores da Universidade de Havana, assim como de intelectuais da esfera das Belas Artes e, sobretudo, de jovens. Em geral, coincidem tanto em *Espacio Laical*,

como em outras iniciativas, o pessoal das Ciências Sociais e os interessados nos assuntos políticos.

Até o encerramento dessa pesquisa, não encontramos referências de estudos sobre a recepção das publicações católicas em Cuba. Entretanto, Trujillo (2015, entrevista) considera que na última década (2005-2015) *Espacio Laical* poderia ter impactado determinadas áreas da intelectualidade cubana, ainda que existam setores dessa esfera nos quais a publicação é desconhecida ou praticamente desconhecida. “Não é conhecida massivamente, mas há muitos intelectuais das áreas positivas da ciência que estão interessados pelas problemáticas do país e que por diversas vias têm recebido referências da Revista e a procuram para lê-la”. O pesquisador se aproxima de Morales (2015) ao afirmar que o maior impacto da supracitada publicação é mais significativo no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, porque muitas vezes os colaboradores e palestrantes procedem desse âmbito.

Se convocan investigadores de centros de investigación del CITMA o de las universidades para que emitan sus criterios, y eso va generando, por la teoría del rumor, un hálito de conocimiento entre esos sectores sobre lo que hace esa publicación. En mi ámbito hay una gran cantidad de personas que han leído alguna vez, recurrentemente o que están al tanto de *Espacio Laical*. (TRUJILLO, 2015, entrevista).

Além disso, os gestores enviavam, por correio eletrônico, uma parte dos artigos que apareciam na versão impressa, o que de fato facilitava a divulgação dos conteúdos entre os intelectuais (TRUJILLO, 2015, entrevista). A historiadora María del Carmen Barcia (2015, entrevista) assegura que revistas como *Temas* ou *Espacio Laical* são pensadas para espaços intelectuais e conseguem sucesso porque o intelectual precisa da discussão, do confronto de ideias, precisa da expressão.

En la medida en que dimos voz a esos actores, la academia cubana dentro de Cuba, los intelectuales cubanos que están insertados en esferas académicas fuera de Cuba, consumieron la revista. Las academias internacionales sobre Cuba consumieron la revista. El mundo diplomático consumía mucho la revista, en La Habana. Algunos diplomáticos informaban a sus cancillerías de lo que se proyectaba en la revista y también la revista comenzó a ser un

referente em alguns círculos políticos (GONZÁLEZ, 2015, entrevista).

Não obstante, muitos intelectuais rejeitavam o trabalho desta publicação católica devido ao antigo confronto entre a Igreja e o Estado. Apesar dessas suspeitas, os gestores fomentaram a confiança política que seria a peça chave para cumprir seus objetivos (VEIGA, 2015, entrevista). Outro aspecto que devemos considerar é que a Revista tornou-se objeto de estudo na monografia *Visiones sobre el bien común: Valoración del discurso público de la revista Espacio Laical* (CORCHO, 2014), orientada pelo jornalista Raúl Garcés, pesquisador e decano da Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana.

Vários pesquisadores (BARCIA, 2015; CORCHO, 2014, 2015; JIMÉNEZ, 2015; MORALES, 2015; PÉREZ-STABLE, 2016; VALDÉS, 2015, entrevista) afirmam que a influência na população de *Espacio Laical* tem sido muito limitada. Para Jiménez (2015, entrevista) uma das razões causadoras do pouco impacto das publicações em setores mais amplos é que a maioria deles não possui cadastro no Registro Nacional de Publicações Periódicas. Conseqüentemente, nenhum desses veículos são vendidos nas bancas de jornal, nem nas livrarias. A estudiosa chama atenção sobre o fato de que não é comum a venda de publicações religiosas nesses estabelecimentos. Trujillo (2015, entrevista) e Valdés (2015, entrevista) comentam que para adquirir os números da Revista, as pessoas deviam comprá-los nas Igrejas, casas paroquiais ou no próprio Centro Cultural Félix Varela.

Nesse sentido, *Espacio Laical* compartilha com a revista *Temas* pelo menos uma dificuldade: não são veículos de distribuição massiva (PÉREZ-STABLE, 2016, entrevista). Como dito, a primeira das duas tinha uma tiragem de 4 500 exemplares a cada trimestre (CORCHO, 2014). A *Temas* também coloca em circulação, também trimestralmente, uns três mil exemplares. Enquanto, a revista *Cuba Socialista*, editada pelo Comitê Central do Partido para analisar os principais acontecimentos de Cuba e do resto do mundo, distribui 10 mil números três vezes por ano (CIP, 2014).

É pertinente mencionar que, no caso de *Espacio Laical*, existiam redes de redistribuição que abrangiam instituições não religiosas. Na província de Pinar del Río, um “amigo” distribuía 300 números da Revista na sede da União de Escritores e Artistas, na Associação Hermanos Saíz e na Universidade. Mecanismos semelhantes permitiram o aparecimento de comunidades de leitores nas províncias de Matanzas,

Camagüey e Santiago de Cuba (GONZÁLEZ, 2015, entrevista). A Revista também se tornou conhecida entre os círculos intelectuais da diáspora cubana, sobretudo a partir da publicação de alguns artigos que chamaram a atenção desse setor. Ainda que muitos não concordassem com alguns desses artigos, os trabalhos desenvolvidos por *Espacio Laical* são valorizados positivamente (PÉREZ-STABLE, 2016, entrevista).

Olhando mais para questões discursivas, Trujillo (2015, entrevista) apontou que muitas vezes os temas tratados em *Espacio Laical*, ainda que tivessem a ver com os problemas da coletividade, são pensados a partir da academia, além de a linguagem ser difícil para alguns leitores entenderem. Uma linguagem muito acadêmica pode quebrar a interação texto-leitor, considerando em geral, que são outras as preocupações mais urgentes da população.

Morales (2015, entrevista) acredita que há temas que interessam menos à população, porém reconhece que os editores fizeram um esforço para refletir na Revista as preocupações das pessoas. O autor considera que o debate teórico e ideológico não consegue mais do que é possível durante uma assembleia de trabalhadores, onde são discutidos os problemas que os atingem diretamente, e adverte que em uma sociedade estratificada o certo é dirigir considerando os interesses nem sempre coincidentes de cada estrato. Nesse sentido não se deve pensar só na intelectualidade, mas também na classe operária, pois pode haver temas de interesse para os intelectuais que não sejam considerados importantes pelos operários ou pelos profissionais de outras áreas. O cientista político considera que seria difícil demonstrar para as pessoas que os tópicos debatidos em *Espacio Laical* seriam a solução de seus problemas cotidianos. Corcho (2015, entrevista) entende que outro fator que não devemos negligenciar seria a perda do hábito de leitura entre os cubanos e aversão de uma parte da população pela política ou pelos temas que têm esse matiz.

As reflexões de Chaguaceda (2016, entrevista) sobre o caráter fragmentado e precário da esfera pública em Cuba (ver capítulo 3 desse estudo) ajudam a explicar porque *Espacio Laical*, embora isso nunca fosse um propósito declarado, não consegue se articular com outras arenas e atores fora do mundo intelectual. Concordamos com Corcho (2016, entrevista) e com Chaguaceda (2016, entrevista) que a indiferença da mídia governista dificulta que a maioria da população perceba a existência desses

espaços de debates, ideias e atores que contestam a ideologia e o discurso governista<sup>128</sup>. Consequentemente, *Espacio Laical* se parece com uma “bolha dentro da realidade” (CORCHO, 2016, entrevista).

A colaboração de especialistas em temas de interesse para o Governo cubano, fez como que a Revista fosse acompanhada pelas autoridades (VEIGA, 2015, entrevista). Cientes de que os 4.500 exemplares, um site e um suplemento digital (enviado por correio eletrônico) eram insuficientes para chegar até um público mais amplo, os editores trabalharam para atingir os atores que participam na tomada de decisões. Aperfeiçoaram os canais de distribuição e a classe política começou ler criticamente *Espacio Laical*.

A Revista teve certo impacto. Houve reações diversas. Durante um evento em uma embaixada podiam encontrar pessoas que viravam o rosto para eles, mas também outras que os cumprimentavam e reconheciam o trabalho de *Espacio Laical*, apesar de não concordarem com todos os pareceres que ali se expressavam (GONZÁLEZ, 2015, entrevista).

Contudo, o deputado Pablo Odén Marichal (2015, entrevista) não acha que *Espacio Laical* tenha impactado a atividade política e social em Cuba ou que as discussões na Assembléia Nacional levaram em conta o que é dito nessa publicação.

Em relação ao tema da autonomia da Revista, é bom explicar que essa relatividade está baseada em dois aspectos fundamentais. O primeiro é a subordinação do conselho editorial à Igreja, representada na figura do Cardeal Jaime Ortega. Em segundo lugar, o monitoramento constante das autoridades governamentais das iniciativas que se declaram independentes do Governo. Pérez–Stable (2016) afirma que dadas as características do contexto cubano esse é um dos modelos da esfera pública possível. Ou seja, projetos como *Espacio Laical* não conseguem sobreviver e se consolidar sem o respaldo de uma instituição forte, independente do Governo, mas que ao mesmo tempo mantenha boas relações com ele. Em Cuba, a única instituição com essas características é Igreja católica local. Contudo, devemos perguntar por que uma iniciativa como *Espacio Laical* foi tolerada pelas autoridades governamentais e pela hierarquia de Igreja Católica. Valdés (2015, entrevista) considera que *Espacio Laical* é um exemplo de

---

<sup>128</sup> É pertinente recordar como nos posts publicados pelo blogueiro Iroel Sánchez evita-se mencionar diretamente *Espacio Laical*, o nome dos editores e nota-se a ausência de referências e links que permitam acessar a Revista.

oposição leal, porque a maior parte das vozes que a Revista visibilizou opinava sobre as deficiências dos sistemas econômico, civil, ideológico-político ou comunicacional. Opinavam e elaboravam propostas. Ninguém advogou pela subversão da ordem revolucionária para resolver esses problemas, mas sim para reformá-la.

Haroldo Dilla (2014b) denomina “acompanhamento crítico consentido” (ACC) aos espaços semiautônomos, nos quais intelectuais e ativistas podem criticar as políticas oficiais e as suas consequências, mas sem a finalidade de mudar o governo. Esses espaços, aponta o sociólogo cubano, podem surgir como resultado de políticas deliberadas ou pela falta de políticas que promovam o debate e operam tanto no território nacional, quanto na emigração. Sob essa lógica, a revista *Temas*, a *Rede Protagónica Observatorio Crítico* ou *Cuban Americans for Engagement (CAFE)* são exemplos de ACC. O cientista utiliza essa definição como alternativa ao termo “oposição leal” defendido por Valdés (2009, 2015, entrevista).

Dilla (2014b) demonstra ceticismo ao afirmar que o aparecimento dos ACC não significa uma democratização, mas o surgimento de espaços menos controlados, o que faz parte do trânsito de um regime com características de totalitarismo para um regime autoritário. Segundo ele, esses espaços críticos serão compatíveis sempre que cumpram com algumas regras e não propunham uma convocatória pública desproporcionada. Essas iniciativas estão submetidas a pressões e constrangimentos se não existe um “pacto de conveniência que obrigue a classe política a aceitar as críticas. Conclui que isso poderia explicar o que tem ocorrido com a alta hierarquia católica e a janela pela qual se comunica com a intelectualidade cubana: *Espacio Laical*.

Os comentários de Dilla (2014a) sobre o evento *Fe religiosa, institucionalidad y modelos sociales* contém elementos que enriquecem nossa discussão. Segundo o acadêmico cubano, esse encontro operou como um ACC e demonstrou a intenção das pessoas de fazer parte do processo de mudanças dentro do sistema. Esse acontecimento foi uma tentativa para consolidar um espaço crítico no qual a Revista está inserida.

Se puede argumentar que es una pena que sólo la iglesia católica pueda hacerlo —aun cuando lo haga a través de esa ventana refrescante y por momentos díscola que se llama *Espacio Laical*— pero no es su culpa, sino del sistema político cubano. La iglesia ganó una oportunidad, y simplemente la está aprovechando. Eso es la política (DILLA, 2014a).

Sob nosso modesto olhar, a tolerância com que as autoridades acolheram as discussões promovidas pelos gestores da Revista é resultado das repercussões das mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas que têm atingido Cuba desde o início da década de 1990 até a atualidade. Segundo Chaguaceda (2015, entrevista) há vários fatores que coincidem temporalmente. Em primeiro lugar, o debate nacional promovido por Raúl Castro entre 2007 e 2010. Em segundo, a socialização do acesso às TIC favoreceu o aparecimento de blogs, sites, o ativismo nas redes sociais, etc. propiciam a expressão crítica de diversos setores da sociedade. E finalmente, as boas relações entre o Cardeal Jaime Ortega e o presidente Raúl Castro, além da própria aproximação entre a Igreja e Estado, iniciada na década de 1990. Na tentativa de recuperar mais espaço social, a Igreja católica cubana tem desenvolvido uma relação de conveniência com o Governo.

Outro elemento que deve ser considerado são as mudanças na forma como o Estado se relaciona com a sociedade, ou seja, esse trânsito que Chaguaceda (2014, entrevista) identifica como do totalitarismo para o pós-totalitarismo. De outro lado, os gestores da Revista estabeleceram uma política editorial muito clara que incluía vozes que conseguiram fazer as críticas mais aprofundadas, estruturadas e diretas que se podiam encontrar em uma publicação impressa em Cuba. Não obstante, aqueles atores que o Estado identifica como opositores podiam participar em alguns debates apenas, mas não como articulistas nem como palestrantes ou apresentadores de trabalhos. Apenas vozes moderadas da oposição como o economista Oscar Espinosa Chepe e a jornalista Miriam Leyva, publicaram pelo menos uma vez.

A discussão em torno do nacionalismo revolucionário (comentada anteriormente) exhibe algumas convergências entre o discurso da Revista e o discurso oficial, em pontos chave como a noção de nação, a defesa da soberania do país e a busca da justiça social. De acordo com Corcho (2014), essa identificação poderia ter favorecido a persistência de *Espacio Laical*.

A esse respeito Lenier González afirmou:

Acredito que houve uma política de transparência que foi respeitada pelo Governo. Em um contexto no qual Raúl Castro necessitava demonstrar que existiam outros espaços dentro e fora da esfera oficial, fora do Partido. Tem gente que fala que *Espacio Laical* poderia ter servido como um contraste entre uma coisa e a outra (GONZÁLEZ, 2015, entrevista).

#### 4.8. Encerramento de um ciclo

A natureza que foi adotando a linha editorial da Revista geraria resistência nos setores mais conservadores dentro e fora Igreja. Desde cedo *Espacio Laical* confrontou mais tensões com a própria Igreja católica do que com o Governo cubano e a oposição (VEIGA, 2015, entrevista). Os maiores e mais frequentes ataques partiram do interior da instituição eclesial e aumentaram significativamente a partir de 2010. Relembremos que nesse ano aconteceram os diálogos entre o presidente Raúl Castro e o Cardeal Jaime Ortega, que foram concluídos com a mediação das autoridades católicas para a libertação de um grupo de presos políticos. A aproximação entre ambos os dirigentes teria polarizado politicamente a Igreja. Um setor majoritário discordou do estreitamento político, pois para eles, depois da morte dos líderes históricos da Revolução, o Governo colapsaria (GONZÁLEZ, 2015, entrevista).

Nessa conjuntura, a presença de atores governistas nas páginas de *Espacio Laical* incomodou pessoas que achavam que a Revista estava muito próxima do Governo. Esse setor mais conservador da Igreja tentou desarticular o projeto, por meio de constantes ataques. González (2015, entrevista) assegura que também foram vigiados desde o sistema político, mas não houve nenhuma tentativa dos aparatos de segurança do Estado para desarticular o trabalho que realizavam.

Um momento importante desse conflito foi quando o Conselho de Laicos Arquidiocesanos se afastou da Revista que logo se tornou um projeto do Centro Cultural Félix Varela sob a diretoria do padre Yosvani Carvajal. Segundo Veiga (2015, entrevista), os integrantes do Conselho não se sentiram mais identificados com o posicionamento da publicação. Outro momento difícil foi resultado das tensões geradas na Igreja em setores governistas devido à publicação, em *Espacio Laical*, do documento *Cuba soñada - Cuba posible - Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato*, elaborado pelo Laboratorio Casa Cuba. Na época, ambos os editores permaneceram três dias inabilitados por decisão das autoridades eclesiais.

Depois de quatro anos (2010-2014) de contínuas tensões iniciou-se a desmontagem das características que distinguiram a Revista durante quase uma década. González revelou que o Cardeal Ortega orientou que não fossem publicados mais editoriais em *Espacio Laical*, foi formado um novo conselho editorial integrado por pessoas que não acompanhavam o “espírito” de Revista e críticas da linha editorial defendida pelos dois editores. Finalmente, o laico cubano Gustavo Andújar assumiu a diretoria com o propósito de fazer uma revista menos densa para os leitores.

Em 11 de junho de 2014, Roberto Veiga e Lenier González informaram que tinham sido afastados como editores da *Espacio Laical*. Na breve nota que, teria circulado por correio eletrônico, ambos os laicos agradeceram os colaboradores por caprichar na possibilidade de edificar uma Cuba melhor e por terem acompanhado a Revista durante quase uma década (LEYVA, 2014). O novo diretor da Revista informou em nota que nem Veiga nem González tinham sido demitidos, mas que eles teriam decidido sair voluntariamente do conselho editorial (ANDÚJAR, 2014).

A notícia foi manchete nas mídias digitais que habitualmente acompanhavam o trabalho da publicação católica. Fomentaram-se muitas especulações em torno das causas que teriam provocado a saída dos comunicadores e a perceptível mudança da linha editorial que experimentou a Revista sob a diretoria de Andújar, presidente da Associação Católica Mundial para a Comunicação.

Em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* em dezembro de 2014, Andújar confirmou que a Revista abandonaria a linguagem acadêmica que a tinha caracterizado. O novo diretor esclareceu que ainda que continuassem abordando temas polêmicos da realidade cubana, não queriam ser uma publicação de ciências sociais, mas incluir as questões religiosas, culturais e da sociedade. O entrevistado afirmou que continuariam organizando conferências e debates sobre temas atuais, assim como editando livros (MAISONNAVE, 2014).

Quais poderiam ter sido os motivos da renúncia de Roberto Veiga e Lenier González justo na hora que *Espacio Laical* encontrava-se no seu melhor momento e dois meses depois de terem organizado um evento acadêmico com resultados positivos? Na época, pensamos que dentre outras possibilidades os fatos poderiam estar relacionados com os ataques do blogueiro governista Iroel Sánchez contra o evento *Fe religiosa, institucionalidad y modelos sociales*, com algum desencontro entre os editores da Revista e a hierarquia eclesial ou com as pressões de autoridades governamentais ou partidárias sobre a Igreja, devido à discussão em torno ao termo de oposição leal (VEIGA, 2014; VEIGA; GONZÁLEZ, 2014) com a participação de destacados intelectuais críticos como Haroldo Dilla (2014a; 2014b; 2014c), Rafael Rojas (2014a; 2014b) ou Armando Chagueceda (2014).

Tanto Veiga (2015, entrevista) como González (2015, entrevista) asseguraram ter renunciado à diretoria da Revista devido às pressões provocadas por uma tormenta perfeita que conjugou a ala mais conservadora da Igreja, os setores mais ortodoxos do Partido Comunista e a extrema direita do exílio cubano nos Estados Unidos. Contudo,

Chaguaceda (2016, entrevista) reconhece que efetivamente existe um setor muito conservador dentro de Igreja que poderia ter rejeitado a presença em *Espacio Laical* de discursos socialistas ou defensores dos direitos da comunidade LGBTQB, mas duvida que esse setor tivesse interesse em desarticular a Revista justo quando aumentava o nível de criticidade que não coincidia com um pensamento conservador nem com o discurso oficial. Para ele, resulta mais plausível a tese de que a demissão de ambos os editores foi resultado da vontade do setor da Igreja em manter uma relação de conveniência com o Governo, sendo para isso imprescindível continuar a existir como um interlocutor confiável, continuar a recuperação do espaço social de que precisa para cumprir sua missão pastoral, e não arriscar as concessões institucionais obtidas, como bem salienta Farber (2012).

Mais de um ano depois da saída de Roberto Veiga e Lenier González, alguns dos entrevistados (BARCIA, 2015; CÁRDENAS, 2015; CHAGUACEDA, 2014, 2016; CORCHO, 2015; GUANCHE, 2016; MORALES, 2015; PÉREZ-STABLE, 2016; RECIO, 2015; SEXTO, 2015) dessa pesquisa consideram que dentre os acertos do projeto *Espacio Laical* merecem ser destacados: a seriedade do trabalho teórico, a vocação pluralista e a habilidade para favorecer o diálogo entre posicionamentos políticos e ideológicos controversos.

Para David Corcho (2015), a Revista conseguiu ampliar o universo mediático nacional, tanto pelo número de vozes, quanto pelas ideologias visibilizadas. Em um país onde a prática política prefere desqualificar ao invés de dialogar e pensar, esse projeto é um ganho político e um referente moral. Mesmo assim, mudar a consciência das pessoas, tirar o povo da sua sonolência ou pôr em crise os governos, não são méritos que deveriam ser atribuídos a *Espacio Laical*. Nesse sentido, Morales (2015) afirma que devemos olhar para a Revista como um centro de pensamento, não como um centro político ou de mobilização política.

Campos (2015, entrevista) considera que a Revista foi um veículo adequado às circunstâncias concretas do país e fomentou a manifestação de pensamentos diferentes desde a ética e o respeito à diversidade. Acrescenta que os quadros do Partido e do Governo que assistiram os debates e escutaram coisas que talvez não foram agradáveis para eles, poderia ter contribuído para a aceitação da existência de um pensamento diferente.

*Espacio Laical* foi um dos atores da sociedade civil cubana que promoveram o debate público. Consequentemente, Cuba está experimentando um debate público mais

aberto do que há cinco anos. Deve haver pessoas muito incomodadas porque essas discussões aconteciam a partir de uma revista da Igreja Católica, mas a promoção desse espaço público e saudável favorece à sociedade e o sistema político do país. Aliás, a Revista exerceu uma função que deveria ter sido da mídia oficial e de uma parte da institucionalidade cubana: dar um lugar de fala aos intelectuais (CÁRDENAS, 2015, entrevista). Recio (2015, entrevista) e Pérez-Stable (2016, entrevista) acreditam que outro dos acertos foi ter convidado acadêmicos e intelectuais da diáspora que desejam contribuir com o processo de mudanças econômicas na Ilha.

Guanche (2016, entrevista), Jiménez (2015, entrevista), Recio (2015, entrevista) e também destacaram a visão ecumênica da publicação.

[A Revista] Puso a muchos católicos ante los ojos de la sociedad cubana, y a muchos ateos y laicos frente a los ojos de los católicos. Así, me parece que contribuyó a un diálogo necesario entre sectores religiosos y la sociedad cubana, que dotó a esta probablemente de una visión más completa de sí misma. Pero no era sólo una revista ‘católica’. Por sus páginas pasaron muchos temas distintos y muchas personas diferentes. Creo que cumplió una función cívica e intelectual de enorme importancia (GUANCHE, 2016, entrevista).

A maior contribuição de *Espacio Laical* foi ter configurado e sustentado uma verdadeira esfera pública, beligerante e pluralista, onde pensadores cristãos, liberais ou aqueles que professam um “socialismo libertário e uma perspectiva marxista crítica, puderam se assumir como tais publicamente - algo que nem sempre acontece em uma parte dos espaços culturais da Ilha- e dialogar com civismo e respeito (CHAGUACEDA, 2010).

O grande mérito de *Espacio Laical*, dos debates no Centro Cultural Félix Varela e de seus editores entre 2005 e 2014, foi ter constituído o espaço de maior pluralidade que o país teve até o momento. Entre as instituições do Governo ou entre as organizações de massas, não existe um espaço de diálogo tão plural quanto *Espacio Laical*. Um pluralismo evidente na inclusão de cubanos residentes na Ilha e no exterior, apoiadores da Revolução cubana e opositores, mas principalmente, companheiros comprometidos com a Revolução que quase nunca apareciam no debate público. A Revista não só impactou na esfera pública cubana, mas marcou um novo caminho possível (VALDÉS, 2015, entrevista).

Valdés (2015, entrevista) também pondera que, ao acompanhar os desafios nacionais, a Revista demonstrou um sentido da atualidade maior do que aquele da mídia oficial. Guanche (2016) vem reforçar essa ideia ao afirmar que “*Espacio Laical* propôs um jornalismo político com um perfil escasso em Cuba. Atento ao presente, porém olhando, ao mesmo tempo, para o passado e o futuro. Com uma diversidade de enfoques, com ética profissional e atrativo durante a leitura” (tradução nossa).

No olhar de Chaguaceda (2016, entrevista) entre 2008 e 2014, a *Espacio Laical* se tornou a principal revista de opinião pública e pensamento. É claro que com as limitações identificadas, mas ao mesmo tempo, com inúmeras contribuições.

Nessa seção apresentamos elementos que nos ajudaram entender as possíveis contribuições e dificuldades confrontadas pela revista *Espacio Laical* na articulação entre diferentes esferas públicas, por meio do estabelecimento de uma rede de colaboradores que abrangia atores provenientes, fundamentalmente, do âmbito acadêmico de dentro e fora da Ilha. As opiniões dos entrevistados permitiram construirmos uma ideia da repercussão que a Revista tem na sociedade cubana e quais foram os setores mais atingidos. Apresentamos olhares que consideram a Revista um exemplo de “oposição leal” ou de “acompanhamento crítico consentido”, pareceres que reforçam nossa proposta de colocar *Espacio Laical* na esfera pública alternativa oficialmente tolerada. Também comentamos algumas das causas que poderiam explicar a tolerância do Governo cubano diante do trabalho desempenhado pelos gestores dessa publicação católica, assim como os possíveis motivos da sua saída e a valorização feita por colaboradores, leitores e participantes nos debates.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quatro anos a mídia internacional apresentou para o mundo um acontecimento difícil de acreditar. Alfredo Guevara, intelectual comunista defensor da Revolução cubana e amigo pessoal de Fidel Castro desde a universidade, ministrou uma palestra com a participação de apoiadores do Governo, críticos e representantes das organizações oposicionistas. O diálogo entre Guevara e o conhecido dissidente Oscar Espinosa Chepe, quebrava o dogma (reiterado até o aborrecimento) de que não havia nada a falar com os “inimigos” da Revolução. Poucos meses depois, outra surpresa: a presença em Havana de Carlos Saladrigas, exitoso empresário cubano, exilado nos Estados Unidos que enunciava, diante de similar auditório, uma visão diferente sobre o futuro de um país que tinha abandonado ainda criança. Ambas as cenas, por muitos motivos inéditas, marcaram a concretização do trabalho constante e a entrega de dois laicos católicos de diferentes gerações, mas com um objetivo em comum. Esses acontecimentos geraram os questionamentos constituíram a origem dessa pesquisa.

A partir de 2008, em momentos em que o debate nacional convocado pelo presidente Raúl Castro (2007), parecia não ir mais além das consultas sobre as diretrizes que conduziriam o processo de reforma econômica, *Espacio Laical* começou um processo de politização dos conteúdos e tornou-se um dos centros de discussão e análise não só do processo de reforma do modelo econômico anunciado pelo Governo, mas das mudanças políticas que deveriam acompanhar as transformações que o país precisava.

Graças à cumplicidade do máximo representante da hierarquia eclesial, o Cardeal Jaime Ortega, o trabalho incansável dos editores Roberto Veiga e Lenier González, a certos níveis de tolerância de parte do Governo, a Revista emergiu como alternativa ao monopólio mediático estatal e como um lugar para a expressão da diversidade política e ideológica presente na Ilha. Por meio da configuração de laços de colaboração entre diferentes atores do âmbito acadêmico e intelectual, de dentro e fora da Ilha, *Espacio Laical* articulou um debate pluralista sobre a realidade nacional.

Contudo, a Revista ultrapassou seus objetivos iniciais e começou organizar debates presenciais com a participação de atores provenientes de vários setores da sociedade civil e de cubanos que moram no estrangeiro. Reunir numa mesma sala, militantes do Partido Comunista, marxistas críticos, anarquistas, liberais, democratas cristãos, socialdemocratas, junto com atores oposicionistas para dialogar sem ofensas nem desqualificações, tem sido um dos maiores ganhos da Revista. Com o espírito

ecumênico sintetizado na metáfora da Casa Cuba, *Espacio Laical* também abriu as portas para todos os cubanos trabalharem juntos na construção do futuro.

Uma das contribuições originais da presente pesquisa foi ter convocado um conjunto de autores que nos permitiram pensar a existência de esferas públicas em regimes de socialismo de Estado. Junto com as reflexões de estudiosos cubanos, as análises aqui realizadas ajudaram a fazer uma descrição e um primeiro mapeamento (que certamente deverá ser aprimorado) das principais esferas públicas em Cuba e a localização de *Espacio Laical* nesse universo.

Todos esses elementos e as ideias de Dilla (2014) sobre o que ele considera espaços de “acompanhamento crítico consentido”, foram levados em conta ao definir a Revista como uma esfera pública alternativa oficialmente tolerada. Uma esfera pública realmente atípica, devido a suas próprias características e às particularidades do contexto onde se desenvolveu.

Além de se constituir como uma esfera pública em si mesma, consideramos que a Revista contribuiu modestamente para articulação entre várias esferas públicas por meio da participação de atores concretos que colaboravam a título pessoal, ou seja, independentemente de seus vínculos institucionais, empregatícios ou militância política. Essa articulação também tornou visível um fluxo de atores e temas de discussão entre diferentes esferas, como demonstrado na análise da polêmica em torno do tema da oposição leal em Cuba, a presença de intelectuais residentes na Ilha e no exterior, inclusive de estrangeiros, em eventos organizados por *Espacio Laical*.

A revista católica *Espacio Laical* é um nítido exemplo da diversificação do espaço público na Ilha. Entre 2008 e 2014, essa publicação foi o centro do debate sobre as problemáticas contemporâneas e do acompanhamento crítico ao processo de reformas econômicas iniciado pelo Raúl Castro. Um debate que demonstrou a pluralidade de ideologias, identidades, projetos políticos, presente na sociedade cubana, 25 anos depois do fim da União Soviética.

Outros exemplos ilustrativos desse fluxo foram a participação de Luis Sexto, na época colunista do jornal oficial *Juventud Rebelde* e de Roberto Márquez, diretor da revista católica *Palabra Nueva* no dossiê sobre imprensa cubana. Aliás, Roberto Veiga fez parte de um painel intitulado “O sentido da esfera pública”, organizado por Desiderio Navarro, diretor da revista *Criterios*, no qual participaram dentre outros intelectuais, o filósofo Jorge Luis Acanda, o escritor Leonardo Padura; Rafael Hernández, diretor de *Temas*; o sociólogo e ensaísta Arturo Arango; a ativista Yasmín

Portales; e o historiador Mario Castillo (I.GONZÁLEZ, 2012; POLANCO, 2012) O fato de Veiga ter sido convocado para apresentar nesse evento diz dessa circulação de atores e da acolhida de *Espacio Laical* no âmbito intelectual, essencialmente.

O leitor poderia acreditar que uma das dificuldades da Revista teria sido não conseguir se articular com outras esferas públicas do cotidiano, mas durante a análise das declarações dos editores constatamos que seu principal alvo era o âmbito acadêmico, os intelectuais, as pessoas interessadas em temas políticos e, numa última etapa, atores chave dentro do Governo cubano. Isso permitiria pensarmos que estamos diante de uma publicação com certo nível de elitização. No entanto, essa elitização poderia ser relativa se considerarmos que grande parte dos tópicos abordados nos editoriais, nos dossiês, nos artigos e nos eventos que aqui temos colocado como exemplos, são preocupações compartilhadas pela cidadania. Deve ser reconhecido que existia um equilíbrio entre a apresentação de trabalhos teóricos, críticos e propositivos e que a participação do público nos debates propiciava a ancoragem da discussão acadêmica nos problemas do cotidiano.

Sublinhamos que em Cuba, geralmente, o nível intelectual ou a qualificação profissional nem sempre constituem um elemento diferenciador desde o ponto de vista econômico. Assim, acadêmicos como Juan Valdés Paz (ganhador do Prêmio Nacional das Ciências Sociais em 2015), Esteban Morales, e Víctor Fowler residem em bairros populares de Havana. Fowler, por exemplo, pesquisa sobre a persistência de formas de discriminação contra os negros e mestiços.

Um assunto instigante que requererá novos aprofundamentos seria a composição dos públicos que participavam nos debates. Eram todos intelectuais, acadêmicos, dissidentes, estudantes ou diplomatas estrangeiros ou também participaram pessoas de outras procedências sociais?

Na procura de focos de repercussão das ações da publicação católica no discurso político oficial, constatamos que alguns dos temas como a aceleração do ritmo das reformas, a pertinência do pluripartidarismo, o papel do Partido Comunista, dentre outros, foram contestados em intervenções dos principais dirigentes do Governo. Ninguém poderia assegurar que tratou-se de respostas dirigidas à equipe da Revista, mas não há dúvidas de que *Espacio Laical* fez parte do debate público entre atores da sociedade em torno a esses tópicos.

Ainda que não fosse o foco principal da pesquisa, também nos referimos ao acompanhamento que a mídia internacional conferiu às principais iniciativas da Revista,

em contraste com a indiferença dos veículos que integram o monopólio midiático estatal cubano. Não obstante, a presença de matérias nas mídias nacionais que direta ou indiretamente referenciaram o trabalho de *Espacio Laical* poderia ser um novo objeto de pesquisa. Paradoxalmente, tanto Rádio Martí, quanto Televisão Martí (emissoras oficiais dos Estados Unidos que transmitem para Cuba uma programação considerada subversiva pelo Governo cubano) fizeram um acompanhamento muito próximo do trabalho da Revista.

Cientes da impossibilidade de apagar o dissenso e o antagonismo e da necessidade de se expressarem, entendemos *Espacio Laical* e seus atores como a antítese da unanimidade e da apatia tão frequente nos momentos de discussão convocados pelo Partido-Estado e dirigidos pelas organizações de massas. Desde cedo, os gestores definiram os limites que assegurariam a sobrevivência do projeto. Enquanto se defendia a pluralidade de visões sobre o bem comum, poucos opositores incômodos aos olhos do Governo conseguiram publicar artigos. Não obstante, houve intervenções de alguns deles nos debates presenciais que foram publicados na editoria *Em diálogo*. A publicação católica foi um meio de visibilização de atores e discursos, aproveitado principalmente pela chamada esquerda crítica cubana, ainda que não compartilhasse muitas das visões defendidas pela Igreja.

O fato de exibir um discurso que evocava ideais nacionalistas, colocava a soberania do país por cima de qualquer diferença política, reconhecia as principais conquistas sociais da Revolução cubana, condenava o embargo/bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba, e ao mesmo tempo advogava pelo reconhecimento da pluralidade política existente, a necessidade da democratização do sistema político, além de uma política de transparência, foi talvez, o elemento aglutinador da Revista e garantia para a sua permanência. Porém, nem o sentido do limite, nem o discurso conciliador evitaram que setores da própria Igreja, o Governo, a oposição e o exílio rejeitassem e atacassem o trabalho desempenhado pela Revista.

A colisão com o pensamento mais ortodoxo dentro do Partido Comunista de Cuba foi evidente depois da publicação de posts que questionavam as reais intenções da Revista em blogs editados por “incondicionais” vigilantes e defensores da pureza ideológica da nação. Relembrando que, no passado recente, as Cartas Pastorais dos Bispos ou que outro editorial eram replicados desde o jornal do Partido, o silêncio da imprensa oficial diante dos posicionamentos de *Espacio Laical*, de um lado, e a intervenção “voluntária” desses blogueiros revolucionários, cujos posts foram

reproduzidos em destaque em veículos institucionais de distribuição massiva (o boletim digital do Ministério da Cultura ou os sites governistas *CubaDebate* e *Cubasi*), parece esboçar-se uma mudança de tática que evite criar a percepção de que existe enfrentamento direto entre as cúpulas católica e comunista, mas que se trataria de uma disputa ideológica entre simples cidadãos numa sociedade mais pluralista.

Contudo, *Espacio Laical* também foi um reflexo das contradições existentes no movimento laical cubano, como demonstrado em 2012, momento que a Revista deixou de ser a porta-voz do Conselho de Laicos Arquidiocesano de Havana. Até que ponto o apoio dos laicos à missão da Igreja limita o exercício da cidadania? Harmonizar os interesses do mundo eclesiástico com os interesses da cidadania foi outra das tentativas desse projeto dirigido por homens de fé. Até onde Revista devia ser porta-voz dos interesses da Igreja ou dos interesses dos laicos como cidadãos de um país socialista, foi uma questão que provocou tensões entre os gestores e a hierarquia da Igreja.

Ainda que a saída dos editores não tenha sido esclarecida completamente, o histórico da Revista, os depoimentos de Roberto Veiga e Lenier González para essa pesquisa, as declarações do novo diretor e as reflexões de pessoas que foram colaboradores ativos, permite-nos entender que a ruptura teria sido provocada pelo desencontro entre o aprofundamento do olhar crítico e a apresentação de propostas mais ousadas (como o reconhecimento de uma oposição, pelo menos leal) e os interesses da Igreja. A hierarquia repetiu o *modus operandi* que tinha sido usado nos casos *Vitral* e *Espacios*: evitou fechar a Revista, mas renovou o conselho editorial, colocou uma nova diretoria e mudou a linha editorial.

Parafrazeando Leyva e Somohano (2008, p. 45), *Espacio Laical* tentou não só diagnosticar e avaliar os problemas circundantes, mas propôs as possíveis soluções, auxiliando a introduzir transformações no modo como o Estado se relaciona com os cidadãos. Por causa disso, Valdés (2015, entrevista) a considerou como um protótipo de esfera pública. A definição de esfera pública socialista (VALDÉS, 2009) abriu a possibilidade de novas discussões teóricas e se articula com a necessidade de pensarmos uma noção de esfera pública pós-burguesa (FRASER, 1992).

*Espacio Laical* foi o laboratório onde mais de uma vez se ensaiou o tipo de debate que caracterizaria uma sociedade democrática. Apostando na reconciliação entre todos os cubanos, a Revista parecia se aproximar da noção de democracia agonística, uma vez que o consenso e as articulações são sempre provisórios e sem dissenso não é possível falar em política. O pluralismo supõe uma relação entre adversários políticos que

compartilham as regras que tornam possível a coexistência. Mesmo assim, encontrar uma correlação entre os princípios implícitos na metáfora da Casa Cuba e a democracia agonística, precisará de futuras revisitações.

*Espacio Laical* também constitui uma esfera pública que se aproxima de alguns dos elementos do modelo normativo habermasiano e das considerações de autores como Bohman (2004), Papacharissi (2002) e Barbosa (2011). Para além de ser ela mesma uma esfera pública, a Revista interligou outras esferas e arenas de discussão que fazem parte do espaço público cubano [físico e virtual], hoje marcado pela presença posturas ideológicas coincidentes e antagônicas

Em poucas palavras, o trabalho da revista *Espacio Laical* é um reflexo da evolução e complexidade da sociedade cubana atual, da melhoria e consolidação dos laços entre a Igreja católica e o Estado socialista, da tolerância e vigilância do Governo diante de esses novos espaços de diálogo e da vontade de uma parte dos cidadãos para aproveitá-los.

A presente pesquisa teve que superar desafios de índole teórica devido à falta de autores que abordaram o tema da esfera pública, mais além do modelo ideal habermasiano; o limitado acesso à Internet em Cuba dificultou uma maior troca de ideias com os atores que fizeram parte do projeto *Espacio Laical* e a precária disponibilidade na web dos trabalhos de autores cubanos sobre os tópicos abrangidos durante o estudo.

Durante o trabalho de campo em Cuba, constatamos a ausência de pesquisas sobre recepção das publicações católicas que circulam na Ilha, fato que limitou-nos aprofundar na percepção dos leitores de *Espacio Laical* e nas formas de redistribuição da revista entre a população interessada em esse tipo de publicação. Outra dificuldade marcante foi a impossibilidade de entrevistar os funcionários do Departamento de Atenção aos Assuntos Religiosos do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba. Toda tentativa de marcar entrevista foi adiada mais de uma vez.

Contudo, o encontro com o reverendo e deputado Pablo Odén Marichal, uma pessoa que se destaca no âmbito religioso e na arena política, aportou novos elementos sobre a chamada do presidente Raúl Castro para que as instituições religiosas participassem na formação de valores cívicos junto à população, a presença de líderes religiosos em um parlamento dominado por militantes comunistas, e a possível repercussão de *Espacio Laical* nessa arena. Nesse sentido, a nossa pesquisa constatou ainda que seja preciso realizar novos estudos para saber como, no cenário político, os

líderes religiosos conseguem abordar problemáticas como o aborto ou a vigência da pena de morte, apresentando argumentos não religiosos, inclusive, colocando os interesses da coletividade por cima dos anseios das suas congregações, como acontece com a discussão, ainda inconclusa, sobre o direito das igrejas a ter meios de comunicação próprios ou, pelo menos, ganhar mais espaço na mídia estatal.

Finalmente, podemos declarar cumpridos os objetivos que definiram o percurso dessa pesquisa. Ainda que consideremos que alguns aspectos ainda mereçam ser aprofundados, esperamos ter contribuído com a produção e sistematização de conhecimento. E, sobretudo, conseguido apresentar, de uma forma compreensível, aspectos comunicacionais, sociais, religiosos e políticos de um país em transformação constante: Cuba.

## REFERÊNCIAS

ACANDA, J. L. Dinámicas de la sociedad civil en Cuba. **IPS-Cuba**, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2kytJ5o>>. Acesso em: 02/12/2014.

ACANDA, J. L. Sobre un documento que convoca a la reflexión. **Rebelión** (Tomado de Temas), 21/04/2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2jN6kbX>>. Acesso em: 20/01/2016.

ACANDA, J. L. **Sociedad civil y hegemonia. Cuba**, La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana «Juan Marinello», 2002.

ACI. Cardenal Ortega inaugura centro cultural en honor al P. Félix Varela en Cuba. **Aciprensa**, 22/09/2011. Disponível em: <<http://bit.ly/24kc3cw>>. Acesso em: 12/01/2016.

AGENCIAS. “Espacio Laical”: Nuevo cuaderno de debate sociopolítico entre académicos cubanos. **Cubaencuentro**, 11/09/2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2kaEoCm>>. Acesso em: 02/12/2014.

ALONSO, A. **El laberinto tras la caída del muro**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2006.

ALONSO, M. I. Respuesta de Cuban Americans for Engagement (CAFE) a Iroel Sánchez: ‘Venga la esperanza de cualquier color’. **CAFE**, 09/05/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1KBAM5r>>. Acesso em: 07/02/2016.

ALZUGARAY, C. Intervenção no evento Fe religiosa, institucionalidad y modelos sociales. **Espacio Laical**, La Habana, año 10, no. 2, p. 150-166, 2014.

ANDRÉS, J de. El debate en torno a la deriva autoritaria de la Rusia de Putin. In: FLORES JUBERIAS, C (ed.). *España y la Europa Oriental: tan lejos, tan cerca*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2009. Cap. 1, p. 19-29.

ANDÚJAR, G. Nota de prensa de la revista *Espacio Laical*. **Espacio Laical**, Suplemento Digital, no. 251, junio, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2kBzTBg>>. Acesso em: 13/06/2014.

ARANDIA, G. Intervención en el Debate sobre la Conferencia “Cuba y su Diáspora: Actitudes y políticas que debe adoptar la diáspora para reintegrarse a Cuba. **Espacio Laical**, La Habana, n. 2, p. 102, 2012.

ARBOLEYA, J. La sociedad civil cubana. **Cubadebate**, 23/04/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1QneZzr>>. Acesso em: 11/11/2015.

ARENDT, H. **Los orígenes del totalitarismo**. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S. A., 1998.

ARMAS, P. de. Cuba pierde a uno de sus fieles amantes. **CubaDebate**, 04/01/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1LJRrPB>>. Acesso em: 13/04/2015.

ARMONY, A. Civil Society in Cuba: A Conceptual Approach. In: CRAHAN, M. **Religion, culture, and society: the case of Cuba. A Conference Report**. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Reports on the Americas, n. 9, 2003.

ARREOLA, G. Anticastro condena el bloqueo y pide apoyar a la incipiente IP cubana. **La Jornada**, 31/03/2012. Disponível em: <<http://bit.ly/20ZqwZ1>>. Acesso em: 26/01/2016.

AVRITZER, L; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p.703-728, 2004.

AZCUY, H. Estado y sociedad civil en Cuba. **Revista Temas**, La Habana, no. 4, octubre-diciembre, p. 105- 110, 1995.

AZOR, M. La “crispación” del debate político, una socialización de la cultura política revolucionaria. **Cubaencuentro**, 03/10/2012a. Disponível em: <<http://bit.ly/1omjteP>>. Acesso em: 07/02/2016.

AZOR, M. El debate sobre la sociedad civil en Cuba: actores emergentes. **FRONESIS** vol. 19, no. 1, Universidad del Zulia, p. 19-48, 2012b.

BARRIO, M. Inauguran nueva sede para el Seminario de San Carlos y San Ambrosio. **Juventud Rebelde**, 03/11/2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1OyWuCb>>. Acesso em: 15/04/2014.

BATHRICK, D. **The Powers of Speech: The Politics of Culture in the GDR**. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 1995.

BERNAL, B. **Las constituciones de Cuba republicana**. Miami: Instituto y Biblioteca de la Libertad, 2003.

BOBES, V.C. La sociedad civil durante y más allá del Período Especial (inédito), 2015.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRESSER PEREIRA, L. C. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Lua Nova**, n. 36, São Paulo, 1995.

CAPOTE, R. Tania Bruguera, #Cuba y la nación que deseamos. **Cubadebate**, 27/12/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1TbKK0L>>. Acesso em: 13/04/2015.

CARTAYA, R. Advierte Espacio Laical contra "conspiradores". **Martí Noticias**, 07/05/2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1odI1ql>>. Acesso em: 01/02/2016.

CASTRO, F. **Discurso pronunciado en la clausura del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba**. Santiago de Cuba, 14 de octubre de 1991. Disponível em: <<http://bit.ly/2aY8vFB>>. Acesso em: 09/08/2016.

CASTRO, F. **Discurso pronunciado por el comandante en jefe Fidel Castro Ruz**, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en el acto de despedida de duelo a los héroes caídos en desigual combate frente al imperialismo yanqui en Granada, celebrado en la Plaza de la Revolución, el 14 de noviembre de 1983. Disponible em: < <http://bit.ly/1QkcBoQ>>. Acceso em: 04/02/2016.

CASTRO, F. ¿Quién quiere entrar en el basurero? **CubaDebate**, 22/02/2008. Disponible em: <<http://bit.ly/2l6ee1b>>. Acceso em: 04/02/2016.

CASTRO, R. Discurso íntegro de Raúl Castro Ruz en el acto por el Día de la Rebelión Nacional, 26 de julho de 2008b. **Diario Juventud Rebelde**. Disponible no: <<http://goo.gl/tyWIK6>>. Acceso em: 10/09/2014.

CASTRO, R. Discurso íntegro de Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Asamblea Nacional del Poder Popular, 24 de fevereiro de 2008a. **Cubadebate**. Disponible em: <<http://goo.gl/VMjqF8>>. Acceso em: 10/09/2014.

CASTRO, R. **Informe Central al VI Congreso del Partido Comunista de Cuba**. La Habana, 18 de abril de 2011a.

CASTRO, Raúl. Discurso íntegro de Raúl Castro Ruz en el acto por el Día de la Rebelión Nacional, 26 de julho de 2007 em Camagüey. **Granma**, 26 de julho de 2007. Disponible no: <<http://goo.gl/ReIczQ>>. Acceso em: 10/09/2014.

CASTRO, R. Discurso de Raúl Castro: “Continuaremos haciendo realidad todo lo acordado”. **Cubadebate**, 23/12/2011c. Disponible em: <<http://bit.ly/1bQa3NA>>. Acceso em: 10/09/2014.

CASTRO, R. Discurso de Raúl Castro: “El rumbo ya ha sido trazado”. **Cubadebate**, 29/01/2012 Disponible em: <<http://bit.ly/2kbBg9h>>. Acceso em: 10/09/2014.

CASTRO, R. Discurso de Raúl en la Asamblea Nacional: “Limpiémonos la cabeza de tonterías de todo tipo”. **Cubadebate**, 01/08/2011b Disponible em: <<http://bit.ly/21j5Qyx>>. Acceso em:10/09/2014.

CAVATORTA, F. **Civil Society Activism under Authoritarian Rule. A comparative perspective**. London- New York: Routledge/ECPR studies in European political science, 2013.

CELAYA, M. Un Cardenal misericordioso. **Cubanet**, 03/09/2015. Disponible em: <<https://goo.gl/vNYB3h>>. Acceso em: 26/02/2016.

CÉSPEDES, C.M de. ¿Puede afirmarse que el pueblo cubano es católico o no? **Revista Temas**, La Habana, n<sup>o</sup> 4, octubre –diciembre, p.13-22, 1995.

CÉSPEDES, C.M.de. Cuba hoy: compatibilidad entre cambios reales y el panorama constitucional. In: GONZÁLEZ, L. (ed.). **Por un consenso para la democracia**. La Habana: Espacio Laical Publicaciones, 2012, p. 36-46.

CHAGUACEDA, A. Acerca de la mediación de la Iglesia Católica en Cuba. **Espacio Laical**, La Habana, no. 4, p. 34-51, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2l63eSk>>. Acesso em: 25/02/2014.

CHAGUACEDA, A. Cuba: los candados de la lealtad. **Havana Times**, 21/02/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/23LFaFu>>. Acesso em: 25/02/2014.

CHAGUACEDA, A. Medios y esfera(s) pública(s) en Cuba: entre los malestares y los sueños. **Espacio Laical**, La Habana, no.4, p. 62-65, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/k7Rkjr>>. Acesso em: 25/02/2014

CIMADEVILLA, O. Relaciones del Estado cubano con las religiones, las instituciones religiosas y los creyentes. **Cubasí**, 21/03/2012. Disponível em: < <http://bit.ly/1V0gdzN> >. Acesso em: 20/01/2016.

COHEN, J.; ARATO, A. Sociedad civil y teoría política. México DF: FCE, 2000.

CONFERENCIA DE OBISPOS CATÓLICOS DE CUBA, 2003. La presencia social de la iglesia. **Cubanet**, septiembre de 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1PLeytZ>>. Acesso em: 11/11/2015.

CORCHO, David. **Visiones sobre el bien común. Análisis del discurso público de la revista Espacio Laical**. Universidad de La Habana -Cuba, Facultad de Comunicación, 2014.

CRAHAM, Margaret. **The religious media in Cuba**. Ponencia presentada en el VII Encuentro Internacional de Estudios Sociorreligiosos. La Habana, 2013. Documento Word (Arquivo pessoal).

CRAHAN, M; ARMONY, A. **Does exist social society exist in Cuba?** Miami: Florida International University. Cuban Research Institute. Cuba Info Commissioned Report, 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/n1hNzn> >. Acesso em: 06/05/2015.

CRESPO ALFONSO, C. El protestantismo en Cuba. Su historia e impacto sociocultural. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, febrero de 2012. Disponível em: < <http://bit.ly/1OqYyzE> >. Acesso em: 20/01/2016.

CUBA. Asamblea Nacional del Poder Popular de la República de Cuba. Ley nº88 (de Protección de la Independencia Nacional y la Economía de Cuba) de 16 de fevereiro de 1999. Dispõe punir as ações que concordando com os interesses imperialistas procuram subvertir a ordem interna da Nação e destruir seu sistema política, econômico e social, sem atingir dos direitos e garantias fundamentais proclamados na Constituição da República. **Cubanet**. Disponível em: <<https://goo.gl/2TyPm1> >. Acesso em: 11/11/2015.

CUBA. Asamblea Nacional del Poder Popular de la República de Cuba. Ley nº54/85 (de Asociaciones) de 27 de dezembro de 1985. Dispõe regulamentar o direito de associação, reconhecido constitucionalmente para todos os cidadãos. **Gaceta Oficial**, La Habana: Ministerio de Justicia de Cuba, 1985.

CUBA. **Constitución de la República de Cuba**. La Habana: Editora Política, 2010. p. 1-54.

CUBA. Constitución Política de 1975. **Political Database of the Americas**. Disponible em: <<http://bit.ly/2bfy4Tf>>. Acceso em: 09/08/2016.

CUBAENCUENTRO. Raúl Castro asiste a la beatificación del padre José Olallo en Camagüey. **Cubaencuentro**, 29/11/2008a. Disponible em: <<http://bit.ly/1QheMxo>>. Acceso em: 15/04/2014.

CUBAENCUENTRO. Un babalawo y tres evangélicos, candidatos a la Asamblea Nacional. **Cubaencuentro**, 16/01/2008b. Disponible <<http://bit.ly/1SqEGjZ>>. Acceso em: 20/01/2016.

DIARIO DE CUBA. Debate organizado por 'Espacio Laical' elogia las reformas de Raúl Castro. **Diario de Cuba**, 08/03/2014. Disponible em: <<http://bit.ly/1W7XMK7>>. Acceso em: 06/02/2016.

DIARIO DE CUBA. ETECSA dice que abrirá otras cien salas de navegación por internet e instalará 80 puntos WiFi. **Diario de Cuba**, 05 fev 2016. Disponible em: <<http://bit.ly/1NHRHol>>. Acceso em: 29/04/2016.

DÍAZ, E. “Cuba Posible”: una nueva plataforma para facilitar el debate. **Global Voices**, 07/07/2014. Disponible em: <<http://bit.ly/1KylrCG>>. Acceso em: 23/07/2015.

DÍAZ, I. Debaten en Espacio Laical sobre nueva institucionalidad. **Havana Times**, 13/03/2014. Disponible em: <<http://bit.ly/20ko5xG>>. Acceso em: 07/02/2016.

DILLA, H. ¿Nacionalismo revolucionario? **Havana Times**, 19/02/2014c. Disponible em: <<http://bit.ly/1mhilHP>>. Acceso em: 26/01/2016.

DILLA, H. ¿Una oposición leal en Cuba? **Havana Times**, 04/05/2014b. Disponible em: <<http://bit.ly/20cjPQN>>. Acceso em: 26/01/2016.

DILLA, H. Cuba: los vagidos de la política transnacional. **Cubaencuentro**, 21/04/2014a. Disponible em: <<http://bit.ly/1PeZG9O>>. Acceso em: 26/01/2016.

DUARTE, A. Herederos de Martí. Consejo Nacional de la Uneac apoya la Declaración del ICAIC. **Granma**, 04/12/2015. Disponible em: <<http://bit.ly/1VgQIdF>>. Acceso em: 12/11/2015.

EFE. Llamado a "derrumbar muros" entre el exilio y Cuba. **Noticel**, 31/03/2012. Disponible em: <<http://bit.ly/1SLOS7u>>. Acceso em: 20/01/2016.

ERRÁZURIZ, F. J. Los medios de comunicación social: sus libertades, y su compromiso con la verdad y la dignidad de la persona”, 2005. Disponible em: <<https://goo.gl/KFBNVu>>. Acceso em: 17/07/2013.

ESPACIO LAICAL. “Senderos que se bifurcan” (editorial). **Espacio Laical**, La Habana, no. 2, p. 4, 2013c. Disponible em: <<https://goo.gl/IQOWFE>>. Acceso em: 25/02/2014.

ESPACIO LAICAL. Concurso de Ensayo Casa Cuba. **Espacio Laical**, La Habana, no. 1, p. 24, 2009a. Disponible em: <<http://bit.ly/1oUVvaV>>. Acceso em: 24/04/2014.

ESPACIO LAICAL. Diálogo establecido por algunos de los participantes en el encuentro, una vez concluida la Conferencia Dialogar, dialogar. **Espacio Laical**, La Habana, no. 4, p. 107-113, 2011a. Disponible em: <<https://goo.gl/oNZP8E>>. Acceso em: 25/02/2014.

ESPACIO LAICAL. Dossier “Cuba y su Diáspora: un dilema nacional”. Entrevistas concedidas por: Jorge Ignacio Domínguez, Roberto Veiga, Tomás Bilbao, Aurelio Alonso y Arturo López-Levy. **Espacio Laical**, La Habana, no. 4, p. 32-47, 2011d. Disponible em: <<https://goo.gl/iCohCq>>. Acceso em: 25/02/2014.

ESPACIO LAICAL. Dossier “Post VI Congreso PCC”, **Espacio Laical**, La Habana, no. 03, p. 18-44, 2011e. Disponible em: <<https://goo.gl/QU9XSv>>. Acceso: 25/02/2014.

ESPACIO LAICAL. Dossier “Propuestas para una refundación de la prensa cubana”. Entrevistas concedidas por: Esteban Morales, Luis Sexto, Jorge Gómez Barata, Justo Planas, Aurelio Alonso, Fernando Rasvsberg. **Espacio Laical**, La Habana, no. 1, p. 36-51. 2013a. Disponible em: <https://goo.gl/XXelcE>>. Acceso: 25/02/2014.

ESPACIO LAICAL. Dossier A debate el presente y el futuro del Partido Comunista de Cuba. Entrevistas concedidas por: Víctor Fowler, Orlando Márquez Ovidio D’Angelo, Alexis Pestano, Ariel Dacal, Lenier González. **Espacio Laical**, La Habana, no. 1, p. 26-44, 2012c. Disponible em: <<https://goo.gl/Ablwoq>>. Acceso: 25/02/2014.

ESPACIO LAICAL. Dossier sobre los desafíos constitucionales de la República de Cuba. Entrevistas concedidas por: Jorge Ignacio Domínguez, Julio Antonio Fernández Estrada, Dmitri Prieto Samsónov, Roberto Veiga González. **Espacio Laical**, La Habana, no. 4, p. 49-70, 2009c. Disponible em: <<https://goo.gl/Q9J3cL>>. Acceso: 25/02/2014.

ESPACIO LAICAL. El desafío del momento presente. **Espacio Laical**, La Habana, no. 1, p. 5, 2009b. Disponible em: <<http://bit.ly/1WfdB1M>>. Acceso em: 10/01/2016.

ESPACIO LAICAL. La revista Espacio Laical crea el Laboratorio Casa Cuba. **Espacio Laical**, La Habana, Suplemento digital, no. 190, 2012b. Disponible em: <<http://bit.ly/1oDGKZo>>. Acceso em: 15/04/2014.

ESPACIO LAICAL. No nos cansaremos de abogar por los cambios necesarios (editorial). **Espacio Laical**, La Habana, no. 2, p. 5, 2011b. Disponible em: <<https://goo.gl/Sbh1Ai>>. Acceso em: 15/04/2014.

ESPACIO LAICAL. Nota de prensa. **Espacio Laical**. Suplemento Digital, no. 180, 2012a. Disponible em: <<http://bit.ly/21fUxqW>>. Acceso em: 24/04/2014.

ESPACIO LAICAL. Rectificar el rumbo (editorial). *Espacio Laical*, La Habana, no. 4, p.5, 2011c. Disponible: <<https://goo.gl/5s2le1>>. Acceso em: 24/04/2014.

ESPACIO LAICAL. Programa del Evento “Fe religiosa, institucionalidad nacional y modelos sociales. **Espacio Laical**, La Habana, año 10, no. 2.

ESPACIO LAICAL. Nota de Prensa. **Suplemento digital**, no. 228, abril, 2013b. Disponible em: <<http://bit.ly/1n1pCM8>>. Acceso em: 02/01/2016.

FARBER, S. La Iglesia y la izquierda crítica en Cuba. **Nueva Sociedad**, n. 242, noviembre-diciembre, 2012. Disponible em: <<http://bit.ly/24s74Xk>>. Acceso em: 10/02/2015.

FREIRE, W. Religião, esfera pública e pós-secularismo: o debate Rawls-Habermas acerca do papel da religião na democracia liberal. **Theoria: Revista Eletrônica de Filosofia**, Faculdade Católica de Pouso Alegre, vol. 6, no. 16, p. 35-66, 2014.

FRANCISCO. Discurso del Papa Francisco en la ceremonia de bienvenida en el Aeropuerto Internacional José Martí. **Cubadebate**, 19/09/2015. Disponible em: <<http://bit.ly/1nssCm2>>. Acceso em: 22/09/2015.

FRASER, N. Repensando la esfera pública: Una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Ecuador Debate. Opinión pública**, Quito: CAAP, no. 46, p. 139-174, 1999. Disponible em: <<http://bit.ly/1RN99sW>>. Acceso em: 09/11/2015.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: C. CALHUN (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

GAMERO, I. G. La compleja articulación del concepto de democracia radical en el contexto de la globalización. **Astrolabio**. Revista internacional de filosofía, no. 9, p. 75-84, 2009. Disponible em: <<http://bit.ly/212ZNvw>>. Acceso em: 3/03/2015.

GARCÉS, R. La prensa cubana, en la encrucijada. **Cubahora**. 15/03/2013. Disponible em: <<http://goo.gl/XlRiCR>>. Acceso em: 3/03/2015.

GARCÉS, R. Tenemos que trabajar por una sociedad deliberativa. **Temas**, 25/1/2016. Disponible em: <<http://bit.ly/1nCYnbT>>. Acceso em: 25/01/2016.

GARCÍA, E. ¿Es Carlos Saladrigas el promotor de una visita de Yoani Sánchez a la Casa Blanca? **La pupila insomne**, 09/03/2013. Disponible em: <<http://bit.ly/1QcTe1t>>. Acceso em: 12/02/2016.

GARCÍA, E. Las contradicciones de Carlos Saladrigas. **La pupila insomne**, 05/04/2012. Disponible em: <<http://bit.ly/1PHGyj0>>. Acceso em: 12/02/2016.

GARCÍA, I. Sesión abierta final. **Espacio Laical**, La Habana, año 10, no. 2, p. 159, 2014. La Habana, 2014.

GARCÍA LUIS, J. **Revolución, socialismo, periodismo. La prensa y los periodistas cubanos ante el siglo XXI.** La Habana: Editorial Pablo de la Torriente, 2013.

GÓMEZ, R. “Esfera pública, democracia y socialismo: reflexiones desde la América Latina de hoy”. **La revista del CCC**, nº 20, enero/junio, 2014. Disponible: <<http://goo.gl/quCHX4>> Acceso em: 17/09/2014.

GONZÁLEZ DUANY, Y. Intercambio posterior a las conferencias de Lenier González y Julio César Guanche. **Espacio Laical**, La Habana, año 10, no. 2, p. 123, 2014.

GONZÁLEZ, I. Intelectuales cubanos miran hacia el espacio público. **IPS**, 01/08/2012. Disponible em: <<http://bit.ly/1VCFyQZ>>. Acceso em: 12/02/2016.

GONZÁLEZ, J.F. La Casa Cuba tras la crisis de la modernidad. CUBA POSIBLE (editor). **La metáfora Casa Cuba: el proyecto de un país posible**, 17/06/2015, p.13-17. Disponible em: <<https://goo.gl/KWxvkS>>. Acceso em: 02/01/2016.

GONZÁLEZ, L. (editor). **Por un consenso para la democracia.** La Habana: Espacio Laical Ediciones, 2012.

GONZÁLEZ, L. **Desarticular el monopolio de la centralización estatal.** Entrevista a Pável Vidal Alejandro. **Espacio Laical**, La Habana, no. 2, p. 46-52, 2011. Disponible em: <<https://goo.gl/ZABTse>>. Acceso em: 26/01/2016

GONZÁLEZ, L. Los dilemas de la “lealtad”. **Espacio Laical**, La Habana, no. 1, p. 80-82, 2014. Disponible em: <<https://goo.gl/Ej4OfN>>. Acceso em: 26/01/2016.

GONZÁLEZ, L. (coord.). Dossier Reflexiones en torno a... Jóvenes opinan sobre los retos de la nación. **Espacio Laical**, La Habana, no. 1, p. 14-30, 2010. Disponible em: <<http://bit.ly/1nzkXBA>>. Acceso em: 01/02/2016.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel.** México DF: Ediciones Era, 1986, Tomo 4.

GRAMSCI, A. **El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1971.

GRANMA. Efectuado X Pleno del Comité Central del Partido Comunista de Cuba. **Granma**, 24/02/2015. Disponible em: <<http://bit.ly/1DkvXGI>>. Acceso em: 24/02/2015.

GRANMA. La religión en Cuba. **Granma**. Benedicto XVI en Cuba, marzo 2012. Disponible em: <<http://bit.ly/1KIDvdL>>. Acceso em: 20/01/2016.

GUANCHE, J. C. ¿Es rentable ser libres? **Espacio Laical**, La Habana, no. 2, 2010. Disponible em: <>. Acceso em: 25/02/2014.

GUANCHE, J.C. La lealtad es un bien escaso. CUBA POSIBLE (ed.). Política y lealtad a Cuba: un debate, 17/06/2015, p.47-52. Disponible em: <<https://goo.gl/KWxvkS>>. Acceso em: 26/01/2016.

GUANCHE, J.C. La lealtad es un bien escaso. **Espacio Laical/ Suplemento Digital**, no. 250, mayo, 2014b. Disponible em: <<http://bit.ly/1L1qNBe>>. Acesso em: 26/01/2016.

GUANCHE, J.C. No quiero pollo por pescado. **Espacio Laical**, La Habana, año 10, no. 2, 2014a. La Habana, p. 112-117.

GUANCHE, J.C. Un «extraño suceso» y una «victoria normal». A propósito del documento «Cuba soñada–Cuba posible–Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato». **Sinpermiso**, 28/04/2013. El futuro de Cuba a debate. Disponible em: <<http://bit.ly/1QFGOVg>>. Acesso em: 20/02/2016.

GUANCHE, J. C. **Estado, participación y representación políticas en Cuba. Diseño institucional y práctica política tras la reforma constitucional de 1992**. CLACSO, 2011. Disponible em: <<http://goo.gl/tyNt6n>>. Acesso em: 10/09/2014.

GUEVARA, A. Dialogar, dialogar. **Espacio Laical**, La Habana, no. 04, p. 97-106, 2011. Disponible em: <<https://goo.gl/UouUNT>>. Acesso em: 10/09/2014

GUEVARA, E. **El socialismo y el hombre en Cuba**. New York: Pathfinder, 1992.

GUEVARA, Y. Wifi en el ambiente. *Diario Juventud Rebelde*, 17 jun 2015. Disponible em: <<http://bit.ly/1HW0n5U>> Acesso em: 29/04/2016.

GUEVARA, Y. Cuba supera los mil puntos públicos de acceso a Internet. **Juventud Rebelde**, 08/09/2016. Disponible em: <<http://bit.ly/2bWumCA>> Acesso em: 23/09/2016.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**. São Paulo, ano XI n° 21, p. 9-22, 2008.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre factidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, vol. 2.

HABERMAS, J. **Entre naturalismo y religión**. Barcelona: Paidós, 2006.

HABERMAS, J. **Facticidad y validez**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

HABERMAS, J. **The Structural transformation of the public Sphere: An inquiry in to a category of bourgeois society**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1989.

HERNÁNDEZ, R. Demografía política e institucionalidad. Apuntes sociológicos sobre las estructuras políticas en Cuba. **Espacio Laical**, La Habana, año 10, no. 2, p. 45, 2014.

HERNÁNDEZ, R. La sociedad civil y sus alrededores. **La Gaceta de Cuba**, no. 1, enero-febrero, 1994.

HERNÁNDEZ, I; CHAGUACEDA, A. La comunicación alternativa y los medios comunitarios en Nicaragua: la experiencia de los colectivos Agentes de Cambio. **Revista Quorum Académico**, vol.10, no.1, p. 63-86, 2013.

HOFFMAN, B. "Civil Society 2.0? How the Internet Changes State-Society Relations in Authoritarian Regimes: The Case of Cuba." **German Institute of Global and Area Studies (GIGA) Working Papers**, no. 156, January 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/HmMghL>>. Acesso em: 02/12/2014.

HOFFMAN, H. The International Dimensions of Authoritarian Legitimation: the Impact of Regime Evolution. **GIGA WP**, no. 182, 2011. Hamburgo: GIGA German Institute of Global and Area Studies. Disponível em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acesso em: 02/12/2014.

HOFFMAN, H. The international dimension of authoritarian regime legitimation: insights from the Cuban case. *Journal of International Relations and Development* Vol. 18, no.4, p. 556-574, 2015.

HOFFMAN, B. Civil society within socialism and its limits. In: HENKE, H; RÉNO, F (editors). **Modern Political Culture in the Caribbean**. Kingston: University of the West Indies Press, 2003.

HOUTART, F. Sociedad civil y espacios públicos. *Rebelión*, 03/05/2001. Disponível em: <<http://goo.gl/r5XWT7>>. Acesso em: 10/04 /2015.

IBARRA, J. La formación de la esfera pública en Cuba. (1830-1868). **Bimestre cubano**, vol. 105, no. 30, 2009a.

IBARRA, J. La formación de la esfera pública en Cuba. (1830-1868). **Bimestre cubano**, vol. 106, no. 31, 2009b.

ICAIC. **Cubacine**, 03/12/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rKNNHR>>. Acesso em: 12/11/2015.

ICHIKAWA, E. Entrevista a Roberto Veiga, editor de la revista Espacio Laical. **Blog de Emilio Ichikawa**, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/L7ygt1>>. Acesso em: 8/06/2014.

ICHIKAWA, E. Si Iroel Sánchez tuviera razón. **Rebelión**, 24/04/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1mogFfq>>. Acesso em: 07/02/2016.

IPS. Intelectuales proponen nueva institucionalidad para Cuba. **IPS/Sociedad**, 09/03/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1Phy4AS>>. Acesso em: 06/02/2016.

JARDIM PINTO, C. R. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n.2 jul/dez, p. 68-99, 1999.

JIMÉNEZ, S. Los espacios sociales de la Iglesia católica en Cuba. **Temas**, 24/03/2012. Disponível em: <<http://goo.gl/gr5p9J>>. Acesso em: 10/09/2014.

JIMÉNEZ, S; TRUJILLO, M. **La Iglesia Católica: variaciones fundamentales en el actual siglo (XXI)**. La Habana: CIPS/Departamento de Estudios Sociorreligiosos, 2014.

JOÃO PAULO II. Carta Apostólica aos responsáveis pelas comunicações sociais. Vaticano, 24 de Janeiro de 2005. Disponível em: < <http://bit.ly/2gnltEq> >. Acesso em: 02/04/2014.

KILLINSWORTH. M. **Civil society in Communist Eastern Europe: opposition and dissent in totalitarian regimes**. United Kingdom, EPCR Press, 2012.

LABORATORIO CASA CUBA. “Cuba soñada - Cuba posible - Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato”. **Espacio Laical**/Suplemento Digital, no. 226, 2013. Disponível em: < <http://bit.ly/1p5wDgu> >. Acesso em: 24/02/2015.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LANE, JILL. **Blackfaces Cuba, 1840-1895**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005. Cap. III. p. 106-148.

LAURISTIN, M. **Transformations of Public Sphere and Changing Role of the Media in Post-Communist Society**. Building Open Society and Perspectives of Sociology in East-Central Europe. Pre-Congress Volumes of the 145th World Congress of Sociology. Montreal: International Sociological Association. 1998, pp. 117-129.

LÊNIN, V.I. Actitud del partido obrero hacia la religión. **Proletari**, no. 45, 13 (26) de mayo de 1909. Disponible em: <<http://bit.ly/2aT3KwY>>. Acesso em: 09/08/2016.

LÊNIN, V.I. **Discurso en el I Congreso de Obreras de toda Rusia**. Obras Completas. Moscú: Progreso, 1973, vol. VIII.

LÊNIN, V.I. Socialismo y religión. **Novaia Shizn**, no. 28, 1905. Disponível em: <<http://bit.ly/2brOGbp>>. Acesso em 09/08/2016.

LEYVA, A; SOMOHANO, A. **In medias RED...: debate intelectual entre política y cultura**. Trabajo de Diploma para la obtención del título de Licenciado en Periodismo. Universidad de La Habana/ Facultad de Comunicación, 2007.

LEYVA, A; SOMOHANO, A. Los intelectuales y la esfera política en Cuba: el debate sobre políticas culturales. Revista Temas, La Habana, no. 56, octubre – diciembre, 2008.

LEYVA, I. Destituidos los editores de la revista Espacio Laical. **CaféFuerte**, 11/06/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1okXPI9>>. Acesso em: 13/06/2014.

LEYVA, M. Intercambio posterior a las conferencias de Lenier González y Julio César Guanche. Espacio Laical, La Habana, año 10, no. 2, p. 122, 2014.

LIMIA, M. interacción sociedad civil-sociedad política en la Revolución cubana. In: DUHARTE, E et al. **Teorías y Procesos Políticos Contemporáneos**. La Habana: Editorial Félix Varela, 2006, tomo II.

LINZ, J. Del autoritarismo a la democracia. **Estudios Públicos**, no. 23, 1986. Disponível em: < <https://goo.gl/Ud7TnV>>. Acesso em: 11/01/2016.

LINZ, J; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia – a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÓPEZ-LEVY, A. “Espacio Laical”, la Iglesia Católica y sus estaciones. **Cubaencuentro**, 04/07/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1L3oca9>>. Acesso em: 07/02/2016.

LÓPEZ-LEVY, A. El editorial de Espacio Laical y sus descontentos. **Observatorio Crítico**, 26/05/2013. Disponível em: <<https://goo.gl/bSZOCg>>. Acesso em: 03/02/2016.

MACHADO, J. R. Continuaremos avanzando y haciendo cuantos cambios se requieran, sin ceder un ápice ante las presiones del enemigo. Palabras de José Ramón Machado Ventura, primer vicepresidente de los Consejos de Estado y de Ministros en el acto central por el 26 de julio en Guantánamo. **CubaDebate**, 26/07/2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1PHwID1>>. Acesso em: 10/09/2014.

MACHADO, J. R. Discurso de Machado Ventura en Ciego de Ávila: “No variará jamás nuestra decisión de construir el socialismo”. **CubaDebate**, 26/07/2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1SWVPSW>>. Acesso em: 10/09/2014.

MAIA, R. C. M. Esfera pública e os media na trajetória de pensamento de Jünger Habermas. In: **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, v. 1, p. 48-69.

MAIA, R. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, W; MAIA, R. Comunicação e democracia - Problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 284.

MAISONNAVE, F. Relação com os EUA deve aumentar liberdade de imprensa em Cuba, diz editor. **Folha de São Paulo**, 29/12/2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1SY351a>>. Acesso em: 12/01/2016.

MARQUES, A. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, n.21, pp. 23-36, 2008.

MARREIRO, F. **Continuity and change in the Cuban media under Raúl Castro**. Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/jDbU7n>>. Acesso em: 2/12/2014.

MARTÍ, O. Cinco preguntas sobre el debate en Cuba en torno al Socialismo del Siglo XXI. Entrevista al intelectual cubano Félix Sautié. **La página de Orestes**, agosto de 2007, Las Palmas de Gran Canaria. Disponível em: < <http://bit.ly/1PMT1Bb>>. Acesso em: 10/01/2016.

MARTÍNEZ HEREDIA, F. **El corrimiento hacia el rojo**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2001.

MARX, C. **Crítica del derecho político hegeliano**. La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 1976.

MAYORAL, M.J. Sociedad civil en Cuba (I): conversando con Isabel Monal. La clave de la participación popular. *Rebelión*, 25/08/2004. Disponible em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acceso: 10/01/2016.

MELLA, P. Catolicismo y esfera pública: revisitando el debate entre Habermas y Ratzinger. *Revista Temas*, La Habana, no. 76, p. 19-25, 2013.

MENDIETA, E. A postsecular world society?: An interview with Jürgen Habermas. **The Immanent Frame**, 03/02/2010. Disponible em: <<http://goo.gl/lgyhxZ>>. Acceso em: 09/08/2016.

MENDONÇA, D. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Sociedade e Estado**, vol. 25, no. 3, Brasília, 2010. Disponible em: <<https://goo.gl/VD4DGQ>>. Acceso em: 01/02/2016.

MESA, E. Espacio Laical y su posible sendero. **Neo Club Press**, 25/05/2013. Disponible em: <<http://bit.ly/1mrmb9>>. Acceso em: 07/02/2016.

MONAL, I. Carlos Marx, la sociedad civil y el socialismo. In: **VI Encuentro Latinoamericano de Revistas Marxistas**. Montevideo, 2000. Disponible em: <<https://goo.gl/hSn3l8>>. Acceso em: 10/05/2015.

MORALES, E. Algunos enemigos potenciales de las Ciencias Sociales en Cuba. **Dialogar, dialogar** (Blog), 14/10/2015. Disponible em: <<https://goo.gl/sxamXb>>. Acceso em: 10/01/2016.

MOUFFE, C. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

MOUFFE, C. Pluralismo agonista: la teoría ante la política. Entrevista concedida a Antonella Attili. **Revista internacional de filosofía política**, no. 8, p. 139-150, 1996. Disponible em: <<http://bit.ly/1pa6JrZ>>. Acceso em: 23/01/2016.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, no. 25, p. 165-175, 2006.

MÚÑOZ, G. Carlos Saladrigas y las dos Cuba. **Diario de Cuba**, 01/04/2012. Disponible em: <<http://goo.gl/KXNPvZ>>. Acceso em: 17/09/2014.

NÁPOLES, E. Participación y poder local en Cuba: un estudio de caso. Tesis de maestría. La Habana: Universidad de La Habana. Facultad de Comunicación., 2010.

NAVARRO, D. In medias res publicas: sobre los intelectuales y la crítica social en la esfera pública cubana. **Revista del CESLA**, no. 4, 2002. Disponible em: <<http://bit.ly/1UoCeL1>>. Acceso em: 11/03/2015.

NIEVES, L; GONZÁLEZ, M. La sociedad civil cubana. Su expresión en una de las ONG holguineras: la Sociedad Cubana de Ciencias de la Información. Algunos apuntes. **Sociedad Civil**, 30/10/2007. Disponible em: < <http://bit.ly/1lw8cqi>>. Acceso em: 11/11/2015.

OLVERA, A. J. Apuntes sobre la esfera pública como concepto sociológico”. **Metapolítica**, no. 9, vol. 3, p. 69-78, 1999.

PAULO VI. Decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social. Roma, 4 dez. 1964. Disponible em: < <http://goo.gl/ISArRy>>. Acceso em: 02/04/2013.

PAZ. A. Único programa radial de corte evangélico cumple 20 años. **Portal Ecuménico**, 03/05/2013. Disponible em: <<http://bit.ly/1Rv9T5m>>. Acceso em: 11/11/2015.

PCC. **Tesis y Resoluciones. Sobre la política en relación con la religión, la iglesia y los creyentes.** I Congreso del PCC, 1975. Disponible em: <<http://bit.ly/2aZ09R8>>. Acceso em: 09/08/2016.

PEÑA, R.F. Las nuevas reglas del juego electoral en Cuba. **On Cuba**, 10/09/2015. Disponible em: <<http://bit.ly/1Pj611K>>. Acceso em: 02/02/2016.

PÉREZ ESQUIVEL. A. Mártires latino-americanos: semillas de libertad. **Agenda Latino-americana**, 2014. Disponible em: <<http://goo.gl/Nih19v>>. Acceso em: 05/06/2015.

PÉREZ, A. Diagnóstico de nuestra incertidumbre nacional. CUBA POSIBLE (editor). **La metáfora Casa Cuba: el proyecto de un país posible**, 17/06/2015, p. 43-46. Disponible em: < <https://goo.gl/KWxvkS>>. Acceso em: 02/01/2016.

PÉREZ, Y. Disidentes y oficialistas comparten debate de Espacio Laical. **Cubanet**, 10/03/2014. Disponible em: <<http://bit.ly/20kqGYE>>. Acceso em: 06/02/2016

PESTANO, A. Casa Cuba: la posibilidad de una certeza. CUBA POSIBLE (editor). **La metáfora Casa Cuba: el proyecto de un país posible**, 17/06/2015, p.7-12. Disponible em: < <https://goo.gl/KWxvkS>>. Acceso em: 02/01/2016.

POLANCO, Y. Criterios, mil y un textos hasta el infinito. **La Jiribilla**, año 10, 03 a 09 de marzo, 2012. Disponible em: <<http://bit.ly/1UlcFu3>>. Acceso em: 20/02/2016.

PONS, S. O afastamento de Gramsci do mito da URSS. **Acessa**, 2007. Disponible em: <<http://goo.gl/C8i8eW>>. Acceso em: 11/05/2015.

PORTALES, Y. Intercambio posterior a la conferencia de Sergio Bitar. **Espacio Laical**, La Habana, año 10, no. 2, p. 28, 2014.

POSSENTI, V. Sociedades pós-seculares e religiões: perguntas a Habermas. **Instituto Humanitas Unisinus**, 28/07/2008. Disponível em: <<http://goo.gl/lgyhxZ>>. Acesso em: 09/08/2016.

PRENSA LATINA. Cuba: Raúl Castro concluye la Primera Conferencia Nacional del PCC. **Cubasí**, 29/01/2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1T0tPOc>>. Acesso em: 10/09/2014.

PRIETO, D. Colectivo SPD defiende proyecto cubano de socialismo y democracia frente a connotado capitalista. **Observatorio Crítico**, 01/04/2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1oawF6P>> Acesso em: 02/01/2016.

PRIETO, D. Una Casa Cuba sin cuartos para sirvientes. CUBA POSIBLE (editor). **La metáfora Casa Cuba: el proyecto de un país posible**, 17/06/2015, p.93-117. Disponível em: <<https://goo.gl/KWxvkS>>. Acesso em: 02/01/2016.

PRIETO, D. Boletín digital de Cubarte publica insinuación sobre supuestos vínculos de Monseñor Carlos Manuel de Céspedes con instituciones gubernamentales norteamericanas opuestas al sistema político de Cuba. **Observatorio Crítico**, 11/04/2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2kpYYgK>> Acesso em: 02/01/2016.

RAMÍREZ, D. **Discurso de contenido social de la Iglesia Católica en publicaciones periódicas**. (Tesis de licenciatura en Periodismo). Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana, 2005.

RAMÍREZ, J. et al. **Las actuales proyecciones sociopolíticas de jerarquías y élites católicas**. **La Habana**: Centro de Estudios Psicológicos y Sociológicos. Departamento de Estudios Sociorreligiosos, 1998.

RAMÍREZ, J; JIMÉNEZ, S. **Mensaje sociopolítico en publicaciones católicas**. **La Habana**: Centro de Estudios Psicológicos y Sociológicos. Departamento de Estudios Sociorreligiosos, 2000.

RAVSBERG, F. Un espacio para el debate. **Cartas desde Cuba**, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/nEk7CG>>. Acesso em: 17/09/2014.

RAVSBERG, F. El embargo que bifurca los senderos. **Cartas desde Cuba**, 09/05/2013. Disponível em: <<http://bbc.in/20f7jQO>>. Acesso em: 03/02/2016.

RAWLS, J. **O Direito dos Povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RECIO, M. La hora de los desconectados. **La Jiribilla**, año 10, de 26 de febrero a 4 de marzo de 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1LJxyrR>>. Acesso em: 24/04/2015.

RECIO, M. La hora de los desconectados. **Crítica y emancipación**, año 6, no. 11, Primer Semestre 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/8PjXUA>> Acesso em: 24/04/2015.

RITTERSPORN, G.T; ROLF, M; BEHRENDTS, J.C (ed.). **Sphären von Öffentlichkeit in Gesellschaften sowjetischen Typs/Public spheres in Soviet-type societies**. Francfort-sur-le-Main: Peter Lang, 2003.

ROJAS, R. ¿Una sociedad civil “consentida” y “tolerada”? Cubaencuentro, 31/07/2014a. Disponible em: <<http://bit.ly/1VUXolf>>. Acceso em: 26/01/2016.

ROJAS, R. ¿Qué es el nacionalismo revolucionario? **Libros del crepúsculo** (blog), 22/04/2014c. Disponible em: <<http://bit.ly/1PacY7r>>. Acceso em: 26/01/2016.

ROJAS, R. Cómo se construye una oposición leal en Cuba. **Libros del crepúsculo** (blog), 23/02/2014b. Disponible em: <<http://bit.ly/1PXagG1>>. Acceso em: 26/01/2016.

ROJAS, R. Por una democracia soberana en Cuba. **Libros del crepúsculo**, 02/04/2013. Disponible em: <<http://bit.ly/1Qyakwk>>. Acceso em: 26/01/2016.

SALADRIGAS, C. Conferencia “Cuba y su Diáspora: Actitudes y políticas que debe adoptar la diáspora para reintegrarse a Cuba”. Espacio Laical, La Habana, no. 02, p. 98-100, 2012. Disponible em: <<https://goo.gl/XrVml8>>. Acceso em: 26/06/2014.

SAN PEDRO, S.R. Breve Historia de la iglesia cubana. **Vitral**, año 16, no. 94, nov. – diciembre, 2009.

SÁNCHEZ, I. Milton Friedman pasea por La Habana repartiendo “agua de fuego”. **La pupila insomne** (blog), 16/04/2014a. Disponible em: <<http://bit.ly/1SFISwW>>. Acceso em: 04/02/2016.

SÁNCHEZ, I. El “aterrizaje suave” de Cuba en el capitalismo y la “secuencia óptima” (Parte IV ¿y final?: Vikingos bajo el sol). **La pupila insomne** (blog), 05/05/2014b. Disponible em: <<http://bit.ly/1nNmCnf>>. Acceso em: 04/02/2016.

SÁNCHEZ, I. El “aterrizaje suave” de Cuba en el capitalismo y la “secuencia óptima” (Parte III: Modérate, mi amor). **La pupila insomne** (blog), 03/05/2014c. Disponible em: <<http://bit.ly/1TKtzSD>>. Acceso em: 04/02/2016.

SÁNCHEZ, I. “Las águilas no cazan moscas”: A propósito de la academia norteamericana y una subespecie anticastrista. **Cubadebate**, 19/03/2013. Disponible em: <<http://bit.ly/21wRbwh>>. Acceso em: 12/01/2016.

SÁNCHEZ, I. Los verdaderos alternativos somos nosotros. **Granma**, 13/09/2016. Disponible em: <<http://bit.ly/2dF1tI5>>. Acceso em: 29/09/2016.

SÁNCHEZ, M.C. Lenin: Ateísmo y militancia marxista en la obra de 1905 socialismo y religión. **Reflexiones**, vol. 84, no. 84. San José: Universidad de Costa Rica, p. 103-113, 2005.

SCALFARI, E. A religião e o espaço público – Uma réplica ao filósofo Jürgen Habermas. **Provocações Teológicas**, 2008. Disponible em: <<https://goo.gl/8Mxu5K>>. Acceso em: 09/08/2016.

SEGAL, A. Totalitarismo, dictadura y autoritarismo: Definiciones y re-definiciones. **Gobierno y Gestión Pública**. Lima: Universidad de San Martín de Porres, 2013. Disponible em: <<https://goo.gl/xZGk71>>. Acceso em: 11/01/2016.

SILBERMAN, M. Problematizing the "Socialist Public Sphere". Concepts and Consequences. In: SILBERMAN, M (ed.). **What Remains? East German Culture and the Postwar Public**. Washington DC: American Institute of Contemporary German Studies, 1997. Disponível em: <<http://bit.ly/1R5fydk>>. Acesso em: 11/01/2016.

SILVA, A. F da: Ópio, conforto ou esperança? A concepção de religião em Gramsci. **Academia**, 23/06/2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2cc1F2H>>. Acesso em: 06/05/2015.

SOZA, C. Cidadania democrática radical: uma análise inicial. **Jus Societas**. Ji-Paraná – RO – CEULJI/ULBRA, v.1, n.1, p. 34-39, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/215FQDQ>>. Acesso em: 06/05/2015.

STALIN, J.V. **Obras Escogidas**. Tirana: Nentori. 1979. Disponível em: <<https://goo.gl/RCXO1K>>. Acesso em: 10/05/2015.

TAVARES ZABATIERO, J. P. A religião e a esfera pública. **Cadernos de Ética e Filosofia**, n. 12, p. 139-159, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/Q3xOZP>>. Acesso em: 09/08/2016.

TEMAS. Mujeres y medios de comunicación en Cuba: articulando experiencias. **Cubaperiodistas**, 9/10/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/hW9qWv>>. Acesso em: 20/02/2016.

TORRES, A. Desde la Cuba presente y posible, para una Cuba futura y soñada. **Temas**, 17/04/2013. Disponível em: <<https://goo.gl/U8iubN>>. Acesso em: 20/02/2016.

TRUJILLO, M. "La Iglesia católica, la condición política cubana y Palabra Nueva". **Revista Temas**, La Habana, no.76, p.76, 2013b.

TRUJILLO, M. **El pensamiento social católico en Cuba en la década de los 60**. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2011.

TRUJILLO, M. La Iglesia católica en Cuba: caídas y recuperaciones en los últimos 110 años. **Temas**, 23/03/12. Disponível em: <<http://goo.gl/8G3UmY>>. Acesso em: 05/06/2015.

TRUJILLO, M. Los análisis a las reformas de las estructuras de la sociedad cubana en Palabra Nueva entre 2007-2012. Ponencia presentada en el VII Encuentro Internacional de Estudios Sociorreligiosos, La Habana, 2013a.

TRUJILLO, M. **El pensamiento social católico cubano en la década de los '60**. Tesis en opción al Título de Doctor en Filosofía. Universidad Central de Las Villas "Martha Abreu", 2006.

VALDÉS, J. **El espacio y el límite**. La Habana: Instituto Cubano de Investigaciones Culturales Juan Marinello/Ruth Casa Editorial, 2009.

VALDÉS, J. Notas sobre el documento “Cuba soñada-Cuba posible-Cuba futura” de Laboratorio Casa Cuba. **Temas**, 12/04/2013.

VEIGA, R. En torno a la democracia en Cuba. **Espacio Laical**, La Habana, no. 3, p. 70-74, 2008. Disponible em: <<https://goo.gl/o2XNRU>>. Acceso em: 05/06/2015.

VEIGA, R. Hacia una democracia de consensos. **Espacio Laical**, La Habana, no. 2, p. 56-59, 2010. Disponible em: <<https://goo.gl/llqjt4>>. Acceso em: 05/06/2015

VEIGA, R. Oposición leal: construyendo caminos de estabilidad y progreso. **Espacio Laical**, La Habana, no. 1, p. 83-84, 2014. Disponible em: <<http://bit.ly/1SKB0s5>>. Acceso em: 26/01/2016.

VEIGA, R; GONZÁLEZ, L. Nacionalismo y lealtad: un desafío civilizatorio. **Havana Times**, 03/04/2014. Disponible em: <<http://bit.ly/1PXXdUU>>. Acceso em: 26/01/2016.

VERA, J. Chantal Mouffe: por una ciudadanía democrática radical. Reseña del libro de Chantal Mouffe, *El retorno de lo político (Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical)*, Paidós, 1999. **Iniciativa Socialista**, no. 54, 1999. Disponible em: <<https://goo.gl/BJk830>>. Acceso em: 12/09/2014.

VIDEO. ICAIC pone límites a debates para eliminar la censura. Productora: Martí Noticias. Local: Miami, Florida, 04/12/2015. In: Youtube. Disponible em: <<http://bit.ly/1Uj90Ll>>. Acceso em: 20/12/2015.

VINZENT, M; AZNARES, J.J. Juan Pablo II: «Que Cuba se abra al mundo». **El País Digital**, no. 629, 22 enero 1998. Disponible em: <<http://bit.ly/231FZEA>>. Acceso em: 20/02/2016.

VORONKOV, Viktor. Life and Death of the Public Sphere in the Soviet Union. In: T. GORYUCHEVA, E. KLUITENBERG (ed.). **Debates and Credits. Media. Art. Public Domain**. Amsterdam: Centre for Culture and Politics «De Balie», 2003. p. 99-110.

YOUNG, M. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

## APÊNDICES

Apêndice 1. Textos de *Espacio Laical* seleccionados para a análise de conteúdo

1. VEIGA, R. En torno a la democracia en Cuba. *Espacio Laical* no.3, 2008.
2. ESPACIO LAICAL. Dossier sobre los desafíos constitucionales de la República de Cuba. Entrevistas concedidas por: Jorge Ignacio Domínguez, Julio Antonio Fernández Estrada, Dmitri Prieto Samsónov, Roberto Veiga González. *Espacio Laical* no. 4, 2009.
3. GUANCHE, J. C. ¿Es rentable ser libres? *Espacio Laical* no. 2, 2010.
4. VEIGA, R. Hacia una democracia de consensos. *Espacio Laical* no. 2, 2010.
5. ESPACIO LAICAL. No nos cansaremos de abogar por los cambios necesarios (editorial). *Espacio Laical* no. 2, 2011.
6. GONZÁLEZ, L. Desarticular el monopolio de la centralización estatal. Entrevista a Pável Vidal Alejandro. *Espacio Laical* no. 2, 2011.
7. ESPACIO LAICAL. Dossier “Post VI Congreso PCC”. *Espacio Laical* no. 3, 2010.
8. ESPACIO LAICAL. Rectificar el rumbo (editorial). *Espacio Laical* no. 4, 2011.
9. GUEVARA, A. Conferencia *Dialogar, dialogar*. *Espacio Laical* no. 4, 2011.
10. ESPACIO LAICAL. Diálogo establecido por algunos de los participantes en el encuentro, una vez concluida la Conferencia *Dialogar, dialogar*. In: *Espacio Laical* no. 4, 2011.
11. ESPACIO LAICAL. Dossier “Cuba y su Diáspora: un dilema nacional”. Entrevistas concedidas por: Jorge Ignacio Domínguez, Roberto Veiga, Tomás Bilbao, Aurelio Alonso y Arturo López-Levy. *Espacio Laical* no. 4, 2011.
12. ESPACIO LAICAL. Dossier A debate el presente y el futuro del Partido Comunista de Cuba. In: *Espacio Laical* no. 01/2012. Entrevistas concedidas por: Víctor Fowler, Orlando Márquez Ovidio D’Angelo, Alexis Pestano, Ariel Dacal, Lenier González.
13. SALADRIGAS, C. Conferencia “Cuba y su Diáspora: Actitudes y políticas que debe adoptar la diáspora para reintegrarse a Cuba”. *Espacio Laical*, no. 2, 2012.

14. ESPACIO LAICAL. Debate sobre la Conferencia “Cuba y su Diáspora: Actitudes y políticas que debe adoptar la diáspora para reintegrarse a Cuba”. Espacio Laical no. 02, 2012.
15. ESPACIO LAICAL. Dossier “Propuestas para una refundación de la prensa cubana”. Entrevistas concedidas por: Esteban Morales, Luis Sexto, Jorge Gómez Barata, Justo Planas, Aurelio Alonso, Fernando Rasvsberg. Espacio Laical no. 01, 2013.
16. ESPACIO LAICAL. “Senderos que se bifurcan” (editorial). Espacio Laical no. 02, 2013.
17. LABORATORIO CASA CUBA. “Cuba soñada - Cuba posible - Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato”. Espacio Laical/Suplemento Digital no. 226, marzo 2013. Disponible em: < <http://bit.ly/1p5wDgu> >. Acceso em: 24/02/2015.
18. GONZÁLEZ, L. Los dilemas de la “lealtad”. Espacio Laical no. 1, 2014.
19. VEIGA, R. Oposición leal: construyendo caminos de estabilidad y progreso. Espacio Laical no. 01/2014.
20. GUANCHE, J.C. La lealtad es un bien escaso. Espacio Laical/ Suplemento Digital no. 250, mayo, 2014

## Apêndice 2. Roteiro de entrevista

Guía de entrevista a Lenier González, ex –editor de la revista *Espacio Laical*.

Fecha: 15/10/2015 Lugar: La Habana, Cuba.

1. Durante varios años, revistas como *Temas*, *La Gaceta de Cuba* y otras del ámbito cultural, han sido espacios para la expresión una parte del pensamiento cubano contemporáneo ¿Se propuso *Espacio Laical* ir más allá de los límites que los vínculos institucionales colocan a estas publicaciones?
2. ¿A qué público objetivo estaba dirigida la revista *Espacio Laical*?
3. Más concretamente. ¿De qué manera le hacían llegar la revista a la esfera política?
4. ¿Con cuál paradigma comunicacional se identifica la revista?
5. ¿Cómo se organizaban los dossiers y los espacios de debate? ¿Se reunían los participantes para discutir? ¿Respondían el cuestionario por email?
6. ¿Podrías referirte un poco a la relación entre los editores de la revista y los lectores? ¿De alguna manera los lectores influyeron en la forma que tomó la revista?
7. ¿Este intercambio influyó en los caminos que la revista fue tomando, en la introducción de ciertos temas?
8. ¿Consideras que *Espacio Laical*, además de ser por sí misma un espacio de debate, contribuyó a la configuración de una red de esferas públicas para el debate de algunas cuestiones actuales?
9. *Espacio Laical* puede definirse como una publicación que buscaba la inclusión de todos aquellos dispuestos a dialogar. Sin embargo, tengo una observación que quisiera me comentaras. Se trata de la participación de figuras de la llamada disidencia interna, incluso de figuras consideradas moderadas, se limitaba a formar parte del público que asistía a los debates presenciales. ¿Por qué? ¿Alguna de esos actores manifestó su interés en colaborar con el proyecto?
10. Recordando las agudas polémicas que generaban las pastorales de los obispos, vemos que en algunos de los trabajos publicados en *Espacio Laical* se observan críticas a la gestión del Gobierno, al ordenamiento y funcionamiento institucional del país, se ha cuestionado el estatus del que goza el PCC ,incluso

se plantean desacuerdos en relación al unipartidismo. A diferencia de los revuelos que otrora provocaban las cartas pastorales de los Obispos, parecería que el actual gobierno tolera la existencia de este tipo de discusión. ¿A qué se debería esta actitud?

11. Desde el discurso y la prensa oficiales nunca he visto críticas o elogios al trabajo realizado por la revista. Sin embargo, desde algunos blogs considerados oficialistas o defensores del gobierno sí se han publicado textos que de forma directa o indirecta critican a Espacio Laical. ¿Alguno de esos blogueros asistía a los espacios de la revista?
12. En los post que pude leer vi que los ataques no van dirigidos directamente a la revista o sus editores.
13. A inicios de 2015 la revista organizó un evento con el auspicio de la embajada de Noruega. ¿Hubo de acciones al interior de la revista iglesia?
14. ¿A qué respondió el cambio de dominio de .org a net?
15. ¿Por qué un sitio web tan rudimentario?
16. ¿Es posible saber el número de buzones que recibían el suplemento digital?

## Apêndice 3 Roteiro de entrevista

Guía de entrevista a Roberto Veiga, ex –editor de la revista *Espacio Laical*

Fecha: 30/09/2015 Local: La Habana, Cuba.

1. ¿Cuál es el origen de la idea de convertir una revista católica en espacio de discusión pública?
2. ¿Consideran que Espacio Laical, además de ser por sí misma un espacio de debate, funcionó como ente articulador de las distintas esferas públicas existentes en la sociedad cubano de nuestros días?
3. Con el trabajo desarrollado bajo la guía de Lenier, tuya y del Cardenal, surge algo alternativo a la concepción leninista según la cual las organizaciones sociales y de masas son poleas de transmisión entre el Estado y las bases. ¿Espacio Laical intentó convertirse en un proyecto para conformación de la opinión pública o se integró a esas palancas y poleas de transmisión?
4. Estamos ante un medio gestado principalmente por laicos pero que cuenta con la participación de personas no creyentes. ¿Existe diferencia entre ser una revista católica o ser una revista de la Iglesia católica?
5. ¿De qué catolicismos estamos hablando?
6. En medio de esa diversidad, ¿hasta dónde hablaba la Iglesia y hasta dónde los ciudadanos?
7. A partir de 2012, la revista deja de ser órgano del Consejo de Laicos del Arzobispado para convertirse en proyecto de comunicación social del Centro Félix Varela. ¿Cuáles fueron las razones para ese cambio y qué transformaciones generó en la revista ese nuevo vínculo?
8. La Revista sale de sus páginas y organiza debates presenciales donde los panelistas interactúan entre sí y con el auditorio que siempre colmaba la sala. Luego de esa iniciativa la revista gana más notoriedad. ¿Cómo surge la idea de ese espacio? ¿Cómo eran escogidos los temas a presentar, los panelistas? ¿Cómo era convocada la audiencia?
9. ¿La presencia de actores considerados persona non grata en otros espacios, como Reinaldo Escobar, Yoani Sánchez, Oscar Espinosa Chepe, generó algún tipo de tensión sobre la revista o a ustedes como editores?

10. ¿Se propusieron influir allí en la arena donde se encuentran los diseñadores y ejecutores de las políticas económicas y sociales que afectan a la colectividad?
11. ¿Cuáles eran los principales puntos de coincidencia entre EL con las autoridades políticas y estatales cubanas y en qué aspectos habían discrepancias? Te digo esto pensando en aquella idea de Iglesia católica como actor de la sociedad civil que jugó un papel en la caída de los regímenes socialistas en Europa del Este.
12. En varias ocasiones ustedes han afirmado que durante su gestión la revista no proyectó un discurso de enfrentamiento al Estado cubano. Sin embargo, percibimos el carácter crítico de muchos de los textos publicados e interesantes discusiones en torno a temas como la posibilidad de la existencia de una oposición leal, y de un modelo pluripartidista. ¿El debate de cuestiones tan susceptibles, considerando el contexto cubano actual, generó algún tipo de tensión que afectara a *Espacio Laical*, a sus gestores o a sus colaboradores?
13. Recuerdo la publicación del documento del Laboratorio Casa Cuba y la polémica que generó en algunos espacios digitales ¿Cómo fue tomado ese discurso crítico al interior de la Iglesia? Pese a la ausencia de pronunciamientos oficiales, ¿ustedes supieron a través de terceros algún posicionamiento o repercusión al respecto de algo publicado? No sólo del Gobierno sino de algún actor político o social.
14. La revista tendió puentes con la emigración cubana. ¿Qué valor lo conceden a este sector de la sociedad poco presente en la mayoría de los medios y espacios públicos?

## Apêndice 4 Roteiro de entrevista aos colaboradores

## Guía de entrevista a los colaboradores

1. Desde inicios de la Revolución y hasta hoy, los intelectuales vinculados a las instituciones culturales, han sido los propiciadores de espacios públicos y publicaciones para el debate de ideas. A ellos se han sumado, además de diversas iniciativas virtuales, algunas publicaciones religiosas. ¿Cómo valoras la contribución de estas últimas?
2. En los últimos años hemos visto un fortalecimiento del debate público, pero muchas veces restringido al ámbito digital. *Espacio Laical* va más allá y organiza un foro presencial para el debate, llamando la atención debido a la pluralidad de voces que allí se congregaban. ¿Por qué debates de esas características acontecen gracias al mecenazgo de una revista de la Iglesia y no en vehículos y espacios que son, al menos en tesis, considerados públicos,
3. En un país que se nos muestra cada vez más diverso y plural, incluso en lo político. ¿Qué hacer con aquel que piensa diferente? ¿Cómo legitimar, incluso legalizar el disenso?
4. ¿Qué relación ha tenido con la revista *Espacio Laical*?
5. ¿Considera que *Espacio Laical* ha contribuido en la configuración de una red de esferas públicas para fomentar, desde una visión pluralista, la discusión colectiva entre diferentes actores sociales, en torno al proceso de reformas económicas que vive Cuba?
6. En su opinión, ¿cuáles son algunos de los factores que propiciaron que esta publicación católica haya acogido esa pluralidad de voces, en un contexto donde los medios tradicionales y los espacios públicos para la discusión parecerían reflejar poco esa diversidad, pese a que desde el discurso oficial se apele a la unidad en la diversidad?
7. En *Espacio Laical* ha criticado la gestión del Gobierno, el funcionamiento institucional del país, se ha cuestionado el estatus del que goza el PCC, los problemas de la prensa cubana e incluso, la pertenencia del pluripartidismo y de la elección directa del Presidente. A diferencia de los revuelos que otrora provocaban las cartas pastorales de los Obispos, ¿parecería que el actual gobierno tolera la existencia de este tipo de discusión? ¿A qué se debería esta actitud?
8. ¿Cuáles serían las diferencias a notar entre *Temas* y *Espacio Laical* como espacios de expresión pluralista?
9. ¿Cómo valoraría la repercusión de *Espacio Laical* en la sociedad cubana?

## ANEXOS

ANEXO A. Capas da edição impressa da revista *Espacio Laical*

Año 1 / No.1 / 2005



Año 1 / No.4 / 2005



Año 2 / No.3 / 2006



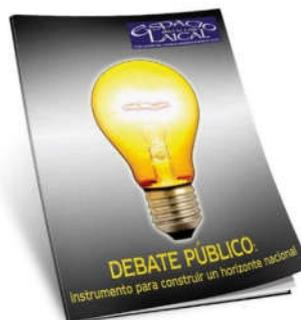
Año 4 / No.2 / 2008



Año 4 / No.3 / 2008



Año 5 / No.2 / 2009



Año 5 / No.3 / 2009

Anexo B. Capas da edição impressa da revista *Espacio Laical*



Año 6 / No.1 / 2010



Año 6 / No.4 / 2010



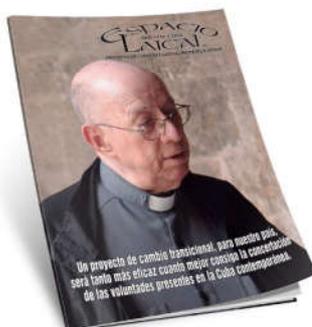
Año 7 / No.4 / 2011



Año 9 No.1 / 2013



Año 9 / No.3 / 2013



Año 10 / No.1 / 2014



Año 10 / No.2 / 2014

## Anexo C. Fotografias



Gestores da revista *Espacio Laical*. (Izq-dir) Lenier González, Pe. Yosvany Carvajal, Card. Jaime Ortega e Roberto Veiga. COURTESY PHOTO. 2012. Disponível em: < <http://bit.ly/2kgRHTc> >. Acesso em: 20/02/2016



El Dr. Alfredo Guevara ministrando a palestra *Dialogar, dialogar*. CCFV, 29 de outubro de 2011. MANROVAL. 2011. *Espacio Laical* No. 4/ 2011 p. 97



O economista dissidente Oscar Espinosa Chepe participou no debate logo após da palestra *Dialogar, dialogar*. CCFV, 29 de outubro de 2011. MANROVAL. 2011. *Espacio Laical* No. 4/ 2011 p. 111.

## Anexo D. Fotografias



Participantes na palestra *Dialogar, dialogar*. CCFV, 29 de outubro de 2011. MANROVAL. 2011. Espaço Laical No. 4/ 2011 p. 101.



Participantes na palestra *Cuba y su diáspora*. CCFV, 30 de março de 2012. MANROVAL. 2011. Espaço Laical No. 4/ 2012 p. 113.

Anexo E. Imágenes do site da revista *Espacio Laical*

**ESPACIO LAICAL**

**Proyecto del Centro Cultural Padre Félix Varela**

Portada Ediciones anteriores Suplementos publicados Índice de autores Buscador Quienes somos Contacto

Perfil Editorial **¿QUIENES SOMOS ?** Requistos-Colaboradores

**¿Qué es Espacio Laical ?**

¿Qué es *Espacio Laical*?  
Es un proyecto de comunicación social, que forma parte del Centro Cultural Padre Félix Varela, de la Arquidiócesis de La Habana.

**Objetivos:**

*Espacio Laical* está alentada por el interés de ofrecer una lectura cristiana de nuestra sociedad, en diálogo con otras visiones. Pretendemos realizar este propósito, respuesta a la exigencia evangelizadora de toda la Iglesia, mediante una metodología de encuentro, escucha y comprensión; queremos crear un **espacio** para todos. Un espacio para los diferentes ámbitos de la actividad social, política, económica, cultural..., con el propósito de insertarnos y contribuir de manera humilde a la obra creadora de una sociedad cada vez más próspera y fraterna – de ahí su carácter eminentemente **laical**. Queremos ver en esta sencilla unión de lo diverso, un símbolo de la posibilidad de armonizar lo aparentemente contradictorio, si en ello se pone inteligencia, tesón y voluntad, con la intención de edificar la **Casa Cuba** –esa bella metáfora de monseñor Carlos Manuel de Céspedes, vicario en la Arquidiócesis de La Habana e importante intelectual.

Figura 8. Perfil editorial de *Espacio Laical* sob a diretoria do Pa. Yosvany Carvajal, Roberto Veiga e Lenier González (2005-2014). Print screen do site de *Espacio Laical* em 31/05/2013. Arquivo do autor.

Portada Ediciones anteriores Suplementos publicados Índice de autores Buscador Quienes somos Contacto

**CONSEJO EDITORIAL:**

DIRECTOR::Pbro. Yosvany Carvajal Sureda; Rector del Centro Cultural Padre Félix Varela  
 EDITOR: Roberto Veiga González; // VICE EDITOR: Lenier González Mederos // JEFE DE REDACCIÓN: Jorge Domingo Cuadriello //  
 ASISTENTE EDITORIAL: Manuel Rodríguez Valdés; // DISEÑO: Ballate // DISEÑO DE PORTADA: Alan Manuel //  
 CONSEJO EDITORIAL: Esperanza Purón, Gustavo Andújar, Justo Planas // Guennady Rodríguez // Camilo Condis //  
 Administrador: Jesús A. Pérez Santiesteban // Administración WEB: Orlando Felipe Torres //  
 Redacción: Casa Laical, Teniente Rey e/ Bernaza y Villegas. La Habana Vieja. Cuba. CP-10100

Los trabajos firmados expresan la opinión de los autores. Se permite la reproducción de los materiales, total o parcialmente, siempre que se indique la fuente.

Portada Ediciones anteriores Suplementos publicados Índice de autores Buscador **Quiénes somos** Contacto *Subir*

Figura 9. Consejo Editorial de la revista *Espacio Laical* em 2013. Print screen do site de *Espacio Laical* em 31/05/2013. Arquivo do autor.

Anexo F. Imágenes do site da revista *Espacio Laical*


**Proyecto del Centro Cultural Padre Félix Varela**

Portada Ediciones anteriores Suplementos publicados Índice de autores Buscador Quienes somos Contacto

Perfil Editorial **¿QUIENES SOMOS ?** Requisitos-Colaboradores

**Espacio Laical** es un proyecto de comunicación social, adscrito al Centro Cultural Padre Félix Varela de la Arquidiócesis de La Habana. Se articula alrededor de la revista trimestral del mismo nombre, e incluye además un suplemento digital y una variedad de eventos de formato y frecuencia variable: conferencias, paneles, simposios y otras modalidades de encuentro que buscan promover la reflexión y el debate en torno a diferentes aspectos religiosos, sociales, culturales, políticos y económicos de la vida nacional.

**De los laicos católicos, para todos**

El laico católico, si bien tiene una responsabilidad y una función en el crecimiento y animación de la comunidad de los fieles, tiene como rol propio y prioritario hacer presente a la Iglesia en el mundo: "en todas y cada una de las actividades y profesiones, así como en las condiciones ordinarias de la vida familiar y social con las que su existencia está como entretejida" (Concilio Vaticano II, *Lumen Gentium*, No. 31).

Fiel a su identidad, **Espacio Laical** quiere hacer, y facilitar que otros hagan, un aporte positivo al desarrollo de una sociedad cada vez más plena y humana, más próspera y fraterna. Quiere hacer ese aporte desde la mirada cristiana que le es propia, en diálogo con otras visiones. Pretende realizar este propósito como respuesta a la exigencia evangelizadora de toda la Iglesia, mediante una metodología del encuentro, la escucha y la comprensión, y a tal efecto ofrece sus páginas como espacio para un diálogo respetuoso, siempre abierto al intercambio y al enriquecimiento

Perfil editorial de *Espacio Laical* sob a diretoria de Gustavo Andújar (2014-2016). Disponível em: <<http://bit.ly/2jPOsBw>>. Acesso em: 08/07/2015.

Portada	Ediciones anteriores	Suplementos publicados	Índice de autores	Buscador	Quienes somos	
<p><b>CONSEJO EDITORIAL:</b></p> <p>DIRECTOR: Pbro. Yosvany Carvajal Sureda; Rector del Centro Cultural Padre Félix Varela            EDITOR: Roberto Veiga González; // VICE EDITOR: Lenier González Mederos // JEFE DE REDACCIÓN: Jorge Domingo Cuadriello //            ASISTENTE EDITORIAL: Manuel Rodríguez Valdés; // DISEÑO: Balliate // DISEÑO DE PORTADA: Alan Manuel //            CONSEJO EDITORIAL: Esperanza Purón, Gustavo Andújar, Justo Planas // Guennady Rodríguez // Camilo Condis //            Administrador: Jesús A. Pérez Santiesteban // Administración WEB: Orlando Felipe Torres //            Redacción: Casa Laical, Teniente Rey e/ Bernaza y Villegas. La Habana Vieja. Cuba. CP-10100</p> <p>Los trabajos firmados expresan la opinión de los autores. Se permite la reproducción de los materiales, total o parcialmente, siempre que se indique la fuente</p>						
Portada	Ediciones anteriores	Suplementos publicados	Índice de autores	Buscador	Quiénes somos	Contacto

Consejo Editorial da revista *Espacio Laical* no período (2014-2016). Disponível em: <<http://bit.ly/2jPOsBw>>. Acesso em: 08/07/2015.

Anexo G. Temáticas abordadas pela revista *Espacio Laical* de 2005 a 2013.

Temática	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total (2008-2013)	Total
Economía cubana	1	1	2	14	9	19	23	6	11	82	86
Teoría social y sistema político	6	10	11	15	23	17	28	27	24	134	161
Ética, moral y civismo	20	16	10	4	1	3	2	2	3	15	61
Política exterior del Estado cubano	2	-	1	11	22	8	10	1	9	61	64
Historia	7	7	6	14	10	14	11	6	5	60	80
Dogma de la Iglesia	45	62	38	28	14	15	18	12	16	93	238
Arte y Literatura	2	12	22	17	13	12	14	15	11	82	118
Reconciliación Nacional	-	-	6	7	7	13	3	7	4	41	47
Relaciones Iglesia-Estado	-	7	8	8	4	13	-	13	2	40	55
Asuntos Internacionales	2	1	2	7	6	3	11	5	3	35	40
Otros	11	9	14	10	15	20	14	9	8	76	110

Figura 12. A tabela mostra a evolução da política editorial da revista *Espacio Laical* no período 2005-2013. Fonte: Corcho (2014).